

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

SIRLEI GLASENAPP

**AS INSTITUIÇÕES NA TRAJETÓRIA DAS TRANSFORMAÇÕES PRODUTIVAS E
ORGANIZACIONAIS DAS FAMÍLIAS PRODUTORAS DE TABACO NO RIO GRANDE
DO SUL (RS)**

Porto Alegre

2016

SIRLEI GLASENAPP

**AS INSTITUIÇÕES NA TRAJETÓRIA DAS TRANSFORMAÇÕES PRODUTIVAS E
ORGANIZACIONAIS DAS FAMÍLIAS PRODUTORAS DE TABACO NO RIO
GRANDE DO SUL (RS)**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, para qualificação como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof^o Dr. Leonardo Xavier da Silva
Coorientadora: Prof^a Dr^a. Maria Leonor Pimenta Marques Verdete da Silva Carvalho

Porto Alegre

2016

CIP - Catalogação na Publicação

Glaserapp, Sirlei

As instituições na trajetória das transformações produtivas e organizacionais das famílias produtoras de tabaco no Rio Grande do Sul (RS) / Sirlei

Glaserapp. -- 2016.

251 f.

Orientador: Leonardo Xavier da Silva.

Coorientadora: M^a Leonor Pimenta M.V.S. Carvalho.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Tabaco. 2. Desenvolvimento rural. 3. Agricultura familiar. 4. Instituições. I. Silva, Leonardo Xavier da, orient. II. Carvalho, M^a Leonor Pimenta M.V.S., coorient. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

SIRLEI GLASENAPP

AS INSTITUIÇÕES NA TRAJETÓRIA DAS TRANSFORMAÇÕES PRODUTIVAS E ORGANIZACIONAIS DAS FAMÍLIAS PRODUTORAS DE TABACO NO RIO GRANDE DO SUL (RS)

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, para qualificação como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 01 de julho de 2016.

Banca Examinadora:

Prof^o. Dr. Leonardo Xavier da Silva - Orientador
UFRGS/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural

Prof^o. Dr^a Márcia Xavier Peiter
UFSM/Programa de Pós-Graduação de Engenharia Agrícola

Prof^o. Dr. Egon Roque Fröhlich
FACCAT/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional

Prof^o. Dr. Marcelo Antonio Conterato
UFRGS/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural

AGRADECIMENTOS

Nessa vida só tenho o que agradecer!

A todas as pessoas que fazem parte dessa trajetória!

A minha família.

Aos meus queridos amigos.

Ao meu orientador, Prof^o Leonardo Xavier da Silva.

A minha coorientadora, Prof^a Maria Leonar Pimenta Marques Verdete da Silva Carvalho.

A Comissão Examinadora: Prof^a Marcia Xavier Peiter; Prof^o Egon Roque Fröhlich; Prof^o Marcelo Antonio Conterato.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, pela oportunidade de estar num ambiente altamente qualificado, de ter convivido com Professores, dispostos a compartilhar os seus conhecimentos, a Equipe de Secretaria sempre disponível para ajudar, a minha turma de doutorado, a turma certa.

A Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que apoiou-me para a realização do estágio no exterior. A Capes pela sua competência em prover todas as necessidades para a realização do estágio.

A Universidade Federal de Santa Maria, que possibilitou a minha qualificação, e aos colegas que sempre me incentivaram.

As famílias produtoras de tabaco dos municípios de Agudo e Paraíso do Sul que gentilmente contribuíram para a coleta dos dados empíricos e receberam-se me seus lares.

Por tudo isso, eu tenho uma vida valorosa!

Sempre Grata!

RESUMO

A tese teve como fundamento teórico a abordagem institucional e objeto de estudo as a relação das instituições na trajetória das famílias produtoras de tabaco no Rio Grande do Sul. Referenciando-se instituições como restrições informais (sanções, tabus, costumes, tradições e códigos de conduta), e regras formais (constituições, leis, direitos de propriedade). O cultivo do tabaco é um tema controverso, pois ao mesmo tempo que existem restrições formais e informais de resistência a sua produção e consumo, há instituições e organizações que o incentivam substancialmente. Em meio a essas forças estão inseridos os agricultores familiares, que são atingidos tanto com as questões do ambiente externo, bem como com as consequências que podem ser verificadas na sua organização social. Para tanto, o objetivo geral da pesquisa é analisar o papel das instituições na trajetória das transformações produtivas e organizacionais das famílias produtoras de tabaco no Rio Grande do Sul (RS). A pesquisa se caracteriza como qualitativa-quantitativa e descritiva, e procurou compreender, por meio do método histórico, a evolução das instituições no espaço rural do plantio de tabaco, no Rio Grande do Sul, Brasil. Para o alcance dos objetivos específicos, o levantamento dos dados foi realizado a partir de fontes primárias e fontes secundárias. Para as fontes primárias, foram utilizados os dados históricos, os bibliográficos e a pesquisa de campo, e para as fontes secundárias, os dados foram coletados partir de indicadores econômicos, políticos e sociais relacionados com a produção do tabaco e sua evolução ao longo do tempo. A pesquisa de campo teve como o escopo famílias produtoras de tabaco dos municípios de Agudo e Paraíso do Sul, localizadas em regiões centro-norte dos municípios onde concentra-se a maioria dos fumicultores. Os sujeitos da pesquisa foram 68 famílias selecionadas intencionalmente, por conveniência, constituídas de 241 pessoas entrevistadas. A análise e a interpretação dos dados, considerando os métodos da investigação foi o histórico e o estatístico. Percebe-se por meio de uma síntese dos principais dados primários coletados nas famílias produtoras de tabaco nos municípios de Agudo e Paraíso do Sul, que sua trajetória de vida marcada pelo ambiente institucional provindo de tempos longínquos de mudanças de espaços e culturas, que permanecem nas memórias e traços sociais das gerações que perpassam pela história das comunidades de colonizadas. Um ambiente institucional complexo constituído de direitos e obrigações que influenciam e afetam as vidas das pessoas, que interferem nas transformações produtivas e organizacionais das famílias produtoras de tabaco. Determinando o comportamento, as opções de culturas, os acessos aos mercados, a formação de especificidades de ativos e a inclusão em um mercado integrado globalmente, o mercado do tabaco. Percebe-se que as instituições são interligadas, e não há uma clara evidência de quem é determinante de qual, ou seja, a constituição das instituições formais advém de mudanças informais, dos costumes, crenças, valores das pessoas, por outro lado, estas são influenciadas por transformações das normas, convenções, leis que delimitam o comportamento humano. O que é concebível é que as instituições formais e instituições informais contribuem para um tipo de desenvolvimento dos municípios pesquisados, as influências e a interdependência do Estado, do mercado e das famílias são componentes na história de desenvolvimento econômico, político, social e ambiental das famílias produtoras de tabaco.

Palavras-chave: Instituições. Famílias produtoras de tabaco. Desenvolvimento.

ABSTRACT

The thesis had as its theoretical support the institutional approach and as the object of study the relations of the institutions in the path of the tobacco-producing families in *Rio Grande do Sul*. Referencing institutions as informal constraints (sanctions, taboos, customs, traditions and codes of conduct) and formal rules (constitutions, laws, property rights). Tobacco farming is a controversial topic, because while there are formal and informal restrictions of resistance to its production and consumption, there are institutions and organizations that substantially encourage it. Amid these forces the family farmers are inserted, who are afflicted with both the issues of the external environment, as well as the consequences that can be seen in their social organization. Therefore, the overall objective of the research is to analyze the role of institutions in the trajectory of the productive and organizational transformations of tobacco-producing families in *Rio Grande do Sul* (RS). The research is characterized as qualitative and quantitative and descriptive, which sought to understand, through the historical and statistical method, the evolution of institutions in rural areas of tobacco plantation in *Rio Grande do Sul*, Brazil. To achieve the specific objectives, the data collection was carried out from primary and secondary sources. For primary sources, historical data, bibliographic and field research were used and for the secondary sources, data were collected from economic, political and social indicators related to tobacco production and its evolution over time. The field research had as its scope tobacco-producing families from the municipalities of *Agudo* and *Paraíso do Sul*, located in the north-central region of the municipalities which concentrates most tobacco growers. The study subjects were 68 families intentionally selected, for convenience, consisting of 241 interviewed people. Analysis and interpretation of data, considering the research methods, were historical and statistical. It is noticed by a summary of the main primary data collected in the tobacco-producing families in *Agudo* and *Paraíso do Sul*, their life trajectory was marked by the institutional environment coming from distant times of space and culture changes, which remain in the memories and social traits of the generations that pervade the history of colonized communities. A complex institutional environment, consisting of rights and obligations that influence and affect the lives of people, which interfere in the productive and organizational transformations of tobacco-producing families. Determining the behavior, crop options, access to markets, the formation of specific assets and inclusion in a globally integrated market, the tobacco market. It is noticed that the institutions are interconnected, and there is no clear evidence of who is determinant of which, namely, the establishment of formal institutions comes from informal changes, customs, beliefs, people's values, on the other hand, these are influenced by changes in the standards, conventions, laws that limit human behavior. What is conceivable is that formal institutions and informal institutions contribute to a type of development of the municipalities surveyed, the influences and the interdependence of the state, the market and families are components in the economic, political, social and environmental history of tobacco-producing families.

Keywords: Institutions. Tobacco-producing families. Development.

ZUSAMMENFASSUNG

Diese Doktorarbeit hatte den institutionellen Ansatz als theoretische Grundlage, und Studienobjekt waren die Beziehungen der Institutionen in der Entwicklungsgeschichte der Familien der Tabakbauern in Rio Grande do Sul. Institutionen beziehen sich in diesem Sinne auf informelle Einschränkungen (Sanktionen, Tabus, Gewohnheiten, Traditionen und Verhaltenskodexe) und formelle Regeln (Verfassungen, Gesetze, Eigentumsrechte). Der Tabakanbau ist ein umstrittenes Thema, denn es gibt gleichzeitig formelle und informelle Einschränkungen, die sich seinem Anbau und Konsum widersetzen, und Institutionen und Organisationen, die ihn beträchtlich fördern. Zwischen diesen Mächten stehen die Bauernfamilien, die sowohl von Fragen der Außenwelt wie auch von den Folgen betroffen werden, was in ihrer sozialen Organisation festgestellt werden kann. Deshalb ist es das allgemeine Ziel der Forschungsarbeit, die Rolle der Institutionen in der Entwicklung der Produktions- und Organisationswandlungen der Familien, die in Rio Grande do Sul (RS) Tabak anbauen, zu analysieren. Die Forschung weist sich als qualitativ und quantitativ sowie beschreibend aus, um durch die geschichtliche Methode die Entwicklung der Institutionen im ländlichen Raum des Tabakanbaus in Rio Grande do Sul, Brasilien, zu verstehen. Um die spezifischen Ziele zu erreichen, erfolgte die Datenerhebung anhand von primären und sekundären Quellen. Als primäre Datenquellen wurden geschichtliche Angaben, bibliografische Daten und die Feldforschung eingesetzt, und als sekundären Quellen, die Angaben, die von Wirtschafts-, Sozial- und politischen Indikatoren in Bezug auf den Tabakanbau und seine Entwicklung um Laufe der Zeit eingesammelt wurden. Die Feldforschung umfasste die Familien der Tabakbauern in den Landkreisen von Agudo und Paraíso do Sul, die sich in den zentral-nördlichen Gegenden der Kreise, in denen die Mehrheit der Tabakbauern lebt, befinden. Die Forschungssubjekte waren 68 absichtlich, zweckmäßig ausgewählte Familien, die aus insgesamt 241 interviewten Personen bestanden. Die Analyse und Interpretation der Daten erfolgte historisch und statistisch, gemäß den Forschungsmethoden. Durch eine Synthese der wichtigsten primären Daten, die bei den Familien der Tabakbauern in den Kreisen Agudo und Paraíso do Sul eingesammelt wurden, erkennt man, dass ihr Werdegang durch das institutionelle Umfeld, welches aus fernen Zeiten, von Raum- und Kulturwandlungen her stammt, geprägt wird; diese Wandlungen werden in den Erinnerungen und sozialen Zügen der Generationen festgehalten und durchziehen die Geschichte der kolonisierten Gemeinden. Ein institutionelles komplexes Umfeld, bestehend auf Rechten und Pflichten, die das Leben der Menschen beeinflussen und betreffen, die in die Produktions- und Organisationswandlungen der Familien der Tabakbauern eingreifen. Sie bestimmen das Verhalten, die Auswahl der Anbausorten, die Zugänge zu den Märkten, die Bildung von spezifischen Aktiva und den Einschluss in einen global integrierten Markt, den Tabakmarkt. Es wird wahrgenommen, dass die Institutionen untereinander verbunden sind und es besteht kein offenkundiger Beweis, wer was bestimmt, das heißt, der Aufbau der formellen Institutionen ergibt sich aus informellen Änderungen der Gewohnheiten, des Glaubens, der persönlichen Werte; andererseits werden diese durch die Wandlungen der Vorschriften, Konventionen, Regeln, die das menschliche Verhalten eingrenzen, beeinflusst. Es ist vorstellbar, dass die formellen und informellen Institutionen zu einer Art Entwicklung der erforschten Landkreise beitragen, die Einflüsse und die gegenseitige Abhängigkeit des Staates, des Marktes und der Familien sind Bestandteil der wirtschaftlichen, politischen, sozialen und ökologischen Entwicklungsgeschichte der Familien der Tabakbauern.

Stichwörter: Institutionen. Familien der Tabakbauern. Entwicklungs.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Limites Municipais dos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2016).....	73
Figura 2 - Mapa de Hidrografia dos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2016)	77
Figura 3 - Mapa de Altimetria dos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2016)..	78
Figura 4 - Síntese do perfil das Famílias Produtoras de Tabaco nos Município de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)	105
Figura 5 - Ilustração do relevo ondulado no Município de Agudo (2015).....	107
Figura 6 - Cavalete de apoio das varas de tabaco usado até década de 1990	110
Figura 7 - Vara de folhas de tabaco curado.....	112
Figura 8 - Áreas de Mata Nativa no Município de Paraíso do Sul/RS	114
Figura 9 - Transição do cultivo de frutas para tabaco (1990-2014)	118
Figura 10 - Transporte das folhas do tabaco para o reboque	173
Figura 11 - Lavoura de tabaco após queda de granizo	181
Figura 12 - Mapa das curvas de nível dos municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2016)	199
Figura 13 - Exemplo de propaganda	210
Figura 14 - Oferta de cigarros pela Indústria de tabaco para jovens entre 13 e 15 anos de idade.....	211
Figura 15 - A vida sem o tabaco nas Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)	218

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução Mundial da Produção de Tabaco (1980-2012)	58
Gráfico 2 - Produção Mundial de Tabaco (2013)	59
Gráfico 3 - Produção Tabaco em Países Desenvolvidos e em Desenvolvimento (1961-2008).....	60
Gráfico 4 - Área (ha) cultivada de Feijão nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul (1991-2013).....	79
Gráfico 5 - Área (ha) cultivada de Milho nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul (1991-2013).....	80
Gráfico 6 - Número de Cabeças de rebanho bovino nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul (1991-2013)	81
Gráfico 7 - Quantidade (mil litros) de leite produzida nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul (1991-2013)	81
Gráfico 8 - Área (ha) cultivada de arroz nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul (1991-2013).....	82
Gráfico 9 - Quantidade (m3) Produzida de lenha nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul (1991-2013).....	83
Gráfico 10 - Área (ha) plantada de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul (1991-2013).....	83
Gráfico 11 - Número de pessoas residentes no domicílio das Famílias Produtoras de Tabaco dos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	98
Gráfico 12 - Idade dos membros das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)	98
Gráfico 13 - Escolaridade dos membros das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)	99
Gráfico 14 - Grau de parentesco dos membros das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)	101
Gráfico 15 - Ocupação dos membros das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)	101
Gráfico 16 - Tempo dedicado à agricultura das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)	102
Gráfico 17 - Descendência étnica dos membros das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)	103

Gráfico 18 - Tempo de residência na comunidade das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	103
Gráfico 19 - Opção em residir nessa comunidade das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	106
Gráfico 20 - Área da Propriedade das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)	108
Gráfico 21 - Percentual de mata nas propriedades das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	114
Gráfico 22 - Classificação da área segundo a APP das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	116
Gráfico 23 - Área de reflorestamento na propriedade das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	117
Gráfico 24 - Fator motivador do reflorestamento das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)	121
Gráfico 25 - Destinação da produção de Alimentos das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	123
Gráfico 26 - Hábitos de alimentação no presente das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)	124
Gráfico 27 - Tipos de Alimentos Produzidos pelas Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)	125
Gráfico 28 - Quantidade de Ha de cultivo de alimentos pelas Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	126
Gráfico 29 - Área de tabaco em ha cultivado pelas Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)	130
Gráfico 30 - Destinação da Produção de Tabaco das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)	131
Gráfico 31 - Percentual da Renda do Tabaco das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)	132
Gráfico 32 - Fontes de Renda das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)	132
Gráfico 33 - Razão de cultivar Tabaco das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)	133
Gráfico 34 - Razão de desistência de cultivar Tabaco pelas Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	135

Gráfico 35 - Possibilidade de Produtos substitutos do Tabaco das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	136
Gráfico 36 - Sucessão pelos filhos no cultivo do Tabaco nas Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	138
Gráfico 37 - Evolução da Produção de Tabaco nos 20 anos pelas Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	140
Gráfico 38 - Opinião sobre a CQCT e suas mudanças das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	141
Gráfico 39 - Opinião sobre a Influência da CQCT na Região das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	144
Gráfico 40 - Incentivo a Produção de Tabaco Famílias segundo as Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	145
Gráfico 41 - Crítica a Produção de Tabaco segundo as Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	146
Gráfico 42 - Sustento da família sem o Tabaco segundo as Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	147
Gráfico 43 - Participação nas Decisões na Comunidade das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	151
Gráfico 44 - Temas Indecentes/Liberados segundo as Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	153
Gráfico 45 - Temas ou Situações Proibidos/Liberados segundo as Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	154
Gráfico 46 - Tomada de Decisões na Família segundo as Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	155
Gráfico 47 - Participação em reuniões das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)	156
Gráfico 48 - Formas de solidariedade na comunidade pelas Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	157
Gráfico 49 - Mudanças na forma de Solidariedade pelas Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	158

Gráfico 50 - Motivos da Mudança na Forma de Solidariedade pelas Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	159
Gráfico 51 - Confiança nas Pessoas da Comunidade segundo as Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	160
Gráfico 52 - Hábitos de lazer no passado das famílias.....	161
Gráfico 53 - Hábitos de lazer no presente das famílias.....	162
Gráfico 54 - Valores Preservados nas Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	162
Gráfico 55 - Mudanças nos 20, 30 anos nas Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	163
Gráfico 56 - Influência na mudança nas formas de vida nas Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	164
Gráfico 57 - Opinião sobre Produção Produto Prejudicial à Saúde das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	167
Gráfico 58 - Uso de agrotóxico no Tabaco pelas Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	168
Gráfico 59 - Utilização de agrotóxico em outros cultivos pelas Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	168
Gráfico 60 - Utilização de proteção para o cultivo do tabaco pelas Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	170
Gráfico 61 - Uso de protetor solar pelas Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	171
Gráfico 62 - Horas de sono no período de colheita do tabaco das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	174
Gráfico 63 - Horas de sono/ lazer no cultivo de outro produto das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	176
Gráfico 64 - Vida sem o tabaco nas Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	177

Gráfico 65 - Vida sem o tabaco nas Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)	177
Gráfico 66 - Relação de parceria entre as Famílias Produtoras de Tabaco e a indústria de tabaco	179
Gráfico 67 - Relação de parceria entre as Famílias Produtoras de Tabaco e a Embrapa.....	179
Gráfico 68 - Relação de parceria entre as Famílias Produtoras de Tabaco e a Emater.....	180
Gráfico 69 - Relação de parceria entre as Famílias Produtoras de Tabaco e a Afubra	181
Gráfico 70 - Relação de parceria entre as Famílias Produtoras de Tabaco e o Sindicato do Trabalhadores Rurais	182
Gráfico 71 - Relação de parceria entre as Famílias Produtoras de Tabaco com a Prefeitura Municipal.....	183
Gráfico 72 - Relação de parceria entre as Famílias Produtoras de Tabaco com a Secretaria Municipal de Agricultura.....	183
Gráfico 73 - Relação de parceria entre as Famílias Produtoras de Tabaco com a Câmara de Vereadores	183
Gráfico 74 - Relação de parceria entre as Famílias Produtoras de Tabaco com a Igreja	184
Gráfico 75 - Relação de parceria entre as Famílias Produtoras de Tabaco com a Cooperativa.....	185
Gráfico 76 - Relação de parceria entre as Famílias Produtoras de Tabaco com o MDA/SAF	186
Gráfico 77 - Relação de parceria entre as Famílias Produtoras de Tabaco com as Organizações Financeiras.....	188
Gráfico 78 - Relação de parceria entre as Famílias Produtoras de Tabaco com as Pessoas em Festas na Comunidade.....	189
Gráfico 79 - Relação de parceria entre as famílias produtoras de Tabaco com os Vizinhos.....	190
Gráfico 80 - Relação de parceria entre as famílias produtoras de Tabaco com os Amigos	190
Gráfico 81 - Relação de parceria entre as Famílias Produtoras de Tabaco com os Parentes.....	190

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Variáveis e Questões de Pesquisa de Desenvolvimento Institucional ...	89
Quadro 2 - Variáveis e Questões de Pesquisa com as Famílias Produtoras de Tabaco	90
Quadro 3 - Legislação relacionada ao controle do tabaco e do tabagismo - INCA - MS.....	208
Quadro 4 - Legislação relacionada ao controle do tabaco e do tabagismo - INCA - MS.....	209
Quadro 5 - Quadro político partidário do Municípios de Agudo e Paraíso do Sul .	214
Quadro 6 - Resumo da Relação de Parceria entre Famílias Produtoras de Tabaco e as Organizações	221
Quadro 7 - Resumo da Relação de Parceria entre Famílias Produtoras de Tabaco e os Grupos Sociais	222

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Atividade do Tabaco no Sul do Brasil (2009-2011)	69
Tabela 2 - Estrutura Etária da População dos Municípios (2013)	75
Tabela 3 - População Total Urbana/Rural dos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul (2013).....	75
Tabela 4 - Área Plantada em Lavouras Temporárias dos Municípios de Agudo e Paraíso do sul (2012).....	87
Tabela 5 - Valor da Produção das Lavouras Temporárias nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul (2012)	88
Tabela 6 - Relação da Área de hectares e obtenção da propriedade das Famílias Produtoras de Tabaco dos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	109
Tabela 7 - Pronaf/investimento agrícola no Rio Grande do Sul (2000 - 2006 - 2012)	113
Tabela 8 - Relação do Reflorestamento e o Tipo de Árvores plantadas pelas Famílias Produtoras de Tabaco dos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	118
Tabela 9 - Relação do Tipo de Árvores e o Tempo de reflorestamento realizado pelas Famílias Produtoras de Tabaco dos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)	119
Tabela 10 - Relação entre tempo que cultiva tabaco e tempo de reflorestamento realizado pelas Famílias Produtoras de Tabaco dos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	120
Tabela 11 - Relação do Tempo que Mora na Comunidade e Tempo que cultiva Tabaco das Famílias Produtoras de Tabaco dos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)	128
Tabela 12 - Relação do Percentual da Renda do Tabaco e Razão de cultivar Tabaco nas Famílias Produtoras de Tabaco dos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul (2015)	134
Tabela 13 - Relação entre Possibilidades de cultivos substitutos e razão da não substituição pelas Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	137

Tabela 14 - Relação entre Sucessão dos Filhos no cultivo do tabaco e as Motivações das Famílias Produtoras de Tabaco dos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	139
Tabela 15 - Relação de informações sobre CQCT e a fonte de informação das Famílias Produtoras de Tabaco dos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	143
Tabela 16 - Relação da opinião das Famílias Produtoras de Tabaco dos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul sobre a CQCT e a influência na produção nos 20 anos (2015)	145
Tabela 17 - Relação da descendência étnica e opção de morar na comunidade das Famílias Produtoras de tabaco dos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	148
Tabela 18 - Relação entre Prática da religião e Tipo de religião das Famílias Produtoras de Tabaco dos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	149
Tabela 19 - Relação da Descendência étnica e tipo de religião das Famílias Produtoras de Tabaco dos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	149
Tabela 20 - Relação entre tempo que mora na comunidade e opção em morar na comunidade das Famílias Produtoras de Tabaco dos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	150
Tabela 21 - Relação entre filiação partidária e participação nas decisões de sua comunidade das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	152
Tabela 22 - Relação entre as decisões na família e a decisão do gasto orçamento familiar das Famílias Produtoras de Tabaco dos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)	156
Tabela 23 - Relação entre a troca de serviço entre famílias vizinhas e o tipo de troca conforme as Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)	161
Tabela 24 - Relação das mudanças nos 20, 30 anos e influência da mudança nas Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	165

Tabela 25 - Relação entre as instruções de uso e fontes de instrução de uso do agrotóxico pelas Famílias Produtoras de Tabaco dos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	169
Tabela 26 - Relação entre a intoxicação por agrotóxico e o tratamento da intoxicação das Famílias Produtoras de Tabaco dos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	171
Tabela 27 - Sintomas de Enfermidades das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	172
Tabela 28 - Relação dos acidentes na produção de tabaco e o período de ocorrência do acidente nas Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	173
Tabela 29 - Relação das Horas de sono na colheita do tabaco e Horas de sono em outros períodos das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015).....	175
Tabela 30 - Relação entre lazer durante colheita do tabaco e Lazer em outros períodos das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)	175
Tabela 31 - Pronaf - Financiamentos Rurais concedidos no Brasil - Custeio Agrícola (2000-2012)	187
Tabela 32 - Pronaf - Financiamentos Rurais Concedidos no País – Unidade Da Federação – Rio Grande Do Sul - Custeio Agrícola.....	187
Tabela 33 - Índice de desnutrição dos 10 países maiores produtores de tabaco.	201

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- AFUBRA** - Associação dos Fumicultores do Brasil
- ADH** - Atlas do Desenvolvimento Humano
- CONICQ** - Comissão Nacional para a Implementação da Convenção-Quadro
- CQCT** - Tratado da Convenção Quadro de Controle ao Tabaco
- EMATER** - Empresa de Assistência Técnica e de Extensão Rural
- EMBRAPA** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- FAO** - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
- FAEP** - Federação da Agricultura do Estado do Paraná
- FAESC** - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina
- FARSUL** - Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
- FETAESC** - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina
- FETAEP** - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná
- FETAG** - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul
- FETRAF** - Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
- GTS** - *Green Tobacco Sickness*
- IDH** - Índice de Desenvolvimento Humano
- INCA** - Instituto Nacional de Câncer
- INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- MDA** - Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MDL** - Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
- NNIE** - *“New” New Institutional Economics*
- OMC** - Organização Mundial do Comércio
- OMS** - Organização Mundial da Saúde
- PM** - Prefeitura Municipal
- PRONAF** - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- SAF** - Secretaria da Agricultura Familiar
- SMA** - Secretaria Municipal da Agricultura
- STR** - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	20
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA DE PESQUISA.....	20
1.2	PROBLEMATIZAÇÃO	24
1.3	OBJETIVOS DA PESQUISA	27
1.4	JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÕES	27
2	ABORDAGEM TEÓRICA.....	30
2.1	ABORDAGENS INSTITUCIONALISTAS.....	30
2.2	AS INSTITUIÇÕES E O SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO.....	36
2.3	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	45
2.4	MUDANÇA INSTITUCIONAL	52
3	O TABACO EM DIFERENTES ESPAÇOS	57
3.1	O TABACO NO MUNDO	57
3.2	A CONVENÇÃO-QUADRO PARA O CONTROLE DO TABACO – CQCT ...	63
3.3	O TABACO E AMBIENTE E A SAÚDE	64
3.4	O TABACO NO BRASIL E REGIÃO SUL.....	68
3.5	O TABACO NA CONSTITUIÇÃO DO TERRITÓRIO DA COLÔNIA DE SANTO ÂNGELO	70
3.6	CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DOS MUNICÍPIOS DE AGUDO E PARAÍSO DO SUL.....	73
3.7	PERFIL GEOAMBIENTAL DOS MUNICÍPIOS DE AGUDO E PARAÍSO DO SUL.....	76
3.8	O QUE PRODUZEM OS AGRICULTORES DOS MUNICÍPIOS DE AGUDO E PARAÍSO DO SUL	79
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	85
4.1	METODOLOGIA DA PESQUISA.....	85
4.2	UNIVERSO DA PESQUISA.....	87
4.3	A COLETA DE DADOS	88
4.3.1	A descrição da coleta dos dados.....	91
4.4	A ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	94
4.4.1	Análise dos dados primários.....	94
4.4.2	A interpretação dos dados	95

5	AS FAMÍLIAS PRODUTORAS DE TABACO NOS MUNICÍPIOS DE AGUDO E PARAÍSO DO SUL	97
5.1	FAMÍLIAS PRODUTORAS DE TABACO E SEU DELINEAMENTO.....	97
5.2	FAMÍLIAS PRODUTORAS DE TABACO E A TERRA, O AMBIENTE E O CULTIVO DOS ALIMENTOS.....	105
5.3	FAMÍLIAS PRODUTORAS DE TABACO E O CULTIVO DO TABACO.....	127
5.4	FAMÍLIAS PRODUTORAS DE TABACO E AS CRENÇAS, O GÊNERO, OS VALORES COMUNS E OS COSTUMES	147
5.5	AS FAMÍLIAS PRODUTORAS DE TABACO E A QUALIDADE DE VIDA E A SAÚDE	165
5.6	AS FAMÍLIAS PRODUTORAS DE TABACO E AS RELAÇÕES DE PARCERIAS COM AS ORGANIZAÇÕES E GRUPOS SOCIAIS.....	178
5.6.1	Com as Organizações	178
5.6.2	Com os Grupos Sociais	188
6	A PRODUÇÃO, A TERRA, O AMBIENTE, A VIVÊNCIA E O DESENVOLVIMENTO RURAL NA TRAJETÓRIA DAS FAMÍLIAS PRODUTORAS DE TABACO: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DAS INSTITUIÇÕES.....	192
6.1	AS MACROINSTITUIÇÕES E AS FAMÍLIAS PRODUTORAS DE TABACO: DEMOCRACIA, BUROCRACIA, JUDICIÁRIO	192
6.2	AS QUESTÕES DA TERRA, A INFRAESTRUTURA E AS FAMÍLIAS PRODUTORAS DE TABACO.....	196
6.3	O AMBIENTE INSTITUCIONAL E AS FAMÍLIAS PRODUTORAS DE TABACO: O SOCIAL, O FINANCEIRO E A GOVERNANÇA	202
6.4	AS INSTITUIÇÕES INFORMAIS E AS FAMÍLIAS PRODUTORAS DE TABACO: CRENÇAS, HÁBITOS, COSTUMES, VALORES COMUNS.....	213
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	224
	REFERÊNCIAS.....	233
	BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	241
	APÊNDICE A – Questionário aplicado às famílias produtoras de tabaco .	
	244

1 INTRODUÇÃO

As instituições afetam o desempenho das nações e interferem no comportamento das organizações produtivas e sociais, por meio de limitações ou de incentivos. E para compreender a natureza do comportamento na trajetória das famílias produtoras de tabaco, contextualizou-se a temática da pesquisa e sua problematização, apresentando os objetivos tomando-se como referência o cenário social, econômico e ambiental de territórios em que a produção de tabaco constituiu-se num cultivo expressivo.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA DE PESQUISA

Ao longo da história percebe-se que países e regiões vêm-se transformando em busca de melhoria das condições de vida e, inclusive hoje, muitos ainda lutam pela sobrevivência. Neste cenário, muitas variáveis contribuem para sua análise, dentre as quais as abordagens que levam em consideração as mudanças institucionais. As instituições interferem na trajetória das organizações econômicas, sociais, educacionais e políticas; como consequência, suas mudanças estão presentes na história das nações, em períodos de rupturas com as ideias dominantes ou de aceitação e dependência delas.

De acordo com North (1993), as instituições foram concebidas pelos seres humanos para criar ordem e reduzir a incerteza na troca; estas instituições foram evoluindo incrementalmente, ligando o passado com o presente e o futuro. Portanto, a história em consequência é um reflexo da evolução institucional na qual o desempenho das economias só pode ser entendido como uma parte de um processo sequencial. Instituições fornecem a estrutura de incentivos de uma economia e como essas estruturas evoluem, elas moldam a direção da mudança econômica para o crescimento, estagnação ou declínio.

A dependência do ambiente institucional e ambiente organizacional vêm sendo um fator que interfere diretamente no sistema de produção e na estruturação dos diferentes tipos de organizações. As instituições, na definição de North (1991), são invenções humanas criadas para estruturar as interações políticas, econômicas e sociais ao longo do tempo. Instituições são restrições concebidas, e a função geral é de fornecer a estrutura subjacente para troca e organização humana. As

oportunidades proporcionadas pela matriz institucional determinam os tipos de organizações que virão a existir; e os empreendedores induzem mudanças institucionais para fazer face à concorrência decorrente da escassez e limitações do ambiente.

Para North (1991, p. 98), a história econômica é predominantemente uma história de economias que falharam em produzir um conjunto de regras econômicas do jogo que induzem o crescimento econômico sustentado. A questão central da história econômica e do desenvolvimento econômico é a relacionada com a evolução das instituições políticas e econômicas que criam um ambiente econômico que induz o aumento da produtividade. As instituições são definidas como regras, formais e informais, criadas pelos indivíduos para regular a interação entre eles numa sociedade, estruturam os incentivos da troca entre as pessoas, seja econômica, política ou social (TOYOSHIMA, 1999).

As instituições consistem em restrições informais (sanções, tabus, costumes, tradições e códigos de conduta), e regras formais (constituições, leis, direitos de propriedade). Os indivíduos desde os primórdios interagem a partir de regras, para que haja o entendimento na sociedade. Instituições representam uma restrição a mais para os agentes no curso de suas transações econômicas, podendo desempenhar também um papel construtivo e não apenas restritivo na interação entre os indivíduos (NORTH, 1991). Encontram-se subdivididas em instituições formais, como a leis e constituições formalizadas e escritas, impostas pelos governos ou agentes com poder de coerção e instituições informais, tais como normas ou códigos de conduta, formados em geral no seio da própria sociedade.

Em seus estudos, North (1977) buscou compreender em que bases as regiões se desenvolvem, criticando o processo que se dá em estágios (como descrevem a Teoria da Localização e a Teoria do Crescimento Regional) que propõem uma sequência normal de passos para chegar ao desenvolvimento regional, dando ênfase excessiva na necessidade de industrialização como um estágio fundamental, e nessa sequência, o estágio final resultaria na especialização em atividades terciárias, produzindo para exportação. Para North (1977, p. 299) o “procedimento típico dos colonizadores das regiões pioneiras era a experimentação de várias culturas diferentes, até que se determinasse a economicamente viável”. Nesse caso, para o autor, os custos de processamento e de transferência pertenciam à região que exportava os artigos, então procuravam

reduzi-los na busca de promover o seu bem-estar econômico. A necessidade de melhoria contava com o subsídio do governo federal, tomando o exemplo de regiões norte-americanas, no sentido de melhorar a posição competitiva no exterior.

Segundo Engerman e Sokoloff (2008), com relação ao estudo do crescimento econômico, ao longo das últimas décadas, vem ocorrendo uma transição da concentração sobre o papel de estreitamente definida por fatores econômicos para um foco sobre o significado de várias estruturas sociais e culturais no fornecimento das condições propícias para o desenvolvimento econômico. As discussões sobre os fatores não econômicos (englobando os aspectos: cultural, político e institucional) na contabilização de diferenças entre sociedades em desenvolvimento econômico, podem ser rastreadas ao longo de muitos séculos por meio da análise das instituições, de maneira que a mudança institucional dá a forma como as sociedades evoluem ao longo do tempo, tornando-se a chave para entender a mudança histórica e a sua interferência no desempenho econômico das nações.

Um contexto institucional que vem sendo analisado por diferentes áreas, seja acadêmica, empresarial, política ou até de movimentos comunitários, é a situação polêmica da produção e comercialização do tabaco, especialmente nos aspectos conflitantes com relação aos incentivos e às restrições no seu cultivo e seu consumo. Considera-se que a abordagem institucional traz as explicações e esclarecimentos para a transformação da produção e comercialização da produção nas sociedades.

As restrições que a produção de tabaco vem recebendo por questões de saúde, ambientais, econômicas, educação são preocupantes, apesar de constituir uma produção de forte impacto econômico na região Sul do Brasil. Uma restrição que poderá gerar mudanças, em princípio, é o Tratado da Convenção Quadro de Controle ao Tabaco (CQCT) que estabelece padrões internacionais de controle do tabaco, além de restrições de consumo, bem como as fortes campanhas publicitárias de combate ao tabagismo.

Conforme dados da FAO (2011), o Brasil é o maior exportador de tabaco do mundo, e encontra-se entre os três maiores produtores. Considerando o panorama da produção de tabaco e sua representatividade na exportação, pode-se verificar que não houve um decréscimo nos últimos 15 anos, relativo a quilos exportados.

Analisando-se os valores de referência dos anos de 2000, 2005, 2010, 2015, em termos de país tem-se um aumento nos últimos cinco anos. E verifica-se também, a importância relativa da Região Sul na comercialização internacional, e o estado do Rio Grande do Sul como sendo o responsável pela maior parte desta transação de comércio exterior do tabaco e seus produtos, representando 86,62% no ano de 2000, 86,73% em 2005, 67,05% em 2010 e 75,58% em 2015. Identifica-se assim, a relevância deste cultivo para o Estado e para os agricultores familiares que vivem de sua produção. Porém, constata-se que a sua importância relativa na participação nas transações de comércio exterior, em dólares (US\$), vem decrescendo com o passar dos anos, de 4,08% em 2000; para 3,91% em 2005, de 3,61% em 2010 e para 2,48% em 2015 com relação ao total de produtos exportados pelo Brasil, mas permanecendo dentre os oito (8) de maior relevância econômica (AGROSTAT, 2016).

O cultivo do fumo está presente em 656 dos 1188 municípios da Região Sul, envolvendo 626 mil pessoas no meio rural (SINDITABACO, 2013). A fumicultura na região Sul do país é uma atividade de muita expressão econômica, principalmente para a agricultura familiar, que se caracteriza predominantemente por propriedades de reduzidas dimensões e pela ocupação de muita mão de obra, sendo pouco diversificada e que investe capital elevado; características essas que se constituíram ao longo de um processo histórico de formação dos Estados.

O tabaco como artigo de exportação do Brasil decorre do início do período de colonização e que veio a ser tornar num dos produtos não alimentícios mais importantes de algumas economias, e desde aquela época vem recebendo regulamentações para sua produção e comercialização. Embora o cultivo do tabaco fosse encontrado nas tribos indígenas nas Américas desde a chegada dos primeiros colonizadores, ainda que utilizada apenas para ritos religiosos e fins medicinais. Numa perspectiva histórica, a produção do tabaco teve avanços com a chegada dos imigrantes europeus no Sul do país, principalmente a colonização alemã, que desde a década de 1870, nos vales dos rios Caí e Taquari, introduziram esse produto, período no qual se consolidou o fumo de forno (FLORES, 2004). Além disso, com o fim do tráfico de escravos, a região nordeste, até então forte produtora de tabaco, obteve um retrocesso na comercialização desse produto.

O Brasil se consolida como um dos maiores produtores mundiais de tabaco, além de empregar milhares de pessoas da agricultura familiar, a atividade gera 241

mil empregos sazonais na contratação de mão de obra, principalmente na colheita (AFUBRA, 2013). De forma que, a cultura do fumo contribui para o crescimento e desenvolvimento econômico de importantes regiões do Rio Grande do Sul, na geração de tributos, empregos, renda, já que é o responsável pelo fomento da economia das famílias de agricultores.

Nesse sentido, a temática proposta do estudo foi avaliar as instituições no processo histórico da produção do tabaco em regiões produtoras no Rio Grande do Sul, especificamente na mesorregião central do Estado e suas implicações no comportamento das famílias produtoras de tabaco. Explicar a trajetória dos fumicultores, baseada no fundamento teórico institucional, qual seja, analisar em que medida as instituições formais e as instituições informais orientam o caminho e as transformações produtivas e estruturais das famílias que têm o tabaco como forma de sustento.

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO

O ambiente institucional e organizacional não é um conjunto estável, uniforme e disciplinado, mas um conjunto dinâmico em que atuam constantemente forças, de diferentes dimensões e naturezas, em direções diferentes e que mudam a cada momento, pelo fato de cada uma destas forças interferirem, influenciarem e interagirem com as demais forças do ambiente complexo. Segundo Aguiar Filho e Fonseca (2011), as instituições passam a consistir das limitações informais, regras formais e suas características de *enforcement*. As limitações informais são identificadas como as convenções, as normas de comportamento e os códigos de condutas reconhecidos. As regras formais, por sua vez, são criadas por decisões de corpos políticos, jurídicos e econômicos, com base nos modelos subjetivos dos governantes e sujeitos principais e daqueles que têm o poder de colocar em pauta as regras voltadas a atender seus interesses. O *enforcement* refere-se às garantias de cumprimento obrigatório, ou seja, levanta-se a questão de quais são as possibilidades que as sanções previstas nas regras venham a ser efetivamente implementadas, caso seja necessário.

A produção agrícola, como os outros setores da economia, não é imune às transformações e influências externas e adaptações internas; portanto, da mesma maneira em que o setor interfere no ambiente, este é influenciado por questões

políticas, econômicas, ecológicas, legais, demográficas entre outras. Dentre as várias atividades que têm importância econômica para o País, a produção de tabaco é expressiva, principalmente por ser atrativo para o mercado externo.

Sabe-se que formação histórica do Rio Grande do Sul teve impacto com a imigração europeia, e estes imigrantes foram importantes na organização de novas estruturas socioeconômicas, políticas, culturais dessa região. Sendo assim, a configuração da produção do fumo no Estado se determinou essencialmente com uma herança da cultura teuto-brasileira (VOGT, 1997). Dessa forma, poder-se-ia destacar que a produção de tabaco teve aderência em regiões de colonização alemã no Rio Grande do Sul, talvez porque encontrou características econômicas, sociais e culturais que contribuíssem para a efetividade do cultivo.

O Rio Grande do Sul concentra cerca de 50% dessa produção de tabaco, sendo a Região do Vale do Rio Pardo reconhecida pela maior parte da produção e a dependência dos municípios com relação ao plantio e comercialização. Os municípios de Venâncio Aires, Santa Cruz do Sul, Candelária e Vale do Sol situam-se entre os maiores produtores nessa região. Mas a Região Sul do Estado vem em plena expansão no cultivo do fumo, onde o município de Canguçu aparece como o segundo no *ranking* nacional, e representa a principal atividade agrícola deste município, contribuindo para a fixação de mais de 60% da população no campo e a expansão do comércio local, (SINDITABACO, 2013).

A distribuição da produção de tabaco ainda hoje é bem representativa na região central do Estado, em municípios como Agudo, Cerro Branco, Paraíso do Sul, Dona Francisca, Nova Palma e Restinga Seca que formavam, a Colônia de Santo Ângelo, fundada principalmente por imigrantes alemães, em 1857, que têm como uma das principais atividades agrícolas o cultivo do fumo desde o período de sua fundação. Embora menos da metade dos imigrantes tivessem a agricultura como profissão, foram obrigados pelo governo a exercerem a atividade campesina (WERLANG, 1995) e dentre as principais culturas agrícolas, já em 1859, produziram-se 76 arrobas de fumo, tornando-se pioneira na produção. Desde esse período, o fumo se consolidou como um dos principais produtos agrícolas cultivados nesses municípios, principalmente em municípios de Agudo e Paraíso do Sul, aonde se constitui no produto das lavouras temporárias de maior valor (IBGE, 2012).

Embora algumas evidências apontem incentivos à produção de tabaco, como a criação da Lei 14.208/2013, que institui o dia 28 de outubro, o Dia Estadual do Produtor de Tabaco, atualmente, a produção do tabaco vem recebendo fortes pressões do ambiente institucional, como a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), que estabelece em seus artigos a proibição de fumar em locais públicos e fechados; restrições na publicidade e patrocínios; medidas de preservação do meio ambiente; política tributária; incentivos por meio de financiamentos para culturas alternativas, entre outras. Estudos como os de Silva (2008) e Alievi, Wegner e Maciel (2008) mostram que não há uma interferência muito agressiva nas estratégias, em curto prazo, mas a intensificação cada vez maior de organizações de diferentes países, no combate ao tabagismo e a legislação mais efetiva podem gerar mudanças no setor.

A estrutura produtiva é formada por sua maioria por pequenas propriedades familiares, com uso intensivo de mão de obra e que tem na cultura do fumo a fonte principal de renda. Uma vez que é uma cadeia produtiva, segundo estudos de Silva e Borges (2010), fortemente integrada e governável pelos agentes da indústria, com características mistas dá todo suporte necessário para o sistema.

Identifica-se, portanto, um ambiente controverso. Ao mesmo tempo em que existem restrições formais e informais de resistência ao cultivo do tabaco (pelas suas consequências malélicas de toda ordem na vida da população), por outro lado, há grupos que incentivam substancialmente o investimento em seu cultivo, porque é um artigo importante na balança comercial e pelos seus resultados econômicos e sociais nas regiões. Em meio a essas forças controversas, estão inseridos os agricultores familiares, muitas vezes integrados em uma forma de quase servidão ao sistema e que sofrem tanto com as questões do ambiente externo bem como com as consequências que podem ser verificadas na sua organização social.

Em virtude disso, a questão de pesquisa é: **quais as contribuições e as mudanças provocadas pelas instituições formais e informais na trajetória das transformações produtivas e organizacionais das famílias produtoras de tabaco no Rio Grande do Sul?**

1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo geral da pesquisa é: analisar o papel das instituições na trajetória das transformações produtivas e organizacionais das famílias produtoras de tabaco no Rio Grande do Sul (RS).

Especificamente a pesquisa buscou:

- a) verificar as transformações históricas da organização da produção de tabaco no RS;
- b) realizar uma análise institucional do processo de ocupação da produção de tabaco no Rio Grande do Sul;
- c) analisar a evolução das instituições informais nas famílias produtoras de tabaco;
- d) relacionar a mudança institucional com transformação social, ambiental, política, econômica das famílias produtoras de tabaco no Rio Grande do Sul.

1.4 JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÕES

A produção e a comercialização do tabaco é um tema questionado em vários aspectos. Por um lado, é um artigo atraente no mercado pelo retorno financeiro que produz para um grupo reduzido de empresas, mas que tem poder de governança dominante em vários países, pelo retorno em impostos e pela demanda crescente, principalmente em países asiáticos. Por outro lado, este produto é reconhecido pelos efeitos negativos que produz à saúde tanto de quem produz quanto de quem o consome.

Na realidade brasileira percebe-se que a produção de fumo vem crescendo nas últimas décadas. De acordo com Silva *et al.*(2013) a quantidade produzida nas lavouras temporárias de fumo em folha teve uma ascensão vertiginosa, que pode ser percebida através dos dados do IBGE, pois em 1995 era de 451.420 toneladas (t), passando para 1.109.036 toneladas em 2006. Além disso, esse processo produtivo envolve principalmente agricultores que possuem entre 10 a 20 ha de terra, seguidos “por outros dois significativos grupos de áreas totais”, que são de 5

a 10 ha e de 20 a 50 ha, produzindo respectivamente cerca de 240 t e 250 t (SILVA *et al.*, 2013, p.17).

Diante dessa expectativa de maior produção, há também restrições quanto a produção e consumo deste produto, pois os agricultores, principalmente com menor quantidade de terras e reduzidas possibilidades de diversificação, ficam à mercê e dependentes de mudanças institucionais impostas por organismos públicos (leis, regulamentações, preconceitos, linhas de créditos, e outros) em relação à produção do tabaco.

As mudanças institucionais que interferem na produção do tabaco e que poderão comprometer a geração de renda para milhares de pessoas, principalmente pequenos agricultores, são os impactos da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. Além dessa convenção, outras restrições vêm sendo impostas no combate ao fumo, que podem interferir em médio e longo prazo, numa região altamente dependente da produção de uma cultura, a do tabaco, que não podem ser ignoradas, uma vez que o desenvolvimento econômico, social, ambiental e humano ficam comprometidos.

Se as instituições e a forma como elas evoluem são a chave para o desempenho econômico a longo prazo, o que determina a maneira como elas evoluem é a ação dos empreendedores individuais que estão na posição de modificar as regras do jogo nos mercados políticos ou econômicos, e as teorias implícitas ou explícitas sobre as consequências das políticas que modificam as regras para melhorar a sua posição competitiva. As percepções dos empreendedores e suas políticas e a forma como estes evoluem determina também a evolução das instituições. Há, ainda, dúvidas sobre a questão de as instituições realmente serem as portadoras do processo de mudança econômica, já que North (1994) sugere que o papel das instituições como os portadores de mudança, está longe de ser resolvido, apesar de um corpo crescente de evidência empírica apoiar esta ideia.

Considerando as proposições do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural em aprofundar a compreensão das realidades diferentes, produzindo reflexões e conhecimento em prol do desenvolvimento, e as consequências dessas ações junto à sociedade, este estudo justifica-se pela preocupação com o desenvolvimento de regiões fumageiras do Rio Grande do Sul, responsáveis por 40% da quantidade total produzido de folha de fumo seco (Censo

Agropecuário 2006). Destaca-se que o tabaco é produzido basicamente por pequenas propriedades rurais familiares que, ao mesmo tempo em que plantam o fumo, recebem apoio financeiro, técnico e contrato de compra da produção pelas indústrias deste setor. Por outro lado, surgem restrições da CQCT, ratificado pelo Brasil no Decreto nº 5.658, de 2 de janeiro de 2006 que apresenta limitações na produção do tabaco e, além disso, identifica-se a pressão da sociedade via inúmeros projetos tramitando nos setores públicos com restrições ao tabagismo (BRASIL; INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER, 2011).

A importância do tema e a continuidade de seu estudo sob diferentes abordagens teóricas é sustentado por representar o futuro de milhares de pessoas do meio rural e comprometer uma série de negócios nas cidades, dependentes das receitas da comercialização do tabaco; além disso, a temática é desafiante por tratar de relações históricas, mudança institucional, desempenho econômico. Ainda que, a produção de tabaco tenha sido enfatizada em pesquisas como, por exemplo de Silva (2002), Scheibler (2006), Santos (2010), Fernandes (2010), Rudnicki (2012), Riquinho (2013), estes estudos apresentam enfoques teóricos distintos e, por se tratar de um tema multidisciplinar, de complexas relações e de relevantes consequências socioambientais, busca-se sob a Abordagem Institucionalista, analisar o processo de produção de tabaco em municípios da região central do Rio Grande do Sul, que tem nesse cultivo conexões multidimensionais. E também, contribuir para as pesquisas em desenvolvimento rural e atentar para uma região muito significativa e importante produtora de tabaco no Brasil, mas que ainda não foi analisada empiricamente até o presente.

2 ABORDAGEM TEÓRICA

As instituições representam importância histórica na evolução das nações e dos modos de desenvolvimento econômico e social. Suas implicações nas relações entre as pessoas e as organizações sinalizam a trajetória dos países e de sua composição geopolítica.

2.1 ABORDAGENS INSTITUCIONALISTAS

Estudar instituições e sua importância no desenvolvimento de uma sociedade requer a interconexão com várias áreas do conhecimento, a compreensão da evolução histórica de determinado povo, as suas relações sociais, como se dá o aprendizado, as relações de troca, o avanço tecnológico e questões geopolíticas principalmente. Compreender o que são as instituições e como se constituem e suas mudanças através da história, bem como as relações com o desenvolvimento dos países.

Conforme Paula (2005, p. 12), a segunda metade do século XIX foi marcada por uma série de fatos que mudaram o cenário mundial, como a industrialização intervencionista, a consolidação de monopólios, oligopólios e imperialismos, o avanço do movimento socialista e o sindicalismo, o surgimento do Estado de Bem-Estar Social. Segundo o autor, a época do florescimento de contestações ao modelo clássico-neoclássico da economia, pelo marxismo, nova escola histórica alemã e a economia institucionalista.

A Escola Histórica Alemã parte da construção de um método para entender as ações humanas, a formulação de teorias que explicam os problemas contemporâneos, fundamentadas em circunstâncias tecnológicas, institucionais e políticas (CHANG, 2004). A escola teve como base uma abordagem concreta e indutiva, contrária ao método da abordagem neoclássica, abstrato e dedutivo. A Escola Histórica Alemã inclusive é crítica ao sistema clássico e das suas leis universais, pois considerava as realidades específicas, as ações humanas que são orientadas por crenças, valores, significados, possuem sentido em relação ao espaço e ao tempo nos quais são efetivadas estas ações (BAINGO, 2010).

Conforme Baingo (2010), a Escola Histórica Alemã nega a universalidade das leis econômicas, advindos principalmente da escola inglesa, enfatizando as instituições econômicas como mutáveis e inigualáveis em determinado período e ambiente dos países analisados. Para Fonseca (2000), a visão empirista e factual dominante na Escola Histórica via a economia e história como entrelaçadas, principalmente em contraste com o método dedutivo, abstrato e com pretensões universalizantes dos ingleses. Destaca ainda que “[...] a existência de instituições locais e a inexistência de outras impunham aos governantes e pensadores, a necessidade de pensar a economia não como algo universal, mas como fruto daquela realidade histórica e institucional.” (FONSECA, 2000, p. 3).

Para Paula (2005, p.88-89), o pensamento econômico, tendo como base a Escola Histórica Alemã, é a renúncia da tradição hegemônica do racionalismo universalizante franco-britânico, e a reivindicação de outro paradigma, lançando o romantismo nacionalista, *Volksgeist*, que servirá de inspiração para a economia protecionista de Frederich List e para diversas gerações da escola alemã.

Fonseca (2000, p. 4), para evidenciar o pensamento econômico alemão, constata que três aspectos são comuns aos seus principais autores, o historicismo, o institucionalismo e o intervencionismo. Segundo o autor na Escola Histórica, o institucionalismo defendeu um método baseado “na busca da particularidade, do concreto, da ênfase no empírico”.

Conforme Paula (2005, p. 84), o grande nome do pensamento institucionalista, seu criador, é Thorstein Veblen (1857-1929) e sua obra tem, a rigor, “três grandes campos de reflexão, articulados por pares conceituais dicotômicos”, quais sejam:

No referente à *psicologia*, a estrutura do argumento de Veblen se dá pela dicotomia entre “instinto predatório-destrutivo X instinto construtivo”. No campo *sociológico*, a dicotomia é entre os conceitos de “classe ociosa consumo conspícuo X homem comum-trabalhador”. No mundo da *economia*, a dicotomia é entre “negócio X indústria”. Estes conceitos, e seus desdobramentos, foram formulados em dois livros decisivos de Veblen — *A teoria da classe ociosa*, de 1899, e *Teoria da empresa industrial*, de 1904 (PAULA, 2005, p. 84).

Para Veblen (1965), as instituições como hábitos de pensamento que são próprios de uma sociedade em sua época e esses hábitos resultam dos hábitos de vida. A instituição referencia-se por uma dupla dimensão: a do universo material,

criando usos, e como fenômeno imaterial, na captação desses usos e na interpretação das práticas sociais. A instituição remete ao caráter coletivo de experiências comuns de um grupo. De acordo com o autor, “as instituições são o produto de processos passados, adaptados a circunstâncias passadas, de forma que nunca estão de pleno acordo com as exigências do presente”. Define instituição como relacionada aos hábitos, às regras e a sua evolução.

As instituições – o que vale dizer, os hábitos mentais – sob a orientação das quais os homens vivem, são por assim dizer, herdadas de uma época anterior; época mais ou menos remota, mas, em qualquer caso, elaboradas no passado e dele herdadas (VEBLEN, 1965, p.179).

Na interpretação de Cavalieri (2009, p. 314), para chegar à definição de instituições Veblen analisa as transformações dos hábitos. Sendo que em seu entendimento “os hábitos, são maneiras de agir, constituídos a partir da necessidade de se perseguir os objetivos postos pelos instintos”... e “quando hábitos se tornam, cada vez mais, coletivos, aceitos, os hábitos de pensamento, que nada mais seriam do que ideias corroboradoras de comportamentos, segundo um senso comum, transformariam certos caminhos de conduta em instituições”. De forma que nasce “uma teia institucional, um padrão de comportamento social, historicamente determinado” (CAVALIERI, 2009, p.316).

Nas palavras de Veblen (1965, p. 180), as mudanças na estrutura social a partir da evolução, em que “se adapta a uma situação modificada, apenas mediante uma mudança de hábitos mentais de várias classes da comunidade”, ou ainda, “mediante uma mudança nos hábitos mentais dos indivíduos que compõem a comunidade”. Contudo, a “capacidade de desenvolvimento na estrutura social” depende “em grande extensão, do grau de liberdade mediante o qual a situação, em qualquer época determinada, atua nos membros individuais da comunidade”, ou seja, “do grau de exposição dos membros individuais da coletividade às forças constrangedoras do ambiente” (VEBLEN, 1965, p. 181). Essas mudanças podem ocorrer muitas com custos sociais, como nas revoluções, por exemplo.

E para Commons, a instituição é definida como a ação coletiva no controle, liberação e expansão da ação individual, formando padrões de conduta (COMMONS, 1931). Os costumes mudam ao longo do tempo de acordo com as modificações do ambiente econômico e para Mitchell o empirismo é de

fundamental importância para o desenvolvimento da abordagem institucional, entendia instituições também como hábitos mentais, que orientavam a conduta dentro as comunidades (CAVALCANTE, 2012).

Galbraith (1986), num enfoque organizacional, procura identificar o inter-relacionamento complexo entre as fontes de poder e os instrumentos pelos quais ele é exercido. As fontes seriam a personalidade, a propriedade e a organização, respectivamente o poder condigno, compensatório e o condicionado. Para o autor, os instrumentos ou atributos do poder são a submissão, baseada na punição ou na recompensa, e a influência ou persuasão. As fontes do poder referem-se às instituições ou atributos que distinguem os que detêm o poder daqueles que a ele se submetem. Os indivíduos e grupos buscam poder para promover seus próprios interesses e para estender seus valores a outros. A organização é onde se dá a união dos que partilham desses interesses e valores, essencial para ter poder. O poder condigno, para Galbraith (1986), tem a submissão pela capacidade de impor às preferências do indivíduo ou do grupo. O indivíduo submete-se aos objetivos comuns da organização e deste exercício interno do poder advém a capacidade da organização para impor sua vontade externamente.

A Nova Economia Institucional começou com artigo, "A Natureza da Firma" (1937) de Ronald Coase, com a introdução explícita dos custos de transação na análise econômica. E a frase, "Nova Economia Institucional", foi inventada por Oliver Williamson que se destina a distinguir o sujeito da "Velha Economia Institucional", delineada para autores como Veblen, Galbraith, Commons, Mitchell. Coase (1960/1964) tem enfatizado que os problemas de organização econômica eficiente precisam ser examinados de forma comparativa-institucional. A preocupação com o estudo de falhas de mercado deve, portanto, ser expandida para incluir "falhas institucionais" (de internos tipos de organização, políticas e judiciais) mais geral. Segundo o autor, as instituições, em particular a firma, desempenham o papel de economizar custos de transação, só sobrevivem às organizações que se mostram eficientes nessa tarefa. Para Coase (1998), os custos de troca dependem das instituições de um país: seu sistema jurídico, seu sistema político, seu sistema social, o sistema educacional, sua cultura, e assim por diante. Com efeito, são as instituições que regem o desempenho de uma economia, e é isso que confere à Nova Economia Institucional a sua importância para economistas.

Para Williamson (1998), a Nova Economia Institucional (NEI) respondeu ao desafio do desenvolvimento de uma lógica comparativa institucional de organização para a qual muitas aplicações e implicações refutáveis se acumulam, onde muitos testes empíricos foram realizados. As instituições de principal interesse da NEI são amplamente comprobatórias, o ambiente institucional (ou regras do jogo - a política, judiciário, leis de contrato e propriedade) e interior das instituições de governança (ou o jogo do jogo - o uso de mercados, híbridos, empresas, as agências).

O pressuposto assumido pela NEI, segundo Aguilar Filho e Fonseca (2011), é que os contratos são inerentemente incompletos, formulados em um ambiente de incerteza, com os agentes mesclando altruísmo e, em algum grau, comportamento autointeressado e oportunista. Os autores destacam que North faz menção à necessidade de afastar as instituições que se baseiam em relações pessoais, está pensando no desenvolvimento de regras formais impessoais para regular os contratos e especificar os direitos de propriedade.

A mudança de foco de estudo de North da cliometria para a análise institucional se dá a partir do *insight* de que uma evolução institucional pode ser mais importante do que os avanços tecnológicos para o desenvolvimento econômico. O crescimento populacional dos séculos XI e XII somado ao decorrente aumento do comércio provoca mudanças na estrutura institucional da Europa Ocidental, surgimento das cidades, feiras como mercados de capitais – surgem as sementes institucionais que estariam por trás do desenvolvimento econômico (GALA, 2003).

Jameson (2006) ressalta que o institucionalismo se tornou importante outra vez para pensar o desenvolvimento, principalmente pela complexidade da evolução institucional. Para o autor, a combinação das construções do “velho institucionalismo” de Veblen, com os avanços epistemológicos e metodológicos do “novo institucionalismo” de North, dão a nova abordagem para se entender e analisar as questões do desenvolvimento. Essa nova combinação Jameson (2006, p. 370) chama de “*modern institutionalism of development*”, contribuindo para o debate sobre o desenvolvimento e a importância do institucionalismo, qual seja, a “*New*” *New Institutional Economics (NNIE)*”, que leva em conta ideias de autores institucionalistas, conforme:

North (2005) tentou encontrar seu próprio desafio, desenvolvendo uma abordagem compreensiva à mudança econômica. Ao fazer isso, ele descarta o modelo neoclássico e substitui categorias institucionalistas: crenças e cultura deslocam a racionalidade, o imperativo para a compreensão domina a maximização, e a dependência de caminhos caracteriza processos históricos em vez de uma continuidade ahistórica. Isto permite-lhe desenvolver um conjunto de construções que ele aplica frutiferamente a uma variedade de experiências históricas, desde o processo de colonização espanhola ao desaparecimento da União Soviética. Sua conclusão NNIE é que enquanto instituições formais podem ser alteradas por decreto, as instituições informais evoluem de maneira que ainda estão longe de ser completamente compreendidas e, portanto, não são normalmente passíveis de deliberar manipulação humana (JAMESON, 2006, p. 370).¹

Ainda, conforme North (2001), o desenvolvimento passa pela compreensão do processo de formação e mudança econômica e política e a forma como esse processo ocorre, onde a evolução das instituições é uma fonte fundamental. O autor salienta que:

Precisamos ter uma melhor compreensão das normas sociais e constrangimentos informais que são uma fonte fundamental de qualquer bom desempenho ou mau desempenho dos países em desenvolvimento. Sabemos tanto as condições econômicas e as condições institucionais que contribuem para o bom desempenho econômico. O que não sabemos é como obtê-las. Para isso, precisamos de um corpo teórico que explore o processo de mudança econômica, política e social. Quando tivermos tal teoria, faremos um progresso muito melhor em direção a resolução de problemas de desenvolvimento (NORTH, 2001, p. 491).²

Conforme Jameson (2006), a complexidade do processo de desenvolvimento está na raiz da convergência de “Nova Economia Institucional” (NNIE) e “Nova Velha Economia Institucional” (NOIE) para o Moderno Institucionalismo do Desenvolvimento (MID), que deverá combinar a nova

¹ No original: “North (2005) has attempted to meet his own challenge by developing a comprehensive approach to economic change. In doing so, he discards the neoclassical model and substitutes institutionalist categories: beliefs and culture displace rationality, the imperative for understanding dominates maximization, and path dependence characterizes historical processes rather than an ahistoric continuity. This allows him to develop a set of constructs that he fruitfully applies to a variety of historical experiences, from the Spanish colonization process to the demise of the Soviet Union. His NNIE conclusion is that “[w]hile formal institutions can be changed by fiat, informal institutions evolve in ways that are still far from completely understood and therefore are not typically amenable to deliberate human manipulation” (JAMESON, 2006, p. 370).

² No original: “We need to have a better understanding of the social norms and informal constraints that are a fundamental source of either good performance or poor performance in developing countries....We know both the economic conditions and the institutional conditions that make for good economic performance. What we do not know is how to get them. For that, we need a body of theory that explores the process of economic, political, and social change. When we have such a theory, we will make much better progress toward solving problems of development” (NORTH, 2001, p. 491).

apreciação da centralidade das instituições no desenvolvimento. Deverá ser guiado por questões, entre outras:

- O desejo de reducionismo deve ser resistido, acompanhado por aceitação de um amplo leque de possíveis definições de desenvolvimento, estruturas institucionais que podem caracterizar uma sociedade e os processos históricos que podem mover o desenvolvimento pela frente.
- As dimensões humanas para o desenvolvimento devem ser mantidas sempre na vanguarda, e as políticas que sacrificam o bem-estar de alguns por algum benefício futuro, por exemplo, o aumento da desigualdade necessária para permitir que os mercados funcionem amplamente, deve ser combatido. Estas alterações tornam-se frequentemente institucionalizadas.
- Os esforços para criar e fomentar instituições responsivas que constroem sobre a compreensão e definições dos participantes devem ser encorajadas e apoiadas (JAMESON, 2006, p. 373).³

Então, conforme o autor, o desafio será utilizar criativamente as ideias de NNIE - uma teoria emergente de mudança, aceitação do papel da história e da cultura no desenvolvimento institucional - em combinação com os de NOIE - novos usos da tradição institucionalista, desenvolvimento de políticas de crescimento fora da crítica do fundamentalismo de mercado e base sólida em psicologia contemporânea e filosofia.

2.2 AS INSTITUIÇÕES E O SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO

As instituições, na definição de North (1991), são invenções humanas criadas para estruturar as interações políticas, econômicas e sociais ao longo do tempo. Instituições são restrições concebidas, e a função geral é de fornecer a estrutura subjacente para troca e organização humana. North salienta que as instituições foram concebidas pelos seres humanos para criar ordem e reduzir a incerteza na troca, e evoluem incrementalmente, ligando o passado com o presente e o futuro. A história, em consequência, é uma história da evolução institucional no

³ No original: “*The urge to reductionism should be resisted, accompanied by acceptance of a wide range of possible definitions of development, institutional structures that can characterize a society, and historical processes that may move development ahead. • The human dimensions to development must always be kept in the forefront, and policies that sacrifice the welfare of some for some future benefit, for example, the increase in inequality necessary to allow markets to function widely, should be resisted. These changes often become institutionalized. • Efforts to create and foster responsive institutions that build upon participants’ understanding and definitions should be encouraged and supported*” (JAMESON, 2006, p. 373).

qual o desempenho das economias só pode ser entendido como uma parte de um processo sequencial. Instituições fornecem a estrutura de incentivos de uma economia, como que a estrutura evolui, elas se moldam em direção da mudança econômica para o crescimento, estagnação ou declínio.

Segundo North (1993, p. 13), as instituições são as regras do jogo em uma sociedade; mais formalmente são as limitações criadas pelo homem, que dão forma a interação humana, que, por consequência, estruturam os incentivos para o intercâmbio humano, tanto político, social e econômico. Conforme o autor, as instituições reduzem as incertezas, constituem um guia para a interação humana em como realizar as atividades, e diferem entre os países. Essas incertezas surgem como consequência da complexidade dos problemas que devem ser resolvidos. As instituições podem ser criadas ou simplesmente evoluir ao longo do tempo e têm como papel de ser agentes de mudanças.

Pessali e Dalto (2010, p. 33) destacam que uma das características fundamentais das instituições é “influenciar a formação de valores, disposições e comportamento dos indivíduos”. Os autores ressaltam que os hábitos adquiridos nas interações sociais, “sob auspícios das mais diversas instituições, são cruciais para a formação de seu potencial criativo e produtivo, bem como do senso coletivo dos direitos de propriedade que caracterizam o desenvolvimento econômico”.

As instituições econômicas são importantes, muito embora fatores culturais e geográficos são também importantes para o desempenho econômico. As instituições econômicas e instituições de forma mais ampla, são endógenas, em parte, determinadas pela sociedade, ou um segmento da mesma. Desta forma a “questão do porquê algumas sociedades são muito mais pobres do que os outras está intimamente relacionado com a questão do porquê algumas sociedades têm muito piores instituições econômicas do que outras” (ACEMOGLU; JOHNSON; ROBINSON, 2006, p. 389-390).

O estudo das instituições e da mudança institucional requerem primeiramente a separação conceitual entre instituições e organizações. Instituições são as regras do jogo, organizações são os jogadores e a sua interação que dá forma à mudança institucional. As organizações são constituídas por grupos de indivíduos unidos por um objetivo comum, as empresas são exemplo de organizações econômicas, partidos políticos ou legislativos são organizações políticas, as universidades são organizações educacionais (NORTH, 1991). As

oportunidades proporcionadas pela matriz institucional determinam os tipos de organizações que virão a existir; e os empreendedores induzem mudanças institucionais para fazer face à concorrência decorrente da escassez.

Conforme o North (1991), a história econômica é predominantemente uma história de economias que têm falhas em produzir um conjunto de regras econômicas do jogo que induzem o crescimento econômico sustentado. A questão central da história econômica e do desenvolvimento econômico é relacionada com a evolução das instituições políticas e econômicas que criam um ambiente econômico que induz o aumento da produtividade. As instituições são definidas como regras, formais e informais, criadas pelos indivíduos para regular a interação entre eles numa sociedade. Estruturam os incentivos da troca entre as pessoas, seja econômica, política ou social (TOYOSHIMA,1999).

As instituições consistem em restrições informais (sanções, tabus, costumes, tradições e códigos de conduta), e regras formais (constituições, leis, direitos de propriedade). Os indivíduos desde os primórdios interagem a partir de regras, para que haja o entendimento na sociedade. Instituições representam uma restrição a mais para os agentes no curso de suas transações econômicas. As instituições podem exercer também um papel construtivo e não apenas restritivo na interação entre os indivíduos. Instituições formais, como leis e constituições formalizadas e escritas, impostas pelos governos ou agente com poder de coerção e as instituições informais, as normas ou códigos de conduta, formados em geral no seio da própria sociedade. Pessali e Dalto (2010, p. 15) salientam ainda que as instituições podem ser formais ou informais. As instituições formais se caracterizam por regras explícitas, aplicáveis a ação humana e diferente das instituições informais, que carecem de formas físicas. Todavia, ambas possuem hierarquia, estabelecendo relações de poder e autoridade aos grupos de pessoas.

De acordo com Azevedo (2000), a NEI abordou o papel das instituições em dois níveis analíticos distintos: ambiente institucional e estruturas de governança, contemplando macroinstituições que são aquelas que estabelecem as bases para as interações entre os seres humanos e as microinstituições que aquelas que regulam uma transação específica. Sendo como principal foco a relação entre instituições e desenvolvimento econômico. Destacando o papel das macroinstituições, que compõem o ambiente institucional, sobre as interações econômicas entre os membros de uma mesma sociedade. Os três elementos de

especial importância são as regras formais, restrições informais e direitos de propriedade. As regras formais como a porção mais evidente das instituições, tendo como principais exemplos, a constituição, legislações complementares e o conjunto de políticas públicas.

As atividades humanas geram estruturas que definem as regras do jogo, feitas de instituições. As estruturas criadas para ordenar o ambiente político e econômico são um determinante básico do desempenho de uma economia e criam os incentivos que moldam as escolhas. As origens dessas regras e normas informais e a efetividade de seu cumprimento são crenças dos seres humanos (NORTH, 2009). O sistema de crenças incorpora a representação interna do ambiente humano e as instituições constituem a estrutura que se impõe sobre o ambiente de forma a produzir resultados desejados. A relação entre crenças e instituições é articulada de maneira mais clara nas instituições informais, representada por normas, convenções e códigos internos de conduta, que não somente incorporam os códigos morais do sistema de crenças como tendem a ter características comuns através das culturas. As instituições formais são mais facilmente modificadas por legislações, por outro lado, as instituições informais se desenvolvem de forma diferente e não são tão simples de serem manipuladas pela ação humana.

As instituições podem tanto atuar como meios de redução da incerteza comportamental, como restringir os impactos de incertezas do ambiente em que se encontram os agentes, através da coordenação de suas ações e/ou expectativas, concentrando-as em certos intervalos e reduzindo o montante necessário de informações. Segundo North (1990), trata-se unicamente de uma diferença de grau, a qual talvez possa ser representada por um *continuum*, que iria de tabus, costumes, tradições etc. - pelo lado informal - até constituições, leis e normas escritas - pelo lado formal.

Na presença da incerteza e para superar os custos de transação surgem as instituições. Um dos principais papéis das instituições é reduzir as incertezas existentes no ambiente, criando estruturas estáveis que regulam a interação entre os indivíduos. A incerteza, como uma condição em que não se pode determinar a probabilidade de um evento ocorrer e, portanto, não pode agir de uma forma segura contra tais ocorrências. Risco, por outro lado, implica a capacidade de fazer uma determinação da probabilidade de um evento e, portanto, segurança contra tal

resultado (NORTH, 1991). Na visão de Aguiar Filho e Fonseca (2011), as incertezas próprias do sistema econômico e os elevados custos de transação justificam a existência das instituições, que passam a coordenar, neste contexto, as ações coletivas, promovendo a estabilidade requerida para o intercâmbio humano.

Segundo North (1993, p. 54-55), no mundo ocidental moderno a vida e a economia são ordenadas por leis formais e por direitos de propriedade. Mas nas relações cotidianas a sociedade é regida por meio de códigos de conduta, normas de comportamento e convenções. As limitações informais são transmitidas socialmente e são parte da herança que se denomina de cultura. O autor define cultura como transmissão de geração em geração por ensinamento e por imitação, de conhecimentos, valores e demais fatores que influenciam a conduta, proporcionando um marco conceitual.

Colson, 1974⁴ apud North (1993, p. 56) analisando as sociedades primitivas, em que o “Estado e as normas formais estão praticamente ausentes, salienta que uma espessa rede social leva ao desenvolvimento de estruturas informais muito estáveis”. Os costumes, leis, usos ou regras normativas ou outro nome não é o ponto mais importante, mas sim nessas comunidades têm limitações dos membros, que definem as ações mais apropriadas em diversas circunstâncias. As normas não resolvem todos os problemas, mas simplificam a vida e servem como um sistema de controle social nas comunidades.

As restrições informais também regulam o comportamento humano, pois este não está apenas condicionado pelas regras formais, há um conjunto de instituições de importância equivalente, que não são escritas, frequentemente não são explícitas e tampouco são resultados de uma escolha deliberada por parte dos membros de uma sociedade. As características fazem das restrições informais elementos que não podem ser facilmente manipulados por ações estratégicas ou políticas públicas, porque consistem em valores, tabus, costumes, religiões, códigos de ética, laços étnicos e familiares, que representam o importante papel econômico de restringir o comportamento dos agentes. Ao restringir ações, instituições como estas podem facilitar as interações humanas, reduzindo os custos decorrentes da coordenação.

⁴ COLSON, E. Tradition and Contract: The Problem of Order. Chicago: Adeline, 1974.

À primeira vista, pode parecer que restrições informais, pelo fato de nem sempre serem explícitas, teriam um efeito relativamente menor sobre o comportamento dos agentes. Há organizações, no entanto, cuja ordem é fundada em códigos de conduta, apresentando alto grau de coesão e coordenação dos atos de seus membros.

A estrutura institucional consiste na estrutura política que especifica a maneira como desenvolvem e como se fazem as escolhas coletivas. A estrutura de direitos de propriedade define os incentivos econômicos formais, e a estrutura social é constituída por normas e convenções, define os incentivos informais na economia.

Para Gala (2003), North argumenta que códigos morais e éticos de conduta, fortemente baseados em ideologias, estão na base da estabilidade social, sendo responsáveis pelo funcionamento do sistema econômico. As ideologias contribuem fortemente para a manutenção das leis e códigos escritos de uma sociedade através de um efeito legitimador, pois são estáveis as leis que parecem legítimas aos agentes.

As limitações informais surgidas para coordenar as interações humanas repetidas consistem em: “extensões, interpretações e modificações das normas formais; normas de conduta sancionadas socialmente; e normas de conduta aceitas internamente” (NORTH, 1993, p. 58). Sugden, 1986⁵ apud North (1993, p. 62), define que é convencionalizado que um acordo adquire força moral quando quase todos os membros da comunidade o seguem, e nas relações entre os indivíduos a norma é respeitada por cada um.

As limitações possuem um papel importante na formação de escolhas tanto em curto prazo como na evolução de longo prazo da sociedade. A curto prazo a cultura define a forma dos indivíduos processarem e utilizarem a informação, afetando o modo em que especificam as limitações informais. A longo prazo a forma do processamento cultural da informação tem papel importante na forma incremental, por meio da qual as instituições evoluem e constituem uma fonte da trajetória de dependência.

É importante destacar que, conforme North (1993), para dar sentido à história e à economia contemporânea, o reconhecimento do papel central das

⁵ SUGDEN, R. *The Economic of Rights, Cooperation, and Welfare*. Oxford: Clarendon Press, 1986.

preferências subjetivas, como ideias, ideologias, religião, no desempenho das limitações institucionais formais. As limitações informais evoluem gradualmente como extensões das normas formais anteriores. Todavia, pode ocorrer uma mudança geral das normas formais e ao mesmo tempo haver a persistência das limitações informais, pois resolvem os problemas de mudanças sociais, políticas ou econômicas.

A diferença entre limitações informais e formais é de graus, constituindo-se num *continuum* de tabus, costumes e tradições num extremo e constituições escritas do outro extremo, relacionada com a crescente especialização e divisão de trabalho associada a sociedades mais complexas, levando à formalização de limitações. As limitações formais podem complementar e incentivar a efetividade das limitações informais.

As limitações formais, de acordo com North (1993), são compostas por regras políticas e judiciais, regras econômicas e contratos, de forma hierárquica, flutuando entre regras gerais e especificações particulares. North (1993, p. 68) salienta que as regras em parte são criadas para favorecer os interesses do bem-estar privado e não o bem-estar social, derivando assim do autointeresse. Como, por exemplo, na Europa moderna a democracia representativa atual compõe-se de múltiplos grupos de interesses e pela presença de uma estrutura institucional muito complexa, criada para facilitar o intercâmbio entre grupos de interesses. Por isso, as instituições políticas constituem ou celebram acordos antecipados de interesses.

A consideração das regras formais unicamente dá uma noção inadequada e frequentemente equivocada da relação entre limitações formais e desempenho, sendo necessário para uma mescla de normas, regras e características informais de cumprimento obrigatório que definem um conjunto de escolhas, assim como os resultados do sucesso do desempenho das economias.

A matriz institucional abriga as instituições formais e informais de uma sociedade num momento específico do tempo. A história das sociedades se resume na evolução de suas matrizes institucionais e suas decorrentes consequências econômicas, políticas e sociais. A matriz institucional influencia diretamente o desempenho econômico dos países de suas formas principais: reduzindo os custos de transação e reduzindo os custos de transformação (produção), que juntos somam os custos totais.

Na obra de North, fica evidenciado que para o desenvolvimento econômico a evolução das instituições pode ter mais relevância do que avanços tecnológicos. Dessa maneira, a necessidade de uma discussão sobre o significado ou conceito de instituição, principalmente, no que tange a sua influência no processo de desenvolvimento. Toyoshima (1999) entende que os diferentes padrões de desenvolvimento dos países encontram explicação nos processos de evolução de suas instituições, de forma que determinados arranjos institucionais conduzem a desempenhos favoráveis, enquanto outros não.

Se as instituições e a forma como elas evoluem são a chave para o desempenho econômico a longo prazo, o que determina a maneira como elas evoluem é a ação dos empreendedores individuais que estão na posição de modificar as regras do jogo nos mercados políticos ou econômicos, e as teorias implícitas ou explícitas sobre as consequências das políticas que modificam as regras para melhorar a sua posição competitiva. As percepções dos empreendedores e suas políticas e forma como evoluem determina também a evolução das instituições. Mas ainda há dúvidas sobre a questão de as instituições realmente serem as portadoras do processo de mudança econômica. North (1994), em sua análise sugere que a papel das instituições como os portadores de mudança está longe de ser resolvido, apesar de um corpo crescente de evidência empírica apoiar esta ideia.

Para North (1991), as instituições que permitem baixo custo de transacionar e produzir em um mundo de especialização e divisão do trabalho requerem a resolução dos problemas de cooperação humana sob as últimas condições. As instituições eficazes aumentam os benefícios de soluções cooperativas ou os custos de deserção, para usar os termos de teoria dos jogos. As instituições reduzem os custos de transação e de produção por intercâmbio para que os ganhos potenciais do comércio sejam atingidos. Tanto as instituições políticas e econômicas são partes essenciais de uma matriz institucional eficaz. A literatura sobre as abordagens institucionalistas e os custos de transação tem focado nas instituições como soluções eficientes para problemas de organização em um quadro competitivo.

As instituições e a compreensão do seu papel no ambiente econômico, político e social são fundamentais para entender como o sistema de trocas é configurado a partir da interferência dos órgãos reguladores, bem como

compreender a dinâmica da evolução da estrutura da sociedade. North (2003) salienta que a realidade de um sistema político e econômico nunca é conhecida, mas os seres humanos constroem crenças sobre a natureza dessa realidade, as crenças que são um modelo positivo da forma como o sistema funciona e um modelo normativo de como ele deve funcionar.

O sistema de crenças pode ser amplamente realizado no seio da sociedade, refletindo um consenso de crenças; ou amplamente crenças diferentes podem ser realizadas, refletindo as divisões fundamentais nas percepções sobre a sociedade. As crenças dominantes, isto é, daqueles que estão em posição de fazer políticas mudam as instituições que determinam o desempenho econômico e político. A matriz institucional resultante impõe severas restrições sobre a escolha dos empresários, quando eles partiram para criar novas ou modificar as instituições a fim de melhorar suas posições econômicas ou políticas. O *path dependence* resultante normalmente faz mudar incrementalmente, embora a ocasional mudança institucional radical e abrupta sugere que algo semelhante à pontuada mudança de equilíbrio na biologia evolutiva, pode ocorrer na mudança econômica.

De acordo com Greif (1998), para analisar as inter-relações entre os aspectos implícitos e informais de instituições das sociedades, de um lado, e seus aspectos explícitos e formais, por outro, foi desenvolvido um quadro conceitual particular e uma metodologia empírica, a Análise Institucional Histórica e Comparada (HCIA). A HCIA é uma tentativa de explorar o papel da história na emergência institucional, perpetuação e mudança; é comparativa em sua tentativa de obter *insights* através de estudos comparativos ao longo do tempo e do espaço, e é analítica em sua dependência explícita no contexto micro específico de modelos de análise empírica. A HCIA conceitua instituições como as restrições não tecnologicamente determinadas que influenciam as interações sociais e oferecem incentivos para manter a regularidade de comportamento, considera as instituições como resultados emergentes endogenamente e que são autoaplicadas, no sentido de que não se basearem na aplicação externa.

A análise institucional histórica e comparativa parte da premissa de que existem múltiplos equilíbrios institucionais possíveis e, portanto, o resultado histórico é *path dependent*. “As instituições reais dependem das condições históricas e crenças culturais e instituições do mercado são apenas uma possibilidade” (JAMESON, 2006, p. 370).

As instituições asseguram a cooperação entre as partes e são necessárias em um mundo onde a informação é incompleta. E, de acordo com CHANG (1999), não há incoerência em dizer que as instituições são restrições, permissivas, constitutivas, e todos ao mesmo tempo. E, de fato, a menos que se reconheça todos os três aspectos, a análise das instituições não será completa.

2.3 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

As Instituições são em número elevado, em parte pela complexidade institucional das sociedades modernas, e outra pela compreensão limitada de quais são as instituições decisivas para o desenvolvimento econômico. Chang (2004, p. 25) destaca dentro dessa complexidade, instituições importantes a serem analisadas quando se estuda o desenvolvimento econômico, tais como:

A democracia; a burocracia; o judiciário, os direitos de propriedade (propriedade intelectual); as instituições de governança empresarial (responsabilidade limitada, Lei de Falência, exigências de auditoria, Lei da Concorrência); as instituições financeiras (bancos, banco central, regulamentação dos seguros, instituições públicas de crédito); as instituições sociais e trabalhistas (leis do trabalho infantil, as instituições de regulamentação da jornada e das condições do trabalho adulto).

O mesmo autor ressalta que muitas instituições atualmente consideradas tão imprescindíveis ao desenvolvimento são mais a consequência do que a causa do desenvolvimento econômico das atuais nações desenvolvidas.

A história do desenvolvimento institucional nos países desenvolvidos, a partir de seis áreas amplas, a democracia; a governança empresarial; as instituições financeiras privadas e públicas e as instituições previdenciárias e trabalhistas foi um processo que se consolidou durante o século XIX e nas décadas iniciais do século XX.

A instituição da democracia é visualizada de diferentes modos, uma que a democracia ajuda no desenvolvimento econômico e outra que é uma de suas precondições. De modo que não se pode determinar qual é a visão mais adequada, pois, conforme Chang (2004), o processo de sufrágio universal instituído e o voto secreto nos países hoje considerados desenvolvidos, deu-se de maneira restrita a minorias, as restrições são enormes com relação à renda, gênero, raça, credo político. Além da corrupção, como a compra de votos, e a violência que eram

comuns. De forma que, o caminho para a democracia mostrou-se difícil e demorado, sendo necessárias inúmeras reformas eleitorais.

A burocracia, como estrutura para moralizar a administração pública foi necessária nos países desenvolvidos. O nepotismo e a venda aberta de honras e cargos públicos, o favorecimento aos partidos correligionários era uma prática comum até o século XVIII, conforme Chang (2004, p. 137).

A qualidade do judiciário para uma “boa” governança se relaciona a algumas dimensões como o profissionalismo dos funcionários judiciais, a qualidade de seus julgamentos e o custo da administração do sistema (CHANG, 2004, p. 141). Dimensões que nesses países não eram uma realidade até o início do século XX. Os regimes de direito de propriedade apresentam diversos componentes, Lei de Contrato, Lei de Empresa, Lei da Falência, Lei de Herança, Lei Tributária, Lei de Patente, leis de regulamentação do uso da terra, e outros são importantes na medida em que especificam qual o direito de propriedade está sendo protegido e em que condições.

De acordo com Acemoglu; Johnson; Robinson (2006, p. 389), as “instituições econômicas são importantes para o crescimento econômico, porque elas moldam os incentivos dos agentes econômicos fundamentais na sociedade” e “influenciam os investimentos em capital físico e humano e da tecnologia e da organização da produção”, embora fatores culturais e geográficos também importem. Mas as “diferenças nas instituições econômicas são a principal fonte de diferenças entre países no crescimento econômico e prosperidade”, pois estas “influenciam não só o tamanho do bolo total, mas como este bolo é dividido entre os diferentes grupos e indivíduos na sociedade”.

As instituições econômicas são endógenas, determinadas por escolhas coletivas da sociedade, em grande parte, por suas consequências econômicas. Embora nem sempre os grupos irão preferir o mesmo conjunto de instituições econômicas, visto que diferentes instituições econômicas levam a diferentes distribuições de recursos. E, por consequência, poderá haver conflito de interesses entre os vários grupos sobre quais instituições econômicas escolher. Muito embora saiba-se que o poder político irá ser o árbitro final.

Com relação à “boa” governança empresarial alguns instrumentos foram implementados para incentivar o empreendedorismo. O princípio da responsabilidade limitada nos últimos séculos fornece um dos mecanismos,

segundo Chang (2004, p. 149), mais poderosos para socializar o risco, o que motivou o aumento nos investimentos, apesar das críticas de alguns renomados economistas, o autor apresenta a concepção sobre este princípio, de Adam Smith, que segundo este economista, levaria os “administradores à vadiagem”, e o pensamento de John McCulloch, que alegava tornar os “proprietários negligentes no monitoramento dos administradores contratados”, além disso, ser uma “causa importante da especulação financeira”. E realmente convive-se atualmente com diversos escândalos financeiros que afetam as economias do mundo todo, direta e indiretamente, assim socializando o risco. A governança empresarial não afeta somente as questões internas das empresas, mas sim é uma questão de sociedade, onde os “atos dos grandes conglomerados podem ter consequências para um conjunto da economia, como pânico financeiro e ainda a exploração nociva de uma posição de monopólio” (CHANG, 2004, p.157). A exemplo sobre o poder de grupos empresariais têm-se as indústrias de tabaco que protagonizam em muitos países, em como as instituições devem se estabelecer e agir, valendo-se de seu poderio financeiro, tecnológico e de mercado.

As instituições financeiras nos países desenvolvidos se tornaram profissionais no início do século XX, quando se criou regulamentação para as atividades bancárias. E uma regulamentação para o mercado de capitais se faz necessária, visto que é fonte de instabilidade financeira nos países abertos ao capital externo.

As instituições relacionadas ao bem-estar social reduzem as tensões sociais e dão mais legitimidade ao sistema político, proporcionando mais estabilidade para investimentos em longo prazo. A disposição pública de saúde e educação pode ter como consequência a melhoria na força de trabalho, que pode gerar um aumento de eficiência e produtividade (CHANG, 2004, p. 175). Mas as instituições de bem-estar social só surgiram no final do século XIX, estimulado principalmente pelas classes populares e sindicatos de trabalhadores. A Alemanha foi o país pioneiro em adotar instituições de bem-estar social e Portugal adotou somente a partir de 1984 instituições relacionadas às questões da saúde, pensão e desemprego. O trabalho infantil também necessitou de séculos para ser regulamentado, pois até o início do século XX era aceito na maioria dos países desenvolvidos, como Inglaterra, Estados Unidos da América, Alemanha, Suíça, Portugal, Itália, e outros, em longas jornadas de trabalho em indústrias e em minas. Situação semelhante se tem com a

regulamentação da jornada e das condições do trabalho adulto e teve atenção maior a partir do século XX.

O autor argumenta que, após a análise da história de desenvolvimento institucional verifica-se que os países desenvolvidos economicamente não utilizaram instituições e políticas muito diferentes daquelas que sugerem, ou até exigem, como sendo “boas” para os países em desenvolvimento adotarem. Para chegar a economias de fronteiras, os países desenvolvidos valeram-se de políticas industrial, comercial e tecnológica intervencionistas, bem como as instituições foram emergindo com as transformações econômicas desses países e surgindo com isso a preocupação da população sobre as questões sociais que evoluíram mediante pressões das classes trabalhadoras, de sindicatos e da academia.

As exigências em adotar as instituições e políticas para a boa governança não se confirmou nos países em desenvolvimento, sobretudo teve consequências negativas, aprofundando ainda a desigualdade da renda e não confirmando o crescimento econômico. Torna-se interessante observar as conclusões a que Chang chega com a análise da história econômica dos países desenvolvidos hoje caracterizados, quando afirma que estes aplicaram justamente as “políticas ruins” quando eram países em desenvolvimento e quando recomendam “políticas boas” aos demais países, estão efetivamente “chutando a escada” pela qual chegaram ao topo. Recomenda ainda que o “valor potencial de uma política ou instituição deve ser determinado mais pelo que ela fará para promover o desenvolvimento interno do que pelo que acham os investidores internacionais” (CHANG, 2004, p. 226).

Bardhan (2000) lembra sobre a importância de apontar as falhas institucionais sob aspectos do resultado de conflitos distributivos estratégicos, entre diferentes grupos sociais e a desigualdade na distribuição de poder e recursos que podem dificultar o rearranjo institucional para o desenvolvimento. De acordo com Bardhan (2000, p. 20),

[...] a vida do dia a dia das grandes massas de pobres no mundo, particularmente nas áreas rurais, fundamentalmente depende da provisão de bens públicos locais (estradas, serviços de extensão, energia, irrigação, educação, saúde pública e saneamento, etc.) e na gestão dos bens comuns locais (florestas, pescas, pastagens, etc.).⁶

⁶ No original: “... day-to-day livelihood of vast masses of the poor in the world, particularly in rural areas, crucially depends on the provision of local public goods (roads, extension service, power, irrigation, education, public health and sanitation, etc.) and the management of the local commons (forests, fisheries, grazing lands and so on).”

Mas o autor ressalta que o bom funcionamento das instituições nesses locais é inexistente, e os programas público de apoio são administrados a distância, é descoordenada e muitas vezes ocorre corrupção, irresponsabilidade e insensibilidade por parte dos gestores com relação as necessidades da população local. No Brasil essas situações podem-se perceber em vários cenários em diversas regiões, onde ocorre a má gestão dos recursos públicos, desvios de verbas, improbidade administrativa. A concentração da tomada de decisões muitas vezes fica centrada em pessoas não diretamente ligadas às comunidades locais. Além disso, em áreas de alta desigualdade social e econômica, conforme Bardhan (2000, p. 21), graves problemas podem ocorrer, quais sejam:

De "capturar" das agências governamentais locais pela elite local podem ser graves, e os pobres e os setores mais fracos da população podem ser deixados gravemente expostos a suas misericórdias e sua má-fé. O governo central também pode ser "capturado", mas há muitas razões porque o problema pode ser mais grave a nível local. Por exemplo, existem certos custos fixos de organizar grupos de resistência ou lobbies: como resultado os pobres podem às vezes ser mais desorganizados ao nível local do que a nível nacional, onde podem partilhar as suas capacidades de organização. Da mesma forma, conluíus entre os grupos de elite podem ser mais fáceis a nível local do que a nível nacional.⁷

A questão discutida sobre as instituições econômicas e políticas, nem sempre escolhidas por toda sociedade (nem todos serão beneficiados), mas por um grupo que controla o poder político na época, pode levar a escolha de instituições econômicas ineficientes. Podem-se originar do desejo de elites políticas para proteger o seu poder político. O poder político é a fonte dos rendimentos, rendas e privilégios da elite e temendo as potenciais ameaças ao seu poder político, "as elites podem se opor a mudanças nas instituições econômicas que estimulam o crescimento econômico" (ACEMOGLU; JOHNSON; ROBINSON 2006, p. 432). Os autores se referem a muitos exemplos históricos que ilustram como o

⁷ No original: "of 'capture' of the local governing agencies by the local elite can be severe, and the poor and the weaker sections of the population may be left grievously exposed to their mercies and their malfeasance. The central government can also be 'captured', but there are many reasons why the problem may be more serious at the local level. For example, there are certain fixed costs of organizing resistance groups or lobbies: as a result the poor may sometimes be more unorganized at the local level than at the national level where they can pool their organizing capacities. Similarly, collusions among the elite groups may be easier at the local level than at the national level."

medo de perder o poder político levou vários grupos de elites políticas e econômicas a se oporem à mudança institucional e também a introdução de novas tecnologias, (*Vide o apoio da elite brasileira ao golpe militar de 64*).

Os exemplos mostram que a distribuição do poder político na sociedade é crucial para explicar quando as instituições econômicas são “boas” e quando elas são “ruins”. Na proposição dos autores, poder político é explicado pelos acontecimentos históricos nos países, quais sejam:

O surgimento da norma constitucional em algumas sociedades do início da Europa moderna, portanto, fornece um bom exemplo de como instituições econômicas, que modelam os resultados econômicos, são determinadas pelo poder político, que por sua vez é determinado por instituições políticas e a distribuição de recursos na sociedade. Holanda e Inglaterra prosperaram nesse período, porque tinham boas instituições econômicas, direitos de propriedade articuladamente seguros e mercados financeiros bem desenvolvidos. Eles tinham essas instituições econômicas porque seus governos eram controlados por grupos com um forte interesse em tais instituições econômicas. Estes grupos exerciam poder político por causa da estrutura das instituições políticas, ou seja, eles receberam o poder *de jure* na Holanda depois da revolta holandesa e na Inglaterra depois da Guerra Civil e Revolução Gloriosa.

Movendo um passo para trás, vemos que as instituições políticas atribuíram mais poder político *de jure* aos interesses comerciais na Inglaterra e na Holanda do que na França, Espanha e Portugal devido a grandes mudanças nas instituições políticas durante os anos 1600. Estas mudanças ocorreram porque os interesses comerciais na Inglaterra e na Holanda adquiriram significativo poder político *de facto*, como resultado de suas fortunas econômicas em crescimento/desenvolvimento, em si uma consequência da interação do comércio Atlântico e a organização do comércio exterior nesses países. Crucialmente para o nosso quadro, estes interesses comerciais usaram seu poder *de facto* para reformar (ou revolucionar) instituições políticas, de modo a adquirir poder político *de jure* e solidificar seus ganhos (ACEMOGLU; JOHNSON; ROBINSON 2006, p 457).⁸

⁸ No original: “*The emergence of constitutional rule in some societies of early modern Europe therefore provides a nice example of how economic institutions, which shape economic outcomes, are determined by political power, which is in turn determined by political institutions and the distribution of resources in society. The Netherlands and England prospered in this period because they had good economic institutions, particularly secure property rights and well developed financial markets. They had these economic institutions because their governments were controlled by groups with a strong vested interest in such economic institutions. These groups wielded political power because of the structure of political institutions, i.e., they received de jure power in the Netherlands after the Dutch Revolt and in England after the Civil War and Glorious Revolution. Moving one step back, we see that political institutions allocated more de jure political power to commercial interests in England and the Netherlands than in France, Spain and Portugal because of major changes in political institutions during the 1600s. These changes took place because commercial interests in England and the Netherlands acquired significant de facto political power as a result of their improving economic fortunes, itself a consequence of the interaction of Atlantic trade and the organization of overseas trade in these countries. Crucially for our framework, these commercial interests used their de facto power to reform (or revolutionize) political institutions so as to acquire de jure political power and solidify their gains*” (ACEMOGLU; JOHNSON; ROBINSON 2006, p. 457).

Numa democracia os segmentos mais pobres da sociedade seriam mais poderosos e poderiam votar e, portanto, poderiam usar seu poder político para implementar instituições e políticas coerentes com seus interesses econômicos. A democratização era uma maneira de transformar o poder de fato transitório dos marginalizados pobres em energia mais durável de poder político. Em alguns países o aumento do poder político dos pobres exigiu uma mudança na política institucional, favorecendo-os, para neutralizar a ameaça de revolução. A democracia emancipa os pobres, e os pobres são capazes de usar a democracia para direcionar as instituições econômicas e a distribuição de renda na sociedade em seu favor. A alteração institucional ocorre quando o grupo que se beneficia do conjunto existente de instituições é forçado a aceitar a mudança, motivados porque são perdedores em um processo de luta, por causa da ameaça de revolução interna ou de uma invasão externa. Embora a mudança institucional possa ocorrer devido ao conjunto de instituições econômicas que é o ideal para um determinado grupo com o poder político, pode variar ao longo do tempo com a evolução das variáveis do sistema de estado e das oportunidades econômicas (ACEMOGLU; JOHNSON; ROBINSON, 2006, p. 462-464). Por exemplo, a mudança de um sistema político, e das formas de trabalho em determinadas sociedades.

Conforme Bardhan (2000), nas sociedades ocidentais desenvolveu-se um complexo institucional para restringir os participantes, para reduzir a incerteza da interação social, e para evitar que as transações se tornassem muito caras, permitindo ganhos de produtividade e escala. Instituições como direitos de propriedade, contratos formais e garantias, marcas registradas, a responsabilidade limitada, e outras, foram criadas para limitar os problemas de agência. Para o autor, em países menos desenvolvidos algumas dessas estruturas institucionais são fracas, inexistentes e até mal concebidas e implementadas, pois o estado nesses países é fraco para atuar como garantidor desses direitos o que representa uma ameaça. Além disso, segundo Bardhan (2000), falta uma análise indutiva histórica nesses países da mudança institucional, levando em consideração características da comunidade local, ignorada muitas vezes nos debates de estado versus mercado.

2.4 MUDANÇA INSTITUCIONAL

São os agentes humanos que interpretam ativamente o mundo (ainda que sob as influências das instituições existentes) e desenvolvem discursos que justificam visão de mundo que eles detêm (CHANG, 1999, p. 18). O autor assume que existem diferentes abordagens que explicam as origens das instituições e de suas mudanças, sem contudo serem incongruentes. Segundo o autor, podem-se dividir as abordagens em dois grupos, a abordagem orientada para a eficiência e a abordagem orientada para o interesse, sub-divididas com implicações políticas e teóricas distintas.

Os acordos, códigos de conduta, normas de comportamento, como leis, direitos e contratos entre indivíduos, são instituições que evoluem continuamente. As mudanças podem ser muito lentas, mas no mundo atual a rapidez é inegável. O que se pode observar é que as mudanças são incrementais. Todavia, as normas formais podem mudar repentinamente como resultado de decisões políticas ou judiciais, porém as limitações informais baseadas em costumes, tradições e códigos de conduta são muito mais resistentes e impenetráveis a mudanças políticas (NORTH, 1993).

As organizações compreendidas como entidades criadas para o propósito de maximizar a riqueza, e por meio da definição dos seus objetivos fornecem a estrutura institucional da sociedade. Os diversos tipos de conhecimentos ou habilidades que as organizações adquirem para atingir seus objetivos, desempenham um papel muito importante na forma que evolui o conjunto de conhecimentos e como ele é usado. As classes de conhecimento, habilidade e aprendizagem que se exigem dos membros de uma organização refletem-se nos resultados, ou incentivos, embutidos nas restrições institucionais.

Segundo North (1993, p. 104) “descobrir e avaliar mercados e técnicas, dirigir colaboradores, são atos que não ocorrem em um vácuo”. Mas envolvem o desenvolvimento de conhecimento tácito para desvendar as complexidades da informação e do conhecimento exigido pelo empregador, que são em parte resultado de um contexto institucional particular. Será “necessário examinar o contexto institucional para determinar que tipo de demanda existe para diferentes tipos de conhecimentos e habilidades”. Os incentivos que se apresentam no padrão

institucional são decisivos na definição dos tipos de habilidades e conhecimentos que são desejáveis.

North (1993, p. 105) deixa alguns pontos evidenciados, quais sejam: “o marco institucional dará forma da direção da aquisição do conhecimento e das habilidades; a direção será o fator decisivo do desenvolvimento a longo prazo dessa sociedade”. O investimento sistemático em habilidades e em saber e sua aplicação na economia sugere uma evolução dinâmica dessa economia, que traz consigo um conjunto específico de características institucionais. A mudança econômica a longo prazo é consequência do acúmulo de muitas decisões políticas e econômicas de curto prazo de empresários que direta ou indiretamente dão forma ao desempenho. As escolhas refletem o modelo subjetivo dos empresários, suas ideias, ideologias e crenças.

Conforme Engerman e Sokoloff (2008, p. 123), inúmeras podem ser as causas para a mudança institucional, dentre os fatores influenciam o desenvolvimento de instituições, estão:

- (a) mudanças na mentalidade, via mudança de crença religiosa ou de atitudes seculares;
- (b) resultado de um conflito militar, quer através de mudanças geradas externamente na estrutura de poder ou ação revolucionária interna que altera o equilíbrio do poder político;
- (c) introdução não militar de novos contatos e influência estrangeira, refletindo, em parte, melhorias no transporte e comunicação; e
- (d) a colonização de novas áreas por pessoas de uma metrópole distante.

A mudança institucional interfere na dinâmica do desenvolvimento econômico, envolvido por dois processos, a mudança por imposição ou persuasão de grupos de pessoas envolvidas, sendo um processo que envolve custos. E identificar quem vai arcar com os custos e quem irá se beneficiar com a mudança, poderá promover ou não obstáculos, daí a necessidade de avaliar os condicionantes prévios a essa mudança e a utilização de formas de negociação. A evolução e a influência das instituições sobre o desempenho econômico “dependem do aprendizado pelo qual as pessoas passam em seu contexto e que se propaga pelas instâncias em que atuam no esforço de melhorar suas condições de vida” (PESSALI; DALTO, 2010, p. 26).

North (1993, p. 139) atribui um papel fundamental às instituições das sociedades como determinante do desempenho das economias. As instituições proporcionam a estrutura básica pela qual a humanidade ao longo da história criou

a ordem e tem procurado reduzir a incerteza. Conectam o passado com o presente e o futuro, de modo que a história é um relato incremental da evolução institucional onde o desempenho histórico das economias só pode ser entendido como parte de uma história sequencial. Ainda que as instituições sejam a chave para entender-se a inter-relação entre a política e a economia e suas consequências no crescimento econômico, estagnação ou declínio (NORTH, 1993, p. 152). O crescimento da economia estadunidense do século XIX foi um exemplo da importância da eficiência da matriz institucional criada deliberadamente para estimular o crescimento da produtividade das organizações. Também estudos se dedicam a atenção aos custos desse crescimento, em que o sistema varreu os perdedores, que foram muitos, os camponeses que avançaram a fronteira, trabalhadores desempregados e salários baixos devido à concorrência com os imigrantes na década de 1850. A exploração de indivíduos e grupos (índios, escravos, imigrantes, trabalhadores e camponeses) foi em parte para beneficiar aqueles de maior poder de negociação. Resumindo, as fontes de crescimento e do seu custo, foram derivados de um marco institucional comum.

O Estado, em vários processos históricos, pode ser considerado um dos agentes inovadores fundamentais do desenvolvimento econômico, através da orientação, incentivo e pelo papel de protagonista. Todavia, de acordo com Pessali e Dalto (2010, p. 32), destacam que Myrdal tem atentado que em Estados fracos tendem a ser cooptados por grupos com interesses oportunistas, que levam à “concentração de riqueza e a processos cumulativos degenerativos”.

Segundo Pessali e Dalto (2010, p. 21), os custos de uma mudança institucional possuem três origens, a saber: uma advinda da “mobilização e persuasão” coletiva, como, por exemplo, os grupos de pressão (lobbies políticos, associações classistas ou patronais, empresários), grupos legítimos da mudança como o legislativo, conselhos e por líderes sociais. Uma segunda origem, como sugere o autor, é aquela que envolve “gastos de negociação com as demais partes envolvidas”, como, por exemplo, neutralizar a ação de cartéis, oposição política. A terceira origem se dá pelos “custos de confecção de uma alternativa à forma institucional vigente”, como a mudança de rotinas numa empresa, as tentativas de mudança de hábitos de consumo.

De acordo com Engerman e Sokoloff (2008), em seus estudos sobre o papel das instituições no desenvolvimento econômico e político, e também devido ao

número de escolhas institucionais que, feitas por uma sociedade, sugerem algumas combinações necessárias de instituições-chave como base para o crescimento econômico, como o sufrágio, educação, política de terras, bancos, política industrial, controles de mercado, política de patentes, impostos e despesas política, e a política monetária. A escolha que é apropriada em relação a uma área política pode, no entanto, ser compensada por efeitos negativos em outros.

Conforme Pessali e Dalto (2010, 13 e 14), o estudo sobre desenvolvimento econômico retornou a ser tema entre os economistas e vai além do foco em uma única instituição, o mercado. A Nova Economia Institucional evidencia que um estudo mais amplo de instituições como engrenagem importante do desenvolvimento, além de servir de instrumento de medidas. A noção de instituições de acordo com o autor é caracterizada por duas visões, uma mais restritiva da ação humana, como regras do jogo dentre de uma sociedade e outra, mais motivadora e formadora dos indivíduos para a ação. Mas ambas têm questões em comum, pois tratam de “modelos mentais compartilhados, convenções sociais, regras de conduta, códigos legais e organizações sociais”.

A confluência da economia e da política no desempenho econômico de uma região ou de um país, por meio do processo de participação dos seus indivíduos na construção de instituições, daí a importância das ideias, valores e ideologias. A motivação para a mudança pode gerar alternativas para resolver problemas, as ideias podem surgir para beneficiar uma coletividade desde que se perceba que os ganhos sejam distribuídos, de forma que a mudança institucional ganhe adesão. Um exemplo para ilustrar são as diversas políticas públicas que se propõem para a alternativa ao cultivo do fumo, todavia os produtos ainda não conseguem visualizar em termos práticos o ônus dessas alternativas, uma vez que a organização dominante ainda monopoliza os benefícios que são distribuídos tanto em mercados, como tributos e outros incentivos, uma vez que o sistema dominante, globalizado, possui a vantagem da assimetria de informações, portanto, tem atitudes oportunistas.

As instituições que buscaram promover o bem-estar das populações do meio rural no Brasil, mediante planos de desenvolvimento e programas de apoio ao fortalecimento da agricultura, mas que em período da história conseguiram justamente o inverso, aprofundar a pobreza. Embora haja a necessidade de adaptações na matriz institucional (regras formais e limitações informais) para o

desenvolvimento da atividade produtiva que seja menos desigual a questões econômicas e sociais. No tocante às instituições que estão relacionadas direta ou indiretamente a produção de tabaco verificam-se situações ambíguas, as que promovem restrições formais e informais e as que incentivam esse cultivo e consumo, inclusive relacionadas a organizações públicas.

Na sequência buscou-se abordar o cenário da produção de tabaco mundial, as determinações da Convenção Quadro de Controle de Tabaco e reflexos deste cultivo na saúde dos produtores, principalmente, e os impactos ambientais. Além disso, a apresentação dos aspectos históricos, socioeconômicos e dados da produção agropecuária dos municípios de Agudo e Paraíso do Sul, objeto dos estudos empíricos.

3 O TABACO EM DIFERENTES ESPAÇOS

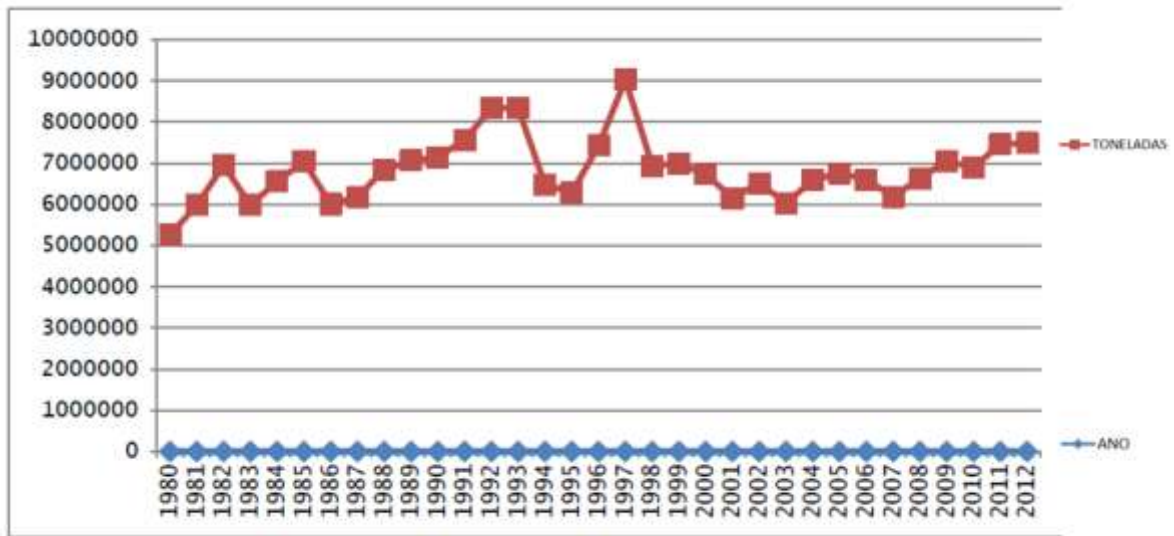
A trajetória do consumo do tabaco das tradições indígenas para a produção em escala por um reduzido número de corporações levou milhares de anos. A indústria apropriou-se de um produto de uso medicinal em pequena quantidade para produzir um produto, vicioso, que pode causar efeitos negativos para os consumidores, prejudicando a saúde das pessoas. No aspecto institucional vem sendo questionado, destacando-se a limitação em seu acesso, todavia sua produção ainda é estimulada em diferentes países. E, neste aspecto, pode-se, na sequência, verificar o panorama atual do tabaco nos seus diversos segmentos e contextos, e as assimetrias de um produto cultivado e consumido com consequências polêmicas.

3.1 O TABACO NO MUNDO

O tabaco é cultivo milenar que vem de uso medicinal e religioso para ser um produto agrícola de alto rendimento financeiro para várias nações e traz consigo a grande controvérsia entre seus benefícios com relação à renda e seus efeitos perversos na saúde de quem trabalha na produção e também em quem o consome em suas várias formas. Constitui-se num cultivo de importante receita para uma grande parte de agricultores familiares, e que sempre teve incentivo, no Brasil, por parte de várias instituições, o Estado, o mercado interno e externo, bancos e financeiras, que através do tabaco possuem um retorno financeiro, e que influencia nas contas públicas. Ele pode ser produzido num reduzido espaço de terra com o uso intenso de mão de obra, mantendo assim ativo e dinâmico o meio rural.

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO, indicava na última década a estabilização da produção mundial de tabaco entre 6 e 6,8 milhões de toneladas. Mas, conforme dados da organização (gráfico 1), esta previsão já se alterou, uma vez que nos dois últimos anos desta década já se registrou um pequeno aumento e a produção mundial ultrapassou as 7 milhões de toneladas de tabaco em folhas (FAOSTAT, 2013). De acordo com dados da FAO, em 2010, o fumo foi cultivado em 128 países, em uma área de 3,9 milhões de hectares, com a produção de 7,1 milhões de toneladas e a produtividade de 1.787 Kg/ha.

Gráfico 1 - Evolução Mundial da Produção de Tabaco (1980-2012)



Fonte: FAOSTAT, 2013.

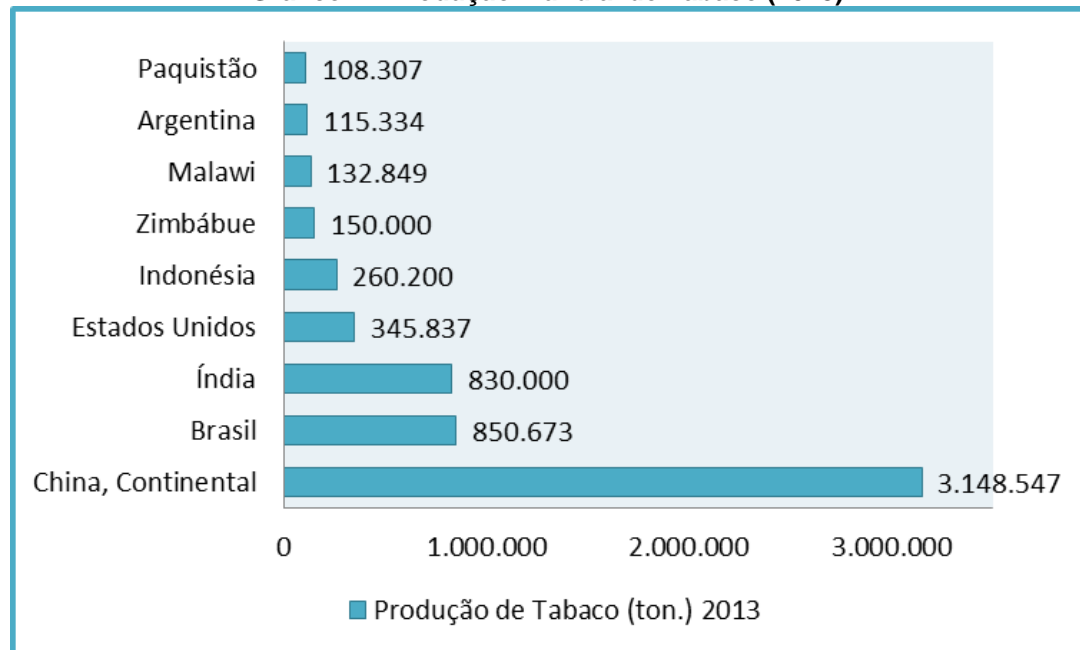
A década de 2000 foi caracterizada por uma reestruturação na produção mundial do produto, onde o crescimento concentrou-se na China, Brasil, Indonésia, Malawi e Paquistão, desacelerando em países tradicionais produtores como EUA e Zimbábwe. As previsões são de uma expansão ainda maior nos próximos anos, devido ao crescimento das produções na Ásia, nos países africanos e no Brasil, passando a ser considerado como um volume histórico para a cadeia do fumo em nível mundial (DESER, 2010).

Dentre esses países que produzem fumo, a China destaca-se como a maior produção mundial e o 2º maior exportador. O Brasil é o 2º produtor, porém é o maior exportador de fumo em folha desde 1995, e o destino já ultrapassa a 100 países (gráfico 2). Na sequência, a Índia e EUA são respectivamente, os 3º e 4º maiores produtores e também no ranking mundial de exportação em 2011. A China é o país maior consumidor de cigarros, responsável por cerca de 44% do consumo mundial, seguida pela Índia, EUA, Rússia, Alemanha e Indonésia (FAOSTAT, 2015).

De acordo com indicadores da FAO (Anuário Brasileiro do Tabaco, 2010, p. 38), a América do Sul foi a região que mais contribuiu no aumento da produção nos últimos anos, responsável por 90,2%, seguida da Ásia (85,7%) e da África (70,5%), alicerçadas principalmente em conjunturas econômicas, sociais e políticas regionais. Por outro lado, a redução de subsídios à cultura do tabaco na Europa e

na América do Norte, as campanhas de restrições ao consumo e a criação de incentivos à diversificação de culturas, diminuíram a produção nessas regiões.

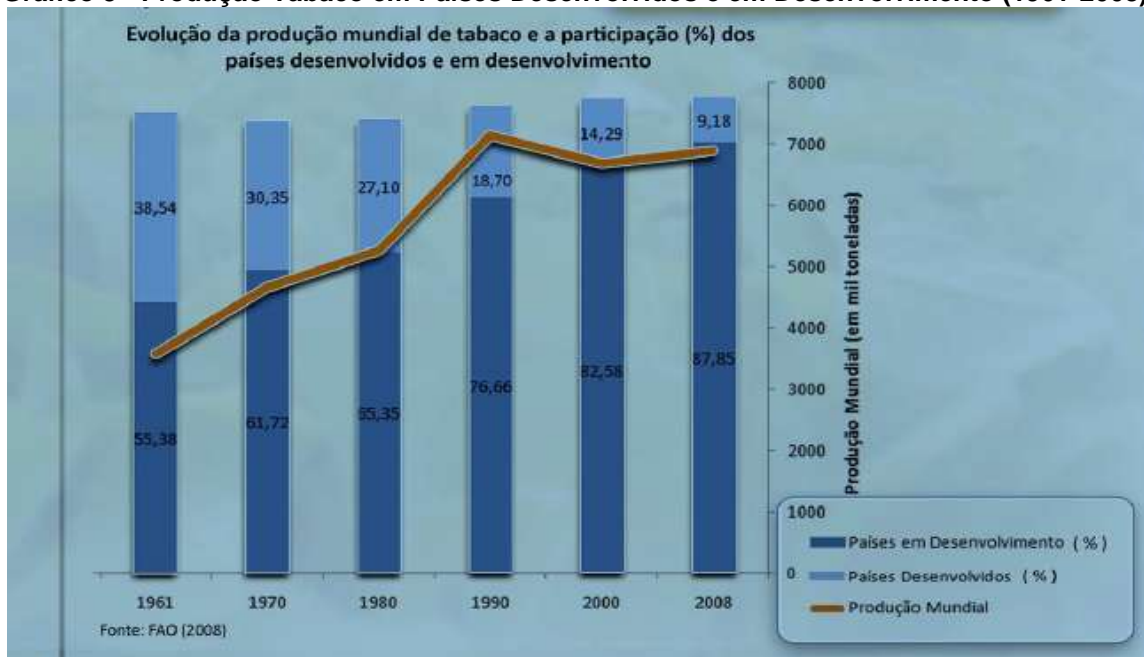
Gráfico 2 - Produção Mundial de Tabaco (2013)



Fonte: FAOSTAT, 2015.

Na cadeia produtiva do tabaco estão envolvidas mais de 100 milhões de pessoas e a maioria encontra-se em países em desenvolvimento, conforme gráfico 3. Esses países representam um aumento de mais 300% na produção de tabaco e em contrapartida há uma redução de 50% nos países desenvolvidos. Os fatores incentivadores para esse cenário são o aumento da demanda do consumo mundial, os baixos custos com relação à mão de obra e à lucratividade por área plantada. O tabaco constitui-se num cultivo que rende sob diversos tipos de clima e solo (DESER, 2010, p.16).

Gráfico 3 - Produção Tabaco em Países Desenvolvidos e em Desenvolvimento (1961-2008)



Fonte: Deser, 2010.

O mercado do tabaco é altamente concentrado por um número reduzido de multinacionais na sua comercialização. E dentre algumas especificidades que podem ser identificadas nos maiores produtores mundiais pode destacar-se a China, onde a produção está sujeita a Lei do Monopólio do tabaco e cabe ao governo coordenar toda a cadeia, definindo regras e preços. O contrato é firmado entre o monopolista e os fumicultores chineses, os quais não têm poder de decisão, apenas obedecem ao plano definido pelo Estado. Na Índia, a cadeia ainda é fortemente controlada pelo poder público; o agricultor necessita de registro em órgão competente, e este define as cotas anuais de produção (DESER, 2010).

Já nos EUA, a produção de tabaco é mecanizada e produzida em propriedades médias e grandes, não há um sistema integrado entre indústria e fumicultor, embora nos últimos anos tenha crescido o número de contratos de compra antecipada e a qualidade do produto. Nesse país, desde 1938, o setor do tabaco é regulamentado pelo *The Agricultural Adjustment Act*, sendo que o Estado é responsável pela regulamentação da produção e comercialização. Entretanto, as campanhas antitabagistas mais incisivas têm diminuído o incentivo à produção. No Brasil, o cultivo de fumo está nas mãos, principalmente, de agricultores familiares que possuem lotes reduzidos de terras e mantêm um contrato com a indústria que coordena toda a cadeia, definindo a variedade e técnicas de plantio, além de estimular o financiamento da produção. Em Malawi (10º no ranking na produção), o

tabaco constitui o principal produto de valor comercial do país, e até 1989 sua produção tinha rigoroso controle do governo e era apenas liberada para donos de terras. Após 1995, com apoio do Banco Mundial e FMI para reformas estruturais, a produção e comercializado do tabaco foi liberada para pequenos agricultores (DESER, 2010, p. 26).

Segundo Geist e Shulze (2007, p.60), as três maiores empresas de cigarro transnacionais possuem usinas próprias ou arrendadas em pelo menos 50 países do mundo e juntamente com o monopólio da China, possuem o controle em torno de três quartos do mercado mundial de cigarros. A mudança global para a liberalização do comércio, facilitada por acordos multilaterais de comércio tais como o pacote da Organização Mundial do Comércio (OMC), acordos comerciais, acordos regionais e bilaterais têm encorajado a penetração de novos mercados das multinacionais do tabaco. A consolidação global da indústria do tabaco é um veículo óbvio para promover a ideia de fumantes globais e suas marcas globais. Por outro lado, o fato da abertura dos mercados e do processo de globalização ter sido associado a um aumento dos riscos de saúde e a necessidade de uma regulamentação ambiental nacional forte para o controle do tabaco e a harmonização das políticas nacionais entre os países.

Mas, segundo Boeira (2009, p.2), as “leis meramente restritivas acabam servindo para concentrar o setor, porque os pequenos fabricantes não suportam a concorrência na busca de brechas na legislação”. Dessa forma, contribuem para o fortalecimento das multinacionais que estão ávidas para ampliar seus mercados em todos os continentes e explorar regiões onde as instituições sejam mais brandas. Ou, ainda, onde governos detêm o monopólio e em períodos se veem forçados a liberalizar o mercado por força de organismos internacionais de apoio para o desenvolvimento econômico em nações menos favorecidas.

Todavia, apesar dessa migração produtiva, Ásia, Europa e América do Norte se mantêm como os principais polos de transformação do tabaco em cigarros do mundo, mantendo aquecido o mercado e o fluxo de exportações dos países em desenvolvimento e nações subdesenvolvidas, africanas, asiáticas e latino-americanas. Destaca-se que nos países africanos, segundo o anuário, o resultado não é mais positivo devido aos inúmeros conflitos políticos, mas esse “tempo perdido” está sendo retomado nas últimas safras com os estímulos dados para a produção tabacaleira e “o retorno das grandes empresas ao continente, com

garantia de compra e pagamento em dólar” (ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO, 2010, p.38).

A produção de tabaco tem peculiaridades no seu cultivo, diferenciado dos demais produtos agrícolas. É um produto bastante controverso, pois nas últimas décadas vem recebendo severas críticas pelas mazelas que causa, tanto em quem produz quanto em quem consome, mas recebe apoio de modo quase invisível por organizações pelo retorno financeiro que a produção traz para um grupo reduzido de empresas, bem como pelo seu retorno em impostos, além de receber recursos públicos, como crédito agrícola, inclusive compras públicas, como caso da China, Índia, EUA.

É controverso também porque sua expansão supre e desloca da produção de alimentos, recursos e mão de obra que, na maioria dos países produtores é cooptada pelas multinacionais, e de acordo com Mackay e Eriksen (2012, p. 52), “o tabaco é cultivado principalmente em países de baixa e média renda, contribuindo para a desnutrição, pois a terra é utilizada para cultivar tabaco em vez de para produzir de alimentos”. Dados de 2009 expressam que seis dos dez países maiores produtores de tabaco tinham desnutrição, taxas entre 5% e 27%. Mackay e Eriksen (2012) exemplificam esse problema citando o caso de Malawi, país que em 2008 registrou a taxa de 27% de desnutrição, onde cada hectare de terra dedicado a produção de tabaco produz uma tonelada de tabaco folha, enquanto o mesmo hectare de terra de cultivo de batatas produz 14,6 toneladas no mesmo ano.

De acordo com Lecours (2011), há impactos na saúde, ambientais, sociais e econômicos associados à produção de tabaco que devem ser considerados na perspectiva mais ampla de desenvolvimento. E esses impactos se dão, principalmente, na vida dos pequenos agricultores dos países de baixa e média renda. Geist e Shulze (2007), em seus estudos destacam a invisibilidade com relação à preservação do meio ambiente e a saúde dos trabalhadores num consolidado poder corporativo do negócio global de tabaco, pois as regras da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco ainda têm aplicação branda em algumas regiões, como a África, Ásia e América Latina.

3.2 A CONVENÇÃO-QUADRO PARA O CONTROLE DO TABACO – CQCT

A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) é um tratado destinado a reduzir a demanda e a limitação da oferta de tabaco e seus derivados. Negociado por 192 Estados Membros da Organização Mundial da Saúde (OMS), envolveu um processo complexo devido aos muitos interesses, e muitos deles conflitantes. A CQCT entrou em vigor após 40 ratificações em fevereiro de 2005, e, após, obtendo mais de 172. O Brasil foi o 100º país a ratificar o tratado pelo Decreto nº 5.658, de 2 de janeiro de 2006, promulgado pelo Presidente da República.

As medidas estabelecidas pela CQCT possuem dois enfoques, uma voltada para reduzir a demanda e outra para reduzir a oferta, conforme documento oficial (MS/INCA, 2011). As medidas de redução de demanda estão contidas nos artigos 6º a 14º e são medidas relacionadas a preços e impostos para reduzir a demanda de tabaco e medidas não relacionadas a preços para reduzir a demanda de tabaco.

As medidas não relacionadas a preços para reduzir a demanda de tabaco se constituem em:

- Proteção contra a exposição à fumaça do tabaco.
- Regulamentação do conteúdo dos produtos de tabaco.
- Regulamentação da divulgação das informações sobre os produtos de tabaco.
- Embalagem e etiquetagem de produtos de tabaco.
- Educação, comunicação, treinamento e conscientização do público.
- Publicidade, promoção e patrocínio do tabaco.
- Medidas de redução de demanda relativas à dependência e ao abandono do tabaco (MS/INCA, 2011, p.9).

Já as medidas de redução da oferta na CQCT estão contidas nos artigos 15-17 e são medidas relativas à redução da oferta de tabaco, quais sejam: Comércio ilícito de produtos de tabaco; Venda a menores de idade ou por eles; Apoio a atividades alternativas economicamente viáveis (MS/INCA, 2011, p. 10). A Convenção também trata das obrigações da indústria do fumo, quando estabelece suas preocupações com as práticas desleais, no Art. 5.3:

Ao estabelecer e implementar suas políticas de saúde pública relativas ao controle do tabaco, as Partes agirão para proteger essas políticas dos interesses comerciais ou outros interesses garantidos para a indústria do tabaco, em conformidade com a legislação nacional (MS/INCA, 2011, p. 33).

A Convenção aborda as questões de proteção ao meio ambiente; mecanismos institucionais e recursos financeiros; responsabilidade penal e civil da indústria do tabaco; cooperação científica e técnica, relacionadas à produção de fumo.

Um instrumento institucional criado pelo Brasil, em agosto de 2003, para articular a organização e implementação das medidas da CQCT, foi a Comissão Nacional para a implementação da Convenção-Quadro (CONICQ). O trabalho da CONICQ inclui a tomadas de medidas como:

- A obrigação de incluir advertências com imagens, definidas pelo Ministério da Saúde, nos produtos do tabaco.
- A proibição do trabalho de menores de 18 anos na colheita, beneficiamento ou industrialização do fumo, instituída pelo Ministério do Trabalho e Emprego.
- A proibição do uso de financiamento público do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para a produção de tabaco – Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- A criação do Programa Nacional de Diversificação nas áreas cultivadas com tabaco, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e que tem como objetivo desenvolver alternativas saudáveis e economicamente viáveis à produção de fumo.
- O fortalecimento das ações de combate ao mercado ilegal de cigarros, em especial com a criação do Sistema de Controle e Rastreamento da Produção de Cigarros (SCORPIOS) – Ministério da Fazenda.
- A elevação de preços e impostos incidentes sobre cigarros pelo Ministério da Fazenda. (MS/INCA, 2011, p. 14).

Por meio dessas mudanças institucionais formais e informais, o Estado se propõe a cumprir os compromissos assumidos na Convenção, no intuito de promover melhores condições de vida e o desenvolvimento mais sustentável. Embora, salientado por Lima (2012), o governo brasileiro declarou que não sucederia nenhuma obrigação pela substituição e/ou proibição do cultivo do fumo, apenas promovendo ações de estímulo à diversificação produtiva.

3.3 O TABACO E AMBIENTE E A SAÚDE

A saúde, tanto dos agricultores como dos consumidores, vem chamando a atenção de organismos internacionais. A CQCT, em seu artigo 18, enfatiza a responsabilidade dos países com relação à proteção do meio ambiente e da saúde

das pessoas no processo de produção do fumo, uma vez que o seu cultivo traz graves riscos para o ambiente e a saúde dos agricultores que plantam o tabaco.

Em pesquisa realizada, Lecours (2011, p.5) destaca uma série de impactos na saúde do agricultor de tabaco, sendo que:

A literatura reconhece quatro principais tipos de perigos para a saúde associados à cultura do tabaco, que são: a doença da folha verde, exposição ao agrotóxico, problemas respiratórios e outros problemas de saúde, tais como lesões musculoesqueléticas e doenças de pele.

Confirmando essas evidências, Mackay e Eriksen (2012) relatam que não importa onde os produtores de tabaco trabalham, estes experimentam doenças por meio de sua exposição a pesticidas, que causam dano neurológico, e a nicotina que causa a doença da folha verde, sem falar que muitos produtores estão presos em um ciclo de pobreza, obrigados a comprar equipamentos e dispor de infraestrutura e obtêm pouca lucratividade, pois o maior retorno quem recebe não são os agricultores.

Lecours (2011) aponta que o problema de saúde mais pesquisado associado ao cultivo do tabaco é a *green tobacco sickness (GTS)*, a doença da folha verde, que causa o envenenamento por nicotina, quando ocorre o contato com as plantas de tabaco durante o cultivo e a colheita. Os sintomas mais comuns são tontura, cefaleia, náuseas, vômitos, palidez, fraqueza, aumento de transpiração, dificuldade respiratória, diarreia, pode causar flutuações na pressão arterial e na frequência cardíaca. Estudos mostram, segundo a autora, que trabalhar em condições molhadas aumenta o risco da GTS. O fato mais preocupante nesses estudos é a crença que há tolerância maior aos sintomas da GTS dos que são fumantes, e dessa forma chega-se ao absurdo de incentivar para que os trabalhadores iniciem a fumar para ser mais resistentes.

Os estudos ainda demonstram, conforme Lecours (2011) que, embora seja um problema comum aos que cultivam outras culturas, a exposição dos agricultores aos agrotóxicos, um variado leque de produtos químicos e reguladores de crescimento que são aplicados nas plantações de tabaco, isso se agrava mais em países periféricos pelo modo de aplicação. Em países ditos desenvolvidos a atividade é mecanizada, e não com pulverizadores de mão e mochila como ocorre nos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos.

Para Lecours (2011, p.10), as pesquisas sobre os riscos de exposição aos agrotóxicos dos produtores de tabaco ainda são limitadas, mas há indicativos que ligam esta exposição a diagnósticos psiquiátricos (depressão e doenças suicidas). Existem evidências em investigações que, nos países periféricos, além da carência de informações sobre os produtos químicos, a situação é agravada pelo acesso a pesticidas perigosos e persistentes que estão inclusive com sua utilização já proibida.

Problemas respiratórios também são frequentes nas pessoas que ficam em exposição ao pó de tabaco, durante e após a sua cura (secagem). Estudos apresentam casos de doenças pulmonares em Zimbabwê, Índia, Quênia, e suspeita-se que também existam casos em outros países (LECOURS, 2011, p. 11). Outros problemas são citados, como os acidentes de quedas nas estufas, onde ocorre a cura das folhas de tabaco, dos trabalhadores que escalam as divisórias, além de lesões pelo esforço repetitivo em carregar as varas de folhas verdes.

Riquinho (2013, p. 92-93) apresenta uma síntese dos principais problemas de saúde associada ao cultivo do tabaco no Brasil, como: GTS, problemas respiratórios, lesões musculares, exposição a pesticidas. Uma pesquisa realizada por Turci (2009), que identificou no município de Paraíso do Sul/RS, onde a base de produção é a fumicultura, as doenças mais frequentes apresentadas pela população são: dor de cabeça (47,1%), dificuldade para dormir (35,9%), dormência (28,8%), tonteira/zonzeira (28,3%), fraqueza (22,6%), palpitação (19,7%), sintomas típicos da doença da folha verde.

Os riscos ambientais ligados ao cultivo do tabaco se relacionam ao uso de agrotóxicos, igualmente utilizados por outros cultivos agrícolas, que contribuem para a poluição da água e a degradação do solo. Além disso, as demandas específicas da produção de tabaco pelo uso intensivo de grandes quantidades de madeira combustível na cura das folhas de tabaco nas estufas, a cada ano, 20 mil hectares de florestas são derrubadas, conforme expõem Mackay e Eriksen (2012). Geist (1999) aponta a produção do tabaco como uma das causas de desmatamento em todo o mundo, e que os impactos são mais devastadores em certos países e regiões em desenvolvimento, onde os desmatamentos estão ameaçando especificamente as terras secas e frágeis, em que o tabaco é cultivado. Segundo Boeira e Guivant (2003, p. 16-17), no processo de secagem da folha do fumo são consumidas para cada mil estufas cerca 50 mil metros de

árvores nativas ou reflorestadas por safra, observando também que toda queima de árvore gera poluição, além de reduzir a biodiversidade, uma vez que as matas nativas não são garantidas pelo reflorestamento.

Para Geist; Otáñez; Kapito (2008, p. 265), “Malawi é um excelente exemplo de como o tabaco transformou fundamentalmente o meio ambiente, a economia da nação e da sociedade no decorrer de um século”. A evidência está no impacto do tabaco na degradação do solo, que implica diretamente no uso dos recursos naturais, principalmente a “vegetação lenhosa dominada por árvores de miombo (queima de um ‘bem livre’, calor excelente e aroma fino de folhas de tabaco curado) continuam a ser esgotados”. Os autores denunciam que os benefícios econômicos ainda não chegaram aos pequenos agricultores, lojistas e massa de trabalhadores, “deixando-os tão pobres como antes, ou até mesmo mais pobres”. Geist (2009) aponta que o uso da terra para o cultivo do tabaco teve um aumento em países periféricos, cerca de 47% nos últimos quarenta anos, principalmente em países como o Brasil e a Tanzânia. O impacto ambiental da fumicultura pode ser reproduzido na perda da biodiversidade, na contaminação da água, do ar e do solo e inferir diretamente em recursos que outrora eram ou poderiam ser utilizados para produzir alimentos.

Akhter *et al.*, (2008) argumentam que a produção de tabaco é responsável pelo deslocamento de alimentos e culturas econômicas e de mineração do solo e recursos florestais em Bangladesh. Por exemplo, a região de Kushtia (a segunda maior zona de produção de tabaco no país) costumava ser uma região de alimentos excedentária, com terras agrícolas muito férteis. Hoje, o tabaco ocupa as melhores terras no distrito, tendo deslocado plantações de hortaliças, leguminosas, cana de açúcar e de juta. Um padrão semelhante ocorre nas colinas de Chittagong, onde o tabaco está substituindo as culturas tradicionais de arroz e legumes (LECOURS, 2011, p. 19).⁹

A constatação de que em muitos países, normalmente nos periféricos da Ásia e África, a insegurança alimentar se dá pela pequena fração de terras que possuem, e não tem como simultaneamente usar para múltiplas culturas alimentares e a plantação de tabaco. Dessa forma, a segurança alimentar pode

⁹ No original: “Akhter *et al.*, (2008) argue that tobacco production is responsible for the displacement of food and economic crops and the mining of soil and forest resources in Bangladesh. For example, the region of Kushtia (the second largest tobacco-producing district in the country) used to be a food-surplus region, with very fertile agricultural lands. Today, tobacco occupies the best lands in the district, having displaced vegetable, pulses, sugar cane and jute crops. A similar pattern takes place in the Chittagong Hill Tracts, where tobacco is replacing the traditional cultures of rice and vegetables” (LECOURS, 2011, p. 19)

estar comprometida em níveis regionais e nacionais em países onde a produção do tabaco vem ocupando os espaços nas terras cultiváveis. Kibwage *et al.*, (2009 apud Lecours, 2011, p.22) argumentam que no Quênia devido ao crescimento da área de tabaco plantada, em detrimento da produção de alimentos, teve como consequência que “culturas tradicionais, como mandioca, batata-doce, milho, importantes em períodos de seca e fome, agora são escassos na região Sul” e, além disso, há “a redução drástica das atividades de produção de gado”.

Pode-se constatar então que a produção de tabaco concorre com a produção de alimentos, priorizando as terras férteis para seu plantio. Riquinho (2013) relata em sua pesquisa o caso do município de São Lourenço do Sul, região sul do Brasil, onde houve a modificação na paisagem da localidade, causada pelas lavouras de fumo que vêm substituindo os cultivos de feijão, milho e batatas. Que há uma preocupação com a contaminação dos produtos alimentares que ainda são plantados, pois se localizam ao lado do cultivo do fumo.

O uso intensivo de mão de obra familiar no processo produtivo do tabaco influencia nos seus hábitos alimentares, que reduziram ou extinguiram o cultivo de alimentos e criação de animais, e buscam suprir suas necessidades em supermercados, pois tem renda do fumo que possibilita essa condição. As hortas que eram comuns nas casas desses agricultores quase não se encontram mais, pois migraram para o consumo de alimentos industrializados.

3.4 O TABACO NO BRASIL E REGIÃO SUL

O Tabaco é um produto importante que acompanha a trajetória histórica do Brasil. Consumido já por tribos indígenas nas Américas, ganhou valorização após a colonização do país. Constitui-se num dos produtos de destaque nas exportações brasileiras e num dos principais produzidos na Região Sul, fazendo parte da tradição de muitos produtores, principalmente de pequenos e médios agricultores.

A Região Nordeste é responsável por 13% e a Região Sul por 86% da produção de fumo em folha, destacando entre as demais regiões, perfazendo um total de 99% dos estabelecimentos que produtores de tabaco no Brasil (SILVA *et al.*, 2013, p. 21-22), sendo que na Região Sul a produção funciona num sistema integrado, estabelecido através de contratos entre agricultores e empresas fumageiras, criando uma dependência do produtor com a indústria processadora.

A fumicultura está presente em mais de 700 municípios, em cerca de 139.000 propriedades, envolvendo aproximadamente 186.000 famílias, mantendo ocupadas 878.010 pessoas. Obteve um aumento de produtividade de kg/ha, em torno de 20% da safra 2009/10 para de 2010/11, nesse mesmo período houve também um aumento na renda per capita de 4,5%, além de outros avanços, tabela 1, conforme dados fornecidos e publicados em periódico apoiado pelo setor fumageiro e por empresas indiretamente ligadas e pelo setor público (ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO, 2011, p. 174).

Tabela 1 - Atividade do Tabaco no Sul do Brasil (2009-2011)

DIAGNÓSTICO DA ATIVIDADE NO SUL DO BRASIL			
Diagnosis of the activity in South Brazil			
Especificação	Ref.	2009/10	2010/11
Municípios produtores	un	719	704
Propriedades	un	138.150	139.750
Tamanho médio propriedade	ha	16,3	16,4
Famílias produtoras	un	185.180	186.810
Pessoas ocupadas	un	870.250	878.010
Estufas	un	168.580	169.640
Área das propriedades	ha	2.244.990	2.292.930
Área com cobertura florestal	ha	599.410	639.900
Área com outras atividades	ha	1.369.550	1.280.100
Área com tabaco	ha	370.830	372.930
Produção de tabaco	t	691.870	832.830
Produtividade tabaco	kg/ha	1.866	2.233
Preço médio tabaco	R\$/kg	6,35	4,93
Valor bruto safra tabaco	R\$	4.393.374.500	4.106.419.200
Valor outras produções	R\$	2.577.326.400	3.261.084.190
Valor bruto total	R\$	6.970.700.900	7.367.503.390
Valor bruto total por família	R\$	37.647	39.348
Valor ha produção tabaco	R\$	11.847	11.011
Valor ha outras produções	R\$	1.882	2.548
Renda <i>per capita</i>	R\$	9.907	10.379

Fonte: Anuário Brasileiro do Tabaco, 2011.

Conforme dados da FAO (2013) o preço da tonelada tem aumentado durante as últimas décadas, de U\$ 697,90, em 1991, U\$ 1.008,60, em 2001, para U\$ 2.933,70, em 2011, justificando o aumento da quantidade produzida e também por representar um produto atrativo em função da demanda quase certa pelas empresas integradoras, e por ter um preço equilibrado nos últimos anos, embora seja sensível a crises financeiras, pois seu valor é cotado em dólar.

De acordo com Silva *et al.*, (2013, p. 22), o Rio Grande do Sul é responsável por 40% da produção, Santa Catarina por 28% e o Paraná por 27%, reforçando

que a Região Sul predomina no cultivo do fumo. Ainda, conforme os autores, o Rio Grande do Sul é a mostra do crescimento da lavoura do fumo em folha no Brasil, por constituir uma série de fatores que favorecem o seu cultivo, como a produtividade, clima, logística, mão de obra e financiamento, além do mais,

Reflete-se em uma trajetória frutífera do fumo, tanto pela ampliação da área plantada em municípios tradicionalmente produtores, como o aumento em novos municípios, que passam a ter no fumo em folha parte integrante e significativa da produção e receita desenvolvidas nas lavouras temporárias do estado (SILVA *et al.*, 2013, p. 29).

Pode-se perceber que se formou um ambiente institucional para incentivar a produção do tabaco e estimular a sua permanência como um dos principais produtos agrícolas. Incentivos, como assistência técnica, fornecimento de insumos, acesso ao crédito e diferentes possibilidades de financiamento se constituem formalmente instrumentos de manutenção do cultivo do fumo. Informalmente o hábito do cultivo se institucionalizou como referência para muitas famílias, em que o tabaco é parte da sua formação histórica, motivo de encontros, festas, competições, troca de conhecimentos e de saberes, e a permanência do valor reciprocidade na atividade de colheita e classificação para o seu comércio.

Contudo, as consequências de cultivo do fumo vêm sendo questão de debate de organizações nacionais e internacionais na busca de tolher sua produção e o seu comércio devido aos malefícios que causa à saúde e ao ambiente. Além de promover políticas de substituição e de diversificação de sua produção, mas é uma temática bastante emblemática ainda nos meios acadêmicos, econômicos, sociais, políticos e culturais.

3.5 O TABACO NA CONSTITUIÇÃO DO TERRITÓRIO DA COLÔNIA DE SANTO ÂNGELO

Para a compreensão das transformações produtivas e organizacionais nos municípios objeto da pesquisa de campo, apresenta-se a evolução histórica do território, o processo de ocupação bem como a caracterização socioeconômica, o perfil geoambiental e a caracterização da produção agrícola dos municípios de Agudo e Paraíso do Sul.

A história da formação do território conta com tempos longínquos, terra de ocupação indígena antes da colonização, tornou-se área estratégica tanto para portugueses e espanhóis, esse é hoje o estado do Rio Grande do Sul, habitado até início do século XIX, por povos de origem indígena, portuguesa e espanhola. Mas, através de uma sucessão de tratados, tornou-se colônia portuguesa. Porém, terras devolutas necessitavam ser apoderadas e laboradas para produzir alimentos para abastecer regiões do sudeste do Brasil e para diversificar os tipos de cultivos produzidos até então, baseados em gado extensivo.

A região encontrava-se desocupada, e o governo provincial preocupado em preservá-la de possíveis invasões de países vizinhos, buscou formas de habitá-lo e assim garantir a posse da área. A imigração de estrangeiros para o Brasil, no século XIX, provinha do processo da expansão do capitalismo na Europa, onde os excedentes do campo e do trabalho artesanal causavam tensões sociais. De forma que o envio para novas terras era visto como boa estratégia, uma vez que diminuiriam os problemas internos dos países de origem, bem como se constituía numa possibilidade de regresso de capitais por meio de laços comerciais (PESAVENTO, 1997). No que tange à imigração alemã, o interesse era baseado na ocupação de terras virgens para a produção de alimentos e neutralizar o poder da oligarquia regional, pelo centro do país. Cabe o destaque de Pesavento (1997, p. 47), que afirma que a partir da década de 1840 até 1870, desenvolve-se a produção de alimentos para comercialização na capital da então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e, após esse período, iniciou-se o abastecimento também para o centro do país. Todavia, desde aquela época, o desenvolvimento da agricultura não trouxe benefícios diretos ao colono alemão, e quem mais lucrava era o intermediário, o comerciante. O comerciante auferia lucros, com a venda, com o transporte, e com as operações financeiras de empréstimos.

A formação da Colônia Santo Ângelo deu-se pela:

Lei provincial de 30 de novembro de 1855, instalada em 1857 quando nela se estabelecem os primeiros 119 colonos vindos da Alemanha. A população pioneira da colônia de Santo Ângelo é bastante jovem, sendo grande o número de solteiros que ocupam singularmente lotes e que as famílias são igualmente jovens, ou seja, de constituição recente. A produção agrícola da colônia em 1866 demonstra a preocupação em produzir para o mercado. Assim, 46% da produção de milho, 91% da produção de feijão, 77% da produção de arroz, 9% da produção de batatas inglesas e da produção de trigo são exportadas. **A colônia**

destaca-se também na produção de tabaco, exportando cerca de 23% (251 arrobas) de sua produção.

O cultivo de cana-de-açúcar também é importante, contribuindo para a exportação de 112 medidas de melado, 500 rapaduras e 3 pipas de aguardente. Este quadro oferece alguns indícios sobre os hábitos dos pioneiros, conservadores quanto à alimentação, destinam o feijão e o arroz, alimentos pouco conhecidos deles, mas essenciais nas mesas brasileiras, quase que unicamente a exportação, o que não ocorre com o trigo e a batata, esta última atingiu em 1866 a produção de 7.198 alqueires, quase totalmente consumidos pelos colonos (42). Também destinam-se para o consumo próprio a totalidade da produção de cevada (51 alqueires) e de centeio (35 alqueires); o milho também é em grande parte consumido localmente na forma de farinha para pão e ração animal [...] A criação de animais permite que neste anos a colônia exporte 582 arrobas de toucinho, 23 de banha e 60 de manteiga (CUNHA, 1988, p.87-88).

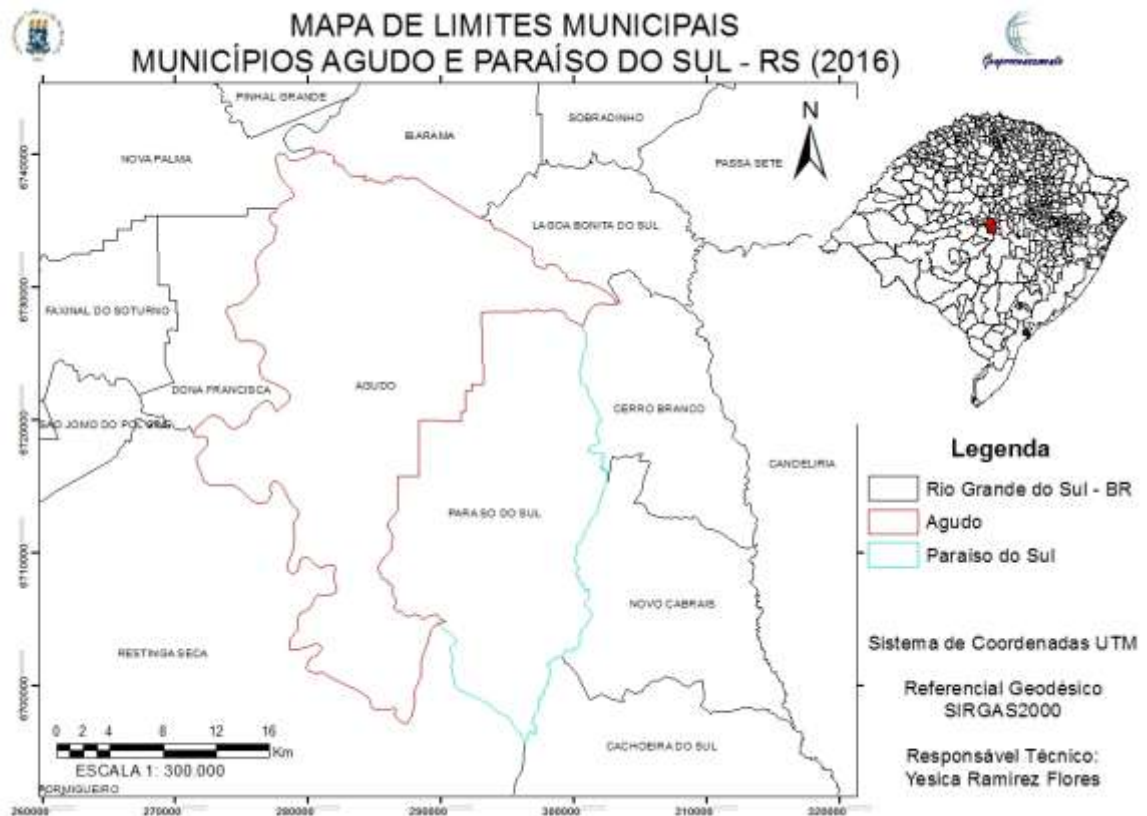
A evolução da Colônia e sua reestruturação deu-se em anos seguintes formando distritos e após emancipações novos municípios do estado do Rio Grande do Sul, a saber:

Em 1855, o Governo Provincial criou, na região do município de Cachoeira do Sul, a Colônia Santo Ângelo, atuais municípios de Agudo, Restinga Seca, Nova Palma, Dona Francisca, Paraíso do Sul e Cerro Branco, nome dado em homenagem ao seu fundador Ângelo Muniz Ferraz, então Presidente da Província. No dia 4 de setembro de 1885, a Câmara Municipal de Cachoeira do Sul dividiu a Colônia Santo Ângelo "em 6 grandes complexos de acordo com a Lei nº 1.433, de janeiro de 1884, para arrecadação do imposto colonial". Neste momento, foi extinta a unidade e autonomia da Colônia Santo Ângelo. A partir desta data, Santo Ângelo deixou de existir, surgindo em seu lugar distritos que deram origem a vários municípios: Agudo (1959), Restinga Seca (1959), Nova Palma (1960), Dona Francisca (1965), Paraíso do Sul (1988) e Cerro Branco (1989) (WERLANG, 1995, p. 47).

Nesse processo de transformações geopolíticas, econômicas, sociais e institucionais, ao longo de mais 150 anos, os municípios emancipados possuem instituições informais que trazem de seus antepassados, que podem ser visualizados e percebidos na sua cultura e no turismo, onde a influência étnica, tanto germânica, italiana, portuguesa, africana são destacados.

Os municípios de Agudo e Paraíso do Sul, locais da pesquisa de campo, por serem municípios limítrofes, (figura 1), se assemelham em vários aspectos, como no tipo de agricultura que desenvolvem, principalmente, e a localização da maioria das famílias produtoras de tabaco.

Figura 1 - Mapa de Limites Municipais dos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2016)



Fonte: Laboratório de Geoprocessamento da UFSM, responsável técnica: Yesica Ramirez Flores.

Além da similaridade dos cultivos agrícolas e de seu conhecimento, a evolução de indicadores sociais e econômicos também se fazem importantes para compreender o contexto atual dos municípios pesquisados.

3.6 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DOS MUNICÍPIOS DE AGUDO E PARAÍSO DO SUL

O município de Agudo possui população de 16.722, área de 535,09 Km², a densidade demográfica é 31,26 hab/Km², o ano de sua instalação é de 1959, emancipando-se do município de Cachoeira do Sul, pertence à microrregião de Restinga Seca e à mesorregião Centro Ocidental Riograndense. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) era de 0,694, em 2010.

A renda per capita média de Agudo cresceu 101,26% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 427,84 em 1991 para R\$ 550,66 em 2000 e R\$ 861,06 em 2010; a extrema pobreza passou de 15,38% em 1991 para 3,97% em 2000 e para 3,91% em 2010 e a desigualdade diminuiu, onde o Índice de Gini passou de

0,61 em 1991 para 0,53 em 2000 e para 0,52 em 2010. Conforme o IDH (2013), Agudo ocupava a 2078ª posição em relação aos 5.565 municípios do Brasil, no ano de 2010. E no Rio Grande do Sul estava na posição 334ª com relação aos 496 demais municípios, sendo que 67,14% estão em situação melhor no Estado.

De acordo com o Atlas de DH (2013), em 2010, das pessoas ocupadas da faixa de 18 anos ou mais, 55,44% atuavam no setor agropecuário, 18,78% na área de serviços, 10,10% no comércio, 8,43% na indústria de transformação, 5,11% no setor de construção, 0,51% nos setores de utilidade pública. A habitação em 88,17% dos domicílios possuía água encanada, em 2010, e 99,59% acesso a energia elétrica e 98,77% a coleta de lixo.

Já Paraíso do Sul tem população de 7.336 habitantes, num território de 342,21 Km², a densidade demográfica de 21,44 hab/Km², pertencente à microrregião de Cachoeira do Sul, município do qual se emancipou em 1989. Faz parte da mesorregião Centro Oriental Riograndense, e pelo IDH, o município ocupava a 2524ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil e a 396ª posição com relação aos 496 municípios do Rio Grande do Sul, sendo que 79,64% estão numa situação melhor que Paraíso do Sul no ranking geral do Estado.

Possui um IDH de 0,676, com renda per capita média de R\$ 345,94 em 1991, de R\$ 382,55 em 2000 e R\$ 593,01 (2010), obtendo uma taxa de crescimento de 71,42% deste indicador nas últimas décadas. A pobreza extrema passou de 14,16% em 1991 para 9,16% em 2000 e para 2,66% em 2010, diminuindo também a desigualdade, em que o Índice de Gini passou de 0,57 em 1991 para 0,49 em 2000 e para 0,37 em 2010 (ATLAS DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013). Ainda, conforme os dados do Atlas, em 2010, as pessoas ocupadas com 18 anos ou mais, 72,67% trabalhavam no setor agropecuário, 14,50% no setor de serviços, 4,86% na indústria de transformação, 4,17% no comércio, 3,21% na construção e 0,13% em setores de utilidade pública, sendo que as características da habitação da população, em 89,97%, no ano de 2010, já possuíam água encanada em seus domicílios, 99,64% acesso a energia elétrica e 94,92% a coleta de lixo.

A estrutura etária da população nos municípios sujeitos da pesquisa se constitui na sua maioria entre 15 e 64 anos de idade, considerada potencialmente ativa, sendo que a população de jovens menores de 15 anos vem diminuindo e, por

outro lado, a população com mais de 64 anos vem crescendo nos últimos 20 anos. Pode-se perceber que a taxa de envelhecimento nos municípios vem aumentando, em Agudo, que em 1991 era de 6,93% passou para 11,03% em relação ao total população em 2010, e, em Paraíso do Sul, de 9,57% em 1991 ampliou-se para 12,50%, em 2010, em referência a população total, conforme dados da tabela 2.

Tabela 2 - Estrutura Etária da População dos Municípios (2013)
Estrutura Etária da População - Agudo - RS

Estrutura Etária	População	% do		% do		
		1991	2000	1991	2010	
Menos de 15 anos	4.840	28,95	4.916	28,16	3.201	19,14
15 a 64 anos	10.720	64,12	11.031	63,2	11.676	69,82
População de 65 anos ou mais	1.158	6,93	1.508	8,64	1.845	11,03
Razão de dependência	56	0,33	50,92	0,29	43,22	0,26
Taxa de envelhecimento		6,93		8,64		11,03

Estrutura Etária da População - Paraíso do Sul - RS

Estrutura Etária	População	% do		% do		
		1991	2000	1991	2010	
Menos de 15 anos	1.726	26,29	1.620	22,46	1.406	19,17
15 a 64 anos	4.211	64,14	4.813	66,74	5.013	68,33
População de 65 anos ou mais	628	9,57	779	10,8	917	12,5
Razão de dependência	55,9	0,85	49,84	0,69	45,38	0,62
Taxa de envelhecimento		9,57		10,8		12,5

Fonte: Adaptado do Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.

Nas características populacionais, pode-se verificar que os municípios têm maior concentração de pessoas no meio rural, embora haja crescente taxa de urbanização, de acordo com os dados da tabela 3. Mesmo assim, mais de 50% da população depende de meios de subsistência da agricultura e atividades afins.

Tabela 3 - População Total Urbana/Rural dos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul (2013)

População	População 1991		População 2000		População 2010	
	RURAL %	URBANA %	RURAL %	URBANA %	RURAL %	URBANA %
Municípios						
AGUDO	79,60	20,40	67,60	32,40	58,80	41,20
PARAÍSO DO SUL	84,17	15,83	77,48	22,52	61,12	38,88

Fonte: Adaptado do Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.

Devido a essas características populacionais, onde a maioria das pessoas ainda está localizada no meio rural, é importante identificar-se os atributos dos solos, a hidrografia, o clima e a vegetação, pois contribuem de forma inclusiva para a permanência das pessoas neste meio e o uso sustentável de sua propriedade.

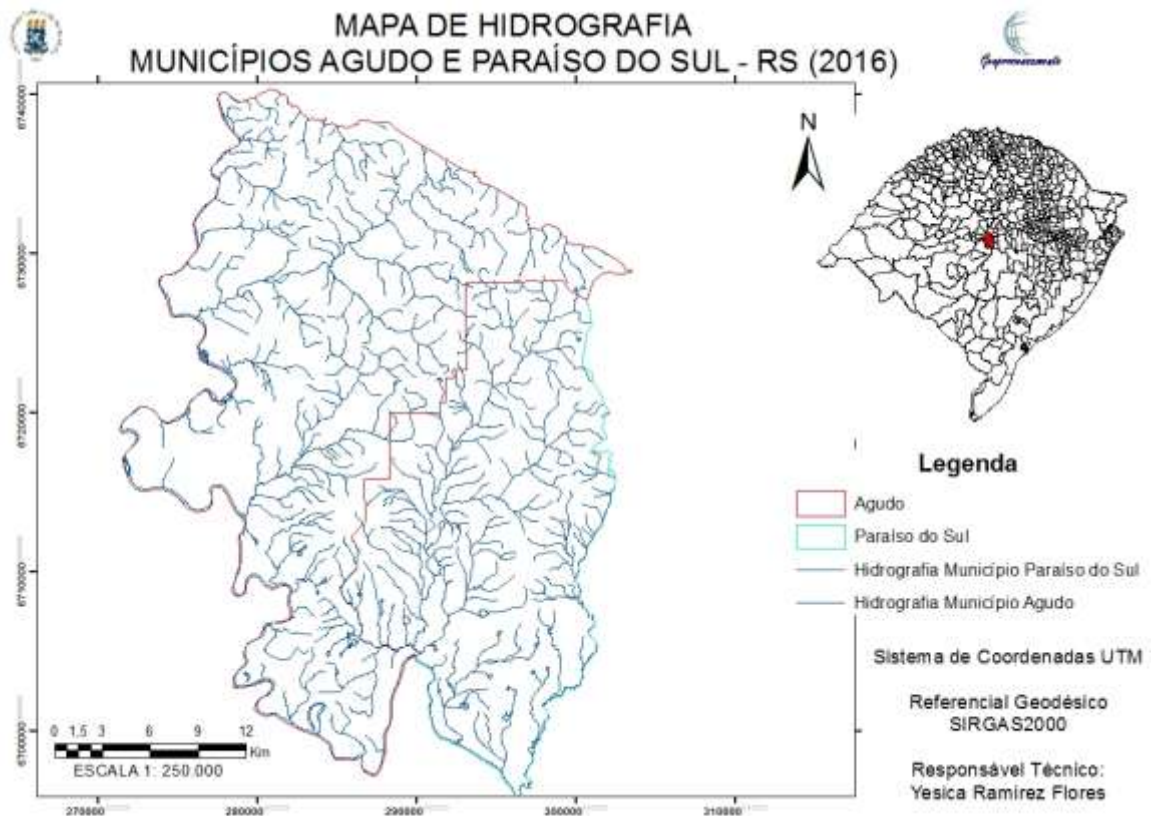
3.7 PERFIL GEOAMBIENTAL DOS MUNICÍPIOS DE AGUDO E PARAÍSO DO SUL

Os municípios de Agudo e Paraíso do Sul localizam-se na Depressão Central do Rio Grande do Sul; o clima caracteriza-se por ser mesotérmico e temperado que apresentando característica subtropical com inverno marcante caracterizado pela classificação de Köppen-Geiger, no tipo Cfa (subtropical úmido). Na constituição desse clima, a temperatura é moderada com chuvas bem distribuídas e verão quente. Nos meses de inverno há ocorrência de geadas, sendo a média de temperatura neste período inferior a 16°C. No mês mais quente as máximas são superiores a 30°C (DALMOLIN *et al.*, 2003). A existência de duas estações climáticas bem diferentes favorece a agricultura, sendo que o fim da primavera e o calor do verão favorecem os cultivos de produtos que para seu desenvolvimento demandam de altas temperaturas, como o arroz, o milho, a soja, e dentre outros o tabaco (MOREIRA, 2007).

A região onde localizam-se os dois municípios pesquisados, se caracteriza por uma pluviosidade intensa e bem distribuída no ano, conforme apresentado no mapa de hidrografia (figura 2). Pode-se visualizar o número considerável de canais de água, inclusive na região centro-norte dos municípios, caracterizada pela sua altimetria alta. Isto representa que a população lá residente possui acesso a água durante o ano inteiro, pois existem inúmeras nascentes que abastecem os açudes, barragens, arroios, riachos e rios que lá se encontram ou fluem pelo território.

O Rio Jacuí é o rio histórico, pois foi através das águas deste, que o navio trouxe os primeiros imigrantes alemães da então Colônia de Santo Ângelo, que atualmente abastece a população da beira e se constitui num dos principais insumos agrícolas para a produção de arroz.

Figura 2 - Mapa de Hidrografia dos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2016)



Fonte: Laboratório de Geoprocessamento da UFSM, responsável técnica: Yesica Ramirez Flores.

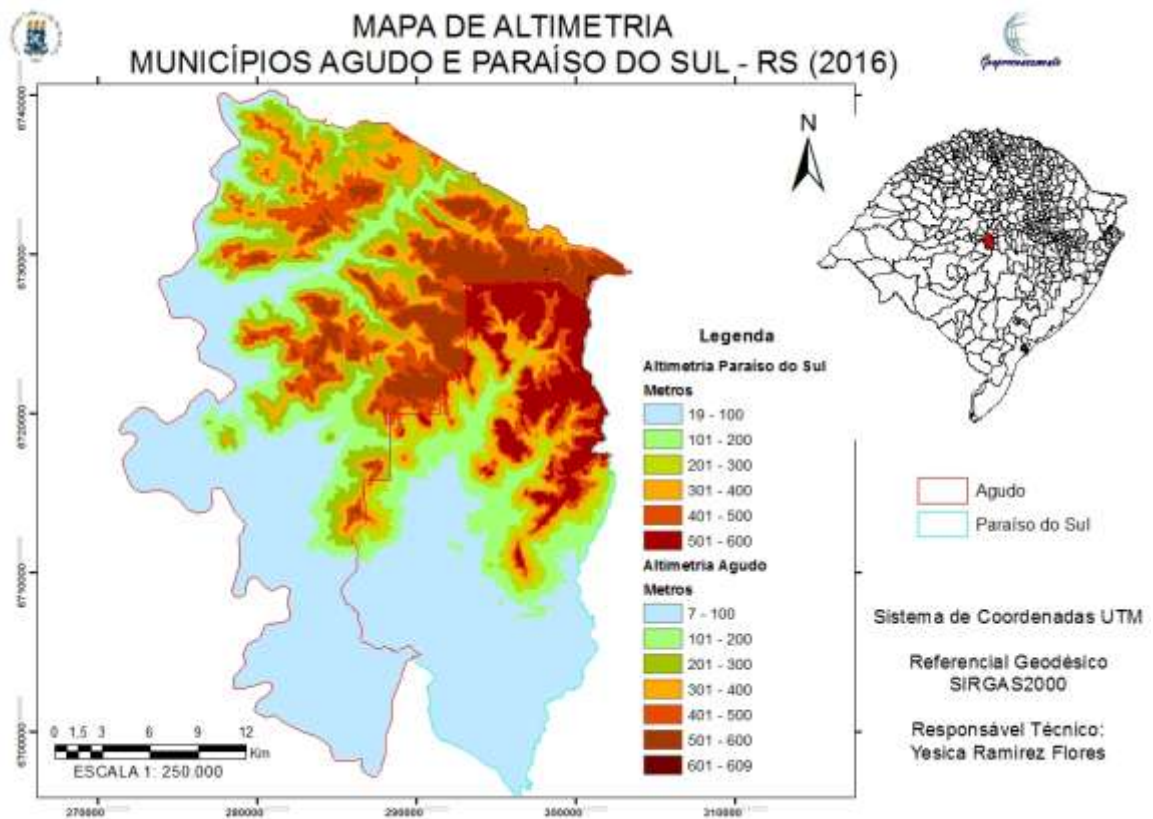
Os solos predominantes nos municípios de Agudo e Paraíso do Sul em áreas de morro são os mais rasos como o Neossolos Litólicos e o Regolíticos, o Cambissolos e o Chernossolos. Tanto em Agudo como em Paraíso do Sul possuem áreas de coxilhas sedimentares da Depressão Central, constituídas de Argissolos em áreas mais altas e melhor drenadas e de Planossolos e Gleissolos nas várzeas hidromórficas. Todos os solos citados apresentam aptidão para o cultivo do tabaco, porém vale a observação para os Planossolos e Gleissolos, como estes são solos de várzea, os mesmos necessitam de uma boa drenagem e o uso de camalhões para este tipo de produção específica (DALMOLIN *et al.*, 2003).¹⁰

Observa-se que no mapa de altimetria (figura 3), que na região centro-norte dos municípios uma altimetria alta, onde há elevações em pontos de 400 até 600 metros. Em áreas de altimetria menores que 100 metros, estão presentes

¹⁰ Descrição dos solos baseado no relatório técnico "Levantamento semidetalhado de solos da microbacia do Arroio Lino – município de Agudo (RS) de Dalmolin et al (2003). Departamento de Solos da UFSM.

atividades agrícolas mais orientadas para a produção de arroz, pecuária, morango, já em altitudes maiores que 400 metros, situadas mais ao norte dos municípios, estão presentes intensivamente a produção do tabaco, milho, soja e criação de gado.

Figura 3 - Mapa de Altimetria dos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2016)



Fonte: Laboratório de Geoprocessamento da UFSM, responsável técnica: Yesica Ramirez Flores.

A identificação das peculiaridades dos municípios de Agudo e Paraíso do Sul permite perceber as limitações agronômicas e geográficas, que contornam o modo de vida das populações residentes, influenciando na tipologia de cultivos temporários e permanentes e vislumbrar possibilidades de diversificação dentre as restrições. E também constituir uma ferramenta para direcionar políticas públicas de diversificação diante das características dos solos, hidrográficas, de altimetria e clima.

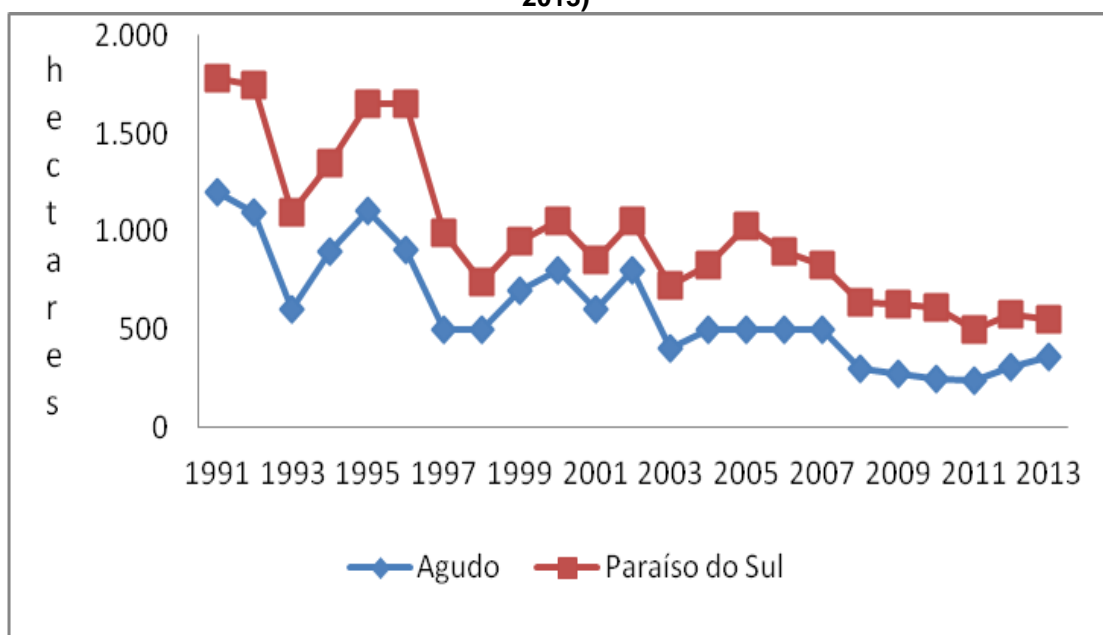
3.8 O QUE PRODUZEM OS AGRICULTORES DOS MUNICÍPIOS DE AGUDO E PARAÍSO DO SUL

Os municípios de Agudo e Paraíso do Sul se constituem agrícolas e têm, além do tabaco, a produção de alimentos como principais cultivos. Numa análise a partir dos dados do IBGE, pode-se verificar uma tendência ao decréscimo da produção de milho, feijão e um aumento substancial da produção de lenha, tabaco, e arroz.

Cultivava-se feijão no ano de 1991, 1.200 ha, em 2001, 600 ha e em 2011 apenas 240 ha, no município de Agudo, em cada década houve uma redução de 50% desse cultivo temporário, em termos de área plantada. E, de acordo com os dados da quantidade produzida nesse período, verificou-se o evento semelhante, de 600 toneladas (t) em 1991, para 357 (t) no ano de 2011, conforme dados do IBGE (2016).

Já no município de Paraíso do Sul, em 1991 cultivavam-se 580 ha de feijão, no ano de 2001, 250 ha, permanecendo semelhante em 2011, com 258 ha, (gráfico 4). Nota-se que, na quantidade produzida, não há uma estabilidade de ano para outro, ocorrendo variações, por exemplo, de 73 (t) geradas em 2012, para 348 (t) em 2013, no município de Agudo.

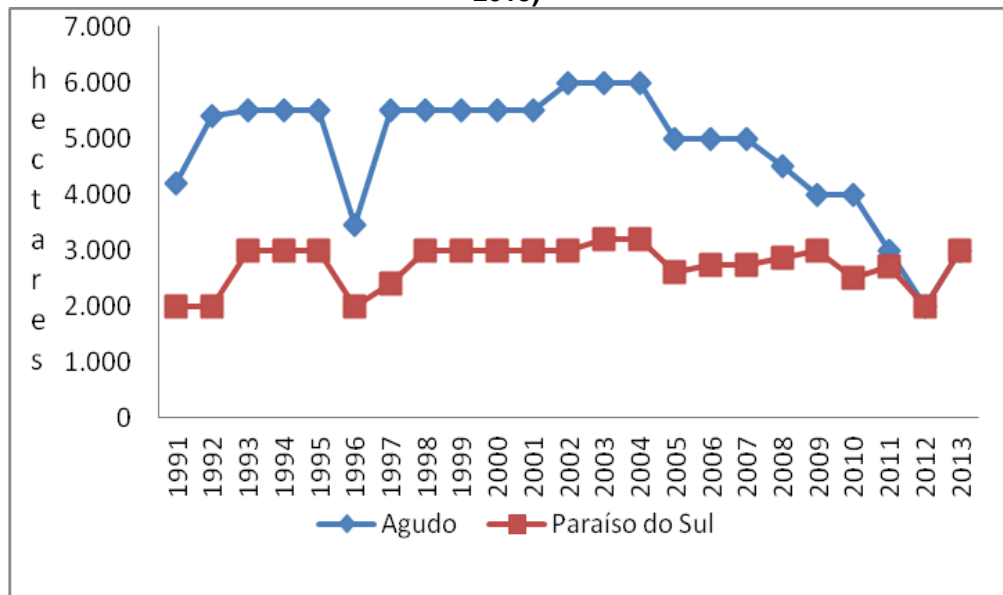
Gráfico 4 - Área (ha) cultivada de Feijão nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul (1991-2013)



Fonte: Adaptado do IBGE, 2014.

Com relação ao milho, o município de Agudo teve uma redução na área cultivada; nas duas últimas décadas (1991/2011), de 1.200 ha e Paraíso do Sul manteve constante na produção, aumentando em torno de 1.000 a produção desse cultivo temporário, nesse período, (gráfico 5). É importante cultivo, tanto para a comercialização como também para alimentação dos animais, como porcos, gado, galinhas, e outros. A mesma relação que se realizou com o feijão, pode-se fazer com o milho no que se refere à quantidade produzida, ocorrendo variações de um ano para outro, por exemplo, no ano de 2012 gerou-se 2.040 (t), e no ano seguinte, 2013, 11.340 (t), no município de Agudo, conforme dados do IBGE (2016).

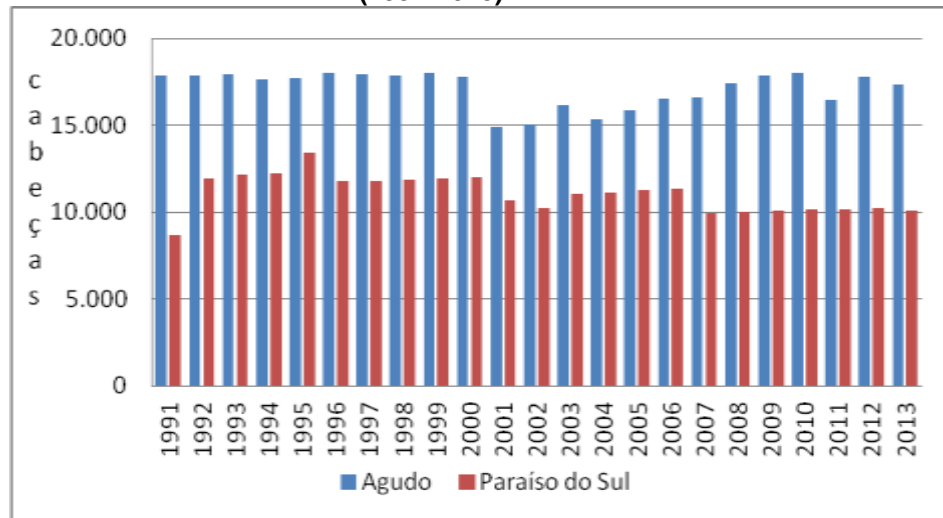
Gráfico 5 - Área (ha) cultivada de Milho nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul (1991-2013)



Fonte: Adaptado do IBGE, 2014.

Na pecuária destaca-se o efetivo do rebanho de gado bovino, que se manteve estável em número de cabeças no município de Agudo, com uma baixa em torno de 2.900 a 1.100 entre os anos de 2001 e 2007, e após esse período tornou a crescer novamente. O fato também ocorre em Paraíso do Sul; no ano de 2001 há um decréscimo, de cerca de 1.500, no número de cabeças de gado, com relação aos anos anteriores, se mantendo constante após esse período, por volta de 10.000 animais (gráfico 6).

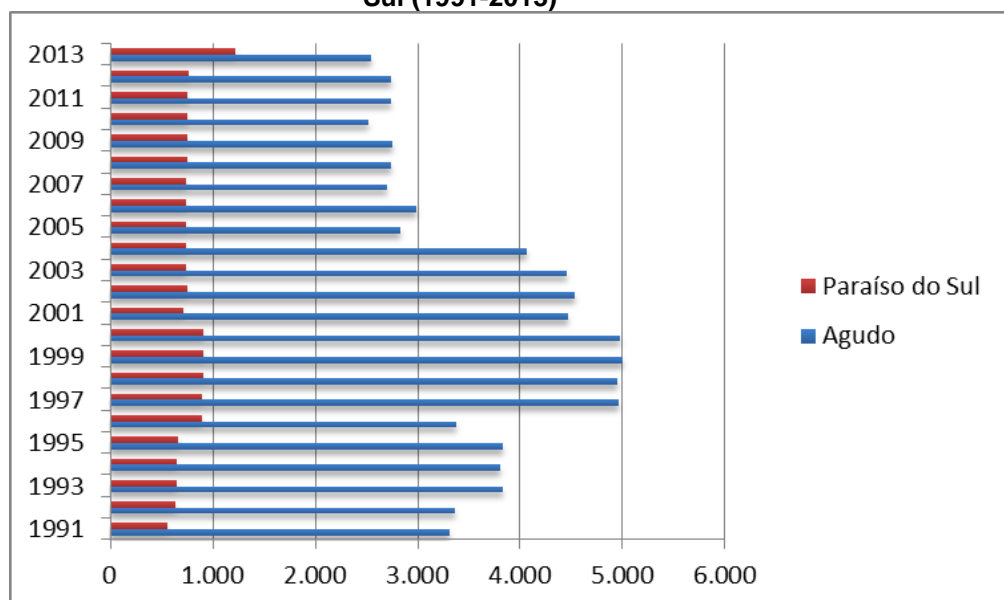
Gráfico 6 - Número de Cabeças de rebanho bovino nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul (1991-2013)



Fonte: Adaptado do IBGE, 2014.

No que concerne à quantidade de leite produzida nos municípios, identifica-se que os anos de 1997 a 2004 para Agudo, houve um incremento de 1.500 mil litros de leite e em Paraíso esse evento ocorreu no período de 1997 a 2000, onde esse acréscimo foi de em torno de 250 mil litros, ressaltando que no ano de 2013 foi de 465 mil litros (gráfico 7).

Gráfico 7 - Quantidade (mil litros) de leite produzido nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul (1991-2013)



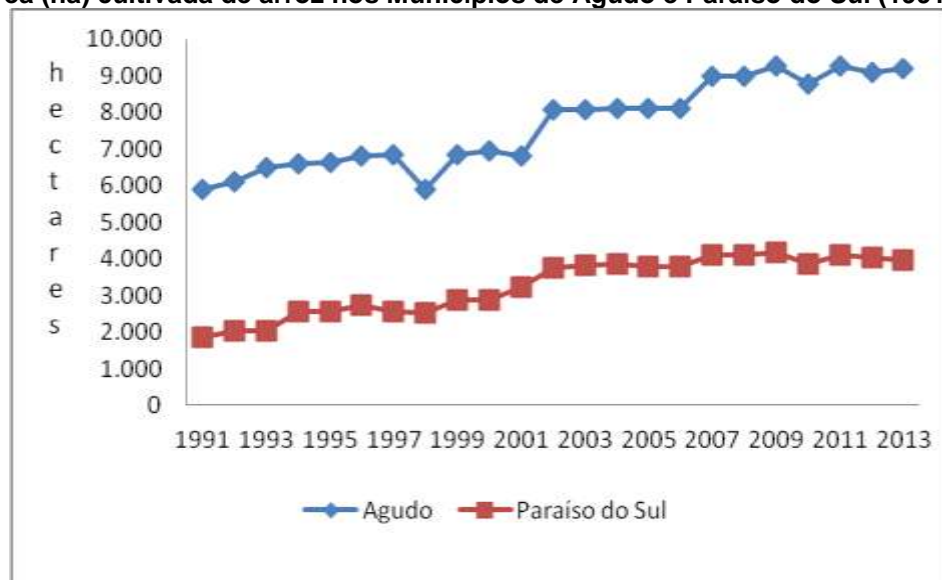
Fonte: Adaptado do IBGE, 2014

A área plantada de arroz teve um aumento nas duas décadas, 1991 e 2011, (gráfico 8), nos dois municípios. Em Agudo de 5.900 cresceu para 9.255 hectares e

em Paraíso do Sul foi de 1.850 para 4.118 hectares. Percebe-se que esse crescimento foi até o ano de 2002, período em que houve a introdução da técnica do uso do arroz irrigado pré-germinado e sua maior difusão, permitindo a utilização mais eficiente das áreas da propriedade. A partir desse período houve uma tendência à estabilidade no tamanho da área plantada.

As explicações para esse aumento de área plantada dão-se também pela introdução de novos projetos de irrigação e pelo desenvolvimento de um novo cultivar de arroz, mais resistente ao herbicida, que controla o arroz vermelho, considerado planta invasora e que prejudica a produtividade.¹¹

Gráfico 8 - Área (ha) cultivada de arroz nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul (1991-2013)

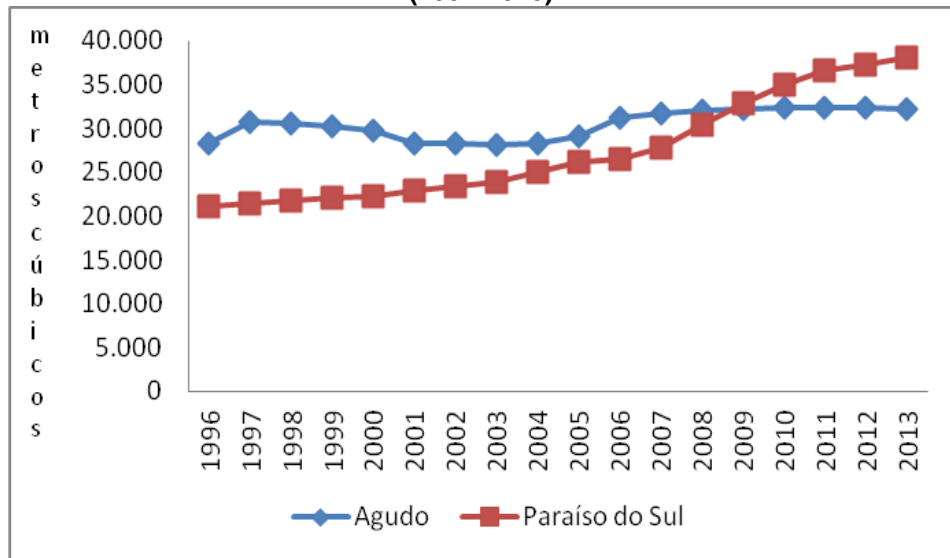


Fonte: Adaptado do IBGE, 2014.

A quantidade de lenha produzida, em m³, nos municípios também elevou-se nas últimas duas décadas, de 28.250 m³ em 1996, para 32.200m³ em 2013 em Agudo. E um aumento mais acentuado no município de Paraíso do Sul, de 21.100 m³ em 1996 para 38.018m³ em 2013. Uma vez que a produção de tabaco também cresceu, e este necessita de lenha para a cura, e há proibição do corte de mata nativa para esta etapa do processo da produção do fumo, pode-se relacionar as questões (gráfico 9).

¹¹ Explicações fornecidas pelo técnico agrícola do IRGA do município de Agudo.

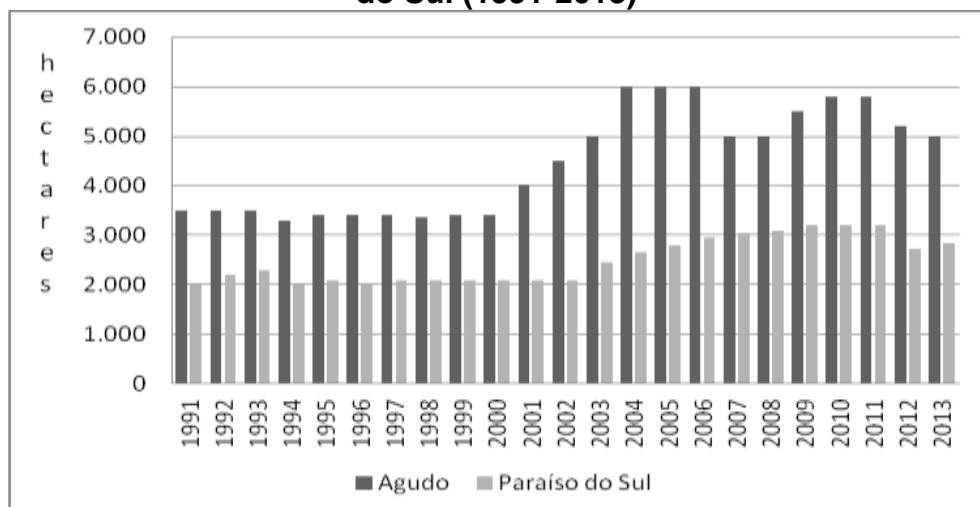
Gráfico 9 - Quantidade (m3) Produzida de lenha nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul (1991-2013)



Fonte: Adaptado do IBGE, 2014.

Quanto à área plantada de tabaco nos dois municípios, pode-se perceber que o ano de 2001 foi significativo no aumento do número de hectares, em Agudo, chegou a 6.000 hectares, e em Paraíso do Sul, em 2003 iniciou-se esse crescimento também. Desde esse período tiveram anos de picos de área plantada, para Agudo foi 2004 a 2006, e 2009 a 2011; em Paraíso do Sul houve certa estabilidade a partir do ano de 2006, sendo a superfície cultivada estabelecida por volta 3.000 hectares de tabaco (gráfico 10).

Gráfico 10 - Área (ha) plantada de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul (1991-2013)



Fonte: Adaptado do IBGE, 2014

Dentre os cultivos temporários presentes nos municípios pesquisados, pode-se verificar que além do arroz, que é o maior em área plantada, o tabaco vem na sequência, sendo o maior em valor de produção, constituindo-se também no produto agrícola que absorve grande parte da mão de obra familiar no meio rural, onde a agricultura familiar é peculiar. Além disso, o tabaco demanda insumos específicos como lenha e ferramentas que acompanham a evolução. Estes são os aspectos associados que contribuem nas transformações na produção e organização das famílias produtoras de tabaco. Na sequência do trabalho, no capítulo sobre as famílias produtoras de tabaco será ampliada a discussão sobre o tabaco, aspectos da sua produção e do consumo em regiões produtoras e aspectos organizacionais e institucionais.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos empregados na condução da presente pesquisa são apresentados a seguir, com a identificação dos passos para a sua execução. O estudo caracteriza-se qualitativo-quantitativo e descritivo. O método e as técnicas utilizados: o histórico e o estatístico e as técnicas de entrevista estruturada, observação participante e análise documental e bibliográfica, bem como descreve-se o processo analítico aplicado na análise e na interpretação dos dados.

4.1 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa se caracteriza como sendo qualitativa-quantitativa e descritiva, e procurou compreender, por meio do método histórico, a evolução das instituições no espaço rural do plantio de tabaco, no Rio Grande do Sul, Brasil. E buscou-se um aprofundamento no conhecimento teórico e práticas de políticas de desenvolvimento rural num estágio no exterior na Universidade de Évora, em Portugal.

Na proposição de Boas (2004), o método histórico atende a necessidade de realizar uma reconstrução histórica de cada povo, entendido como particularismo histórico, de forma que o mesmo resultado nem sempre é devido às mesmas causas. Por exemplo, uma regra pode ter consequências diferentes em diferentes países e não ter um único significado para os indivíduos que se encontram em espaços diferentes. E, nesta orientação, Marconi e Lakatos (2003, p. 107) define o método histórico como a “consistência em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje”. De acordo com a autora, “as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época”. Portanto, para seu entendimento e melhor compreensão do seu papel, é necessário retornar aos períodos da sua formação e transformação da sociedade. O método histórico parte do “princípio de que as atuais formas de vida social, as instituições e os costumes têm origem no passado, é importante pesquisar suas raízes, para compreender sua natureza e função” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 107).

Para Baingo (2010, p. 8), o método histórico está caracterizado por uma tentativa de explicar a vida econômica e o comportamento econômico pela leitura do

desenvolvimento humano em diversas áreas como as artes, a literatura, os costumes, a religião, a produção e comércio. Dessa maneira, o método histórico veio “compreender os atos humanos e exige um entendimento para explicar o sentido das ações humanas, já que estão submetidos aos acontecimentos abstrusos do processo evolutivo” (BAINGO, 2010, p.8).

Quanto ao método estatístico, conforme Marconi e Lakatos (2003) significa reduzir fenômenos sociológicos, econômicos a termos quantitativos para sua manipulação, permitindo comprovar relações entre variáveis entre si, obtendo generalizações sobre uma determinada população. A estatística descritiva, uma subdivisão do método estatístico, é uma medição de uma característica de interesse (variável) resultante em um número que contém uma informação que permite uma análise e interpretação (MORAIS, 2012).

A estatística descritiva para organizar e condensar dados faz uso de técnicas, que possibilitam entender a informação nelas contidas. Uma variável qualitativa é classificada em categorias, denominada de classes, e os dados quantitativos, medidos em escala numérica, apresentados em tabelas de distribuição de frequências e histogramas, para permitir a descrição e obtenção de informações a partir da síntese dos dados (MORAIS, 2012, p.181). Por este método visou-se a compreender as relações das variáveis quantitativas e qualitativas, oriundos da pesquisa de campo, dos dados obtidos pelos questionamentos realizados para as famílias produtoras de tabaco dos municípios de Agudo e Paraíso do Sul, para responder aos objetivos da pesquisa.

Retomando os objetivos em que o estudo propôs-se a:

- a) verificar as transformações históricas da organização da produção de tabaco no Rio Grande do Sul;
- b) realizar uma análise institucional do processo de ocupação da produção de tabaco no Rio Grande do Sul;
- c) analisar a evolução institucional das famílias produtoras de tabaco; e
- d) relacionar a mudança institucional com transformação social, ambiental, política, econômica das famílias produtoras de tabaco no RS.

E para tanto, selecionaram-se municípios em que a aptidão agrícola histórica é o tabaco.

4.2 UNIVERSO DA PESQUISA

O universo tratado foram as instituições formais que influenciam e são influenciadas na evolução do tabaco no Rio Grande do Sul, compostas por elementos da democracia, burocracia, instituições financeiras e sociais, judiciário, governança empresarial. E também as famílias produtoras de tabaco que residem em territórios que pertenciam à Colônia Santo Ângelo, e que na evolução histórica se transformaram em municípios.

De modo que, durante o processo de pesquisa investigou-se como as instituições influenciam e são influenciadas na transformação produtiva e organizacionais das famílias produtores de tabaco, nos municípios que pertenciam a Cachoeira do Sul, no período da imigração denominado de Colônia Santo Ângelo, onde o plantio de fumo é presente. Contudo, no universo delimitado foram os municípios onde há maior ênfase na produção, especificamente em dois (2) a saber: Agudo e Paraíso do Sul, que detêm no fumo senão como principal cultura temporária em termos de área plantada, mas dentre as principais, conforme tabela 4. E que de acordo com os dados fornecidos pela Associação de Fumicultores do Brasil (AFUBRA), o município de Agudo contém 2.273 e o município de Paraíso do Sul, 1.294 famílias produtoras de tabaco.

Tabela 4 - Área Plantada em Lavouras Temporárias dos Municípios de Agudo e Paraíso do sul (2012)

Produtos Municípios	ARROZ (ha)	FEIJÃO (ha)	FUMO (ha)	MILHO (ha)	SOJA (ha)	TRIGO (ha)
Agudo	9.074	310	5.200	2.000	300	X
Paraíso do Sul	4.038	270	2.720	2.000	1.240	X

Fonte: Adaptado do IBGE, 2012.

Os dois (2) municípios são dependentes da renda do fumo, pois em ambos constitui-se no cultivo de maior receita, de acordo com a tabela 5. Além disso, o tabaco sempre esteve presente dentre os principais produtos cultivados desde a época da chegada dos imigrantes alemães na região, portanto faz parte da história da população. Não obstante, essa dependência torna-se preocupante devido às restrições que a produção e o consumo de tabaco vêm recebendo de numerosos organismos ligados a questões ambientais, saúde, políticas, econômicas e sociais e mudanças institucionais em curso.

Tabela 5 - Valor da Produção das Lavouras Temporárias nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul (2012)

Produtos Municípios	ARROZ R\$ mil	FEIJÃO R\$ mil	FUMO R\$ mil	MILHO R\$ mil	SOJA R\$ mil	TRIGO R\$ mil
AGUDO	41.565	133	53.377	849	407	-
PARAÍSO DO SUL	12.419	216	35.760	1.288	1.497	-

Fonte: Adaptado do IBGE, 2012.

Para tanto, a pesquisa de campo teve como o escopo famílias produtoras de tabaco dos municípios de Agudo e Paraíso do Sul, localizadas em regiões centro-norte dos municípios, onde concentra-se a maioria dos fumicultores. Os sujeitos da pesquisa foram 68 famílias selecionadas intencionalmente, baseado na identificação de estufas de cura de tabaco em sua propriedade, e portanto por conveniência.

A pesquisa foi realizada com o núcleo familiar de cada residência, em que participaram nos questionamentos todas as pessoas presentes no momento da entrevista: estão expressas então nas respostas as opiniões dos cônjuges, filhos e demais membros integrantes de cada família. O tamanho da amostra, portanto, foi de 68 famílias, constituídas de 241 pessoas entrevistadas, e deu-se por encerrada a investigação de campo por entender-se que houve um processo de saturação nas respostas.

Compreendendo-se como amostragem por saturação, como a suspensão de inclusão de novos participantes, uma vez que os dados já obtidos nas entrevistas passam a apresentar certa repetição ou redundância, argumentam Fontanella, Ricas, Turato (2008). Complementando a concepção, Charmaz (2009, p. 156) considera que as “categorias estão saturadas quando a coleta de dados novos não mais desperta novos *insights* teóricos, nem revela propriedades novas dessas categorias teóricas centrais”. Passou-se a identificar estas hipóteses nas famílias produtoras de tabaco pesquisadas, nos municípios de Agudo e Paraíso do Sul, e numa avaliação em conjunto (orientador/orientanda), decidiu-se encerrar a coleta de dados nesses municípios e não incluir outros municípios também produtores de tabaco, inicialmente pensados no projeto de pesquisa.

4.3 A COLETA DE DADOS

Para o alcance dos objetivos específicos, o levantamento dos dados foi realizado a partir de fontes primárias e fontes secundárias. Para as fontes primárias,

foram utilizados os dados históricos, os bibliográficos e a pesquisa de campo e para as fontes secundárias, os dados foram coletados partir de indicadores econômicos, políticos e sociais relacionados com a produção do tabaco e sua evolução ao longo do tempo.

As transformações históricas da organização da produção de tabaco no Rio Grande do Sul foram verificadas a partir de pesquisa documental (anuários, atlas) e bibliográfica (teses, artigos, livros). A análise institucional do processo de ocupação da produção de tabaco no Rio Grande do Sul deu-se por meio do estudo da evolução de instituições formais (democracia, burocracia, direitos de propriedade, governança empresarial, instituições financeiras, instituições sociais e trabalhistas (políticas públicas)) enfatizadas por CHANG, 2004, p. 25, relacionadas com a produção do tabaco, a partir da pesquisa de campo com as famílias fumicultoras e informações de fontes secundários das séries históricas de dados socioeconômicos (IBGE, FEE, IDH, FAO, AGROSAT, IPEA, Anuários do Tabaco).

As variáveis que foram investigadas na história do desenvolvimento institucional e operacionalizadas nas questões de pesquisa são apresentadas no quadro 1.

Quadro 1 - Variáveis e Questões de Pesquisa de Desenvolvimento Institucional

<i>Dimensões</i>	QUESTÕES DE PESQUISA SOBRE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
DEMOCRACIA	<ul style="list-style-type: none"> - Regime político - Exercício da cidadania - Poder de escolha de governantes - Direito a voto (sufrágio universal) - (renda, raça, credo político, gênero) - leis, normas restritivas a produção e consumo de tabaco, uso de insumos, publicidade
BUROCRACIA	<ul style="list-style-type: none"> - estruturação e formalização do sistema integrado da cadeia produtiva do tabaco
JUDICIÁRIO	<ul style="list-style-type: none"> - contratos (ações responsabilizando as indústrias – ambiente, saúde) - propriedade (terra, técnicas de cultivo)
GOVERNANÇA EMPRESARIAL	<ul style="list-style-type: none"> - oligopólios - concentração de poder – nº contratos - responsabilidade social e ambiental - acesso ao mercado (regras claras e transparentes) - acesso a novos mercados
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	<ul style="list-style-type: none"> - critérios do Conselho Monetário Nacional para o Tabaco - reformas bancárias – crédito e subsídios para a agricultura
INSTITUIÇÕES SOCIAIS	<ul style="list-style-type: none"> - legislação trabalhista rural - jornada de trabalho

<i>Dimensões</i>	QUESTÕES DE PESQUISA SOBRE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
	<ul style="list-style-type: none"> - previdência social - trabalho infantil - direito a educação formal
INFRAESTRUTURA	<ul style="list-style-type: none"> - educação (acesso a escola) - saúde (posto de saúde, hospitais, atitudes de prevenção) - comunicação (meios) - assistência técnica (boas práticas) - água e esgoto; eletricidade; estradas

Fonte: Elaborado pela autora, baseado em North (1993) e Chang (2004).

A análise da evolução institucional das famílias produtoras de tabaco foi realizada via pesquisa de campo, a partir da amostra intencional, por conveniência, das famílias produtoras de tabaco residentes nos dois municípios. Foram selecionadas famílias que tinham histórico na produção de fumo de no mínimo duas gerações e nas quais o tabaco caracteriza-se como o principal produto cultivado na propriedade, concentradas em regiões de relevo ondulado e fortemente ondulado. Com as famílias produtoras buscou-se também averiguar variáveis relacionadas ao uso da terra; as crenças; o gênero; valores comuns; costumes, buscando responder as questões de pesquisa apresentadas no quadro 2.

Quadro 2 - Variáveis e Questões de Pesquisa com as Famílias Produtoras de Tabaco

<i>Dimensões</i>	QUESTÕES DE PESQUISA COM AS FAMÍLIAS PRODUTORAS DE TABACO
TERRA	<ul style="list-style-type: none"> - forma de uso - principal atividade - cuidados com o solo - tipos de insumos
CRENÇAS	<ul style="list-style-type: none"> - religião - conhecimento popular
GÊNERO	<ul style="list-style-type: none"> - estrutura familiar - tipo de atividade - participação nas decisões - direitos
VALORES COMUNS	<ul style="list-style-type: none"> - solidariedade - confiança - reciprocidade
COSTUMES	<ul style="list-style-type: none"> - hábitos de lazer e alimentação - preservação de traços culturais - laços étnicos e familiares

Fonte: Elaborado pela autora, baseado em North (1993) e Chang (2004).

O instrumento da coleta de dados da pesquisa de campo deu-se através de entrevistas, com questionário composto de perguntas estruturadas (roteiro no apêndice A) e observação participante com as famílias produtoras de tabaco.

4.3.1 A descrição da coleta dos dados

Os procedimentos para a coleta de dados primários deu-se inicialmente com a elaboração e organização do questionário, com perguntas fechadas e abertas. Baseado nas variáveis definidas a partir da abordagem teórica, foram estabelecidas em questões objetivas para serem observadas na população objeto da pesquisa de campo. As variáveis e questões de pesquisa foram definidas a partir do aporte teórico da Abordagem Institucionalista de Desenvolvimento, em autores como North (1991; 1993; 2009); Chang (2006, 2004) Chang e Evens (2000); Acemoglu *et al.*, (2006), as questões sobre a produção do tabaco respaldaram-se em autores como Geist *et al.*, (2009, 2008, 2007) e em Lecours (2011) para o ponto sobre a vida e saúde dos produtores de tabaco.

Após a estruturação do instrumento de coleta de dados primários, realizou-se um teste piloto com três famílias produtoras de tabaco em Paraíso do Sul, no início do mês de outubro de 2014, com a finalidade de averiguar a sua operacionalidade, entendimentos das questões e tempo necessário para sua execução. Foram necessárias adequações, no sentido de simplificar e contribuir para uma facilidade de compreensão por parte dos investigados.

Com a devida reestruturação, em 19 de outubro de 2014, iniciaram-se as entrevistas com as famílias produtoras de tabaco em Paraíso do Sul; de posse de um mapa do município delimitou-se a região centro-norte do município por se tratar de uma maior concentração de produtores de tabaco, pelo fato de solo montanhoso limitar-se a determinados cultivos, e um dos objetivos era concentrar-se naquelas famílias que cultivavam tabaco há mais de duas gerações.

A escolha das famílias ocorreu de modo intencional no que refere-se a sua localização, mas a acessibilidade também foi fato marcante, uma vez que a abordagem deu-se em tentativas das famílias visitadas aceitarem contribuir em responder aos questionamentos.

A coleta no município de Paraíso do Sul efetuou-se nos meses de outubro e novembro, época em que a maioria delas ainda estava no plantio do fumo em início do mês de outubro e já em fins de novembro algumas encontravam-se já na colheita. Uma vez que a decisão do plantio é flexível pode ocorrer nos meses de julho até outubro, de modo que a colheita será determinada pela época do plantio e

o processo de crescimento e amadurecimento das folhas dos pés do tabaco. Então, as entrevistas ocorreram em diversas fases do processo de produção do tabaco, com famílias em época de plantio; de manejo da planta (desponte; aplicação de antibrotante e fungicidas; colheita; cura; armazenamento em galpões das folhas secas).

A recepção pelas famílias produtoras de tabaco foi de modo geral acolhedora, e o processo de entrevista ocorreu de ambos os lados, pois além de buscar as respostas do questionário da pesquisa, também as famílias inquiriram e buscavam informações sobre as motivações da pesquisa e sua finalidade. Algumas ressentidas por serem alvos de questionamentos de vários órgãos que debatem as questões do tabaco e suas consequências para as pessoas.

Por se tratar de uma região colonizada por alemães no século XIX, e também pelo fato do questionário ser técnico e com perguntas específicas, baseado em abordagens teóricas, foi necessário a tradução para uma linguagem mais acessível para a compreensão por parte das famílias. E, em muitos casos além da linguagem simplificada foi necessário mudar o idioma da entrevista, traduzindo do português para o alemão, ainda falado pela maioria das famílias entrevistadas, e após traduzir para o português para preencher o questionário, necessitando de uma maior concentração, pois havia o trabalho da dupla tradução, para um vocabulário menos técnico e para outro idioma.

É importante salientar que a recepção ocorreu pelas famílias literalmente, pois participaram todos nas arguições, cônjuges, filhos, avós, netos, vizinhos que estavam em visita, animais domésticos em convívio próximo. Percebeu-se uma necessidade de falar das pessoas e também da importância de serem ouvidas, suas preocupações, suas opiniões, talvez por sempre se sentirem passivas no processo de produzir fumo, acatando as determinações da indústria fumageira.

No município de Agudo encontrou-se a mesma facilidade de acesso e recepção, as famílias muito acolhedoras, uns até comediantes, percebendo-se a mesma necessidade de desabafar as suas opiniões e situações adversas em que muitas vezes se encontram em meio a cadeia produtiva do tabaco. Apenas houve uma recusa em aceitar a entrevista, pelo fato de estarem na colheita e em tempo de almoço, com empregados para a colheita, e a interrupção poderia ocasionar atraso no planejamento do dia. A colheita é sempre um processo de concentração de

esforços árduos, pois a qualidade da folha depende muito de prazos certos de amadurecimento, colheita, acondicionamento e secagem.

Em Agudo as entrevistas foram iniciadas no mês de dezembro de 2014 e foram até janeiro de 2015. Estas se basearam também no mapa do município e concentraram-se na região centro-norte pelo mesmo motivo de perfil de cultivo daquelas regiões, convergindo para a plantação de tabaco. Em reflexo do tipo de relevo, montanhoso e pedregoso, delimitando as variedades de cultivos e também das pessoas aos espaços disponíveis para plantio, entre “terras dobradas”, vales e mata nativa.

Os espaços para as entrevistas sucederam-se também nos mais diversos locais na propriedade, na área da casa; na cozinha junto a confecção das refeições; na hora do almoço; na hora do chimarrão compartilhado; na sala interrompendo a hora da sesta de muitos (hábito de todos os trabalhadores rurais dessa região, período pós meio dia e almoço, um sono para refazer as energias para a tarde de trabalho), mas que não se importaram em abrir uma exceção e atenderam o pedido da entrevista. Entrevistas embaixo dos galpões em meio à colheita, à costura da folha do tabaco e seu enforamento e sempre com a participação de todos os membros da família nas respostas aos questionamentos realizados. Ou ainda, em tempo de cura, onde, de período em período, é necessário verificar a temperatura da estufa, local onde ocorre a cura, para ver se está adequada a fase de secagem (amarelamento, secagem da folha e talo, respectivamente) e alimentar o forno com lenha em quantidade adequada. Também se entrevistou em galpões onde as famílias estavam classificando as folhas secas já e para, após enfardamento vender para as firmas, para obter recursos financeiros para pagamento de despesas e ter capital de giro. Na estrada onde um produtor parou para conversar e se dispôs a responder ao questionário, uma vez que ficou curioso em encontrar pessoas estranhas na localidade e iniciou o contato. A decisão de abordar certas famílias foi também a partir da visualização da estufa na propriedade e áreas próximas de lavouras de pés de fumo plantado, de forma que sabia-se que eram possíveis sujeitos da pesquisa daquela linha.

O encerramento da pesquisa de campo deu-se após trinta e sete entrevistas com as famílias produtoras de tabaco no município de Paraíso do Sul, onde verificou-se que havia uma repetição das respostas em várias questões essenciais que contemplavam os objetivos da pesquisa, decidindo-se pela justificação da

saturação o término do inquérito naquele município. Mesmo que em cada família obtivessem-se complementos enriquecedores das informações constadas no instrumento de coleta de dados, sendo estas apontadas no instrumento da coleta de dados para serem inclusas na discussão dos dados para uma contribuição adicional das opiniões e sugestões das famílias indagadas.

E, no município de Agudo, com trinta e uma famílias entrevistadas averiguou-se que seriam satisfatórios para atender os objetivos almejados na pesquisa. Confrontando-se com os dados colhidos em Paraíso do Sul, considerando-se serem suficientes para análises e interpretações em conjunto, sendo que apresentaram-se como um território homogêneo em sua constituição social e econômica.

4.4 A ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A análise e interpretação dos dados é o passo após a coleta e elaboração dos dados, em que evidenciam-se as relações dos fatos pesquisados com outros fatores no sentido de dar um significado mais amplo das questões e sua vinculação com os outros conhecimentos (MARCONI; LAKATOS, 2003). É a fase da pesquisa em que os dados são tratados e organizados para possibilitar determinadas considerações e correspondências com as abordagens teóricas, permitindo validar os conhecimentos.

Na análise temática e interpretação dos dados coletados buscou-se relacionar a mudança institucional com transformação social, ambiental, política, econômica das famílias produtoras de tabaco no RS. A análise foi estatística, mediante uma cronologia, relacionando eventos, períodos, etapas, fatos, organizada por tópicos, da evolução institucional referente ao cultivo do tabaco, sendo que os dados foram apresentados em consonância dos acontecimentos históricos e transformações na estrutura e organização das famílias fumicultoras.

4.4.1 Análise dos dados primários

Após o término da fase da pesquisa de campo para a coleta dos dados primários junto às famílias produtoras de tabaco nos municípios de Agudo e Paraíso do Sul, iniciou-se o processo da tabulação dos dados das questões. Primeiramente os dados foram agrupados utilizando-se a ferramenta do programa *excel*, onde se

verificou a complexidade da análise pelas inúmeras questões tabuladas. Partiu-se dessa etapa para a importação dos dados tabulados em *excel* para o programa *Statistical Package for Social Science for Windows* (SPSS) para a análise estatística. Nesta etapa, as variáveis observadas nas famílias produtoras de tabaco foram classificadas e categorizadas para posteriores análises.

As análises estatísticas permitidas pelas características das variáveis foram a sua descrição, as tabelas de distribuição de frequência, medidas de tendência, apresentadas pelas médias, bem como o cruzamento das médias das variáveis categóricas para estabelecer a relação e combinação particular entre estas.

Pelo SPSS realizou-se o teste de hipótese não paramétrico, Kruskal-Wallis (qui quadrado (χ^2), para estabelecer o valor de dispersão entre duas variáveis nominais ou aferir a associação entre elas. Por definição, dois grupos se comportam de forma semelhante se as diferenças entre as frequências observadas em cada categoria forem muito pequenas ou próximas a zero.

Para a aplicação do teste de onde há comparação das médias, foi necessária a transformação das variáveis do tipo alfanumérica (*string*) para o tipo numérica e a medida de nominal para a medida escalar. Após esse procedimento realizou-se o teste para as variáveis que refletem uma relação entre si e indicam uma influência das instituições na organização das famílias produtoras de tabaco dos municípios pesquisados.

4.4.2 A interpretação dos dados

Sobre a interpretação dos dados, considerando os métodos da investigação, o histórico e o estatístico, vislumbrou-se por meio da análise de frequência dos conteúdos, explicar o papel das instituições na trajetória das transformações produtivas e organizacionais das famílias produtoras de tabaco do Rio Grande do Sul, especificamente dos municípios de Agudo e Paraíso do Sul. Relacionar os dados quantitativos com os dados qualitativos, possibilitando uma interpretação dos acontecimentos históricos na ocupação da produção dos fumicultores e ligando estes as mudanças institucionais refletidas nas transformações na organização da produção de tabaco das famílias, na forma narrativa. Propiciou verificar a complexidade das relações das instituições (formais e informais) nas transformações

sociais, econômicas, políticas, ambientais das famílias produtoras de tabaco nos municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS.

5 AS FAMÍLIAS PRODUTORAS DE TABACO NOS MUNICÍPIOS DE AGUDO E PARAÍSO DO SUL

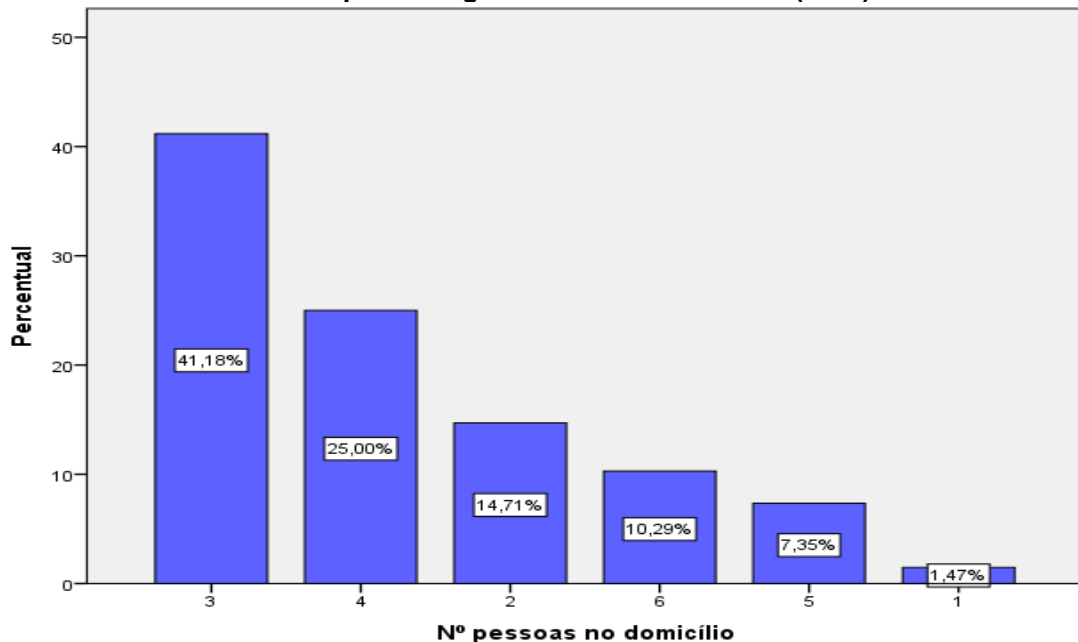
Para lograr o objetivo de interpretar a influência das instituições na trajetória das transformações produtivas e organizacionais das famílias produtoras de tabaco no Rio Grande do Sul/Brasil foram selecionados dois municípios que têm o cultivo do tabaco como um dos principais produtos agrícolas. E, neste sentido, o presente capítulo apresenta a análise dos dados coletados na pesquisa de campo com as famílias produtoras de tabaco nos municípios de Agudo e Paraíso do Sul, dividida por temas representativos das instituições formais e informais, quais sejam: o delineamento do seu perfil; a terra, o ambiente e alimentos; o cultivo do tabaco; as crenças, o gênero, os valores comuns e os costumes; a qualidade de vida e a saúde; as relações de parcerias com as organizações e grupos sociais.

5.1 FAMÍLIAS PRODUTORAS DE TABACO E SEU DELINEAMENTO

As famílias produtoras de tabaco, sujeitos da pesquisa, são residentes nos municípios de Agudo e Paraíso do Sul, nas linhas localizadas do centro ao norte dos municípios, apresentando uma geografia montanhosa e com declives, com áreas de floresta permanente (mata nativa) e reflorestada. E também apresentam especificidades que caracterizem a agricultura familiar, onde a propriedade e seu entorno complementam a paisagem. É universo diversificado com relação a aspectos de acesso a recursos, ao mercado, a capacidade de geração de renda, os valores culturais, percebem-se os reflexos no desempenho da agricultura e nas condições de vida das pessoas que se encontram no contexto por meio de mudanças institucionais. As experiências de vida, a disponibilidade e acesso diferenciado de fatores como recursos naturais, sociais. Essas condições particulares resultantes de oportunidades criadas pelo movimento da economia e pelas instituições e políticas públicas. Nas residências das famílias produtoras pesquisadas moram em sua maioria (41,18%) 3 pessoas, 25% 4 pessoas, 14,71% 2 pessoas, 10,29% 6 pessoas, 7,35% compõem-se de 5 pessoas e 1,47% uma pessoa (gráfico 11). Percebe-se que as famílias, em sua maioria, são compostas por um número reduzido de pessoas, de 3 a 4, e os dados relativos indicam que nas

últimas décadas há uma diminuição de pessoas jovens (menores de 15 anos) nos dois municípios pesquisados.

Gráfico 11 - Número de pessoas residentes no domicílio das Famílias Produtoras de Tabaco dos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

As pessoas componentes do núcleo familiar possuem a média de idade de 31 a 45 anos (25%), de 46 a 60 anos (21%), de 0 a 15 anos (19%), de 16 a 30 anos (18%), de 61 a 75 anos (13,2%) e 3,3% com idade de mais de 75 anos, (gráfico 12).

Gráfico 12 - Idade dos membros das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)

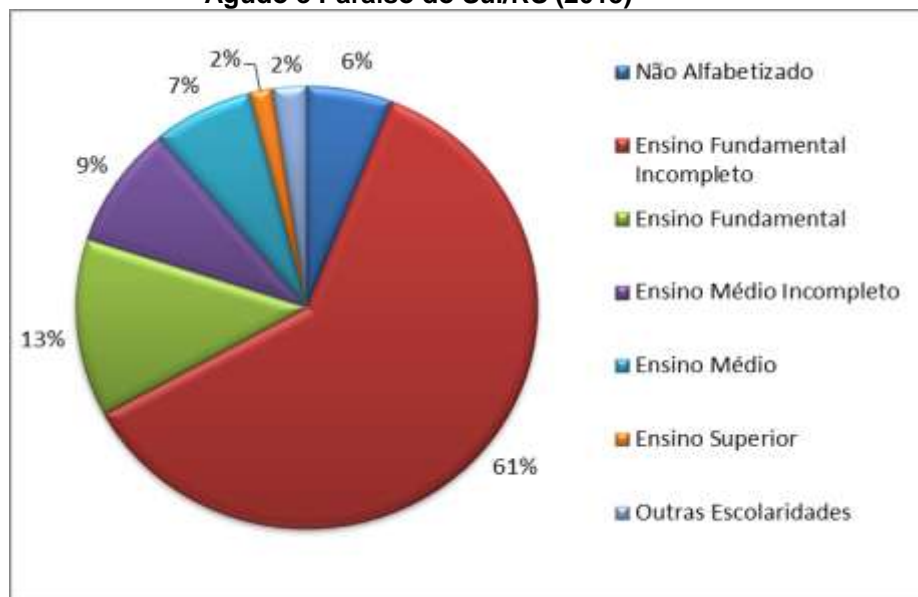


Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

Nota-se a existência de uma população adulta entre as famílias produtoras de tabaco nesse espaço rural, em idade ativa, pois a maioria (64%) possui entre 16 e 60 anos, embora haja uma preocupação com o esvaziamento rural, com a fuga dos jovens para áreas urbanas, a masculinização e um processo de envelhecimento da população rural.

A escolaridade da maioria (61%) das pessoas do núcleo familiar, no total de 241, possui o ensino fundamental incompleto, ou seja, frequentaram a escola em torno de 5 a 6 anos, 13% possuem o ensino fundamental completo, 9% possuem o ensino médio incompleto, 7% o ensino médio e 6% ainda não estão em fase de alfabetização e apenas 2% possuem o grau de escolarização superior. Fatos que dão a entender que a maioria optou, ou teve que optar pelo trabalho na agricultura muito cedo, deixando de frequentar a escola em torno de seus 10 ou 12 anos de idade (gráfico 13).

Gráfico 13 - Escolaridade dos membros das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

Todavia, o direito à educação está previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos desde 1948, sendo que no Brasil esse direito, está estabelecido nos artigos 6 e 205 a 214, da Constituição Federal de 1988, em garantir a todas e todos o acesso, e é constituído num dever do Estado e das famílias, de modo que possa promover nas pessoas o desenvolvimento e o exercício da cidadania.

E mediante da Emenda Constitucional de 2009 há a obrigação de frequentar a escola até os 17 anos, porém como em épocas anteriores não havia essa exigência legal, muitos filhos de agricultores deixaram a escola mais cedo para se dedicar aos trabalhos na terra, uns porque gostavam, outros porque os pais exigiam, pois necessitam de mão de obra para as tarefas na agricultura, bem como para as atividades de casa, da horta, dos pomares e manejo de animais.

Ainda, sobre a ampliação do direito a educação em 2013, foi sancionada pela Presidência da República a Lei nº 12.796, que em seu Art. 4º inciso I, estabelece que “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade.” A nova Lei ajusta a Lei nº9.394, de 20 de dezembro (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) à Emenda Constitucional nº59, de 11 de novembro de 2009, tornando obrigatória a oferta gratuita de educação básica a partir dos 4 anos de idade (PORTAL DO MEC, 2013).¹

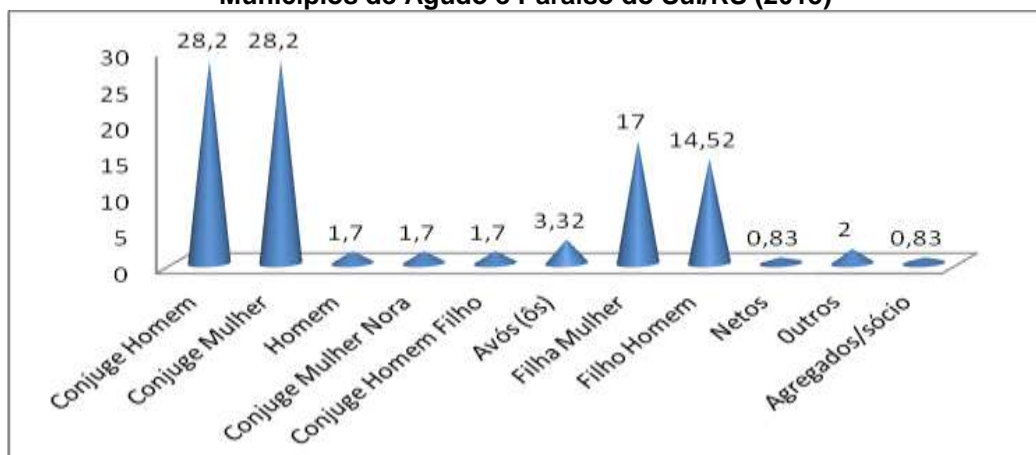
A partir do ano de 2003 o governo federal fornece ajudas por meio de bolsa família, instituído pela Lei 10.836/2004, para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, sendo que um dos critérios para receber é a garantia de frequência escolar mínima de 85% para crianças e adolescentes de até 15 anos e de 75% para jovens entre 16 e 17 anos.

O núcleo familiar é composto do cônjuge homem e cônjuge mulher, em 28,2% dos casos, com filhos (14,52%), filhas (17%). São famílias que possuem em média dois filhos. Sendo que nos núcleos familiares estão inclusos a segunda geração da

¹ Texto a seguir foi retirado do Portal do Ministério da Educação (MEC), da data de 05 de abril de 2013. “As crianças brasileiras devem ser matriculadas na educação básica a partir dos quatro anos de idade. Para atender essa obrigatoriedade — a matrícula cabe aos pais e responsáveis —, as redes municipais e estaduais de ensino têm até 2016 para se adequar e acolher alunos de 4 a 17 anos. O fornecimento de transporte, alimentação e material didático também será estendido a todas as etapas da educação básica. A Lei nº 12.796/2013 também estabelece que a educação infantil — contempla crianças de 4 e 5 anos na pré-escola — será organizada com carga horária mínima anual de 800 horas, distribuída por no mínimo 200 dias letivos. O atendimento à criança deve ser, no mínimo, de quatro horas diárias para o turno parcial e de sete para a jornada integral. A norma já valia para o ensino fundamental e médio. As alterações na Lei de Diretrizes e Bases também englobam educação especial. De acordo com a Lei nº 12.796/2013, entende-se por educação especial a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. O texto também garante que o Poder Público adotará como alternativa preferencial a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na própria rede pública. Houve ainda a inclusão, na Lei de Diretrizes e Bases, de dispositivo segundo o qual o ensino será ministrado, entre outros itens, em consideração com a diversidade étnico-racial”.

família (1,7%), em que os (as) filhos (as) casam e permanecem morando na mesma propriedade dos pais, sucedendo-os na produção de tabaco.

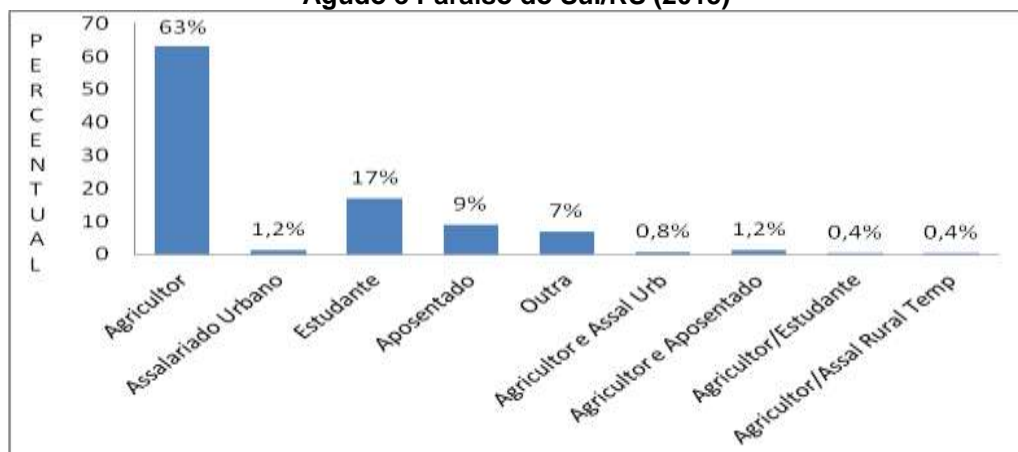
Gráfico 14 - Grau de parentesco dos membros das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

A maioria (63%) das pessoas das famílias fumicultoras dedica-se integralmente a agricultura, e somente 17% são estudantes e 9% recebem o benefício social por idade. Identifica-se que a dependência da família dos resultados da agricultura, sendo uma importante atividade de sustento e sobrevivência (gráfico 15). Pode-se recordar que a origem da maioria das famílias é de descendência da colonização do século XIX, e por força das condições impostas quando emigraram foram de cultivar a terra, mesmo não tendo essa profissão em países de onde descenderam, pois muitos tinham outras profissões específicas, como marceneiro, ferreiro, fabricantes de artigos de lata, e outros (WERLANG, 1995).

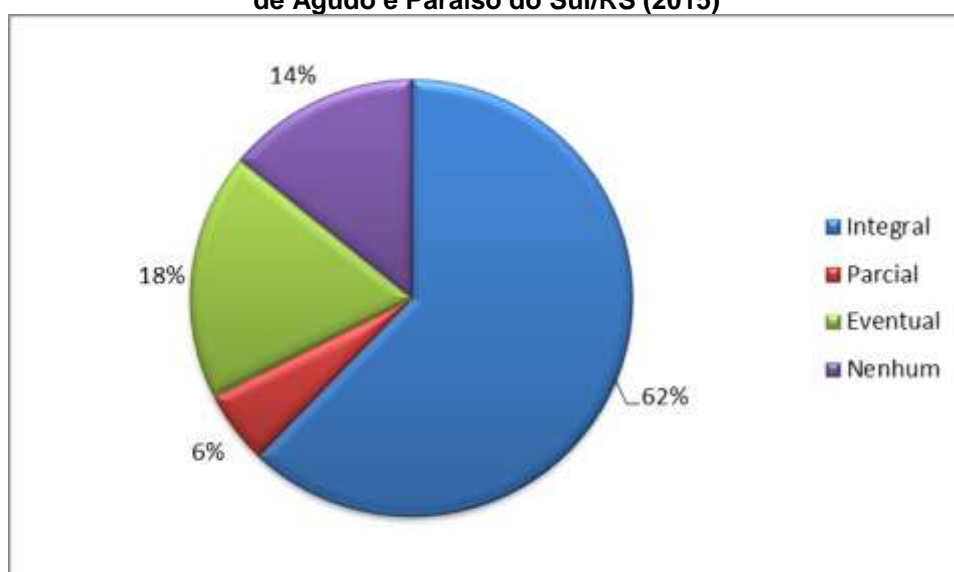
Gráfico 15 - Ocupação dos membros das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

A agricultura consta como ocupação principal e integral em 62% das famílias produtoras de tabaco, 18% dedicam-se eventualmente a agricultura, onde pode-se incluir os estudantes e aposentados. Ainda, 14% não possuem ocupação, onde estão inclusas as crianças e 6% são agricultores em tempo parcial, possuindo outras ocupações, como trabalhos rurais temporárias ou são trabalhadores urbanos (gráfico 16).

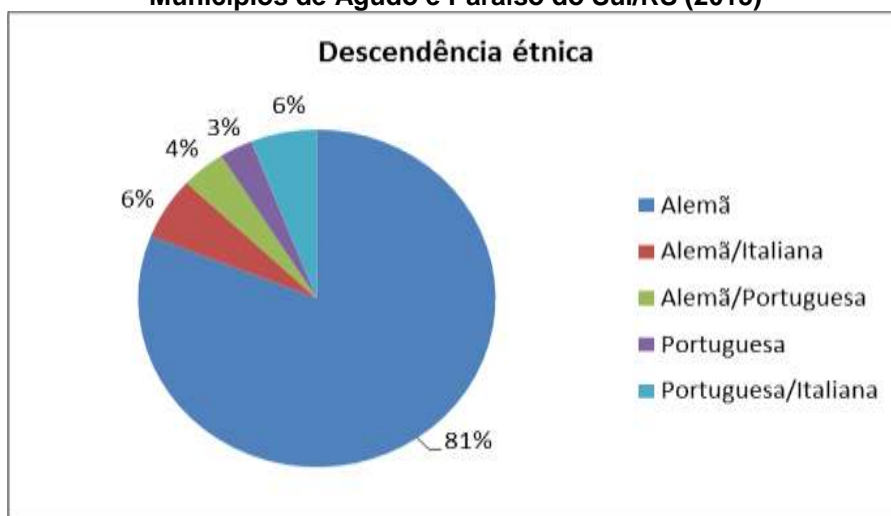
Gráfico 16 - Tempo dedicado à agricultura das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

A produção de tabaco faz parte da história dessas pessoas que o produzem há várias gerações, desde que foram loteados pelo governo federal na região. Essa característica pode-se verificar na descendência étnica, onde a maioria (81%) ainda é de origem alemã, provindo na época da colonização, onde se formou a Colônia Santo Ângelo (gráfico 17).

Gráfico 17 - Descendência étnica dos membros das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

As famílias pesquisadas residem em comunidades chamadas de linhas, sendo que 38% lá moram há mais 50 anos, 31% a 40 anos, 15% a 30 anos e 13% até 20 anos (gráfico 18).

Gráfico 18 - Tempo de residência na comunidade das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

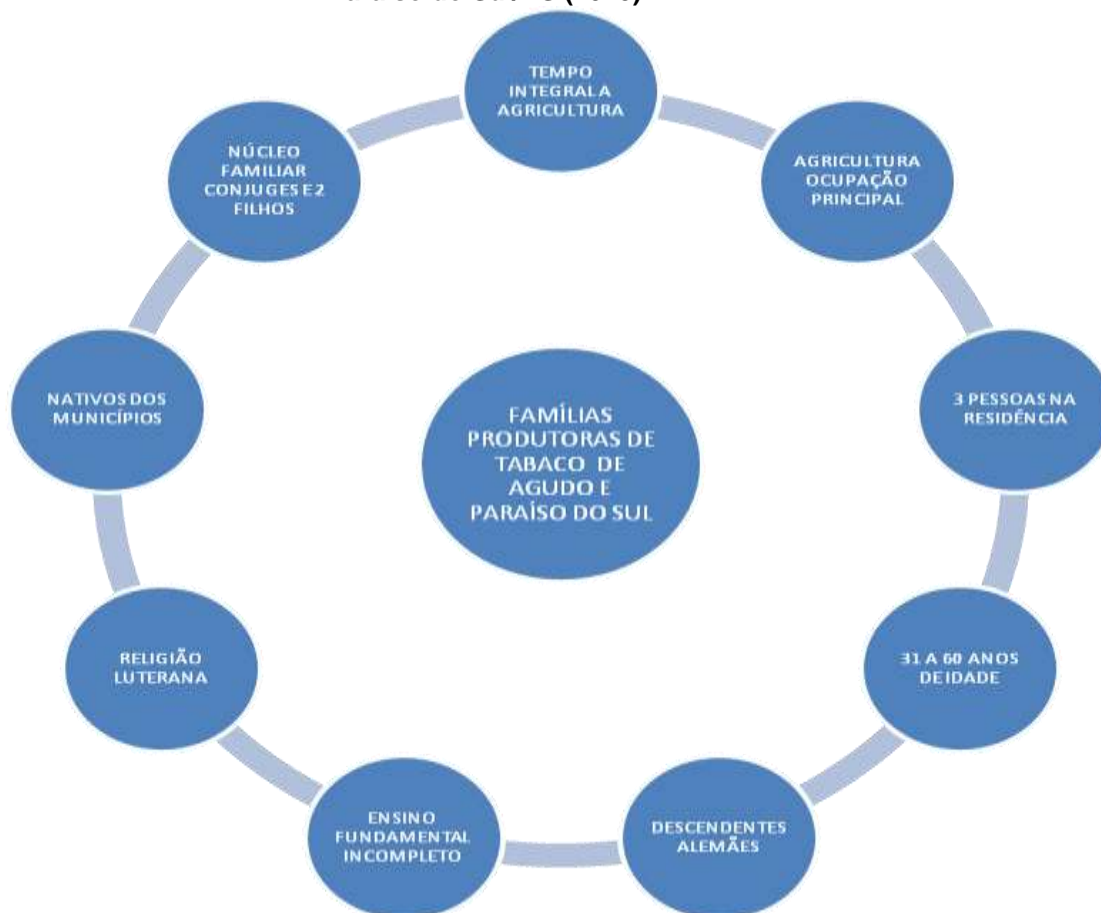
Em síntese, pode-se caracterizar as famílias produtoras de tabaco, tomando-se como referência a composição familiar, o gênero, idade, escolaridade, parte profissional, crenças, escolha e tempo de residência nas comunidades. Nas residências das famílias produtoras pesquisadas moram, em sua maioria (41,18%), três pessoas. As pessoas componentes do núcleo familiar possuem a média de idade de 31 a 60 anos (46%).

A escolaridade da maioria (61%) das pessoas do núcleo familiar, no total de 241, é o ensino fundamental incompleto, ou seja, frequentaram a escola em torno de 5 a 6 anos. O núcleo familiar é composto do cônjuge homem e cônjuge mulher, em 28,2% dos casos, com filhos (14,52%), filhas (17%), estas famílias que possuem em média 2 filhos. A maioria (63%) das pessoas das famílias fumicultoras dedica-se integralmente à agricultura.

A agricultura consta como ocupação principal (62%) das famílias produtoras de tabaco. A descendência étnica, em sua maioria (81%) ainda é de origem alemã, provindo na época da colonização, onde se formou a Colônia Santo Ângelo. As famílias pesquisadas residem em comunidades chamadas de linhas, sendo que 38% delas lá moram há mais 50 anos, 31% a 40 anos, 15% a 30 anos (figura 4).

Dentre as características residenciais das famílias produtoras de tabaco, destaca-se que moram em casas de alvenaria, em termos de infraestrutura, têm água encanada (provinda de poços privados ou serviço prestado pela Prefeitura Municipal), banheiro dentro da casa, rede de esgoto com fossa séptica, energia elétrica. Possuem eletrodomésticos de uso geral como geladeira, freezer, fogão a gás e a lenha, forno elétrico, máquina de lavar roupas, televisão, telefone celular com acesso a internet. Algumas em condições precárias, porém as famílias produtoras de tabaco têm acesso a estradas, possuindo carro ou/e moto como meio de transporte. Os municípios possuem hospital e escolas até o ensino médio, o município de Agudo é contemplado com polo de Ensino a Distância de nível superior.

Figura 4 - Síntese do perfil das Famílias Produtoras de Tabaco nos Município de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

A partir dessa caracterização da organização social das famílias produtoras de tabaco, chega-se na relação com a ocupação dos espaços na terra, no tocante ao ambiente e à produção de alimentos como forma de vida dessas pessoas. O perfil das famílias tem reflexo nas transformações em suas propriedades e cultivos agrícolas, pois a agricultura familiar produz uma relação para além do uso eficiente do solo e produtividade dos cultivos, gera um modo de vida particular, mais incluyente.

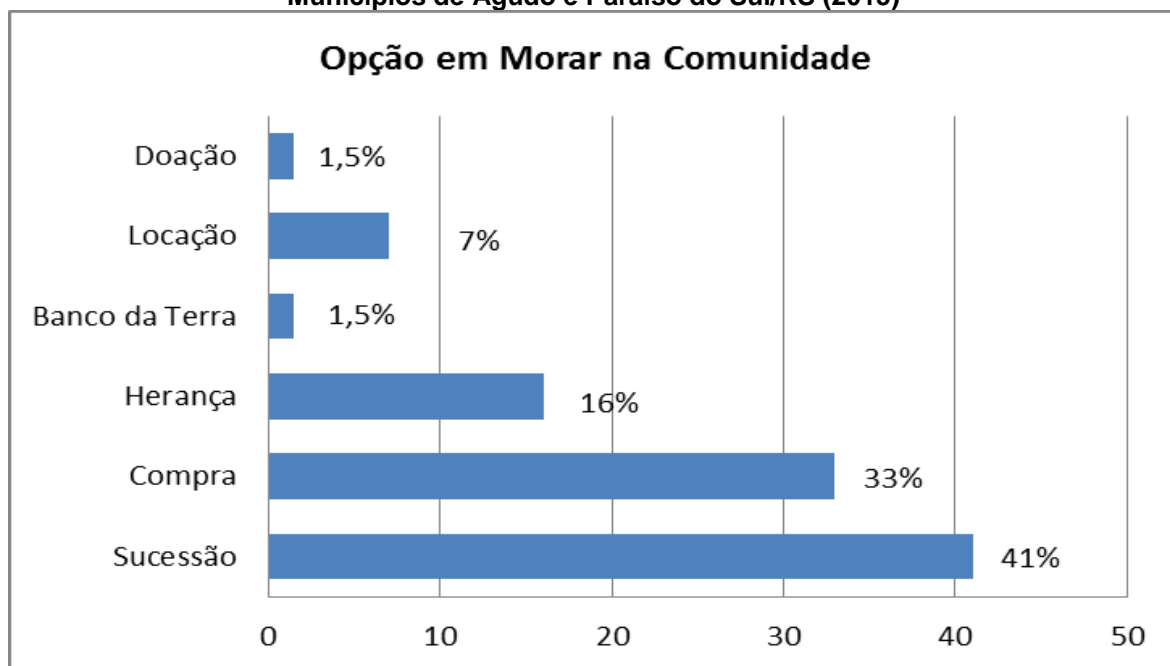
5.2 FAMÍLIAS PRODUTORAS DE TABACO E A TERRA, O AMBIENTE E O CULTIVO DOS ALIMENTOS

A terra para as famílias produtoras de tabaco é um símbolo de sua sobrevivência, uma vez que dela dependem para seu sustento e simboliza uma trajetória de esforços para mantê-la de forma a dar continuidade de desenvolvimento

e qualidade de vida para seus descendentes. A sua história mostra que a terra liga estas pessoas a uma região que lhes foi proposta há mais de um século e meio.

Verificou-se que 69% das famílias moram na comunidade há mais de 40 anos, pode ser explicado pela opção de morar, onde 41% foi por sucessão familiar, 33% por compra, 16% por herança (transmissão dos bens), 7% por locação e 1,5% por doação ou compra via banco da terra (gráfico 19).

Gráfico 19 - Opção em residir nessa comunidade das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

A sucessão não ocorre necessariamente para o filho mais velho, e sim pela opção dos filhos em continuar na agricultura e ter a aptidão gerencial da propriedade, além da responsabilidade de cuidar dos pais, avós. E também por se constituírem lotes de terras de reduzidos hectares, não possibilitando a divisão de muitos herdeiros, tem consequências como a migração de muitos para outras atividades.

Os lotes no período da colonização eram compostos por 77 hectares, inicialmente, e seriam doados às famílias imigrantes, mas passaram ser compradas a longo prazo e o tamanho reduziu para 48 hectares cada lote. Isso ocorreu em meados de 1850, desde então os lotes foram divididos entre os herdeiros, reduzindo ainda mais a quantidade de hectares para cada proprietário, contribuindo para delimitar o tipo de cultivo compatível com o tipo de terra que possui.

O arrendamento ocorre pelo fato de não possuir terra própria ou se possui não é suficiente ou cultivável, pois em muitas propriedades o relevo íngreme (figura 5 terra dobrada) impede o seu manejo e ou ainda se constitui em área de preservação permanente.

Figura 5 - Ilustração do relevo ondulado no Município de Agudo (2015)



Fonte: Foto do acervo da autora, 2015

Em conformidade com a classificação fundiária, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em módulo fiscal, que leva em conta o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida por essa exploração e outras explorações e o conceito de propriedade familiar (Brasil, 2006; Brasil 2012b,c,d,e), as propriedades podem ser assim caracterizados, art. 4º Lei nº8.629/93:

- a) Minifúndios: com tamanho de até um módulo fiscal;
- b) Pequenas propriedades: com área entre um e quatro módulos fiscais;
- c) Médias propriedades: com dimensão superior a quatro até quinze módulos fiscais; e
- d) Grandes propriedades: com áreas maiores do que quinze módulos fiscais.

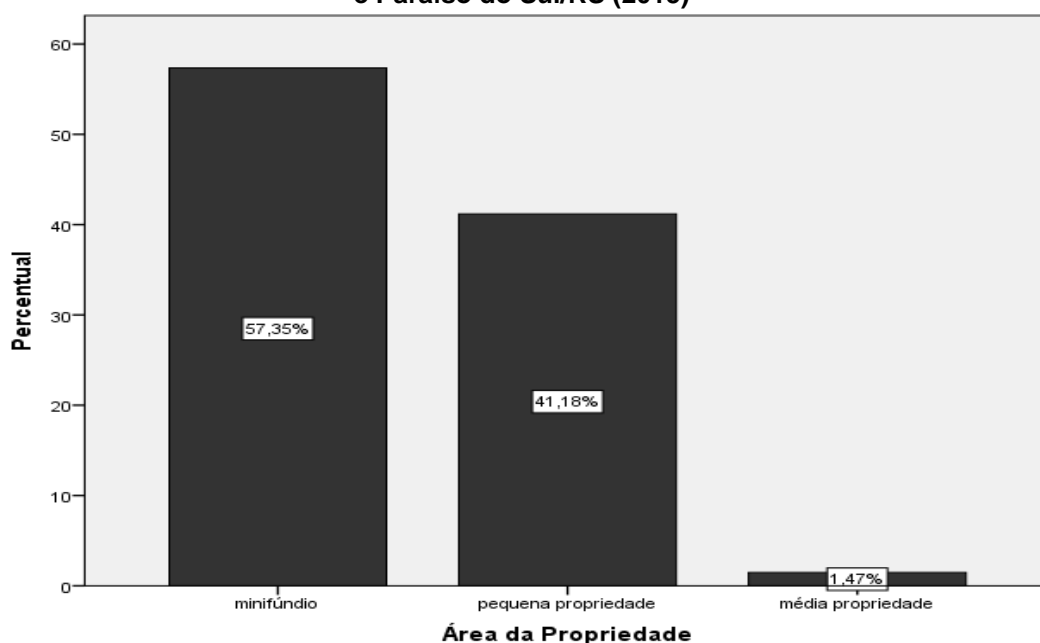
A classificação, de acordo com a legislação dos módulos fiscais, para os municípios de Agudo e Paraíso do Sul, é de um (1) módulo fiscal equivalente a vinte hectares (20 ha). Assim, pode-se considerar a divisão a seguir:

- a) minifúndio 20 ha;
- b) pequena propriedade 20 a 80 ha;
- c) média propriedade 80 ha a 300 ha; e
- d) grande propriedade mais de 300 ha.

Deste modo, as propriedades das famílias produtoras de tabaco estão, sobretudo, compreendidas como minifúndios, 57,35% e como pequena propriedade, 41,18%, e somente 1,47% como média propriedade (gráfico 20). Portanto, percebe-se que a maioria possui até 80 hectares para utilizar para a agricultura, com referência no conceito contido de propriedade familiar.

A mão de obra utilizada é predominantemente familiar nas suas atividades econômicas e para demais atividades não econômicas, mas essenciais para sua existência e subsistência, como espaço para moradia, os poteiros para a criação de animais, o cultivo de hortas e demais alimentos para autoconsumo.

Gráfico 20 - Área da Propriedade das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

Relativo à classificação fundiária e caracterização de propriedade de terra, verifica-se que 41% dos minifúndios foram comprados e 35,9%, adquiridos por sucessão familiar. No que tange à pequena propriedade, 46,4% das propriedades foram por sucessão e 28,6% por herança, e, ainda 21,4%, por meio da compra. A média propriedade, mesmo sendo em casos minoritários nas famílias pesquisadas, foi contraída por meio do plano sucessório (tabela 6).

Tabela 6 - Relação da Área de hectares e obtenção da propriedade das Famílias Produtoras de Tabaco dos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)

		Propriedade						Total
		banco da terra	compra	doação	herança	arrendamento	sucessão	
Área hectares	minifúndio	0 0,0%	16 41,0%	1 2,6%	3 7,7%	5 12,8%	14 35,9%	39 100,0%
	pequena propriedade	1 3,6%	6 21,4%	0 0,0%	8 28,6%	0 0,0%	13 46,4%	28 100,0%
	média propriedade	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 100,0%	1 100,0%
Total		1 1,5%	22 32,4%	1 1,5%	11 16,2%	5 7,4%	28 41,2%	68 100,0%

Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

A relação do tamanho da propriedade e a opção de morar na comunidade permite averiguar que o direito a posse da terra das famílias produtoras de tabaco provém de sucessão e heranças em sua maioria. Embora no teste de Kruskal-Wallis, a relação entre o tamanho e motivo de morar na comunidade não diferem significativamente entre si ao nível 0,5.

De acordo com o relato das famílias pesquisadas, o manejo da terra também sofreu mudanças ao longo do tempo para a maioria. Relembrando da época dos avós e dos pais, os familiares salientaram que o cultivo da terra era na base de tração animal, utilizando-se uma junta de bois, um arado de ferro e grade aradora para preparar a terra. O processo muitas vezes iniciava no desmatamento da mata existente na terra, onde já se aproveitava a lenha, após a limpeza, fazia-se a queimada e a retirada das pedras maiores e então arava-se e gradeava-se. Na sequência, no preparo para o plantio do tabaco, preparava-se uma medida para poder alinhar as fileiras, para adubar e após passar com o cultivador para formar os camalhões onde eram transplantadas as mudas de tabaco. As mudas eram semeadas em canteiros, preparados naquela época com aplicação de vários tipos

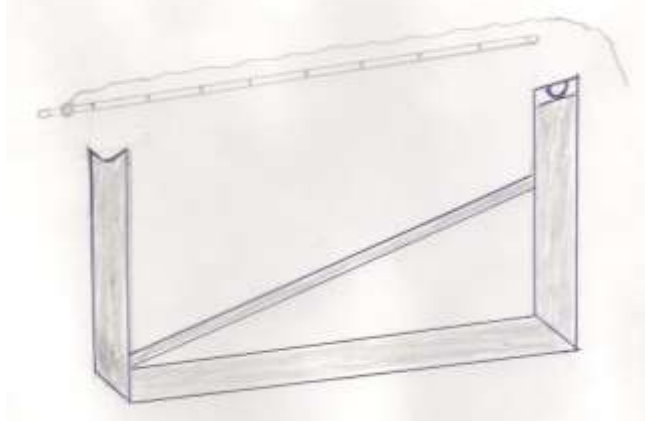
de agroquímicos, o mais famoso era o “*furadan*”, atualmente proibido para o uso na fumicultura.

O cuidado no crescimento das mudas de tabaco consistia em aplicar herbicidas com pulverizador manual, sem uso de equipamentos de proteção individual, apenas com uso de roupas de manga curta, do dia a dia da lida na lavoura. Também no preparo no pulverizador dos diferentes agrotóxicos para a aplicação, não eram utilizados cuidados para não haver intoxicação.

Além da aplicação dos agrotóxicos, fazia-se a necessidade de capinar e passar a capinadeira de traça animal nas fileiras de plantação do tabaco, para evitar o acúmulo de ervas daninhas e que atrapalhariam na colheita futura das folhas. Uma vez que o pé de tabaco desenvolvido e florescido, chegava o período onde se dava o desponte e a aplicação do antibrotante. E na sequência o início da colheita das folhas, sempre de baixo para cima, ou seja, eram apanhadas cerca de três (3) em cada colheita. Trabalho que envolvia toda a família, as crianças inclusive, pois é um cultivo que demanda muita mão de obra.

Uma vez colhida, a folha do tabaco era transportada para o galpão, anexo à estufa, em carroças de tração animal, onde se dava o processo de atar os feixes formados por cerca de três folhas em varas (confeccionadas de madeira ou taquara/bambu). Para esse processo utilizava-se um cavalete (figura 6), equipamento de madeira fabricado artesanalmente para manter a vara apoiada horizontalmente e possibilitar a amarração dos feixes das folhas de tabaco, para posterior transporte das varas cheias de folhas para as estufas, com peso médio de 10kg.

Figura 6 - Cavalete de apoio das varas de tabaco usado até década de 1990



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

As estufas consistiam em construções de tijolos, com cerca de 10 m² e 5 metros de altura, e no seu interior eram formados em torno de quatro andares compostos por torras de madeira, nas quais eram apoiadas as varas. Na parte frontal da estufa, além da porta de entrada, situava-se a fornalha, que a partir dela seguiam canos (de ferro ou de tijolos) distribuídos no chão dentro da estufa, por onde circulava o calor que contribuía para amarelar e secar a folha do tabaco, bem como o seu talo, nesta sequência, sendo que, para cada etapa desse processo, a exigência de uma temperatura adequada. O processo de cura perdura um período de cinco dias, sendo que deve ser acompanhado diuturnamente, pois deve obedecer as respectivas temperaturas para cada etapa de secagem total da folha, bem como esse processo pode influenciar na qualidade da folha do tabaco. Mais ainda, o cuidado de não provocar incêndio da estufa, pelo fato de conter material inflamável, tabaco e madeira.

Após o processo de cura, as varas eram retiradas das estufas (figura 7), transportadas manualmente, geralmente, e depositadas em galpões, para as folhas serem classificadas, após o final da colheita do tabaco na lavoura. Antecipava-se a classificação e enfardamento antes do término da colheita algumas vezes para fazer capital de giro. O processo de classificação consistia na separação por tipos de folhas, por exemplo, a baixeira, a ponteira, cor clara ou escura, verde, dentro da tabela fornecida pela firma de fumo. Após a classificação das folhas, estas eram unidas em manocas, "*Bündel*", e estes enfardados em equipamento específicos, sendo que nos fardos são anexadas fichas, contendo informações como: o nome do produtor, a classe de fumo e peso. Estas fichas são compradas da indústria de tabaco com a qual o produtor firmou contrato.

Figura 7 - Vara de folhas de tabaco curado

Fonte: Foto do acervo da autora, 2014.

Conforme acertado anteriormente com o instrutor de fumo, a quantidade especificada de fardos, em arrobas, era enviada a indústria fumageira. Muitos fumicultores acompanham a comercialização do fumo na indústria, onde o transportador descarrega os respectivos fardos, que são recebidos por funcionários da firma, e é nesse momento em que é definida a classe, nem sempre a mesma indicada pelo produtor. É um momento subjetivo, segundo as famílias, pois o avaliador declara a classe baseado na sua análise e também de acordo com o mercado mundial do tabaco, e de acordo com a classe está o preço respectivo. Na primeira venda anual, descontam-se as despesas que o produtor possui com a firma, em função do pedido realizado, de compra de insumos, como sementes, adubo, agrotóxicos, sementeiras, lonas, fios, e outros componentes. E assim se fecha o ciclo da produção de tabaco, de início com a assinatura do contrato, cultivo e comercialização com a indústria fumageira.

O processo de mecanização agrícola começou a se inserir pela década de 1990 nas famílias produtoras de tabaco, onde houve a substituição da força de tração animal para a tração a motor, com o uso de tratores para a preparação do solo. Posteriormente, no início do século atual, iniciou-se a forma do plantio direto, que conforme Cruz *et al.*, (2014), consiste numa técnica de cultivo conservacionista onde o plantio é realizado sem as etapas da preparação tradicional de aração e gradagem, mas com uso de herbicidas para o controle de ervas daninhas. Desta forma, os produtores não revolvem o solo, apenas se formam os camaleões para o

plântio das mudas de tabaco. Geralmente, semeia-se algum tipo de plantas de cobertura (ervilhaca, aveia, azevém, tremoço), para formação de adubo verde e para proteger o solo da erosão. Mas, o uso de agrotóxicos continua da mesma forma, ainda que em determinadas partes do processo produtivo houvesse mudanças na sua finalidade.

O acesso ao crédito agrícola pelos agricultores contribuiu para a aquisição de diversos equipamentos agrícolas, como tratores, reboques, cultivadores, máquinas de costuras das folhas de tabaco, colheitadeiras, forno elétrico. Pode-se perceber que desde a criação da política pública para apoiar a agricultura familiar, fomentando com recursos financeiros tanto para custeio agrícola como para investimento agrícola, pelo Decreto Presidencial nº 1.946, de 28 de julho de 1996, sofrendo uma reformulação intensiva no ano de 2003, houve um crescimento em número de contratos e valores financiados. Conforme dados do Banco Central do Brasil, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, nos anos de 2000, 2006 e 2012, fomentou no Rio Grande do Sul financiamentos para investimento em máquinas e equipamentos, e o houve o crescimento de R\$ 1.326.538,87 para 172.358.277,07 e 603.353.673,13, respectivamente. E o número de contratos aumentou de 185 no ano de 2000 para 21.943 em 2012 (tabela 7).

Tabela 7 - Pronaf/Investimento agrícola no Rio Grande do Sul (2000 - 2006 - 2012)

Atividade	Nº contratos	Total financiado R\$	Ano
Máquinas e equipamentos	185	1.326.538,87	2000
Máquinas e equipamentos	10.916	172.358.277,07	2006
Máquinas e equipamentos	21.943	603.353.673,13	2012

Fonte: Banco Central do Brasil, 2014

A mata nativa existente nas propriedades não pode ser utilizado devido à proibição de desmatamento pelo código florestal que estabelece medidas de áreas de preservação permanente e reserva legal. Os dados apresentados são a partir das médias da relação da área de mata e total de hectares da propriedade. Identifica-se que 72,06% das propriedades investigadas preservam mais de 20% da área de terras, 16,18% preservam 10% e 11,76%, 20% (gráfico 21).

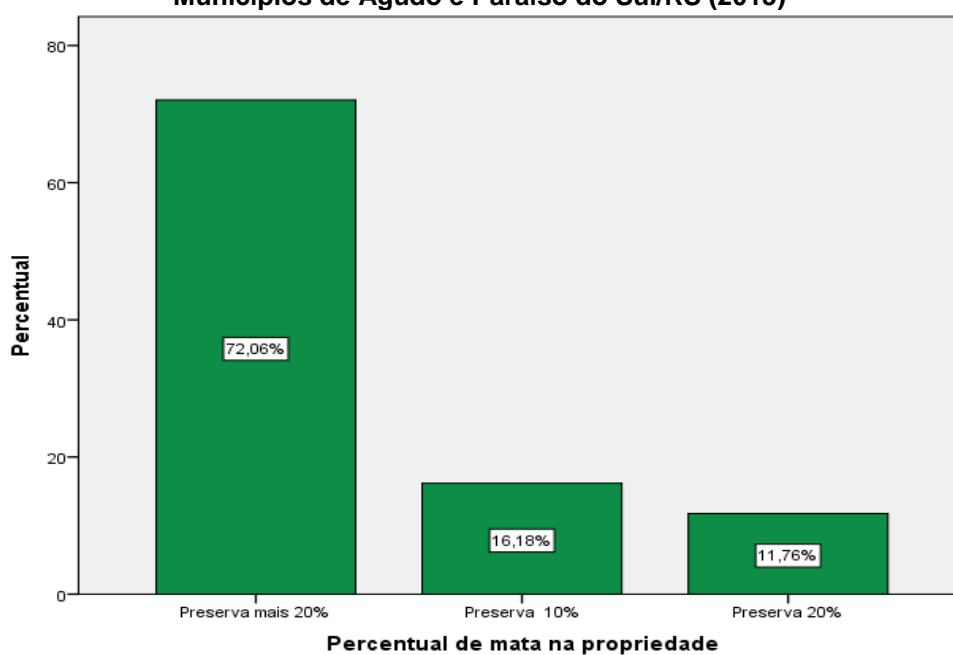
Estas áreas preservadas constituem principalmente de vegetação nativa (figura 8), mas também por regiões de reflorestamento, uma vez que numa de suas atividades econômicas principais utilizam a lenha em seu processo produtivo, ou seja, no processo de cura da folha do tabaco em estufas.

Figura 8 - Áreas de Mata Nativa no Município de Paraíso do Sul/RS



Fonte: Foto acervo da autora, 2015.

Gráfico 21 - Percentual de mata nas propriedades das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)



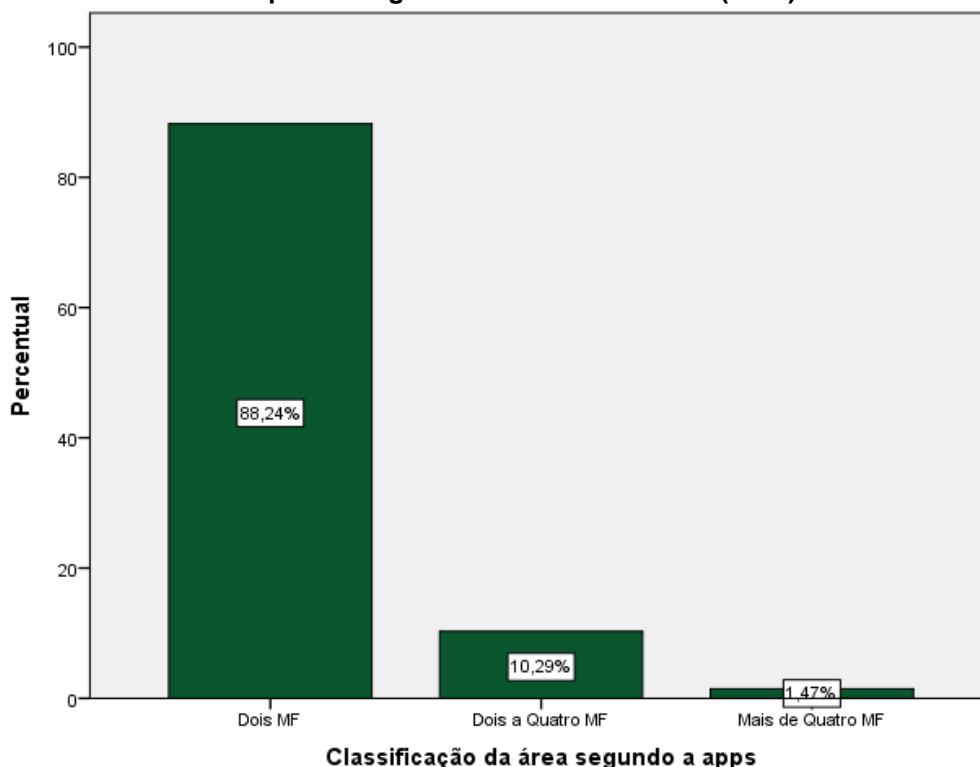
Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

A lei que define as áreas de preservação de florestas e vegetação nativa constitui-se no Código Florestal do Brasil, estabelecido pela Lei 12.651 de 25 de maio de 2012 e modificado em alguns componentes pela Lei 12.727, visa a contribuir para o desenvolvimento sustentável e proteger a vegetação. A lei aplica-se de forma diferenciada de acordo com o tamanho da propriedade rural, levando em conta a dimensão desta na data de 22 de julho de 2008. As regras do Código Florestal se aplicam de acordo com classificação da área total em hectares da propriedade, qual seja, o percentual de áreas de preservação permanente e respectivos módulos fiscais:

- a) 10% da área total do imóvel, igual/menor a dois módulos fiscais;
- b) 20% da área total do imóvel, entre dois e quatro módulos fiscais; e
- c) Varia com a percentagem da área total do imóvel, ter mais de quatro módulos fiscais, segundo a região ou bioma, no caso dos Biomas Mata Atlântica e Pampa é de 20%.

Conforme a classificação das áreas das propriedades das famílias produtoras de tabaco verifica-se que 88,24% das propriedades possuem até dois módulos fiscais, ou seja, 40 hectares, portanto necessitam preservar 10% de vegetação em suas terras. E 10,29% possuem entre dois e quatro módulos fiscais, de 40 a 80 hectares, devendo preservar uma área de 20% do seu total, e apenas 1,47% possuem acima de quatro módulos fiscais, estando a legislação em consonância com o bioma ao qual os municípios de Agudo e Paraíso do Sul estão inseridos, ou seja, com os Biomas Mata Atlântica e Pampa (gráfico 22).

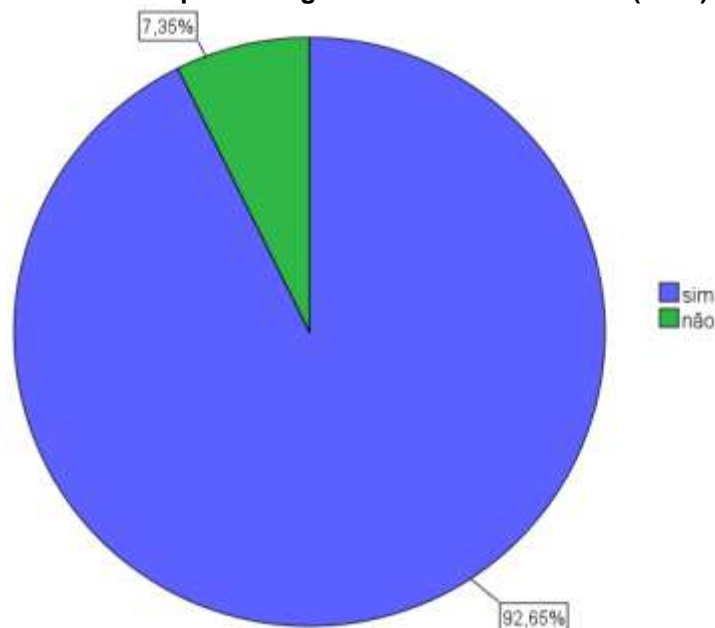
Gráfico 22 - Classificação da área segundo a APP das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

Dentre as famílias produtoras de tabaco, 92,65% fazem reflorestamento em suas propriedades e apenas 7,35% não realizam. Aspecto que vem crescendo conforme dados do IBGE nos dois municípios, acompanhando o crescimento da área plantada de tabaco (gráfico 23). O uso da lenha para a cura do tabaco deverá provir de origem legal, de acordo com a legislação ambiental, previsto nos compromissos do produtor no contrato de compra e venda de tabaco em folha. De maneira que o termo reflorestamento para os fumicultores tem conotação de uso de um insumo, adequado ao que prevê a lei.

Gráfico 23 - Área de reflorestamento na propriedade das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

Ainda com relação ao reflorestamento feito pelas famílias em suas propriedades, nota-se que 98,4% que o fazem plantam árvores exóticas, eucalipto principalmente, com o objetivo de lenha para venda, bem como para uso como lenha na cura do tabaco (tabela 8). Sendo a lenha um dos principais insumos para a cura da folha do tabaco nas estufas, as famílias pesquisadas, plantam ou necessitam comprá-la, mesmo havendo mata nativa em sua propriedade não pode usá-la, pois é proibido pela legislação ambiental (Lei Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; Decreto Nº 6.514 de 22 de julho de 2008; Instrução Normativa ICMBio Nº 06 de 01 de dezembro de 2009)² e as sanções pela desobediência são multas de alto valor, além do crime ambiental pelo qual o infrator responderá.

De modo que o reflorestamento por meio da plantação de eucalipto elimina essa restrição por um lado e por outro lado há o incentivo da própria Associação dos Fumicultores do Brasil que possui um programa de fomento florestal, desde a década de 1980, para a diversificação da produção e a produção de lenha. Com

² Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. A Lei dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências. Instrução Normativa ICMBio nº 06 de 01 de dezembro de 2009. Dispõe sobre o processo e os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

referência ao teste de Kruskal-Wallis, este demonstra que a relação entre as variáveis reflorestamento e tipo de árvores reflorestadas é significativa (0,000), evidenciando a sua dependência.

Tabela 8 - Relação do Reflorestamento e o Tipo de Árvores plantadas pelas Famílias Produtoras de Tabaco dos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)

		Tipo de árvores				Total
		exóticas	exóticas, nativas, frutíferas	frutíferas	Não	
Reflorestamento	não	0 0,0%	0 0,0%	2 40,0%	3 60,0%	5 100,0%
	sim	62 98,4%	1 1,6%	0 0,0%	0 0,0%	63 100,0%
Total		62 91,2%	1 1,5%	2 2,9%	3 4,4%	68 100,0%

Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

Das famílias que responderam que não realizam reflorestamento, 40% plantam árvores frutíferas, que posteriormente, os frutos são usados para consumo próprio, *in natura* ou conserva. Contudo, na década de 1990, houve incentivo, crédito específico (emenda parlamentar para o desenvolvimento da fruticultura na Metade Sul do Rio Grande do Sul), para financiar a fruticultura, quando muitas famílias aderiram a essa opção, porém, encontraram dificuldades de comercialização dos produtos, ocasionando a desistência da maioria das famílias, retornando a dedicação à fumicultura (figura 9 exemplifica a transição dos cultivos).

Figura 9 - Transição do cultivo de frutas para tabaco (1990-2014)



Fonte: Fotos do acervo da autora, 2014.

Na relação do tempo de cultivo e o tipo de árvores reflorestadas, no cruzamento das médias, observa-se que 51,6% das famílias o realizam há mais de 20 anos, de árvores exóticas e aquelas famílias que plantam árvores frutíferas, o fazem há 10 anos, (tabela 9). O teste de Kruskal-Wallis indica que há significância (0,000) entre as variáveis dos tipos de árvores e o tempo que as famílias produtoras de tabaco realizam o reflorestamento.

Tabela 9 - Relação do Tipo de Árvores e o Tempo de reflorestamento realizado pelas Famílias Produtoras de Tabaco dos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)

		Tempo de reflorestamento						Total
		10 anos	20 anos	30 anos	5 anos	mais de 20 anos	Não	
Tipo de árvores	exóticas	16 25,8%	6 9,7%	1 1,6%	7 11,3%	32 51,6%	0 0,0%	62 100,0%
	exóticas, nativas, frutíferas	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 100,0%	0 0,0%	1 100,0%
	frutíferas	1 50,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 50,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 100,0%
	não	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 100,0%	3 100,0%
Total		17 25,0%	6 8,8%	1 1,5%	8 11,8%	33 48,5%	3 4,4%	68 100,0%

Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

A relação do tempo que cultiva tabaco com tempo que faz reflorestamento, nota-se que quem cultiva tabaco entre 30 e 49 anos, refloresta eucalipto há mais de 20 anos, em 61% dos casos e aquelas que plantam fumo há mais de 50 anos, 50% delas produzem na base desse período. Das famílias investigadas que produzem tabaco entre 20 e 29 anos, 43,8% plantam árvores exóticas há 10 anos (tabela 10).

E as famílias que produzem tabaco há até 19 anos, o tempo de reflorestamento varia ao longo do tempo. Percebe-se que pelo teste de significância, Kruskal-Wallis, que não há relação entre as variáveis de tempo de cultivo de tabaco e tempo de reflorestamento (0,164).

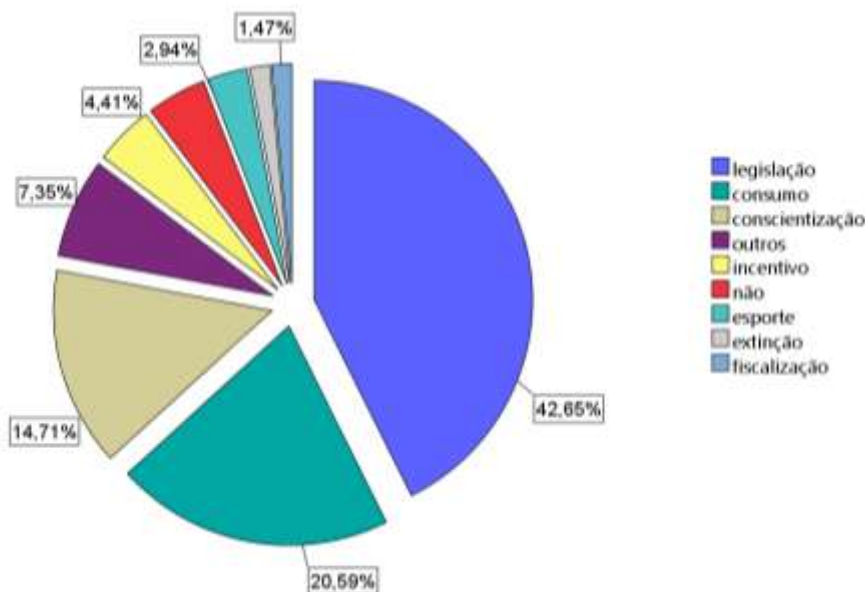
Tabela 10 - Relação entre tempo que cultiva tabaco e tempo de reflorestamento realizado pelas Famílias Produtoras de Tabaco dos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)

		Tempo de reflorestamento						Total
		10 anos	20 anos	30 anos	5 anos	mais de 20 anos	não	
Tempo que cultiva Tabaco	20 a 29 anos	7 43,8%	0 0,0%	0 0,0%	4 25,0%	3 18,8%	2 12,5%	16 100,0%
	30 a 39 anos	2 8,7%	3 13,0%	1 4,3%	2 8,7%	14 60,9%	1 4,3%	23 100,0%
	40 a 49 anos	6 33,3%	1 5,6%	0 0,0%	0 0,0%	11 61,1%	0 0,0%	18 100,0%
	até 19 anos	0 0,0%	1 33,3%	0 0,0%	1 33,3%	1 33,3%	0 0,0%	3 100,0%
	mais de 50 anos	2 25,0%	1 12,5%	0 0,0%	1 12,5%	4 50,0%	0 0,0%	8 100,0%
Total		17 25,0%	6 8,8%	1 1,5%	8 11,8%	33 48,5%	3 4,4%	68 100,0%

Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

A motivação para o reflorestamento provém em 42,65% dos casos da legislação, em 20,59% para o consumo, 14,71% pela conscientização da necessidade de replantar, embora a maioria o faça com árvores exóticas, o eucalipto (gráfico 24). A legislação a que se referem principalmente é a determinação do Código Florestal que proíbe o corte de árvores nativas, sob pena de aplicação de punição, em forma de multas e detenção. E como necessitam de lenha para o processo produtivo do tabaco, veem-se impostos a replantar, e isso também justifica a questão do consumo, para a cura do tabaco e também para insumo no uso do fogão a lenha, que ainda é muito usado na cozinha.

Gráfico 24 - Fator motivador do reflorestamento das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

As famílias declararam-se conscientes da importância com relação à conservação, preservação das espécies de fauna e flora, sobre a poluição da água, solo e ar, como da reserva de sementes crioulas. Expuseram que por meio do plantio direto, do uso do adubo verde, do não desmatamento, da preservação das vertentes d'água e do refreamento das queimadas, podem contribuir para a sustentabilidade do ambiente, embora atente para o maior uso de veneno nas plantações. Mas essencialmente se concentraram no condicionamento dos recipientes de agrotóxicos e do lixo e a sua coleta pela indústria e cooperativa e pela prefeitura municipal, respectivamente.

A conscientização para a preservação do ambiente está presente nas famílias produtoras de tabaco, tanto na questão da necessidade de reflorestamento, bem como na reciclagem do lixo que produzem, principalmente a partir da coleta dos recipientes de agrotóxicos realizada pela cooperativa localizada no município de Agudo, que também é revendedora dos insumos para o cultivo do tabaco, como agrotóxicos e fertilizantes e agroquímicos em geral. Além disso, as prefeituras municipais realizam o serviço de captação do lixo seco, periodicamente, na maioria das vezes passam a cada três (3) meses nas linhas das comunidades. Para muitas famílias essa periodicidade poderia ser menor, pois percebe-se cada vez mais a produção de lixo de materiais recicláveis, pois há um consumo de produtos

industrializados que vem em embalagem de difícil e demorado processo de decomposição natural no ambiente e, por consequência, podem poluir solo e água.

Uma questão importante a ser destacada é com relação aos recipientes dos agrotóxicos que são recolhidos pela cooperativa ou firmas de tabaco, a exigência da sua lavagem para poderem ser recolhidos. Essa tarefa é realizada em açudes (barragens), arroios, rios, de forma que poluem a água. Fica a pergunta, essa água é consumida por animais de todas as espécies e também muitas vezes por humanos, além do seu uso na lavagem de alimentos e roupas. Sendo que o Instituto Nacional de Câncer (INCA) destaca que a exposição aguda e crônica aos agrotóxicos pode causar inúmeras doenças, então quais seriam os riscos à saúde das pessoas e ao ambiente em contato com a água contaminada?³

A produção de alimentos sempre fez parte da trajetória dessas famílias, na sua origem pela falta deles, na Alemanha de onde descende a maioria, a exclusão se evidenciava pelas consequências das reformas no campo e também pelos reflexos da revolução industrial. Seduzidos pela promessa de fartura e todo o tipo de ajuda para migrar para a América, esses emigrantes chegaram ao destino determinado pelos organizadores da ocupação de terras no sul do Brasil e para iniciar a produção de alimentos, escassos na região. Os alimentos foram os motivadores das transformações ocorridas na história desse agrupamento humano na região central do Rio Grande do Sul, para a sua sobrevivência e fonte de renda para o crescimento das Colônias. Potencializaram o cultivo de alguns para a comercialização, como feijão, arroz, e outros para seu consumo como batatas, criação de animais, para ter acesso à carne e banha.

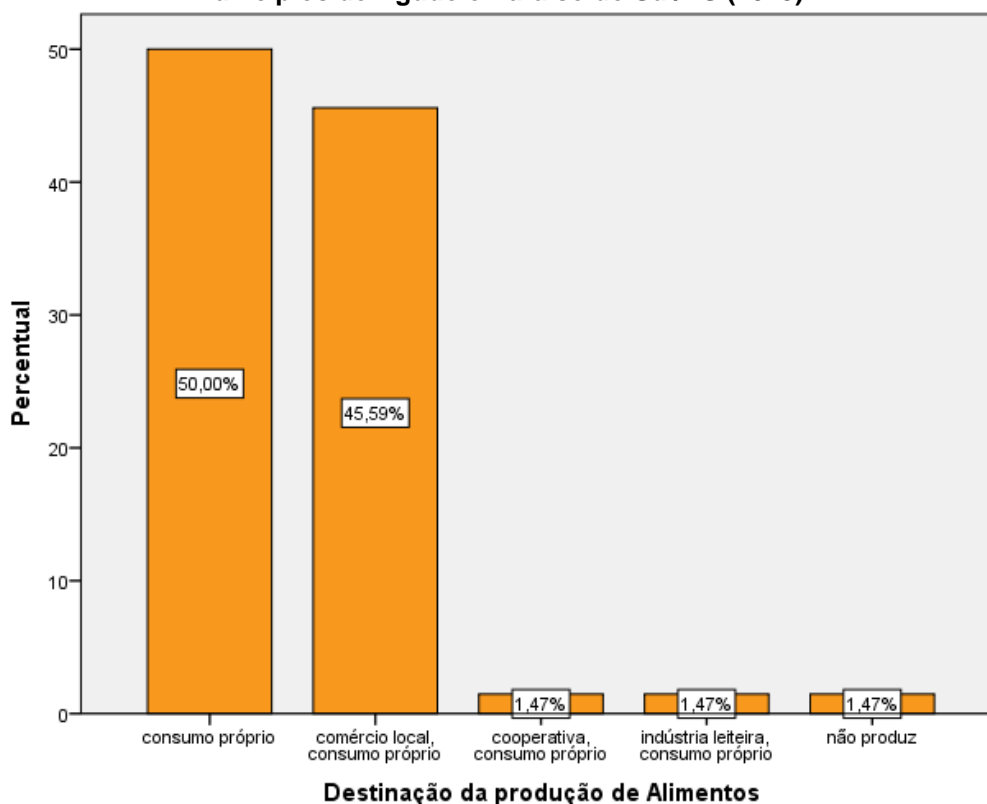
Segundo todas as famílias inquiridas, em 100% dos casos, os hábitos alimentares no passado eram totalmente de base natural. Produziam-se quase todos os insumos utilizados no preparo das refeições, poucos itens eram comprados, pela pouca diversificação que havia e também pelos recursos financeiros escassos, além

³Uma explicação do Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco, retirado do sítio do INCA, sobre os efeitos dos agrotóxicos utilizados na fumicultura: “É importante destacar o uso de inseticidas organofosforados e carbamatos, que são agrotóxicos lipossolúveis e podem ser absorvidos por inalação, ingestão ou exposição dérmica (2). Os organofosforados causam três tipos de sequelas neurológicas: polineuropatia retardada, síndrome intermediária e efeitos comportamentais. A polineuropatia inclui fraqueza progressiva, perda de coordenação nas pernas, podendo evoluir até a paralisia. Os principais sintomas da síndrome intermediária são a diarreia intensa e a paralisia dos músculos do pescoço, das pernas e da respiração que ocorrem de forma aguda, podendo levar ao óbito. Dentre os efeitos comportamentais destacam-se: insônia, sono conturbado, ansiedade, retardo de reações, dificuldade de concentração e uma variedade de sequelas psiquiátricas como apatia, irritabilidade, depressão e esquizofrenia (3).”

da dificuldade de armazenagem, por longo período de tempo, de alimentos perecíveis principalmente. De forma que a alimentação provinha de cultivo de vegetais, legumes, frutas, cereais sem agrotóxicos e de carne de animais, como porco, gado, ovelhas, galinhas, patos, gansos, marrecos, criados de modo extensivo e sem uso de rações, e o peixe, abundante na época, pescado em arroios, rios para o consumo imediato.

As famílias produtoras de tabaco mantêm a tradição de seus antepassados de produzir os alimentos. Para 50% das famílias, o que é produzido se destina para o autoconsumo e para 45,59% delas parte é para consumo próprio e outra parte é vendida no comércio local (gráfico 25).

Gráfico 25 - Destinação da produção de Alimentos das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)



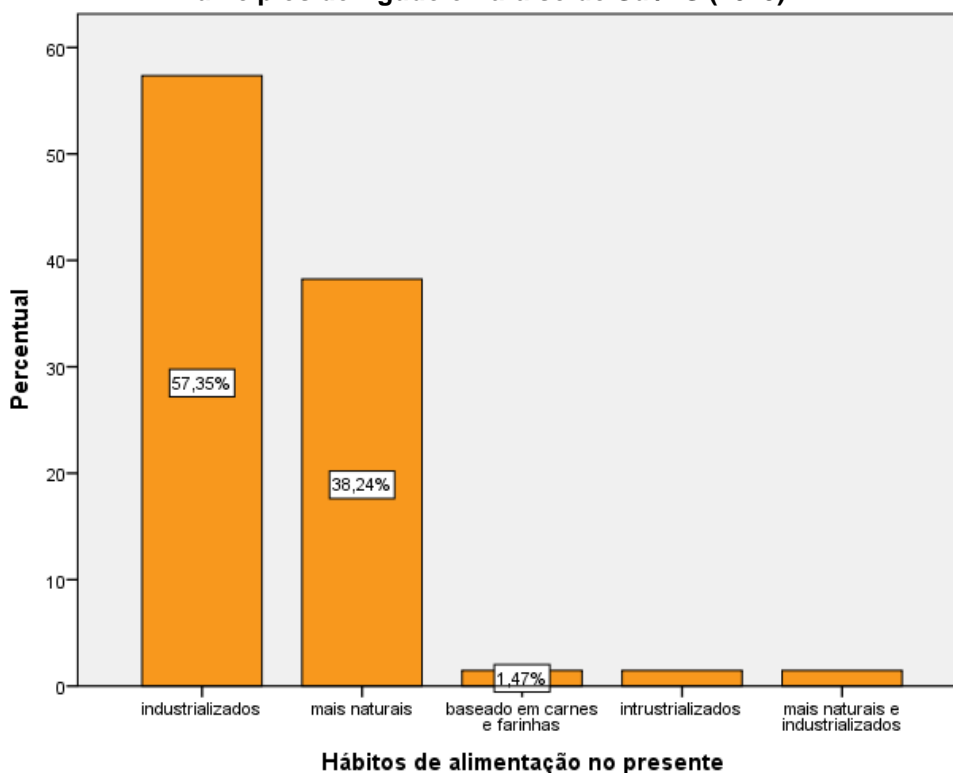
Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

A forma de armazenagem também diferia de épocas atuais, pois não havia eletrodomésticos para refrigerar e tecnologia e conservantes químicos para preservar os alimentos por longo período de tempo. A forma tradicional de conservação consistia na defumação da carne ou de sua imersão em banha, após ser fritada em tachos de ferro. Faziam-se conservas a vácuo de vegetais (legumes e

frutas), num processo natural, o que em algumas famílias permanece até os dias atuais. Outra forma era a desidratação de legumes e frutas para possibilidade de armazenar e consumo futuro, principalmente por se tratar de produtos sazonais.

No momento presente, de acordo com as famílias investigadas, os hábitos de alimentação, em 57,35% das respostas, são mais a base de industrializados e em 38,24% a base é mais em alimentos naturais, produzidos por eles. No entanto, percebe-se que, embora sejam naturais, o uso de agrotóxicos na sua produção é um hábito, em legumes e frutas, bem como em cereais, com a justificativa de se não utilizarem não há colheita, pois a existência de pragas impede crescimento e desenvolvimento da maioria dos cultivos agrícolas (gráfico 26).

Gráfico 26 - Hábitos de alimentação no presente das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

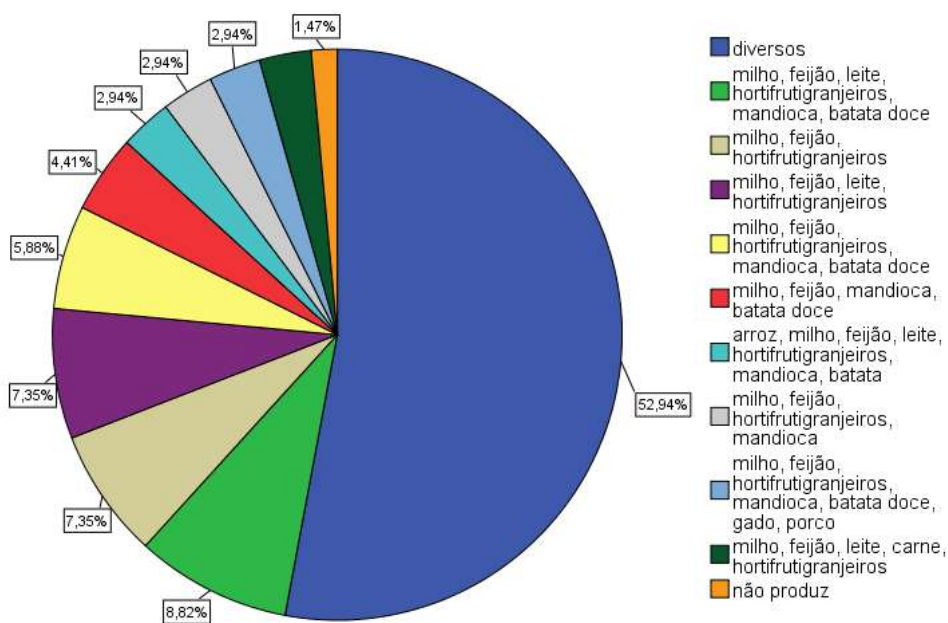
Salienta-se que na maioria das famílias produtoras de tabaco os produtos industrializados são predominantes, o que se pode dar por diversos motivos, como a falta de tempo para produzir alimentos, pois a atividade de cultivo de tabaco é complexa, absorve quantidade de tempo e exige dedicação quase integral em seu processo produtivo. De modo que optou-se pela facilidade de encontrar e adquirir produtos processados em supermercados e em vendas locais. Outro ponto também

é a facilidade de acesso ao crédito que proporciona uma diversificação e possibilidades de obtenção de produtos prontos para serem consumidos como alimentos.

Ainda que a alimentação das famílias produtoras de tabaco tenha se alterado, de uma base mais natural para produtos processados, pode-se identificar que há uma imensa diversidade em cultivos de alimentos. Continua presente o cultivo do milho, feijão, hortifrutigranjeiros, mandioca, batata doce, arroz, batata inglesa, amendoim, a criação de porcos, gado e a produção de leite, proporcionando um colorido na sua base nutricional (gráfico 27).

Corroborar-se então o fato de que a tradição de produzir alimentos mantém-se nas famílias produtoras de tabaco dos municípios de Agudo e Paraíso do Sul, preservando o método de produção de seus antepassados, claro que com novas formas de manejo e aquisição de sementes.

Gráfico 27 - Tipos de Alimentos Produzidos pelas Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)

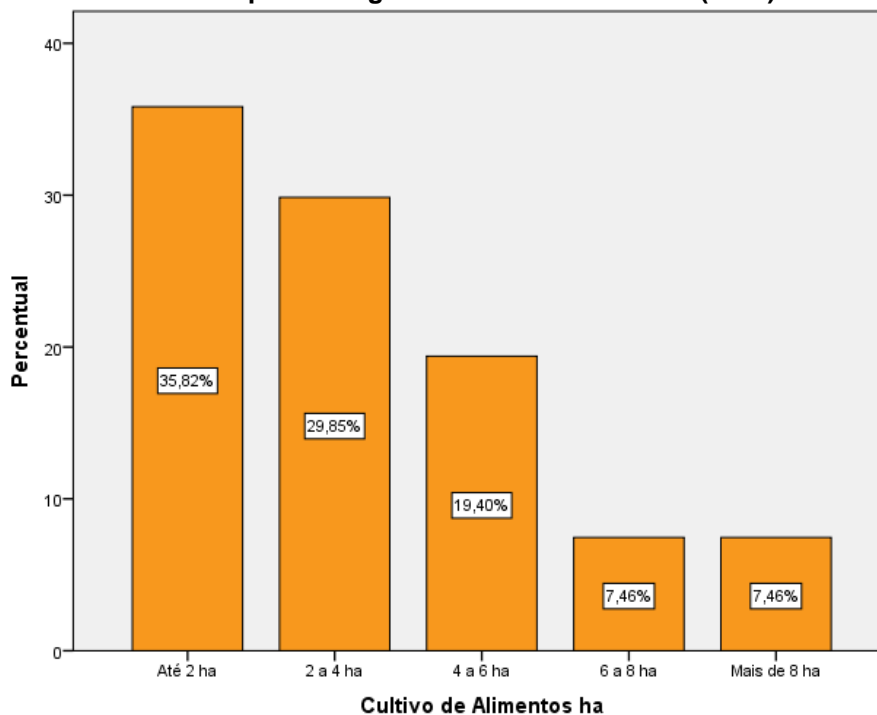


Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

Com relação área utilizada para o cultivo de alimentos, 35,82% ocupam até dois hectares, 29,85% de dois a quatro hectares, para 19,40% de quatro a seis hectares, (gráfico 28). As famílias produtoras de tabaco apontaram que usam as mesmas áreas onde cultivam tabaco para produzir alimentos, milho principalmente, de

sementes transgênicas. Os outros cultivos necessitam de áreas diferentes, pois são produções que se dão em época paralelas ao tabaco, ou ainda há a exigência de solo específico, como é o caso do arroz.

Gráfico 28 - Quantidade de Ha de cultivo de alimentos pelas Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

A terra é um patrimônio importante para as famílias produtoras de tabaco, pois a maioria está mais de três gerações aí residindo e a cultivando. Os métodos e técnicas foram se alterando com a transformação tecnológica que também afetou a agricultura, a mecanização agrícola se possível pela possibilidade ao crédito da agricultura familiar. Os tipos de cultivos e sua genética sofreram interferência da pesquisa científica, que promoveu modificações nos genes das sementes de alimentos, em busca de maior produtividade e mais resistência às pragas. O uso de agrotóxicos intensificou-se também pelas gerações familiares, trazendo para o debate os seus riscos para quem aplica e também o ambiente. Apesar de o cultivo de alimentos ainda fazer parte da tradição das famílias pesquisadas, é a produção do tabaco que se destaca em suas propriedades.

5.3 FAMÍLIAS PRODUTORAS DE TABACO E O CULTIVO DO TABACO

Ao analisar o cruzamento das médias entre o número de pessoas residentes no domicílio e as pessoas da família que cultivam tabaco pode-se verificar que não necessariamente somente os residentes atuam no cultivo do tabaco. Há mais pessoas da família que trabalham nessa atividade, percebendo-se que há uma colaboração de membros da família que não residem na mesma casa, uma vez que quando há duas pessoas morando na residência e três trabalham no cultivo, em 90% dos casos. E 50% de casos em que três pessoas residem no mesmo domicílio e quatro lidam com o tabaco. Porém, ocorrem em 64,7% dos casos de residências com quatro habitantes, apenas três ocupam-se com o tabaco, em 60%, cinco pessoas moram na residência e três cultivam fumo e quando a família de residente no mesmo domicílio é de seis membros, em 57,1% dos casos apenas uma (1) pessoa trabalha no tabaco. Pode-se aí considerar que os demais ou são crianças ou pessoas idosas que estão proibidas de atuar no cultivo do tabaco.

A respeito do número de residentes no domicílio e o tempo que cultivam tabaco, as médias cruzadas demonstram que em 50% dos casos quando têm duas pessoas residentes no domicílio, estas cultivam tabaco entre 40 e 49 anos. E quando há três residentes, 35,7% de casos, e cinco residentes, 40% de casos, plantam tabaco entre 20 e 29 anos; enquanto que com seis residentes, 57,1%, atuam no tabaco entre 30 a 39 anos. Identifica-se que quanto mais membros as residências contêm, o tempo de cultivo é relativamente menor, pois trata-se de famílias mais jovens, que assumiram a continuidade da propriedade e do cultivo de tabaco, tendo muitas vezes os pais, já aposentados, como colaboradores.

Com relação ao tempo que mora na comunidade e sua relação com tempo que cultiva tabaco, verifica-se que a maioria (46,2%) que reside na linha há 50 anos ou mais e cultiva tabaco entre 40 e 49 anos. E 52,4% dos que moram na comunidade a 40 anos produzem tabaco entre 30 e 39 anos. Ou seja, pela tabela 11, pode-se notar que a maioria das famílias tem o tabaco em sua vida desde sua nascença, de forma que os conhecimentos sobre esse processo produtivo e da comunidade onde residem são partes institucionalizadas. Verifica-se que há uma relação significativa (0,002), ao nível 0,5, entre o tempo em que mora na comunidade e o tempo em que cultiva tabaco.

Tabela 11 - Relação do Tempo que Mora na Comunidade e Tempo que cultiva Tabaco das Famílias Produtoras de Tabaco dos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)

		Tempo que cultiva Tabaco					Total
		20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	até 19 anos	mais de 50 anos	
Tempo que mora na comunidade	20 anos	4 66,7%	1 16,7%	0 0,0%	1 16,7%	0 0,0%	6 100,0%
	30 anos	6 60,0%	2 20,0%	1 10,0%	0 0,0%	1 10,0%	10 100,0%
	40 anos	3 14,3%	11 52,4%	4 19,0%	1 4,8%	2 9,5%	21 100,0%
	50 anos	0 0,0%	1 50,0%	1 50,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 100,0%
	até 20 anos	3 100,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 100,0%
	mais de 50 anos	0 0,0%	8 30,8%	12 46,2%	1 3,8%	5 19,2%	26 100,0%
Total		16 23,5%	23 33,8%	18 26,5%	3 4,4%	8 11,8%	68 100,0%

Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

A migração do meio rural para áreas periurbanas e urbanas têm-se evidenciado nas últimas décadas, conforme dados do IBGE (2013), de modo que a carência de mão de obra nas atividades agrícolas familiares principalmente tornou-se um problema. As famílias produtoras de tabaco vêm enfrentando essa situação, de modo que necessitam contratar pessoas para algumas atividades da produção, sobretudo na colheita. Mas estão sendo coagidos a omitirem tal fato, devido à legislação trabalhista que exige a formalização dessa relação. De maneira que a maioria das famílias declarou que não contrata mão de obra para as atividades de colheita do tabaco, em todas as classes de período de tempo em que o cultivam.

A mesma questão refere-se ao trabalho infantil, largamente utilizado até os anos de 1990, e com a chancela das indústrias fumageiras, que viam assim uma fonte barata de trabalhadores, além da ciência das associações, sindicatos, e demais organizações relacionadas aos trabalhadores do tabaco. No entanto, devido à aprovação do Estatuto da Criança e Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990, tornou proibido o trabalho infantil soma-se a tal instituição a EC 50/2009 e a Lei 12.796/2013 que garantem a obrigatoriedade da frequência escolar até os 17 anos. Essa condição é para muitas famílias de baixa renda ter acesso a recursos

monetários via programas sociais do governo federal, como bolsa família, por exemplo.

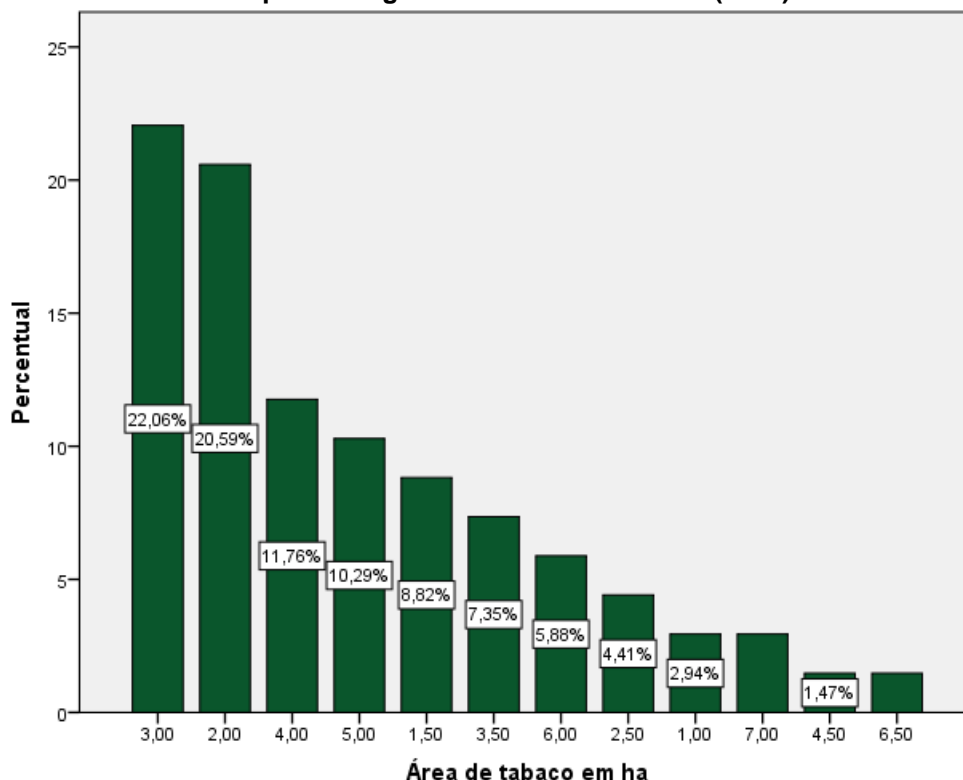
Relacionando-se o trabalho das crianças e a frequência escolar, percebe-se que em 86,9% dos casos, as crianças não atuam no cultivo do tabaco, bem como não há infrequência escolar. Todavia, em 42,9%, as famílias inquiridas admitiram que algumas vezes as crianças ajudam no processo de produção do tabaco e há ausências nas aulas, no período da colheita.

Uma organização fundamental na vida de cada pessoa, após a família, é a escola, onde buscam-se os diversos saberes para a vida, e possibilidades de amplitude de liberdades e oportunidades de escolhas. Na questão do cultivo do tabaco e o envolvimento do trabalho infantil, identificou-se que para 77,8% das famílias produtoras de tabaco informaram que a frequência dos alunos é reduzida na época da colheita do tabaco; a escola não se envolve nessas questões. E, segundo 56,1% das famílias, que informaram que não há redução na frequência escolar no período da colheita, relataram que a escola não se envolve em questões do trabalho infantil no cultivo do tabaco.

A produção de tabaco é sedutora por muitas razões, uma destas é a quantidade de área que necessita e sua produtividade por hectare, e sendo uma característica os lotes reduzidos de terras das famílias produtoras de tabaco em Agudo e Paraíso do Sul, além do relevo se constituir montanhoso, impróprio para outros cultivos comuns na região, como o arroz irrigado, tem-se um conjunto de fatores favoráveis ao fumo. Em 22,06% dos casos, as famílias ocupam três hectares da propriedade para a produção do tabaco, 20,59% dois hectares, 10,59% usam cinco hectares.

Pode-se verificar dentro das possibilidades de cultivos, principalmente dentre as *commodities*, poucas seriam tão eficientes quanto ao tabaco, pela receita obtida e comercialização facilitada (gráfico 29).

Gráfico 29 - Área de tabaco em ha cultivado pelas Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)



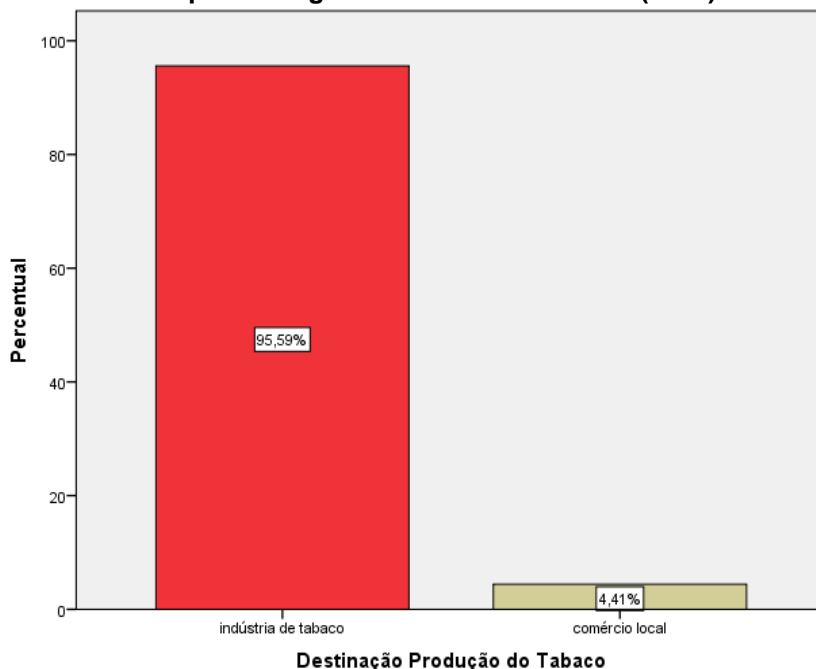
Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

A destinação de 95,59% da produção do tabaco é a indústria fumageira, e apenas 4,41% é comercializado para outras organizações, como empresas locais e atravessadores “picaretas de fumo” (gráfico 30). A relação comercial com a indústria de tabaco se estabelece por meio de um contrato formal, onde constam as responsabilidades das partes, do plantador de fumo, que se compromete a remeter a folha de tabaco curada, devidamente classificada conforme orientação e tabela⁴ fornecidas pela fumageira, enfardada e identificada. A indústria fumageira por outro lado avalia o crédito fornecido pelos bancos (Banco do Brasil, Sicredi) para custeio e investimento e o compromisso da compra da matéria-prima, a folha do tabaco, do plantador de tabaco. Nesta relação institucionalizada pelo contrato formal, se expressa a fidelidade entre produtor e indústria. A indústria fornece e disponibiliza a preços de mercado os insumos necessários para o cultivo de tabaco, como

⁴Tabela de classificação da folha do tabaco criada pelo Ministério da Agricultura, Pecuário e Abastecimento/Brasil. Classificação do Tabaco – Instrução Normativa MAPA nº.10. DOU 16.04.2007, republicado em 17.04.2007

fertilizantes, sementes, herbicidas, fungicidas, antibrotantes, lonas, bandejas, e orientação técnica, por meio do “instrutor de fumo”, como é conhecido e nominado pelas famílias produtoras de tabaco. Igualmente, fornece material de infraestrutura para construção de estudas elétrica, galpões, entre outros.

Gráfico 30 - Destinação da Produção de Tabaco das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)



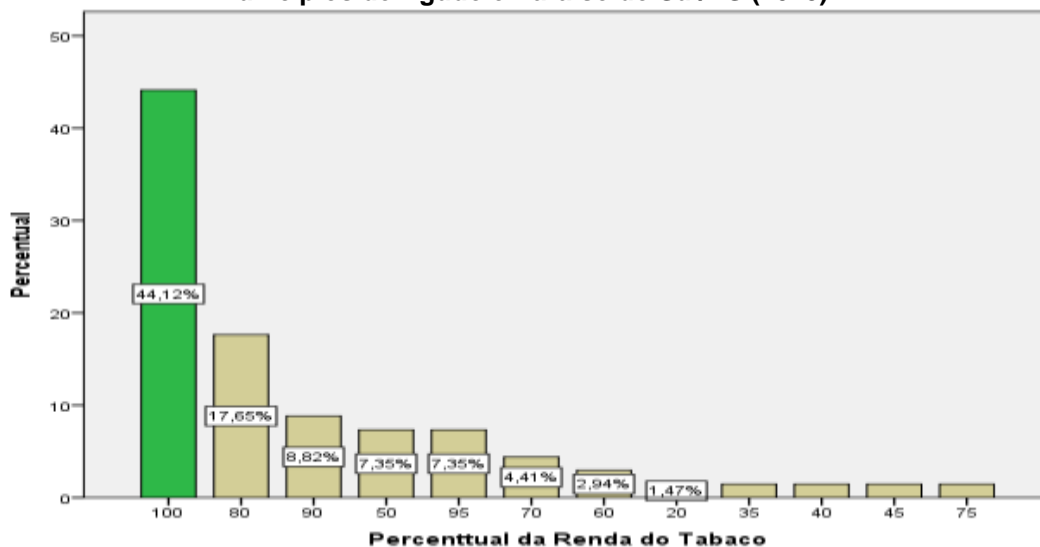
Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

Controverso em literaturas, a questão do lucro líquido proveniente do tabaco (Vargas e Oliveira, 2012) e a Afubra⁵, em que se discute se realmente o tabaco é mais lucrativo que outros cultivos. Mas, afere-se na pesquisa com as famílias produtoras que em 44,12% delas o tabaco representa 100% da renda total, em 17,65% é responsável por 80% dos rendimentos (gráfico 31), números bastante expressivos que denotam a importância econômica que o fumo detém na região.

Talvez possa esclarecer que as políticas públicas de diversificação encontram resistência em obter sucesso. De toda forma, os produtores não realizam o demonstrativo do resultado do exercício para averiguar o lucro proveniente do tabaco, verificam apenas a relação entre receitas e despesas.

⁵ Nota da Afubra no Jornal Gazeta do Sul. Edição de 27 de abril de 2006. Afubra apoia programa de diversificação no fumo.

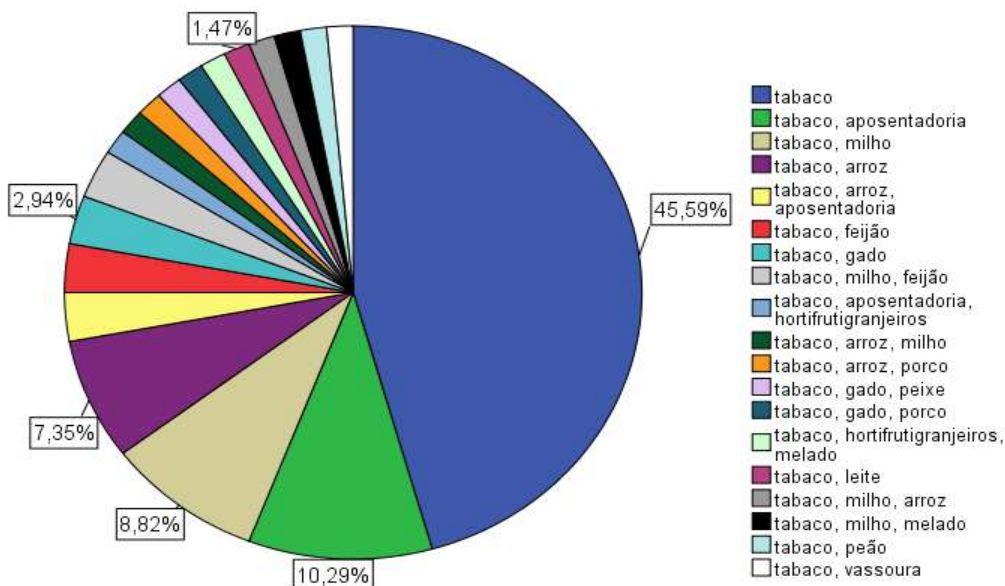
Gráfico 31 - Percentual da Renda do Tabaco das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

Constata-se que dentre as principais fontes de rendas, o tabaco constitui-se para 45,59% das famílias a única fonte de renda, para 10,29% delas o tabaco e o benefício social por idade (aposentadoria), para 8,82% o tabaco e o milho e para 7,35% o tabaco e o arroz.

Gráfico 32 - Fontes de Renda das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)

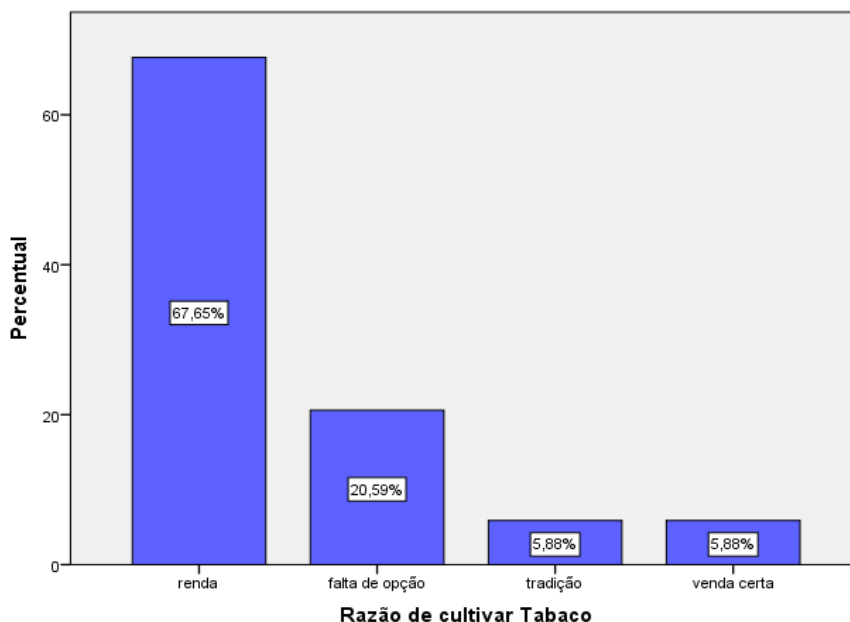


Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

Denota-se assim que muitos mesmo após obterem aposentadoria continuam a produzir tabaco, e que os demais cultivos representam uma complementação da renda.

Quanto à razão principal de cultivar e continuar nessa atividade, para 67,65% é devido à renda, para 20,59% por falta de outra opção, para 5,88% por tradição e 5,88% pela venda certa. Nota-se que basicamente três (3) fatores estão relacionados com o mercado e a impossibilidade de ver em outro tipo de cultivo estas mesmas características, e por isso não arriscam investir em cultivos como a produção de alimentos ou a pecuária, por exemplo (gráfico 33).

Gráfico 33 - Razão de cultivar Tabaco das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

No cruzamento das médias, entre o percentual que o tabaco representa nos rendimentos das famílias produtoras e a razão de cultivá-lo, em todos os casos destacam-se a renda, mormente, e a falta de opção. De fato, a falta da efetividade das políticas públicas de diversificação da produção transparece nessa população pesquisada. As famílias não vislumbram poder mudar de atividade por razões financeira (tabela 12).

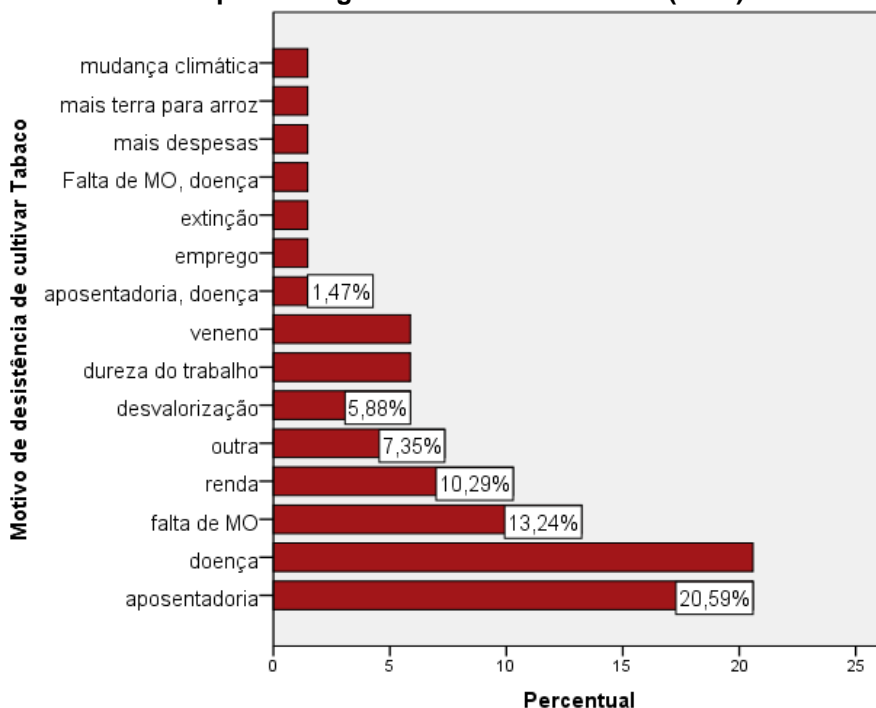
Tabela 12 - Relação do Percentual da Renda do Tabaco e Razão de cultivar Tabaco nas Famílias Produtoras de Tabaco dos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul (2015)

		Razão de cultivar Tabaco				Total
		falta de opção	Renda	tradição	venda certa	
Percentual da Renda do Tabaco	20	0 0,0%	1 100,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 100,0%
	35	0 0,0%	1 100,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 100,0%
	40	1 100,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 100,0%
	45	0 0,0%	1 100,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 100,0%
	50	0 0,0%	3 60,0%	1 20,0%	1 20,0%	5 100,0%
	60	0 0,0%	1 50,0%	0 0,0%	1 50,0%	2 100,0%
	70	0 0,0%	3 100,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 100,0%
	75	0 0,0%	1 100,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 100,0%
	80	1 8,3%	10 83,3%	1 8,3%	0 0,0%	12 100,0%
	90	4 66,7%	1 16,7%	0 0,0%	1 16,7%	6 100,0%
	95	0 0,0%	5 100,0%	0 0,0%	0 0,0%	5 100,0%
	100	8 26,7%	19 63,3%	2 6,7%	1 3,3%	30 100,0%
Total		14 20,6%	46 67,6%	4 5,9%	4 5,9%	68 100,0%

Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

Sendo o mercado a principal razão de cultivar tabaco, recordando que esse fator vem influenciando as decisões das famílias desde os antepassados que colonizaram o território, 1857, por outro lado, o motivador da desistência dessa atividade para a maioria, 20,59%, seria a aposentadoria ou a doença. Para 13,24% seria por falta de mão de obra, para 10,29% pela questão de renda e em percentuais menores podem-se encontrar razões como: desvalorização, dureza no trabalho, uso de veneno, dentro outros (gráfico 34).

Gráfico 34 - Razão de desistência de cultivar Tabaco pelas Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)

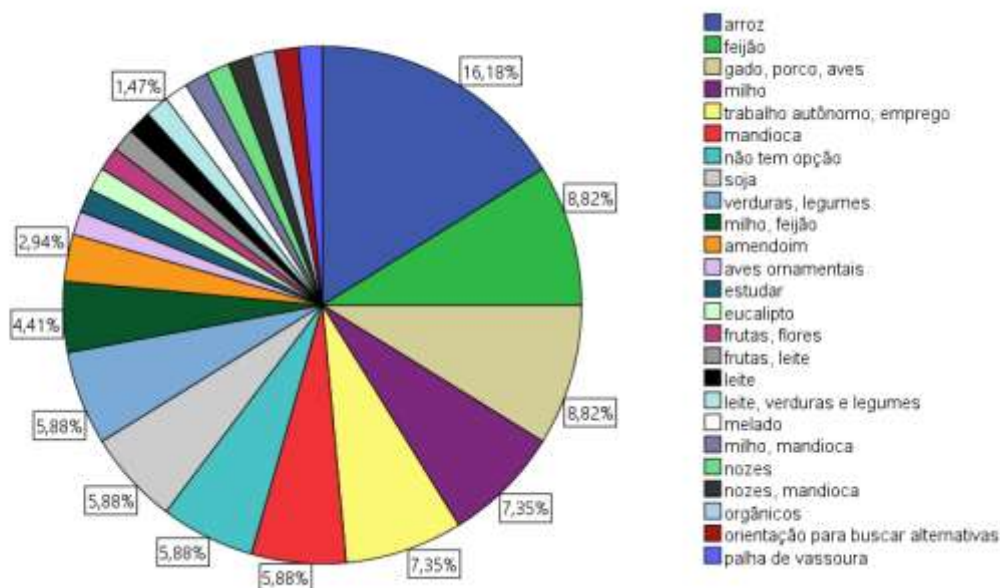


Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

Visto que a renda é um dos elementos mais importantes na decisão de continuar a plantar tabaco e a aposentadoria ou a doença motivariam a sua desistência, buscou-se averiguar possibilidades de tipo de produtos que poderiam substituir o cultivo. O arroz encontra-se como opção em 16,18% dos casos, o feijão e o gado, porco e aves em 8,82%, o milho e um trabalho autônomo/emprego em 7,35%.

A mandioca, a soja, as verduras representam uma opção para 5,88% das famílias fumicultoras, bem como a falta dessa opção também está nesse percentual. Ainda assim, percebe-se uma diversidade de outras formas de viver sem o fumo (gráfico 35).

Gráfico 35 - Possibilidade de Produtos substitutos do Tabaco das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

Um dos principais destaques da agricultura familiar no Brasil é a produção de alimentos. Para o abastecimento do mercado interno produz 87% da mandioca, 70% do feijão, 59% da carne suína, 58% do leite, 50% da carne de aves e 46% do milho (MDA/PORTAL DO BRASIL, 2015).

Nesta perspectiva, as famílias produtoras de tabaco salientaram sobre as diversas possibilidades de substituir a produção de fumo por alimentos, tais como feijão, milho, arroz, carne, hortifrutigranjeiros. Contudo, não o fazem por razões apresentadas na tabela 13, tornando-os inviáveis, segundo eles, em sua propriedade. Para a produção de arroz seria necessário solo adequado e em maior área, isso também vale para a soja, pela questão da produtividade. Com relação ao feijão, mandioca, hortifrutigranjeiros, flores, orgânicos, não podem sobreviver pela dificuldade na comercialização. Quanto à produção de carne (gado, porco, aves) e de leite que o principal empecilho é a menor renda, que é o caso do milho também. E por falta de recursos financeiros não optam pelo cultivo de nozes ou trabalho autônomo/emprego.

Com referência ao teste de Kruskal-Wallis, indica que a relação entre as variáveis de possibilidade de cultivos substitutos e a razão da não substituição é significativa (0,006), evidenciando a sua dependência.

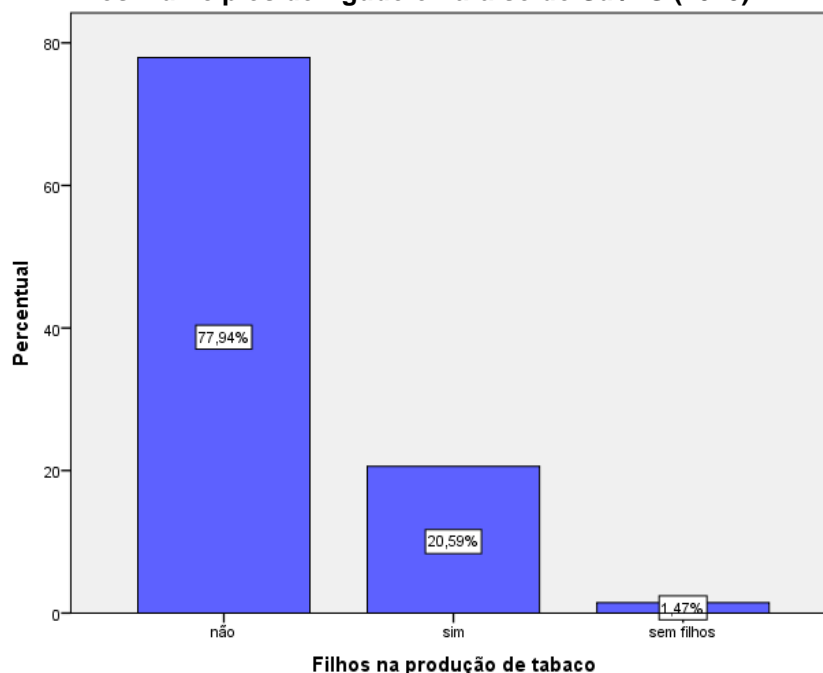
Tabela 13 - Relação entre Possibilidades de cultivos substitutos e razão da não substituição pelas Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)

	Razão da não substituição							Total	
	dificuldade de comercialização	falta de apoio técnico	falta de oportunidade	falta de recursos financeiros	falta de terra	pouca qualificação MO	renda		
Possibilidades de cultivos substitutos do tabaco	arroz	0	0	0	1	7	0	3	11
		0,0%	0,0%	0,0%	9,1%	63,6%	0,0%	27,3%	100,0%
	feijão	4	0	0	1	0	0	1	6
		66,7%	0,0%	0,0%	16,7%	0,0%	0,0%	16,7%	100,0%
	gado, porco, aves	0	1	0	1	1	0	3	6
		0,0%	16,7%	0,0%	16,7%	16,7%	0,0%	50,0%	100,0%
	leite	0	0	0	0	0	0	1	1
		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%
	mandioca	1	0	0	0	1	1	1	4
		25,0%	0,0%	0,0%	0,0%	25,0%	25,0%	25,0%	100,0%
	milho	1	0	0	1	0	0	3	5
		20,0%	0,0%	0,0%	20,0%	0,0%	0,0%	60,0%	100,0%
	milho, feijão	0	0	0	0	1	0	2	3
		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	33,3%	0,0%	66,7%	100,0%
	nozes	0	0	0	1	0	0	0	1
		0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	soja	0	0	0	0	4	0	0	4
		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	trabalho autônomo, emprego	1	0	1	2	0	0	1	5
		20,0%	0,0%	20,0%	40,0%	0,0%	0,0%	20,0%	100,0%
verduras, legumes	3	0	0	1	0	0	0	4	
	75,0%	0,0%	0,0%	25,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	
Outras	6	1	1	6	14	1	15	44	
	13,60%	2,30%	2,30%	13,60%	31,90%	2,30%	34,00%	100,00%	
Total	16	5	2	11	15	1	18	68	
	23,5%	7,4%	2,9%	16,2%	22,1%	1,5%	26,5%	100,0%	

Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

Embora se perceba a importância do cultivo do tabaco nas famílias investigadas, 77,94% não querem que os filhos continuem nessa atividade, e 20,59% pensam que deveriam permanecer plantando fumo. O acesso a mais informações e ao estudo possam talvez dar mais oportunidade de escolha, tanto é que muitos pais pagam os estudos dos filhos com a renda do tabaco (gráfico 36).

Gráfico 36 - Sucessão pelos filhos no cultivo do Tabaco nas Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

Dentre as famílias produtoras de tabaco que informaram não querer que os filhos sigam na atividade, para 83% é devido à penosidade do trabalho, pois trata-se de um cultivo que necessita de muita mão de obra e exposição às intempéries do clima, quando da colheita, principalmente, na chuva ou no calor. No período da safra não há possibilidade de paradas, pois as folhas do tabaco têm um amadurecimento de baixa para cima e devem ser colhidas em épocas específicas, pois senão perdem a qualidade e posterior rebaixamento na classificação e respectivos preços das classes, causando prejuízo ao fumicultor.

De outro modo, para aquelas famílias que gostariam que seus filhos continuassem na atividade do tabaco, justificam sua opinião em virtude da renda em 57,1%, “é o que dá dinheiro ainda”, e em 14,3% pela venda certa do produto (tabela 14). O teste de Kruskal-Wallis mostra que há significância (0,000) entre as variáveis dos filhos continuarem no cultivo do tabaco e razão da não continuação.

Tabela 14 - Relação entre Sucessão dos Filhos no cultivo do tabaco e as Motivações das Famílias Produtoras de Tabaco dos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)

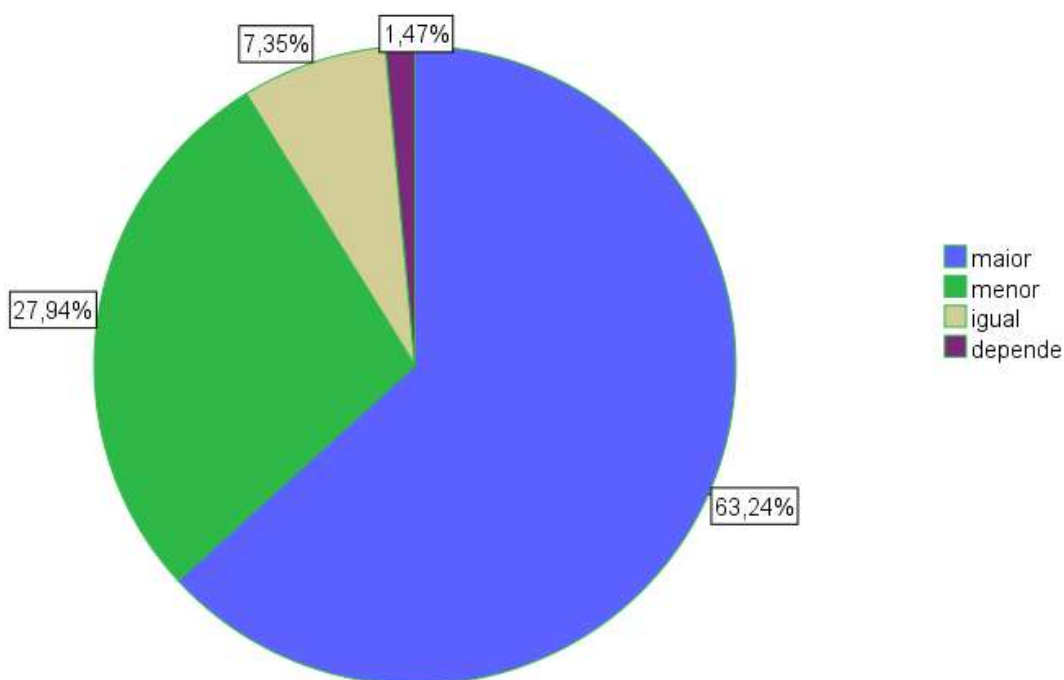
		Razões				Total
		penosidade	renda	venda certa	Outras razões	
Gostaria que filhos cultivassem Tabaco	Não	44	1	0	8	53
		83,00%	1,90%	0,00%	15,10%	100,00%
	sem filhos	0	0	0	1	1
		0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
	Sim	0	8	2	4	14
		0,00%	57,10%	14,30%	28,60%	100,00%
Total		44	9	2	13	68
		64,70%	13,20%	2,90%	19,20%	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

Para 63,24% das famílias pesquisadas o volume da produção de tabaco na região vem aumentando nos últimos 20 anos, para 27,94% está diminuindo e 7,35% disse que continua igual (gráfico 37). Observa-se que, basicamente, para 70% dos produtores, o cultivo do fumo desde a década de 1990 vem crescendo, comprovado pelos os dados do IBGE (2013), contrariando organismos que vêm combatendo o uso dessa matéria-prima da qual provém a produção do cigarro, que cientificamente ratificado pela Organização Mundial da Saúde causa uma série de malefícios para a saúde da população que o consome.

Salienta-se ainda que as políticas públicas que visam a estimular a diversificação da produção, longe da substituição, não atingiram seu objetivo nessa região da pesquisa propriamente, talvez porque os agricultores não vislumbram a viabilidade econômica dos cultivos propostos nos programas pela Secretaria da Agricultura Familiar, ou ainda as informações das diversas possibilidades não chegam até as famílias produtoras de tabaco de forma eficiente.

Gráfico 37 - Evolução da Produção de Tabaco nos 20 anos pelas Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

A Convenção Quadro de Controle do Tabaco (CQCT) é um tratado internacional, ratificado por mais de 180 países, que objetiva, conforme artigo 3º,

Proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco, proporcionando uma referência para as medidas de controle do tabaco, a serem implementadas pelas Partes nos níveis nacional, regional e internacional, a fim de reduzir de maneira contínua e substancial a prevalência do consumo e a exposição à fumaça do tabaco.

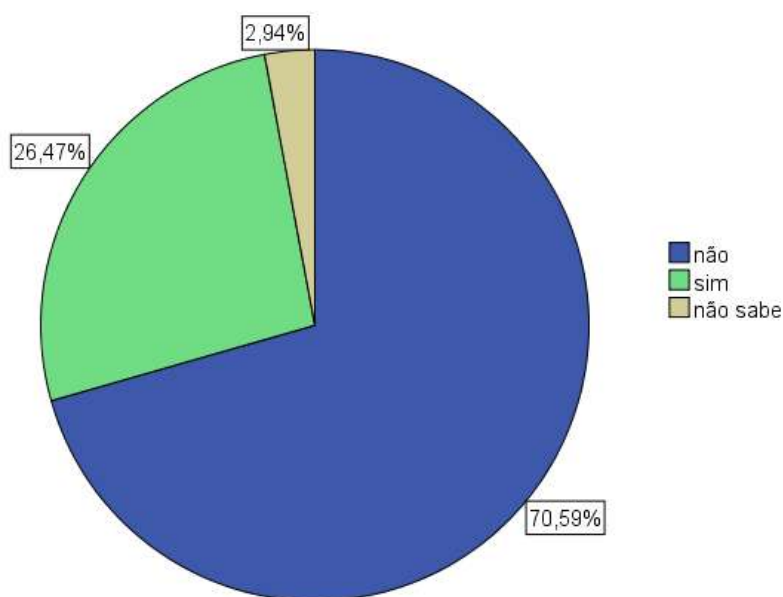
O Brasil ratificou o tratado em 2006 e algumas medidas para inibir o consumo já foram implementadas, mas a Convenção não trata claramente as metas para a produção do tabaco, como deve se dar essa parte ao longo do tempo para reduzir o seu cultivo. É intrigante observar que as questões relacionadas a esse elo da cadeia, a montante, não sejam tratadas com mais dedicação. Apenas menciona-se a diversificação e preocupação ambiental e da saúde, mas nada determinante.

Visto que, quando as famílias produtoras de tabaco foram arguidas sobre a CQCT, 70,59% não acreditam em mudanças a partir da convenção, numa possível redução e/ou extinção da produção do tabaco, pelos diferentes motivos, quais

sejam, a dependência e a sobrevivência de milhares de famílias, pois o setor envolve muitos agricultores familiares que investiram em infraestrutura e possuem conhecimentos específicos e teriam dificuldades de se adaptar a outros cultivos em curto, médio prazo. Além disso, a preocupação do emprego das pessoas no campo, o que poderia ter consequências como a migração para cidades e o desemprego funcional.

Outro fator pelo qual as famílias entrevistadas não acreditam na efetividade da CQCT é devido à renda que gera para os agricultores e seus reflexos em outros setores da economia em regiões produtoras de tabaco, no comércio, serviços e indústria de insumos. O poder da cadeia produtiva também foi citada, pois trata-se de um oligopólio de empresas multinacionais, algumas com apoio de estatais, que fazem enorme pressão sobre os governos de países produtores, países em desenvolvimento essencialmente. As indústrias de tabaco são o elo mais forte dentro da cadeia produtiva, e seu modelo de gestão é bastante eficiente, pois consegue controlar toda cadeia por meio de procedimentos, normas, protocolos, contratos de modo que os demais elos são dominados pelo império em que se constituem.

Gráfico 38 - Opinião sobre a CQCT e suas mudanças das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

Em menor número, 26,57% das famílias produtoras de tabaco acreditam que haverá mudanças devido ao tratado assinado para o controle do tabaco, mas em longo prazo, poderão proibir a produção. Também por outros inúmeros fatores, como o alto custo de produção, uma questão bastante discutida, pois na maioria dos cálculos dos agricultores a mão de obra não é contabilizada.⁶

Os inquiridos citaram a migração dos jovens para a cidade, estudar e procuram oportunidades em outras profissões. Por ser prejudicial à saúde, tanto de quem produz, pela toxicidade, como de quem consome o produto do tabaco, o cigarro. Poderá ocorrer a diminuição gradual da produção, a indústria se tornar cada vez mais exigente, pela pressão de áreas do governo, pelo contexto que essa produção se insere, e se a CQCT não for contrariada por ninguém, avançará em busca da redução/extinção da produção do tabaco. Salientaram o meio ambiente, como um motivador da implementação do tratado, mencionado no artigo 18, da preocupação com a sua proteção.

A maioria das famílias produtoras de tabaco (94,1%) está informada sobre a CQCT, avalia saber do que se trata, principalmente que o “governo” quer reduzir ou proibir a produção. A televisão e o meio pelo qual obteve a informação, em 62,50% dos casos, o rádio e em minoria pelo instrutor de fumo. As famílias do meio rural, em sua maioria, ainda não disponibilizam televisão a cabo, mas quase todas têm acesso a antena parabólica, que disponibiliza canais dirigidos a atividade agrícola e da pecuária, onde as famílias podem obter informações sobre diversos temas relacionados à produção de tabaco, mercado, preço, previsões (tabela 15). Percebe-se que pelo teste de significância Kruskal-Wallis, que há relação entre as variáveis de informações sobre CQCT e fonte de informação (0,000).

⁶Informações sobre custo da mão de obra em artigo publicado em 31/12/2012. “A mão de obra é apontada pela Associação dos Fumicultores do Brasil como principal peso no custo de produção do tabaco. Segundo apresentado neste final de semana pela Afubra, a participação da mão de obra representa 53,7% do total investido no cultivo de tabaco. O presidente da Afubra, Benício Werner, relata que o total investido nos 14.054 pés de fumo, que é o custo de produção por hectare, é de R\$ 7.545,00”. Disponível em : [www.portalrva.com.br/index.php?Afubra%20aponta%20mão%20de%](http://www.portalrva.com.br/index.php?Afubra%20aponta%20mão%20de%20)

Tabela 15 - Relação de informações sobre CQCT e a fonte de informação das Famílias Produtoras de Tabaco dos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)

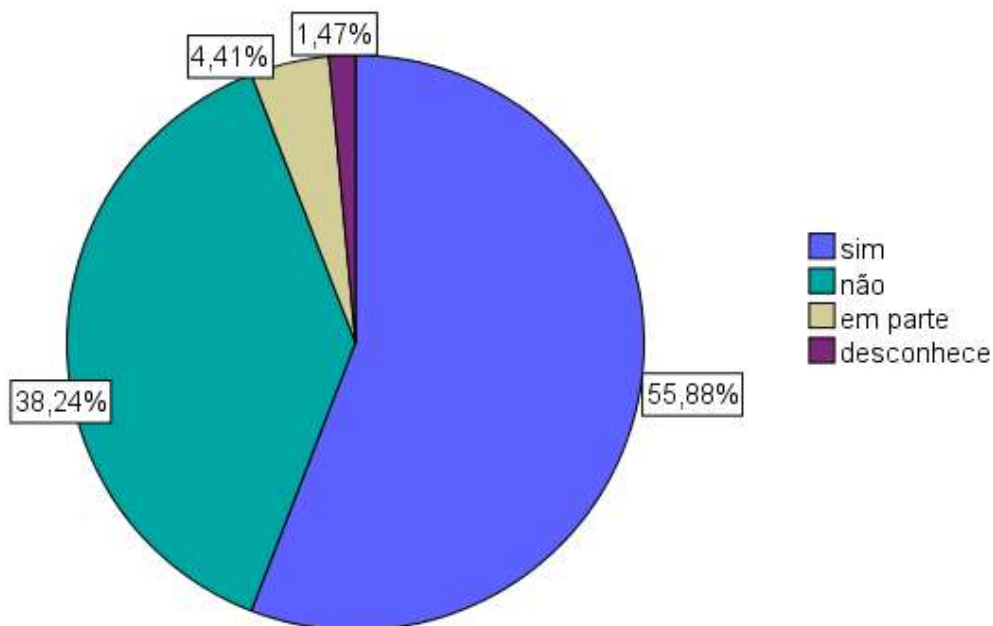
		De onde obteve informações sobre CQCT						Total
		instrutor de fumo	não sabe	Rádio	rádio, TV	TV	TV, instrutor de fumo	
Já ouviu falar CQCT	Não	0 0,00%	4 100,00%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	4 100,00%
	Sim	2 3,10%	1 1,60%	10 15,60%	9 14,10%	40 62,50%	2 3,10%	64 100,00%
Total		2 2,90%	5 7,40%	10 14,70%	9 13,20%	40 58,80%	2 2,90%	68 100,00%

Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

Salienta-se que, embora não acreditem que a CQCT vá modificar a produção de tabaco, por fatores já citados, 55,88% acreditam que o tratado já modificou a produção na região, e 38,24% contrários a esta percepção (gráfico 39). Todavia, quando questionado sobre quem determina a quantidade a ser produzida, a maioria respondeu que são os próprios produtores. Esta decisão depende muito da compra do ano anterior, quando a indústria paga um preço qualificado como justo pelas famílias, ou quando percebem que há uma escassez do produto no mercado, devido a uma safra ruim ou quebra, em função das intempéries do clima, como muita chuva, ventos fortes, granizo que causam estragos na cultura do tabaco.

Outro ponto, identificado na pesquisa de campo, é que muitas famílias produtoras têm contrato com duas firmas, o que possibilita uma avaliação a quem irão vender a safra, quem está aceitando a melhor classificação e paga em dia. No ano de 2015, conforme a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul (FETRAF-RS), produtores de tabaco da região Sul e Vale do Rio Pardo não receberam o pagamento pela sua produção da indústria fumageira para a qual realizaram o contrato e a venda do fumo. É interessante perceber que quem intervém na negociação e amparo das famílias lesadas é a federação dos agricultores familiares e não o sindicato dos trabalhadores rurais ou associação dos fumicultores, que os representa.

Gráfico 39 - Opinião sobre a Influência da CQCT na Região das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

Ao cruzarem-se as médias das questões que em a CQCT afeta a região e sobre o tamanho da produção nos últimos 20 anos, percebem-se questões contraditórias, pois 57,7% das famílias que não acreditam que o tratado tenha afetado a região, pois a quantidade produzida é continua a crescer, mas em 65,8% dos casos, informaram que sim, que já afetou a região, também confirmam que a produção de fumo aumentou nos últimos 20 anos (tabela 16).

Pode-se deduzir que talvez tenham se referido aos artigos que estão relacionados ao consumo e à publicidade, que esses sim já estão sendo implementados em diversas regiões do País.

Com referência ao teste de Kruskal-Wallis, este mostra que a relação entre as variáveis da região afetada pela CQCT afetar a região e o tamanho da produção nos últimos 20 anos é significativa (0,000), evidenciando a sua dependência.

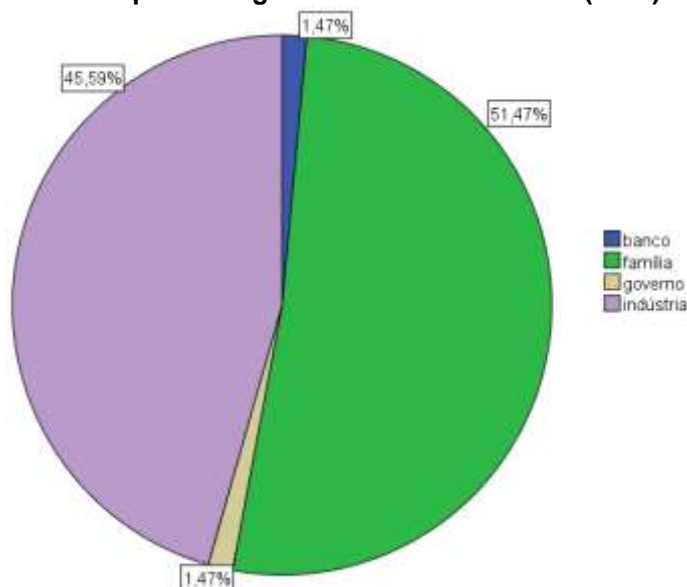
Tabela 16 - Relação da opinião das Famílias Produtoras de Tabaco dos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul sobre a CQCT e a influência na produção nos 20 anos (2015)

		Tamanho da produção nos 20 anos				Total
		depende	Igual	maior	menor	
CQCT afeta a região	desconhece	1 100,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 100,0%
	em parte	0 0,0%	0 0,0%	3 100,0%	0 0,0%	3 100,0%
	Não	0 0,0%	3 11,5%	15 57,7%	8 30,8%	26 100,0%
	Sim	0 0,0%	2 5,3%	25 65,8%	11 28,9%	38 100,0%
Total		1 1,5%	5 7,4%	43 63,2%	19 27,9%	68 100,0%

Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

Apesar de haver a CQCT, pesquisas científicas e alertas sobre as consequências a saúde produzidas pelo tabaco, tanto em quem produz e em quem consome, das implicações ao ambiente, da sua contaminação uso de agrotóxicos e pelo desmatamento de florestas e vegetação nativa, as famílias investigadas salientaram que recebem incentivos de continuar a produzir fumo, 51,47% provêm da própria familiar e em 45,59% dos casos, o estímulo é realizado pelas indústrias fumageiras (gráfico 40).

Gráfico 40 - Incentivo a Produção de Tabaco Famílias segundo as Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)

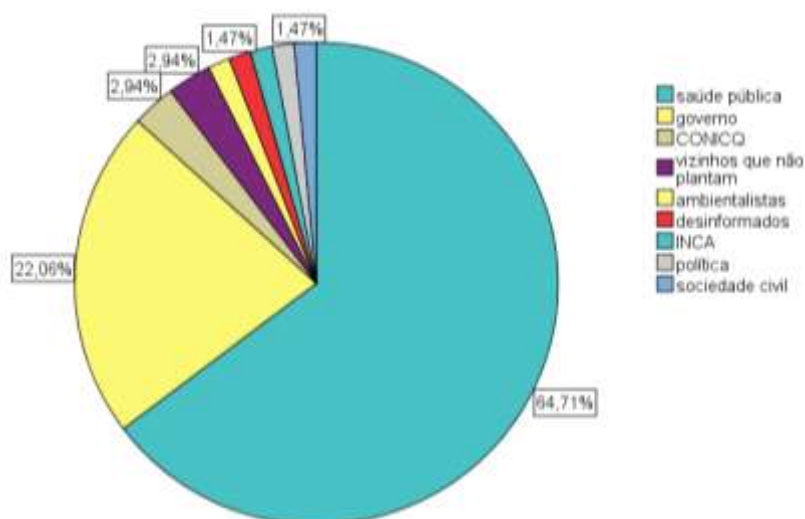


Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

Contudo, segundo as famílias, a produção de tabaco recebe críticas, em 64,71% dos casos de setores da saúde pública e 22,06% do governo (gráfico 41). Sabe-se que a carga de doenças relacionadas ao tabaco é extensa, como a cardiovascular, respiratória e o câncer em vários órgãos do corpo humano, do pulmão, da laringe, dos lábios, da cavidade oral, da faringe, do esôfago, do estômago, do pâncreas, da bexiga, do colo de útero, doenças isquêmicas do coração, influenza e pneumonia.

Além do custo associado aos tratamentos financiados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) ser elevado, e nem sempre há sucesso, levando à mortalidade de milhares de mulheres e homens.

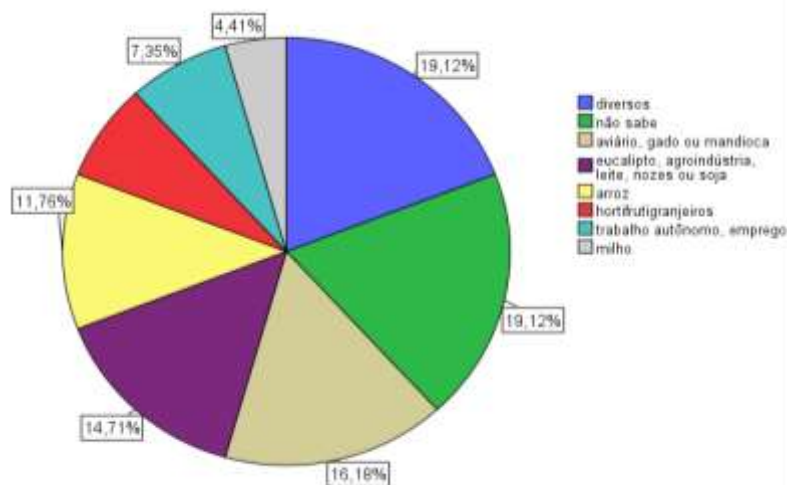
Gráfico 41 - Crítica a Produção de Tabaco segundo as Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

Mesmo que sabendo das consequências para a saúde que o tabaco provoca, as famílias produtoras em 19,12% dos casos (gráfico 42), não sabe que alternativa adotar para reduzir ou extinguir esse cultivo. Vislumbram alternativas, mas como já foi mencionado, não veem viabilidade econômica nessas inúmeras possibilidades para a sustentabilidade da família, por elas mesmas sugeridas, como o arroz, os hortifrutigranjeiros, um trabalho autônomo/emprego, aviário, gado, mandioca, milho, agroindústria, e muitas outras, conforme dados apresentados na figura a seguir.

Gráfico 42 - Sustento da família sem o Tabaco segundo as Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

As transformações na vida das famílias produtoras de tabaco foram afetadas pela evolução tecnológica e de pesquisas no cultivo do tabaco, além das relações de mercado, criando-se uma dependência e uma concentração no monocultivo do fumo. Instituições formais que podem influenciar na produção de tabaco, bem como as instituições informais que acompanham as mudanças sociais.

5.4 FAMÍLIAS PRODUTORAS DE TABACO E AS CRENÇAS, O GÊNERO, OS VALORES COMUNS E OS COSTUMES

Ao cruzar as médias das classes de descendência étnica das famílias produtoras e o tempo que residem na comunidade percebeu-se que 40% das famílias de descendência alemã moram há mais de 50 anos na comunidade. De descendência alemã e italiana, 50% moram há mais de 40 anos; 100% delas são de descendência alemã e portuguesa residem há mais de 50 anos na comunidade e somente de descendência portuguesa, 50% moram há 20 anos e 50% há 30 anos. Verifica-se que as pessoas de origem alemã e portuguesa residem há mais tempo na comunidade, a maioria há mais de 40 anos (tabela 17).

Percebe-se que pelo teste de significância, Kruskal-Wallis, que há relação entre as variáveis descendência étnica e opção de morar na comunidade (0,012), demonstrando, ao nível de significância 0,05 uma relação.

Tabela 17 - Relação da descendência étnica e opção de morar na comunidade das Famílias Produtoras de tabaco dos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)

		Opção de morar na comunidade					Total	
		20 anos	30 anos	40 anos	50 anos	até 20 anos		mais de 50 anos
Descendência étnica	portuguesa, italiana	1 50,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 50,0%	2 100,0%
	portuguesa	2 50,0%	2 50,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	4 100,0%
	alemã, portuguesa	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 100,0%	3 100,0%
	alemã, italiana	1 25,0%	0 0,0%	2 50,0%	1 25,0%	0 0,0%	0 0,0%	4 100,0%
	alemã	2 3,6%	8 14,5%	19 34,5%	1 1,8%	3 5,5%	22 40,0%	55 100,0%
Total		6 8,8%	10 14,7%	21 30,9%	2 2,9%	3 4,4%	26 38,2%	68 100,0%

Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

Em momentos de incertezas, desde a chegada dos primeiros colonos à Colônia de Santo Ângelo, até os dias atuais, a religião pode ser um dos elementos agregadores e alentadores das pessoas na comunidade, seja pela crença comum, pela satisfação de conviver em sociedade, nas festas, reuniões, batizados, casamentos, velórios, ensino confirmatórios, estudo bíblicos, prática de esportes, eventos de diversas origens, as igrejas e seus pavilhões anexos sempre atenderam a esses objetivos.

As famílias produtoras de tabaco encontram-se nesse grupo de pessoas, onde 56,15% (tabela 18), praticam a religião luterana, 25,8% a congregacional e 18,2% a católica. Independentemente das crenças diferentes há uma convivência em sociedade e as pessoas da comunidade frequentam os eventos realizados por todas as igrejas de diferentes crenças religiosas. Com relação ao teste de Kruskal-Wallis, este indica que a relação entre as variáveis prática de religião e tipo de religião é significativa (0,000), evidenciando a sua dependência.

Tabela 18 - Relação entre Prática da religião e Tipo de religião das Famílias Produtoras de Tabaco dos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)

		Tipo de religião				Total
		católica	congregacional	luterana	não	
Prática de religião	não	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 100,0%	2 100,0%
	sim	12 18,2%	17 25,8%	37 56,1%	0 0,0%	66 100,0%
Total		12 17,6%	17 25,0%	37 54,4%	2 2,9%	68 100,0%

Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

Quando relaciona-se a descendência étnica com o tipo de religião verifica-se que a maioria (67,3%) de origem alemã pratica a religião luterana, e pertence à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e 27,3% seguem a Igreja Evangélica Congregacional do Brasil.

Dentre os descendentes de alemães e italianos, somente portugueses e/ou portugueses e italianos, predomina a Igreja Católica. Ainda dos que provêm de alemães e portugueses, há uma divisão entre as religiões que seguem a católica, a luterana e a congregacional (tabela 19).

Tabela 19 - Relação da Descendência étnica e tipo de religião das Famílias Produtoras de Tabaco dos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)

		Tipo de religião				Total
		católica	congregacional	luterana	não	
Descendência Étnica	portuguesa, italiana	2 100,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 100,0%
	portuguesa	4 100,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	4 100,0%
	alemã, portuguesa	1 33,3%	1 33,3%	0 0,0%	1 33,3%	3 100,0%
	alemã, italiana	3 75,0%	1 25,0%	0 0,0%	0 0,0%	4 100,0%
	alemã	2 3,6%	15 27,3%	37 67,3%	1 1,8%	55 100,0%
	Total	12 17,6%	17 25,0%	37 54,4%	2 2,9%	68 100,0%

Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

O teste de Kruskal-Wallis constata que a relação entre as variáveis descendência étnica e tipo de religião é significativa (0,000), evidenciando a sua dependência, ao nível 0,05.

Quanto aos aspectos de viver e se integrar nos municípios de Agudo e Paraíso do Sul, estabelece-se que aquelas famílias que moram há mais de 30 anos nas comunidades, estão ali devido ao processo sucessório, e aquelas que compraram as terras moram há menos tempo, há 20 anos. Valida-se que as famílias pesquisadas possuem uma vivência de gerações nas comunidades trazendo consigo alguns hábitos e costumes de seus descendentes, inclusive o cultivo da terra para a sua sobrevivência e desenvolvimento.

Por meio do teste de Kruskal-Wallis, a relação entre as variáveis tempo em que mora na comunidade e opção em morar na comunidade é significativa (0,012), evidenciando a sua dependência.

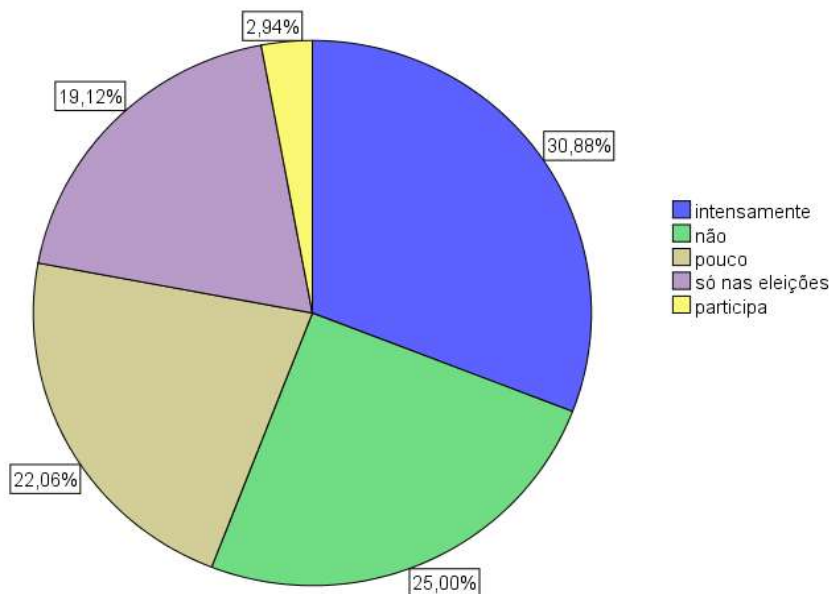
Tabela 20 - Relação entre tempo que mora na comunidade e opção em morar na comunidade das Famílias Produtoras de Tabaco dos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)

		Opção em morar na comunidade						Total
		Banco da terra	Compra	Doação	Herança	Locação	Sucessão	
Tempo que mora na comunidade	Mais de 50 anos	0 _a 0,0%	9 34,6%	0 0,0%	6 23,1%	1 3,8%	10 38,5%	26 100,0%
	Até 20 anos	0 0,0%	1 33,3%	1 33,3%	0 0,0%	1 33,3%	0 0,0%	3 100,0%
	50 anos	0 0,0%	1 50,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 50,0%	2 100,0%
	40 anos	1 4,8%	3 14,3%	0 0,0%	4 19,0%	1 4,8%	12 57,1%	21 100,0%
	30 anos	0 0,0%	3 30,0%	0 0,0%	1 10,0%	2 20,0%	4 40,0%	10 100,0%
	20 anos	0 0,0%	5 83,3%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 16,7%	6 100,0%
Total		1 1,5%	22 32,4%	1 1,5%	11 16,2%	5 7,4%	28 41,2%	68 100,0%

Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

Averiguou-se na pesquisa junto a famílias que 30,88% delas participam intensamente nas decisões na comunidade, 19,12% participam pouco e 22,06% não participam (gráfico 43).

Gráfico 43 - Participação nas Decisões na Comunidade das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

A comunidade almejada perpassa muito pelas ações de seus habitantes e de sua colaboração na construção de um espaço prazível de viver. Um território construído a partir de imigrantes contém ainda muitos traços que fizeram com que as comunidades se desenvolvessem. A formação de associações para a instalação de escolas, hospitais, igrejas, órgãos oficiais públicos, plebiscitos emancipatórios, sindicatos dos trabalhadores rurais, sempre fez parte das comunidades de Agudo e Paraíso do Sul. Dentro dessa perspectiva,

Municípios pequenos tendem a ser mais conservadores e de centrismo em relação as suas opções ideológicas, para manterem-se estáveis dentro da situação política, tanto é que partidos de espectro político de centro e de centro direita prevalecem nas disputas em eleições municipais. Pode-se perceber que os membros das famílias produtoras de tabaco que possuem filiação partidária, 43,8% participam intensamente das decisões da comunidade. E aqueles que não possuem filiação a partido, 26,9% não participam, 26,9% participam intensamente, 25% participam pouco e 19,2% participam só nas eleições, para contribuir nas decisões que dizem respeito ao desenvolvimento da comunidade (tabela 21).

Evidenciando a evolução no direito à participação, em 1932 foi estabelecido o voto secreto e obrigatório, concedido para homens e mulheres, maiores de 21 anos. E a Constituição de 1988, após reabertura democrática, além de reafirmar o dever

do voto sem distinção de gênero, concedeu aos jovens acima de 16 anos, analfabetos e maiores de 70 anos de idade o direito facultativo ao voto.

Verifica-se que pelo teste de significância, Kruskal-Wallis que não há relação entre as variáveis a filiação partidária e participação nas decisões da comunidade (0,542).

Tabela 21 - Relação entre filiação partidária e participação nas decisões de sua comunidade das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)

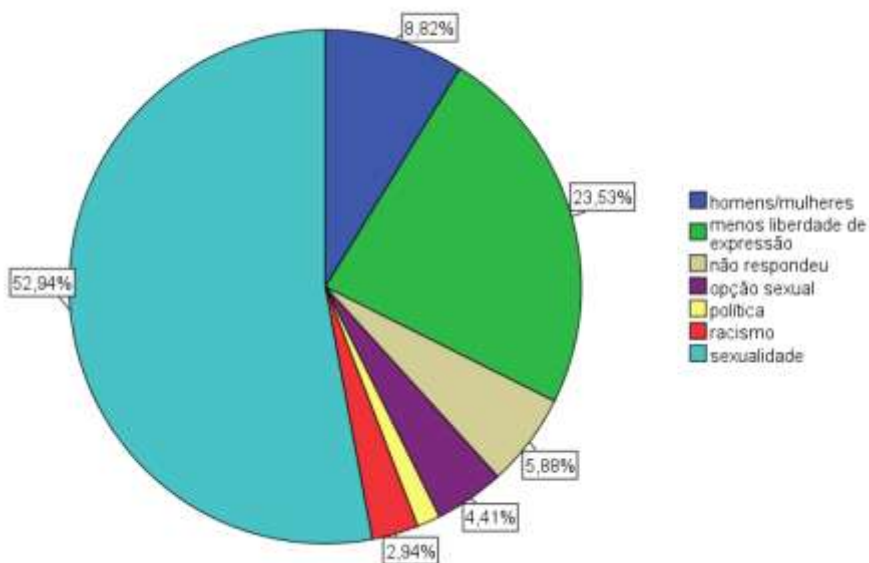
		Participação nas decisões de sua comunidade					Total
		intensamente	não	participa	pouco	só nas eleições	
Filiação partidária	Não	14 26,9%	14 26,9%	1 1,9%	13 25,0%	10 19,2%	52 100,0%
	Sim	7 43,8%	3 18,8%	1 6,3%	2 12,5%	3 18,8%	16 100,0%
Total		21 30,9%	17 25,0%	2 2,9%	15 22,1%	13 19,1%	68 100,0%

Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

Em comunidades menores, em falar em público ou até entre familiares sobre certos temas não é algo normal, em gerações das décadas antes de 1970 isso se torna mais perceptível, pois percebeu-se estas questões quando foi questionado às famílias sobre o que era indecente falar antigamente e atualmente era mais liberado; a maioria se referiu sobre temas da sexualidade (52,94%), relação homem/mulher (8,82%), orientação sexual (4,41%), considerados tabus, tratados cheio de pudores e restrições, e nos tempos atuais a educação sexual e reprodutiva é conteúdo abordado nas escolas, principalmente, como algo mais naturalizado, e a orientação sexual é tratada cientificamente.

Mas, tinha-se esse preconceito, e as informações sobre relacionamentos entre pessoas, afetividade, reprodução humana eram assuntos pouco comentados entre familiares e nos currículos escolares. A menor liberdade de expressão também foi relatada por 23,53%, e o racismo e a política, como temáticas com poucas manifestações em certos ambientes. A forma em que são estabelecidas as manifestações das pessoas pode interferir nas constituições das normas formais e também na formulação de estratégias que as empresas utilizam para relacionar-se com este público. Uma vez que, em comunidades mais passivas a adesão a planos de desenvolvimento exógeno tem maior probabilidade de ser efetivado.

Gráfico 44 - Temas Indecentes/Liberados segundo as Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)

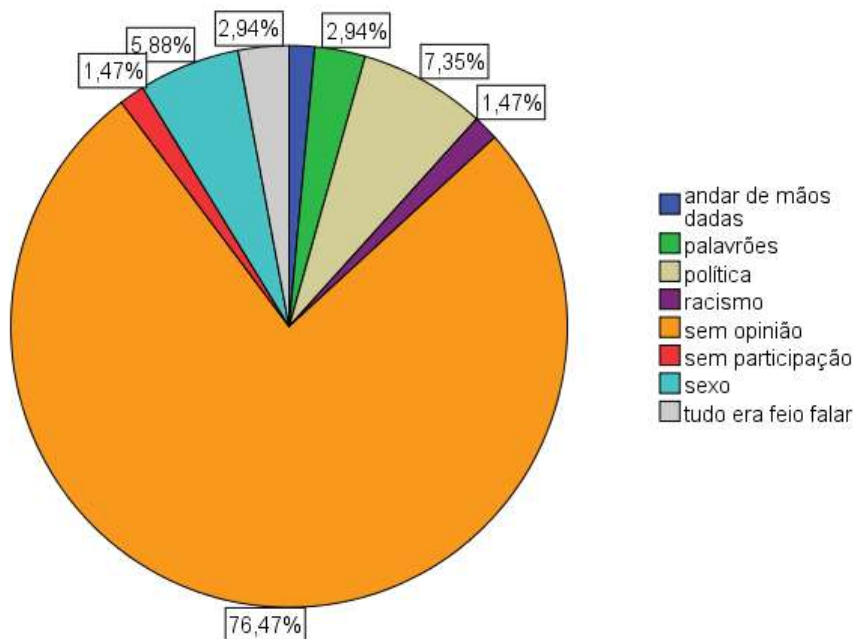


Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

A liberdade de expressão nem sempre foi um direito amplamente concedido à população brasileira, em época de ditadura militar (1964-85), por exemplo, a discussão pública de determinados temas era proibida. Mas, quando questionou-se sobre essa proibição, 76,47% (gráfico 45), das famílias se mostraram sem opinião, pois acreditam que não há mais restrições em manifestar a sua opinião.

Alguns outros temas aparecem, mas em percentuais bem menores, como sexo, andar de mãos dadas, tudo era feio falar, termos vulgares, racismo, política, mas referindo-se mais a épocas passadas que às presentes, onde os indivíduos possuem cada vez mais consciência da sua condição de cidadão e o direito de participar e manifestar suas opiniões.

Gráfico 45 - Temas ou Situações Proibidos/Liberados segundo as Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)

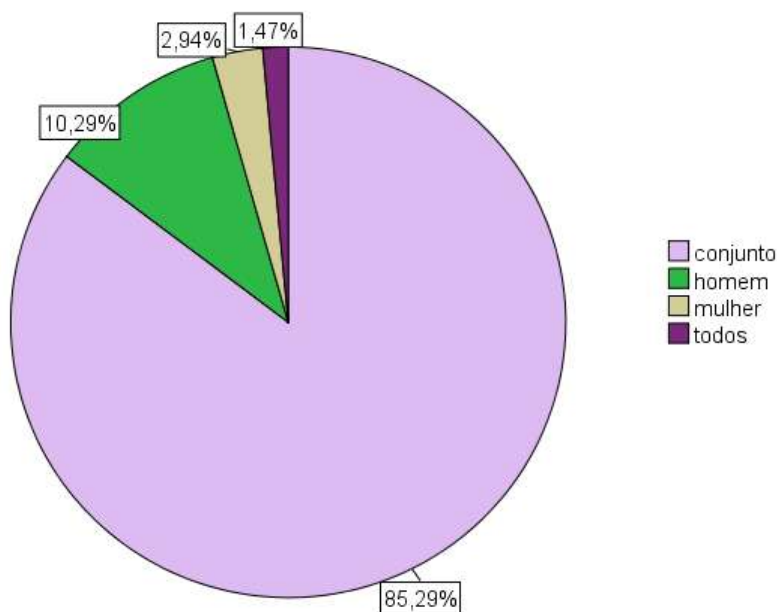


Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

A busca pela igualdade de gênero em diversas sociedades ainda é tarefa árdua. No Brasil, a Constituição de 1988, a instituição máxima do País, no que se refere aos direitos e garantias fundamentais, estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, inclusive destacando no inciso I a igualdade de gênero, em direitos e obrigações.

De modo que questionou-se sobre as relações de gênero às famílias para identificar a existência de igualdade de oportunidades, e de acesso à vida política, social e econômica. Observa-se que as decisões na família são tomadas em conjunto, entre os cônjuges, em sua maioria, em número menor de incidência somente o homem (10,29%) participa e em 2,94% somente a mulher (gráfico 46).

Gráfico 46 - Tomada de Decisões na Família segundo as Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)



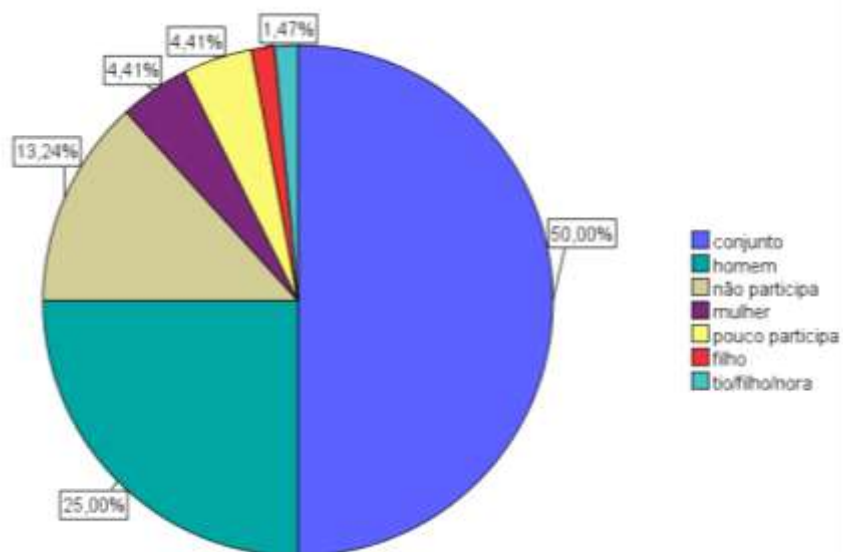
Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

E, também, em 50% dos casos ambos participam de reuniões na comunidade, tais como escola, igreja, associações e audiências públicas, e somente o homem em 25% dos casos e 13,24% não participam, somente a mulher em 4,41%, bem no mesmo percentual não participam (gráfico 47).

São consideráveis as conquistas⁷ das mulheres da agricultura familiar em relação à igualdade de gênero, tanto ao acesso à educação formal, ao crédito, aos benefícios sociais, a valorização em associações. Mas, salienta-se que a jornada dupla ainda é uma constante, faz parte da mão de obra familiar na “roça”, além de todas as atividades domésticas, como cozinhar, lavar, passar, limpar a casa; assim como cuida dos filhos, trata e maneja os animais, cultiva a horta, entre outros afazeres.

⁷ Dentre outras conquista sociais e econômicas, constam as políticas firmadas no Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, do MDA,

Gráfico 47 - Participação em reuniões das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

Ao relacionar-se as médias das decisões na família e as decisões sobre o orçamento familiar, nota-se que na maioria dos casos isso é feito em conjunto. Há no presente uma igualdade maior entre os gêneros sobre o processo de tomada de decisão, uma vez que está mais explícita a importância da contribuição de ambos no trabalho e nos rendimentos da família, e não há mais muitos os espaços para decisões unilaterais (tabela 22).

Tabela 22 - Relação entre as decisões na família e a decisão do gasto orçamento familiar das Famílias Produtoras de Tabaco dos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)

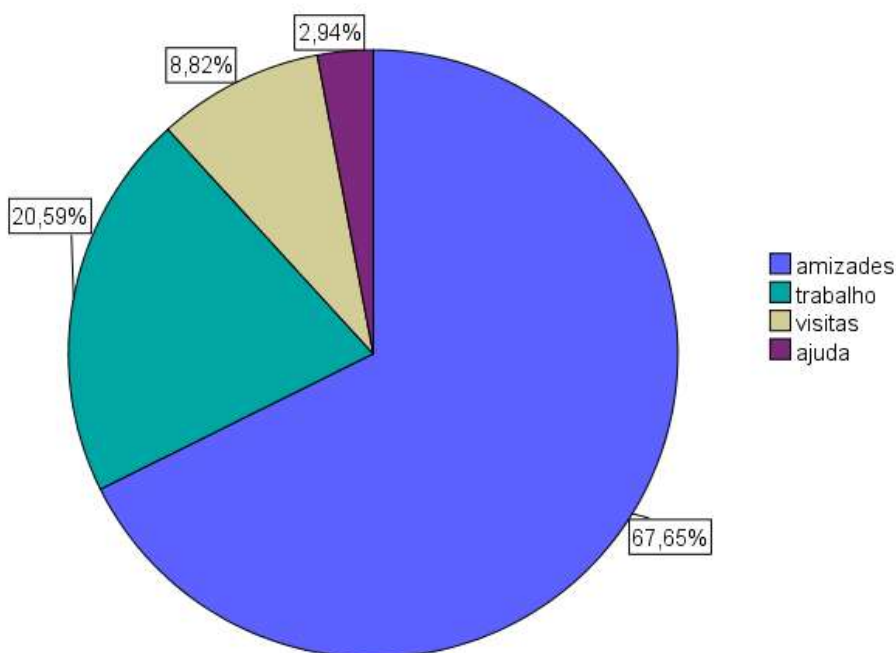
		Decisão do gasto orçamento familiar		Total
		conjunto	homem	
Decisões na família	conjunto	58 _a 100,0%	0 _b 0,0%	58 100,0%
	Homem	3 _a 42,9%	4 _b 57,1%	7 100,0%
	Mulher	2 _a 100,0%	0 _a 0,0%	2 100,0%
	Todos	1 _a 100,0%	0 _a 0,0%	1 100,0%
Total		64 94,1%	4 5,9%	68 100,0%

Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

O teste de Kruskal-Wallis demonstra que há significância (0,000) entre as variáveis decisões nas famílias e a decisão do gasto do orçamento familiar, demonstrando dependência ao nível 0,05 de significância.

A solidariedade esteve presente desde os antepassados da maioria das famílias produtoras de tabaco investigadas, pois sem atitudes de apoio, reciprocidade, caridade, preocupação com o próximo, talvez não fosse possível sobreviver num ambiente hostil encontrado quando da imigração. As dimensões reveladas pelas famílias de exemplos de solidariedade nas comunidades onde vivem se dão por meio das amizades (67,65%), do trabalho (20,59%), das visitas (8,82%) e das ajudas (2,94%) (gráfico 48).

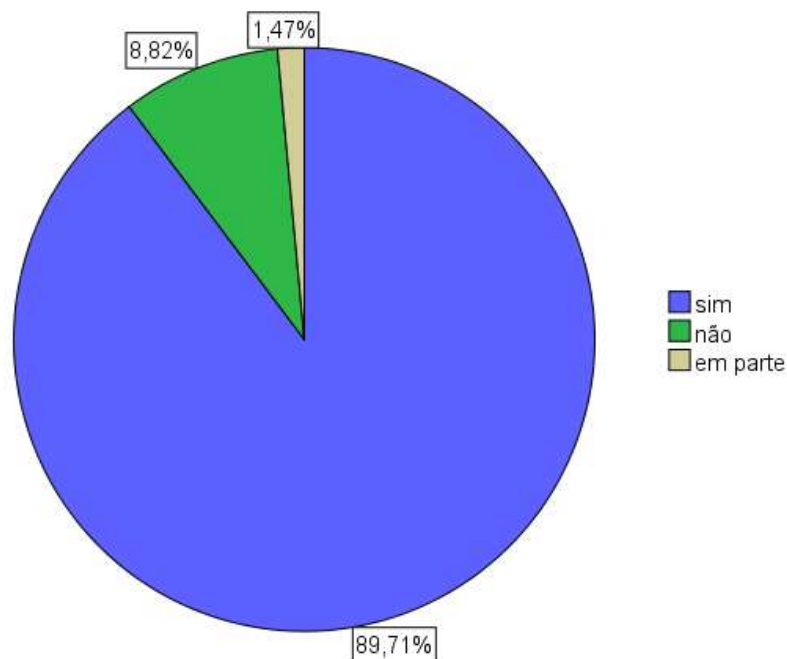
Gráfico 48 - Formas de solidariedade na comunidade pelas Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

As formas de solidariedade mudaram com o passar do tempo, segundo 89,71% das famílias, “não é mais como antigamente” dizem. A transformação social nas famílias produtoras de tabaco vem acompanhada das transformações na forma de produzir e de se relacionar. A mecanização agrícola, os meios de comunicação e o acesso à informação contribuíram nas mudanças do modo de vida.

Gráfico 49 - Mudanças na forma de Solidariedade pelas Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)

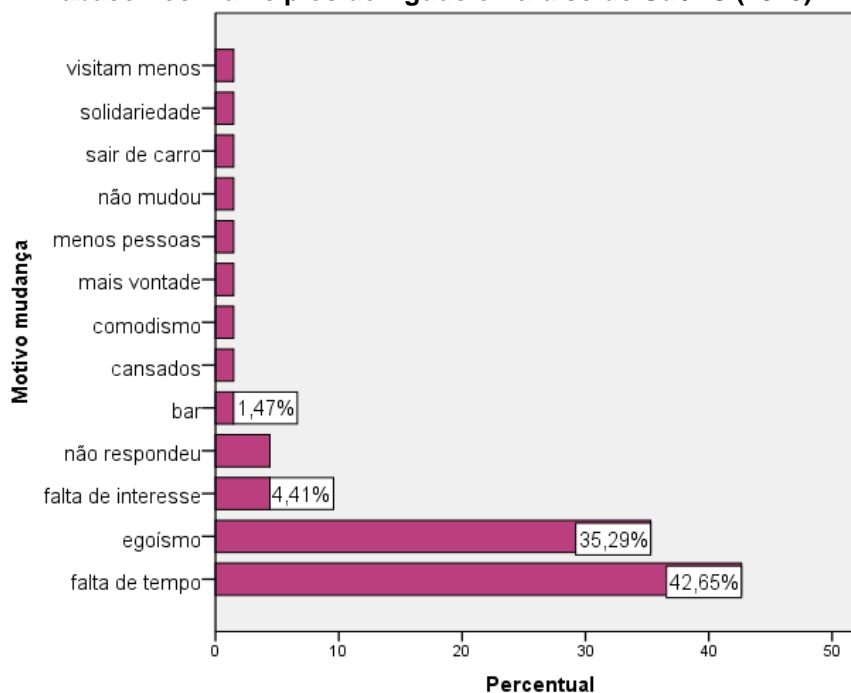


Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

As mudanças das formas de solidariedade podem ser percebidas em inúmeras atitudes das pessoas e suas relações na comunidade: para 42,65% das famílias é a falta de tempo que não permite mais a solidariedade entre as pessoas, para 35,29% é o egoísmo, 4,41% a falta de interesse e dentre outras causas como o cansaço, comodismo, tem menos pessoas, passeio de carro (gráfico 50).

Nota-se que no cruzamento das médias, as famílias que informaram que houve mudanças na forma de solidariedade, em 44,3% dos casos é em função da falta de tempo das pessoas, em 34,4% devido ao egoísmo. De maneira que dá para constatar que há um maior individualismo nas pessoas da comunidade, e preocupam-se mais com o trabalho e atividades, deixando de lado o convívio social, o que pode remeter à ideia de que há uma queda nas formas mais antigas de solidariedade, onde a reciprocidade, por exemplo, era mais valorada.

Gráfico 50 - Motivos da Mudança na Forma de Solidariedade pelas Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)

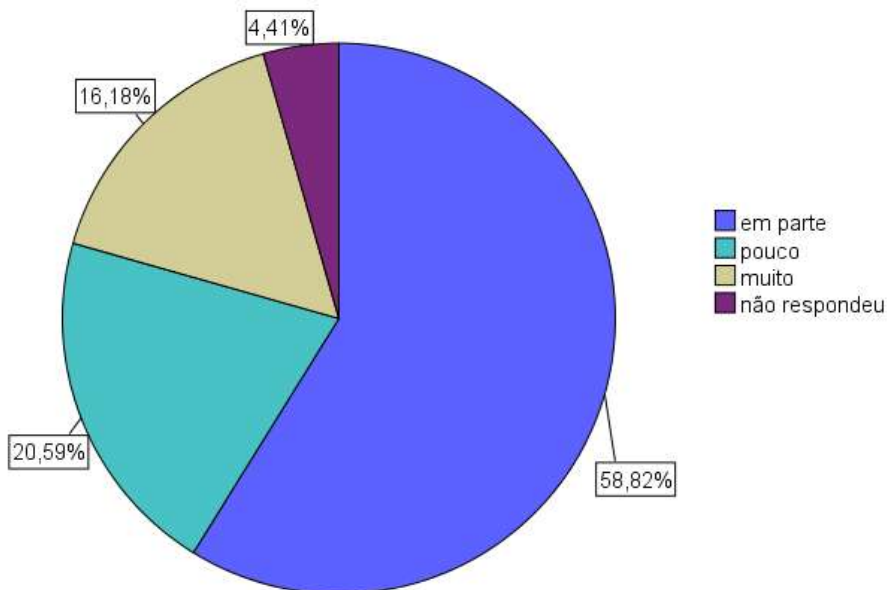


Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

A relação de confiança das pessoas na comunidade era um aspecto importante no início da colonização, pois dependiam da ajuda mútua para tentar sobreviver e construir uma nova vida, as famílias ou as pessoas que migraram somente tinham amparo no grupo, uma vez que estavam num ambiente desconhecido e os líderes tinham pouco interesse nas questões do bem-estar das pessoas nos espaços que necessitam de ocupação e produção.

Talvez, já convivendo com o modo capitalista de desenvolvimento e mais interessados nos resultados da eficiência do que na qualidade da vida dos migrantes. Desta maneira, no presente, 58,82% das famílias pesquisadas confiam em parte nas pessoas da comunidade, 20,59% confiam pouco e 16,18% confiam muito (gráfico 51).

Gráfico 51 - Confiança nas Pessoas da Comunidade segundo as Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

As formas de reciprocidade ainda existem nas comunidades pesquisadas; das famílias pesquisadas, 89,4% (tabela 23) relatam que há troca de serviços entre as famílias vizinhas, na colheita de tabaco principalmente, mas também ocorre no processo de cura, abate de animais para autoconsumo, limpeza e quando há necessidades de colaboração.

Sobressai a ajuda entre famílias na colheita pela carência de mão de obra e pela sua grande necessidade nesse período do processo de produção do fumo. Motivações como a proibição do trabalho infantil e do idoso nas atividades de tabaco e pelo alto custo de diaristas, bem como a relação trabalhista em que se constitui quando da contratação de peões. De modo que os fomicultores não possuem muitas alternativas, senão as ajudas mútuas, até porque em época de colheita não podem desperdiçar tempo, pois se ocorre atraso na fase da recolha da folha nas lavouras pode refletir na qualidade do fumo e por consequência de classe e preço. O teste de Kruskal-Wallis indica que há significância (0,000) entre as variáveis de troca de serviços entre famílias e tipo de troca ao nível 0,05, evidenciando uma forte dependência.

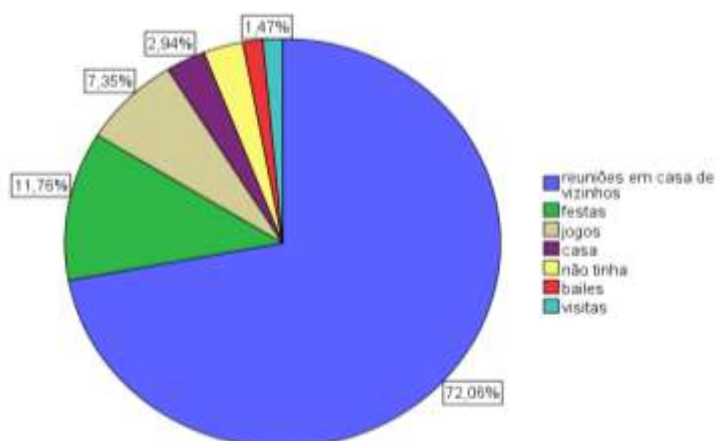
Tabela 23 - Relação entre a troca de serviço entre famílias vizinhas e o tipo de troca conforme as Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)

		Tipo de troca								Total
		colheita	colheita e cura	colheita, abate de animais	colheita, limpeza, abate animais	não há	necessidades	nenhuma	Plantio	
Troca de serviço entre famílias vizinhas	Não	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 4,8%	0 0,0%	20 95,2%	0 0,0%	21 100,0%
	Sim	42 89,4%	1 2,1%	1 2,1%	1 2,1%	0 0,0%	1 2,1%	0 0,0%	1 2,1%	47 100,0%
Total		42 61,8%	1 1,5%	1 1,5%	1 1,5%	1 1,5%	1 1,5%	20 29,4%	1 1,5%	68 100,0%

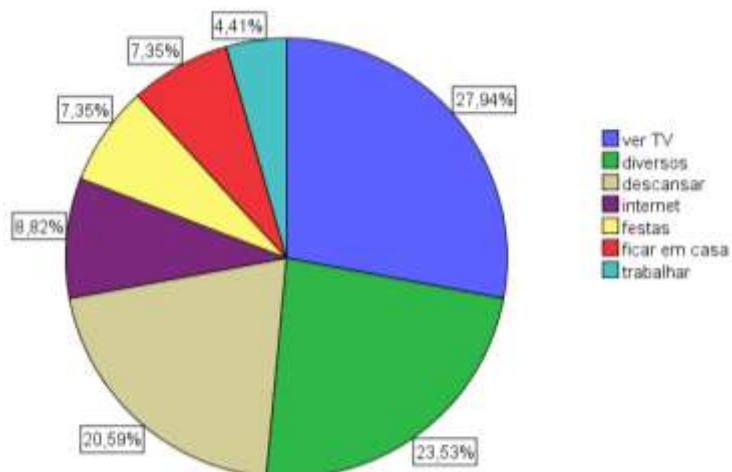
Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

Sobre os hábitos de lazer, pode-se perceber que ocorrem mudanças entre o passado e o presente, conforme as informações das famílias inquiridas. Nota-se que no passado, em 72,06% dos casos, a forma de lazer eram as reuniões na casa dos vizinhos, na sequência eram festas (11,76%), jogos (7,35%), e outros. No momento presente a forma de lazer das famílias fumicultores é na maior parte baseada em assistir televisão (27,94%), o descanso em 20,59%, acessar a internet (8,82%), ir a festas (7,35%), ficar em casa (7,35%), e trabalhar (4,41%) e outros (gráfico 52 e 53), mas com a predominância de atividades mais individuais e pouquíssimas sociais. Percebe-se que as pessoas começaram a isolar-se e suas atividades de lazer correspondem à satisfação individual.

Gráfico 52 - Hábitos de lazer no passado das famílias

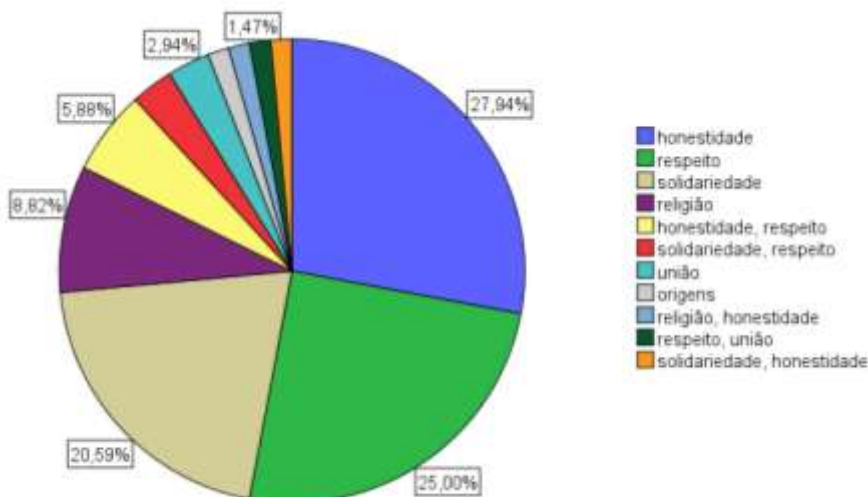


Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

Gráfico 53 - Hábitos de lazer no presente das famílias

Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

Os valores das pessoas conduzem os seus atos e a sua relação dentro de uma sociedade. A primeira instituição que contribui para a formação do caráter dos indivíduos é a família. Neste contexto, os valores mais preservados pelas famílias produtoras de tabaco são a honestidade (27,94%), respeito (25%), solidariedade (20,59%), religião (8,82%), dentre um conjunto deste em outras ocorrências (gráfico 54).

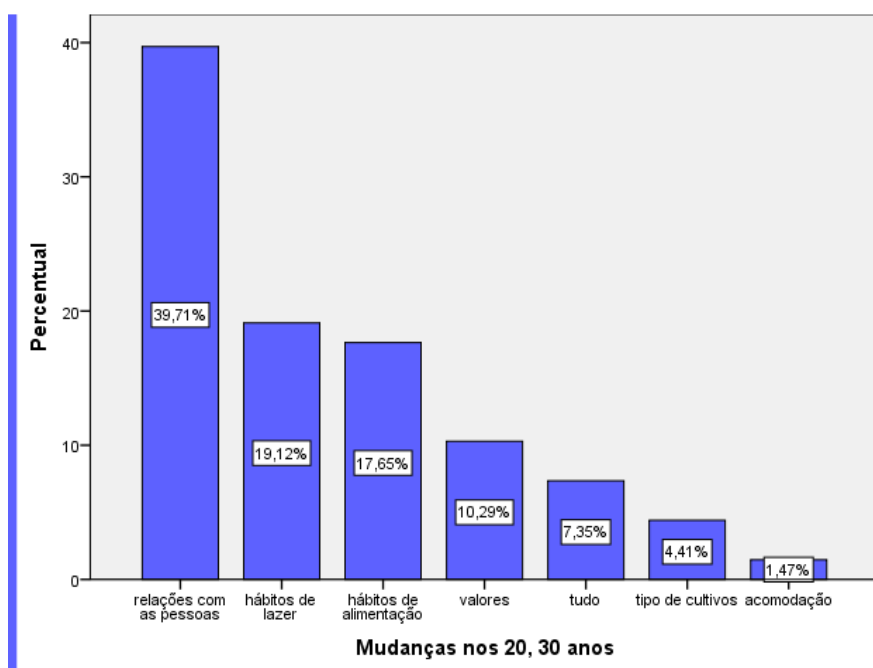
Gráfico 54 - Valores Preservados nas Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)

Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

Quando vive-se num mundo em mudanças incrementais e radicais em algumas áreas, questionou-se as famílias no intuito de saber o que mais tinha mudado nos últimas três décadas, e, para 39,71%, foram as relações das pessoas,

os hábitos de lazer (19,12%), os hábitos de alimentação (17,65%), os valores (10,29%), dentre outras mudanças. Salienta-se que se for observado o posicionamento sobre tipo de relações, pode-se confirmar que os seres humanos estão mais autocentrados. Atitudes solidárias e de caridade são mais expressas como autopromoção de sua imagem.

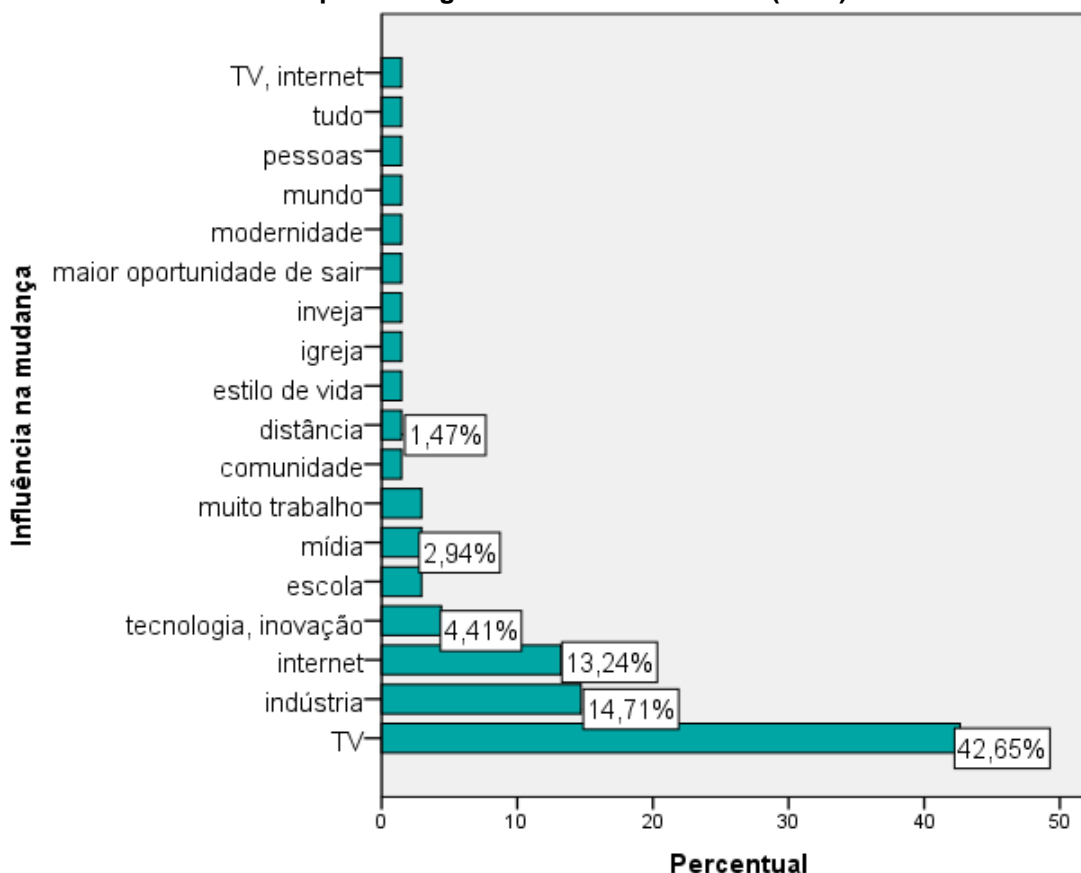
Gráfico 55 - Mudanças nos 20, 30 anos nas Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

Sobre a origem das influências das mudanças nos costumes, hábitos, formas de fazer e de se relacionar nas últimas décadas, as famílias fumicultoras declaram que a televisão tem grande parte nisso, bem como a indústria e a internet contribuíram para o estado atual das coisas. A evolução e inovação tecnológica estão imbricadas nessas mudanças percebidas pelas famílias, tanto nas formas de produção agrícola e mais ainda nos meios de comunicação que são instrumentos muitos eficazes de transmitir informações dentro de viés ideológico mais interessante dos grupos dominantes.

Gráfico 56 - Influência na mudança nas formas de vida nas Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

Para 50% das famílias, a indústria foi a responsável pela influência nas mudanças nos hábitos de alimentação nas três últimas décadas. A televisão contribui para a maioria das famílias para as mudanças nos hábitos de lazer (38,5%), nas formas de relacionamentos entre as pessoas (59,3%), na mudança de valores e em algum percentual nos tipos de cultivos (tabela 24).

Destaca-se o papel que a televisão possui na transformação da vida das pessoas, é um veículo de comunicação em massa poderoso, pois pode ser usado para contribuir para construir ou destruir uma sociedade. Com relação às mudanças nos 20, 30 anos e a influência da mudança, o teste de Kruskal-Wallis mostra que não há significância (0,485) entre as variáveis, mostrando que não há dependência entre as variáveis.

Tabela 24 - Relação das mudanças nos 20, 30 anos e influência da mudança nas Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)

		Influenciou a mudança				Total
		indústria	internet	TV	Outros	
Mudanças nos 20, 30 anos	acomodação	0 0,0%	0 0,0%	1 100,0%	1 100,0%	1 100,0%
	hábitos de alimentação	6 50,0%	0 0,0%	2 16,7%	6 33,3%	12 100,0%
	hábitos de lazer	0 0,0%	2 15,4%	5 38,5%	6 46,1%	13 100,0%
	relações com as pessoas	2 7,4%	3 11,1%	16 59,3%	6 22,2%	27 100,0%
	tipo de cultivos	1 33,3%	1 33,3%	1 33,3%	0 0,0%	3 100,0%
	Tudo	0 0,0%	2 40,0%	1 20,0%	2 40,0%	5 100,0%
	valores	1 14,3%	1 14,3%	3 42,9%	2 28,5%	7 100,0%
	Total	10 14,7%	9 13,2%	29 42,6%	1 1,5%	68 100,0%

Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

As convenções tradicionais das comunidades de Agudo e Paraíso do Sul são influenciadas pelas mudanças estruturais do Estado e do mercado e também o processo de comunicação social tornou-se instrumento de acesso a informação, e formador de opinião. As relações sociais são sugestionadas por transformações institucionais e tecnológicas de produção. A reprodução dessas transformações é sentida pelas famílias produtoras de tabaco na qualidade e saúde de suas vidas.

5.5 AS FAMÍLIAS PRODUTORAS DE TABACO E A QUALIDADE DE VIDA E A SAÚDE

A preocupação da Organização Mundial da Saúde com relação ao tabagismo e suas consequências sanitárias, sociais, econômicas e ambientais vem sendo instrumentalizada por meio da Convenção Quadro de Controle do Tabaco (CQCT), que tem dentre seus muitos propósitos proteger as gerações presentes e futuras dos malefícios oriundos do tabaco. Implementada no Brasil pela Comissão Nacional

Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ),⁸ tem o trabalho de advertir sobre os danos do tabaco, inibir o acesso aos produtos do tabaco de menores de 18 anos, buscar alternativas ao cultivo do tabaco, bem como proibir o financiamento público da sua produção.

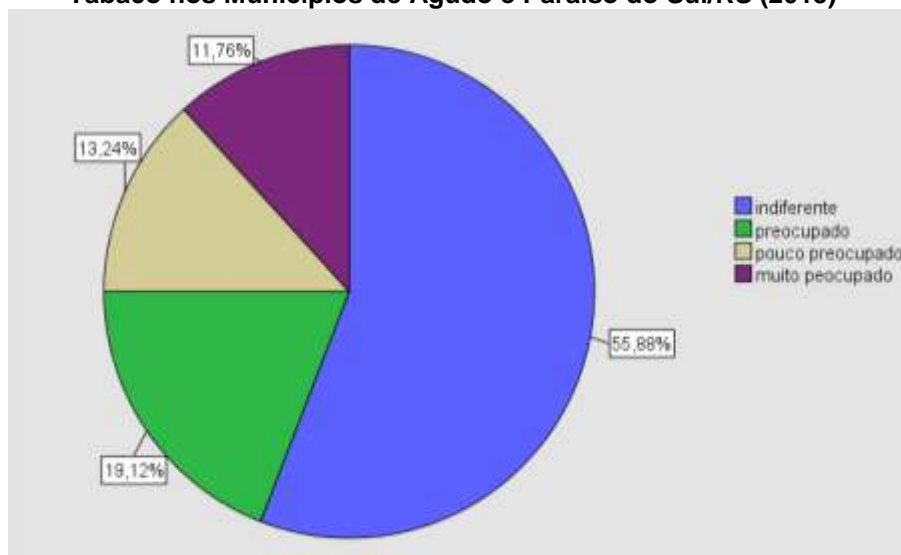
A questão é como essas preocupações mundiais são interpretadas pelas famílias produtoras de tabaco e principalmente como essas informações são transmitidas e por quem são veiculadas. Quais as instituições e organizações que chegam até o produtor para expor essas medidas de controle da oferta e demanda dos produtos do tabaco? Pelas constatações da pesquisa de campo as informações sobre CQCT são recebidas pelos meios de comunicação, rádio e televisão, principalmente, e claro pelo viés ideológico e visão de cada veículo e também pela chancela de interesses diversos. De forma que as famílias defendem seus interesses, pensando na sua sobrevivência, baseadas naquilo que o ambiente institucional lhe põe. Para ilustrar o cenário, no Rio Grande do Sul, estado maior produtor de tabaco do Brasil, foi criada a Lei 14.208/2013, que institui o dia 28 de outubro, o Dia Estadual do Produtor de Tabaco, enaltecendo os fumicultores e sua atividade agrícola. Num outro olhar, percebe-se o quão penosa é essa atividade e os danos que ela traz à saúde tanto de quem produz e em quem consume os produtos oriundos do tabaco.

Contudo, das famílias pesquisadas que exercem suas atividades na agricultura, 55,88% sentem-se indiferentes com relação à preocupação da produção de tabaco, produtos que cientificamente comprovados são prejudiciais à saúde, 19,12% sentem-se preocupados, 13,24% pouco preocupados e 11,76% muito preocupados (gráfico 57). Fator dessa indiferença se deve, segundo as famílias, por ser o tabaco um dos únicos produtos que gera renda para sua sobrevivência no meio rural. Pode-se constatar também que a cadeia produtiva do tabaco é uma das mais organizadas no Brasil, fornecendo subsídios técnicos e acesso a recursos financeiros de modo mais fácil, além da compra da safra já contratada antes do plantio e colheita. Um contexto que pode deixar a impressão que a cadeia é

⁸ “Com a aprovação da Convenção-Quadro na Assembleia Mundial da Saúde e a assinatura do governo brasileiro no tratado em 2003, a Comissão substituiu seu caráter consultivo pelo papel executivo, tornando-se responsável pela implementação das obrigações do tratado no país. Através do Decreto de 1º de agosto de 2003, passou a ser denominada CONICQ. Cabe à CONICQ promover o desenvolvimento, a implementação e a avaliação de estratégias, planos e programas, assim como políticas, legislações e outras medidas para o cumprimento das obrigações previstas na Convenção-Quadro (artigo 2º, IV do Decreto)”. Disponível em: http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio_controle_tabaco/site/home /conicq/comissao

altamente integrada e necessária ao produtor do tabaco. As famílias produtoras de tabaco alegam também que o ato de fumar é livre, não se sentindo responsáveis pelo consumo dos produtos gerados do tabaco, como o principal que é o cigarro.

Gráfico 57 - Opinião sobre Produção Produto Prejudicial à Saúde das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)

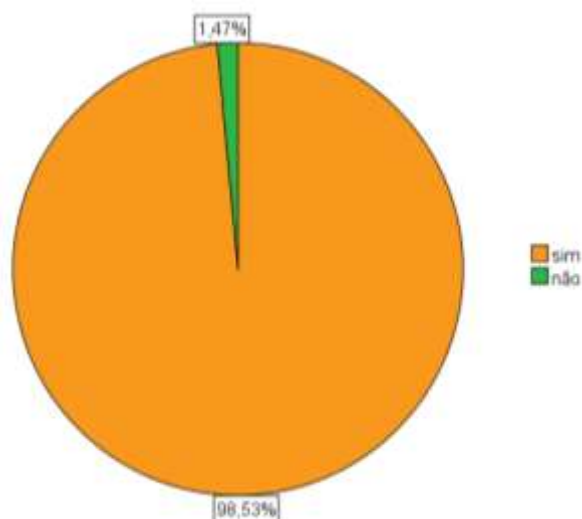


Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

No cultivo do tabaco, todas as famílias estão em contato com agrotóxicos, com exceção de apenas uma (01) família pesquisada, que produz o tabaco orgânico (gráfico 58). Os agrotóxicos são utilizados desde a sementeira até no cultivo do fumo nas lavouras, sendo que os mais usados são os: dessecantes; fungicidas; inseticidas; antibrocas e pulgão; antibrotantes. Os dessecantes são usados devido ao incentivo pela indústria do tabaco para o plantio direto, uma forma de proteger o solo da erosão. Os dados da pesquisa de campo, com as famílias produtoras de tabaco de Agudo e Paraíso do Sul, condizem os dados da pesquisa de Silva *et al.*, (2014)⁹ sobre utilização de agrotóxicos nas lavouras de fumo por mais de 90% dos estabelecimentos existentes no Brasil.

⁹ Dados retirados do artigo de Silva, L. X. da et al "CARACTERIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS PRODUTORES DE TABACO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE ACORDO COM OS DADOS DO CENSO AGROPECUÁRIO 2006. p.261. In Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006 /org.: Sergio Schneider, Brancolina Ferreira, Fabio Alves. – Brasília : Ipea, 2014.

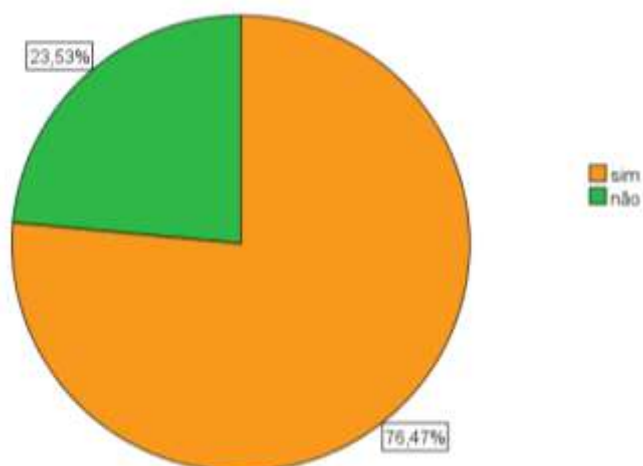
Gráfico 58 - Uso de agrotóxico no Tabaco pelas Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

A maioria (76,47%) das famílias faz uso de agrotóxicos, como herbicidas, inseticidas e fungicidas, em seus outros cultivos, como milho transgênico e arroz, mas em menor número, se comparado à produção de tabaco. Pode ser explicado pelo fato de se dedicarem mais à produção de tabaco do que a outros cultivos, sendo estes apenas para o autoconsumo, por isso o menor uso de agrotóxicos. A indústria do tabaco e também associações ligadas a ela alegam que no cultivo do tabaco se utilizam menos agrotóxicos do que em cultivos como arroz, soja e outros, e esta opinião também repassada às famílias fumicultoras.

Gráfico 59 - Utilização de agrotóxico em outros cultivos pelas Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

As instruções quanto ao uso e precaução na aplicação dos agrotóxicos são fatores que contribuem para proteção do agricultor no cultivo do tabaco, pois agrotóxicos acompanham todo o processo produtivo, desde a sementeira até a planta estar apta para a colheita. As famílias que não recebem instruções externas declararam que já o sabem pela sua experiência, o fazem há muitos anos, ou leem o rótulo das instruções que constam na embalagem, ou ainda produzem tabaco orgânico, onde o sistema de controle de pragas é baseado em produtos naturais. No entanto, aqueles fumicultores que relataram receber instruções, a maioria (54%) é por meio da leitura do rótulo da embalagem, 25,40% através das informações recebidas pelo revendedor do insumo, e, em menor percentual, explanaram que é pelo instrutor de fumo, fizeram curso específico (tabela 25). O teste de Kruskal-Wallis indica que há significância (0,000) entre as variáveis instruções de uso e fontes de instrução do uso do agrotóxico.

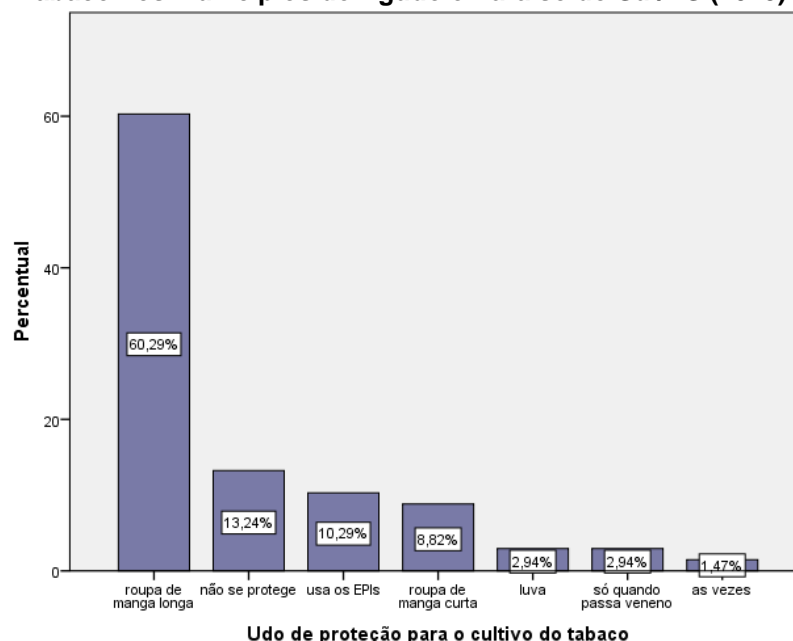
Tabela 25 - Relação entre as instruções de uso e fontes de instrução de uso do agrotóxico pelas Famílias Produtoras de Tabaco dos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)

		Fontes de instrução de uso									Total
		curso	experiência	instrutor de fumo	instrutor de fumo, rótulo da embalagem	orgânico	receituário	revenda	rótulo da embalagem	rótulo da embalagem revenda	
Instruções de uso	Não	0,0%	60,0%	0,0%	0,0%	20,0%	0,0%	0,0%	20,0%	0,0%	100,0%
	Sim	6,3%	0,0%	9,5%	1,6%	0,0%	1,6%	25,4%	54,0%	1,6%	100,0%
Total		5,9%	4,4%	8,8%	1,5%	1,5%	1,5%	23,5%	51,5%	1,5%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

Para a proteção individual, principalmente para a colheita da folha do tabaco, as famílias vestem roupa de manga longa (60,29%), 10,29% usam Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) comercializados pela indústria, 8,82% vão com roupa de manga curta, e 13,24% relatam não se proteger (gráfico 60). É comprovado que a nicotina contida na folha do tabaco é tóxica e passa para a pessoa quando em contato direto com a pele, ou por roupa permeável, e pode-se notar que não há um zelo pela proteção, pois a maioria não usa o EPIs fornecido pela indústria, que possui a função de impedir esse contágio.

Gráfico 60 - Utilização de proteção para o cultivo do tabaco pelas Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)



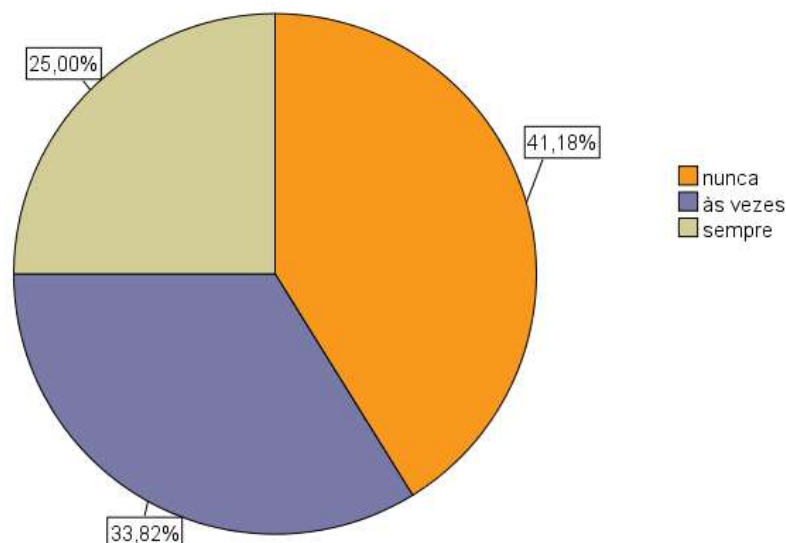
Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

Embora a indústria fumageira ofereça para venda os EPIs, 100% (cem) das famílias que declararam que não o usam, em razão de ser altamente desconfortável, pois são “capazes de desmaiar por ser muito quente”, conforme dito pela maioria é “uma sauna aquela roupa”, de forma que os trabalhadores podem sofrer desidratação.

A parte do processo produtivo do tabaco em que as pessoas passam maior tempo na lavoura expostas ao sol ocorre na primavera e no verão, e a região sul do Brasil é a uma das mais afetadas pela incidência da radiação ultravioleta que provoca câncer de pele. O risco de câncer de pele aumenta em regiões onde há uma maior concentração de pessoas com pele clara, que, segundo estudos científicos do Instituto Nacional de Câncer (INCA)¹⁰, são mais vulneráveis a esse tipo de câncer. As famílias pesquisadas, apesar da maioria utilizar roupa de manga longa na colheita do tabaco, 41,18% não passam protetor solar na pele, 33,82% somente às vezes e 25% sempre o usa. São dados preocupantes, pois 81% dessas famílias são de descendência alemã, e, por consequência, possuem pele clara e alguns tipos de câncer de pele podem ser letais.

¹⁰ Publicado em OLIVEIRA, M. M. F. de. Radiação ultravioleta/ índice ultravioleta e câncer de pele no Brasil: condições ambientais e vulnerabilidades sociais. Revista Brasileira de Climatologia. Ano 9 – vol. 13 – jul/dez 2013.

Gráfico 61 - Uso de protetor solar pelas Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

Identificou-se que 32% das famílias produtoras de tabaco já tiveram casos de intoxicação por agrotóxicos ou talvez por excesso de nicotina no corpo e dentre estas, 63,6% foram hospitalizadas e 31,8% trataram-se com remédio caseiro. Como ainda a Doença da Folha Verde (DFV) é pouco pesquisada na região, o diagnóstico dos sintomas pode não ser a ela relacionada. Quanto ao teste de Kruskal-Wallis, este mostra que a relação entre as variáveis da intoxicação por agrotóxico e o tratamento da intoxicação é significativa (0,000), evidenciando a sua dependência.

Tabela 26 - Relação entre a intoxicação por agrotóxico e o tratamento da intoxicação das Famílias Produtoras de Tabaco dos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)

		Tratamento da intoxicação				Total
		hospitalização	hospitalização, remédio caseiro	não teve	remédio caseiro	
Intoxicação por agrotóxico	não	0 0,0%	0 0,0%	46 100,0%	0 0,0%	46 100,0%
	sim	14 63,6%	1 4,5%	0 0,0%	7 31,8%	22 100,0%
Total		14 20,6%	1 1,5%	46 67,6%	7 10,3%	68 100,0%

Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

Confirmando as pesquisas realizadas por Lecours (2011); Mackay e Eriksen (2012), que enfatizam a série de impactos na saúde do agricultor de tabaco, pode-se

destacar as evidências expressivas a partir da pesquisa de campo com as famílias produtoras de tabaco, os sintomas (tabela 27) da *Green Tobacco sickness (GTS)*, a doença da folha verde, nesse grupo de pessoas.

A dificuldade para dormir é apresentada por 66% das famílias, dor de cabeça por 57%, vômito por 48%, fraqueza por 46%, enjoo por 44%, tontura por 40%, sintomas que estas pessoas sentem quando estão em contato com a folha de fumo molhada, por orvalho ou chuva, durante todo o período da colheita, que pode se estender por até seis meses, dependendo da época e das etapas de plantio. Além disso, verificam-se outros sintomas de enfermidades apresentadas por esses agricultores, como a depressão e as doenças de pele, mas os da *GTS (DFV)* estão presentes na quase totalidade dos casos.

Tabela 27 - Sintomas de Enfermidades das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)

SINTOMA	FAMÍLIAS/SINTOMAS	SINTOMA	FAMÍLIAS/SINTOMAS
Dificuldade para dormir	66%	Dormência	26%
Dor de cabeça	57%	Tremores	25%
Vômito	48%	Coceira	22%
Fraqueza	46%	Falta de ar	13%
Enjoo	44%	Palpitação	13%
Tontura	40%	Tristeza	6%
Dor na barriga	34%	Cansaço exagerado	3%
Falta de apetite	31%	Depressão	3%
Diarreia	26%	Manchas vermelhas	1,5%
Calafrios	26%		

Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

Os acidentes na produção de tabaco que foram relatados ocorreram em 35,29% das famílias, sendo que destes 25% foram durante a colheita, 25% no corte da lenha utilizada na cura do fumo em estufas, e em outros eventos como na costura da folha, em que houve uma descarga elétrica e pessoa não foi a óbito porque a chave do gerador caiu. Além disso, houve caso de queda na estufa e outros acidentes que ocorrem durante o processo de cura do fumo (tabela 28). Infere-se pelo teste de significância, Kruskal-Wallis, que há relação entre as variáveis de acidente na produção de tabaco e o período no qual ocorre o acidente (0,000).

Tabela 28 - Relação dos acidentes na produção de tabaco e o período de ocorrência do acidente nas Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)

		Ocorrência do acidente						Total
			colheita	corte da lenha	costura	cura	queda	
Acidente na produção de Tabaco	Não	44 100,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	44 100,0%
	Sim	1 4,2%	6 25,0%	6 25,0%	1 4,2%	9 37,5%	1 4,2%	24 100,0%
Total		45 66,2%	6 8,8%	6 8,8%	1 1,5%	9 13,2%	1 1,5%	68 100,0%

Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

A agricultura familiar é reconhecidamente caracterizada pelo uso intensivo de mão de obra familiar em suas atividades, e também é característica da expressiva quantidade de trabalhadores no cultivo do tabaco, portanto além do cansaço mental o esforço físico é mais enfático. As horas de sono são fundamentais nos seres para a recomposição do bom funcionamento do organismo. O ato de dormir é essencial para a saúde e qualidade de vida das pessoas, porque é nesse momento que se refazem as energias e é dele que decorre o bom desempenho no dia seguinte. Para 98,53% das famílias fumicultoras, as horas de sono no período da colheita são bem menores que em outros momentos, pois essa fase se constitui no envolvimento direto desde a recolha das folhas do pé de fumo (figura 10), o transporte em reboques ou carroças, o manuseio para costura das folhas ou grampeamento, o transporte para a estufa e sua devida armazenagem.

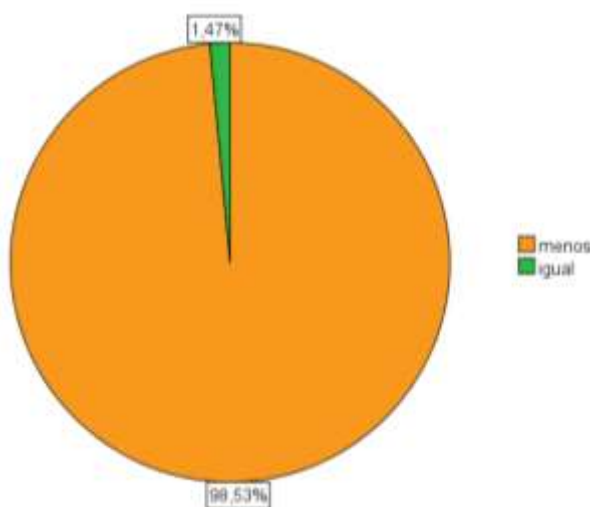
Figura 10 - Transporte das folhas do tabaco para o reboque



Fonte: Foto do acervo da autora, 2014.

Todo esse processo demanda imenso esforço físico e rotineiro. Após concluídas essas etapas, há a necessidade do controle da cura do tabaco na estufa, onde ocorre o amarelamento da folha e sua secagem, além da parte da secagem do talo da folha. Essas tarefas demandam tempo e atenção, pois da sua eficiência e eficácia podem ter consequências na qualidade da folha e na sua melhor classificação/preço. Esse período da cura demanda combustão de lenha ou da energia elétrica e lenha, dependendo do tipo de estufa que a família possui.

Gráfico 62 - Horas de sono no período de colheita do tabaco das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

Com exceção de uma família, todas aquelas entrevistadas percebem que nos períodos em que não há cuidados com a colheita do tabaco há mais horas de sono, demonstrando que é mesmo a fase mais penosa e que observe de maior esforço físico e mental (tabela 29). No que concerne ao teste de significância, Kruskal-Wallis, verifica-se que relação entre as variáveis de horas de sono na colheita de tabaco e horas de sono em outros períodos (0,000).

Tabela 29 - Relação das Horas de sono na colheita do tabaco e Horas de sono em outros períodos das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)

		Horas de sono em outros períodos		Total
		igual	mais	
Horas de sono na colheita tabaco	igual	1 100,0%	0 0,0%	1 100,0%
	menos	0 0,0%	67 100,0%	67 100,0%
Total		1 1,5%	67 98,5%	68 100,0%

Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

As horas dedicadas para o lazer diminuem também no período da colheita, em relação aos demais períodos para quase a totalidade das famílias produtoras de tabaco. Pode-se destacar que é a etapa mais longa do processo produtivo do tabaco, envolvendo cerca de seis (6) meses, tendo início por volta do mês de setembro e seu término no mês de fevereiro, dependendo da época em que se inicia o plantio nas lavouras. Essa é uma decisão que cabe a cada família. O teste de Kruskal-Wallis demonstra que há significância (0,000) entre as variáveis de lazer durante a colheita do tabaco e lazer em outros períodos.

Tabela 30 - Relação entre lazer durante colheita do tabaco e Lazer em outros períodos das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)

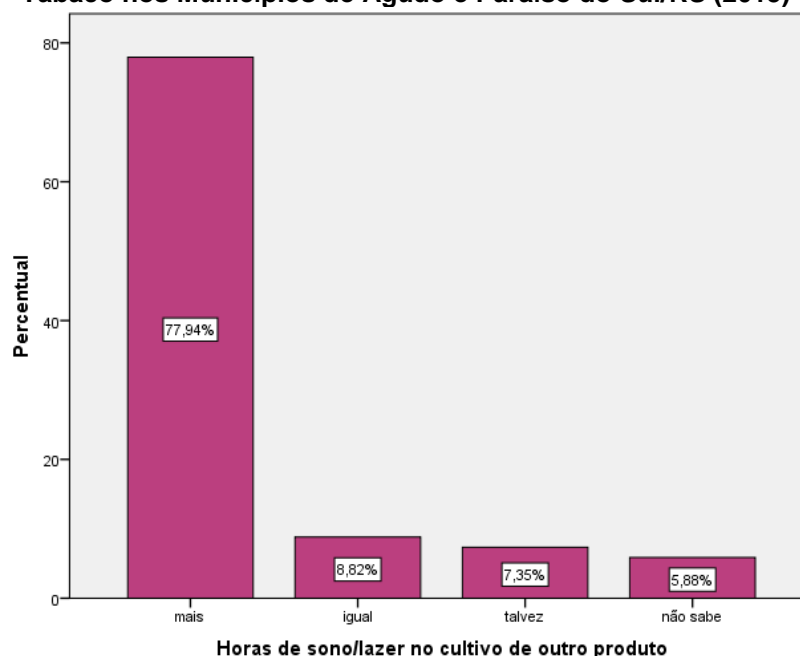
		Lazer em outros períodos		Total
		igual	mais	
Lazer durante colheita do tabaco	igual	1 100,0%	0 0,0%	1 100,0%
	menos	0 0,0%	66 100,0%	66 100,0%
	nenhum	0 0,0%	1 100,0%	1 100,0%
Total		1 1,5%	67 98,5%	68 100,0%

Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

As famílias foram questionadas sobre o tempo de lazer e horas de sono se não plantassem fumo dedicando-se a outros cultivos; 77,94% declararam que teriam mais tempo, para 8,82% seria igual, 7,35% talvez teriam mais tempo e 5,88% não souberam responder (gráfico 63). O cultivo do tabaco exige muita dedicação das famílias, em tempo quase integral, pois a qualidade do tabaco depende das etapas serem seguidas rigorosamente, tem tratamentos e tarefas que podem ter influência na produtividade se não forem concluídos em certos prazos, de acordo com as fases

de crescimento, amadurecimento e secagem das folhas. Além de estar sensível às intempéries, comuns nessa fase do ano.

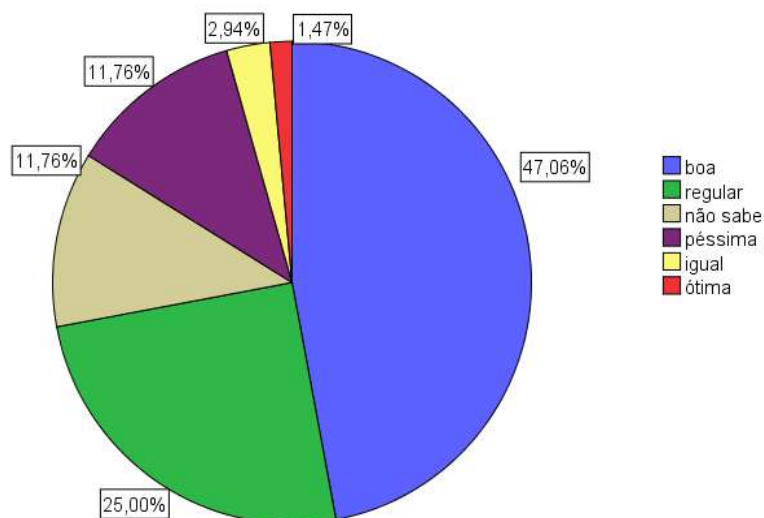
Gráfico 63 - Horas de sono/ lazer no cultivo de outro produto das Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

Quando consultados a fazer uma pequena reflexão sobre a vida, em 47,06% dos casos, as famílias fumicultoras demonstraram que seria boa sem o tabaco, para 25% regular, 11,76% não saberiam, e 11,76% seria péssima (gráfico 64). Seria boa porque não seria tão penosa, mas, por outro lado, muitos levam em conta a questão da renda, então se questionam se não tivessem o tabaco do que viveriam. E há aquelas famílias que não sabem como seriam suas vidas sem o tabaco pelo fato de terem sempre convivido e vivido deste cultivo, suas competências estão dirigidas para esta atividade agrícola.

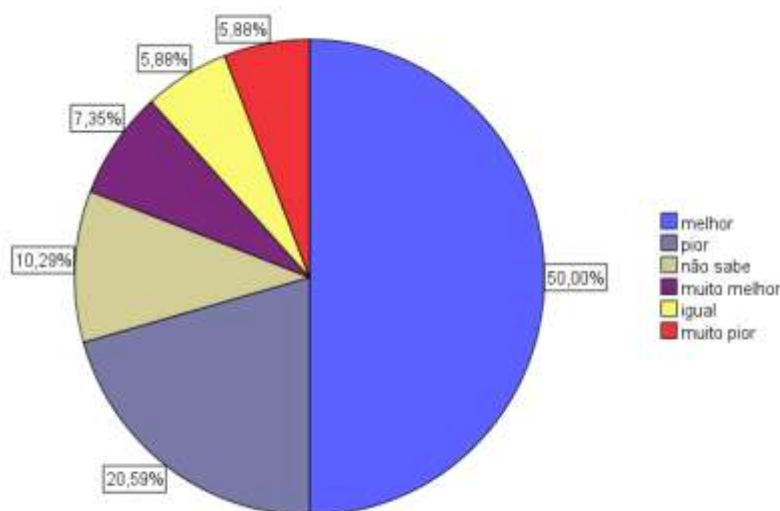
Gráfico 64 - Vida sem o tabaco nas Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

Para a metade das famílias, a sua vida sem o tabaco seria melhor, em 20,59% dos casos seria pior, 10,29% não sabem e 7,35% muito melhor (gráfico 65). Dados que levam a confirmar as opiniões sobre a qualidade de suas vidas, que os fumicultores vislumbram que poderiam ter algo melhor, mas não veem outras possibilidades de vida no ambiente institucional que se apresenta.

Gráfico 65 - Vida sem o tabaco nas Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

Ao analisar-se o cruzamento das médias obtidas do questionamento sobre como seria a vida da família sem o cultivo do tabaco, a maioria dos entrevistados

opinou que seria boa e melhor. Isso leva a considerar-se que o tabaco na vida das pessoas é uma necessidade de sobrevivência, que não uma opção prazerosa a escolha desse cultivo. Uma oportunidade de verificar a inclusão de alternativas a esse cultivo, pois percebeu-se que se houvesse outro cultivo viável, haveria interesse por parte as famílias produtores de tabaco aderirem a novas propostas.

Daí a importância da atuação de organizações, de instituições formais robustas para propor novas possibilidades e contribuir para a eficácia na sua implementação. Pois as famílias pesquisadas, embora tenham seus ativos específicos com base na produção de tabaco, também mostram-se flexíveis a inovação e mudanças.

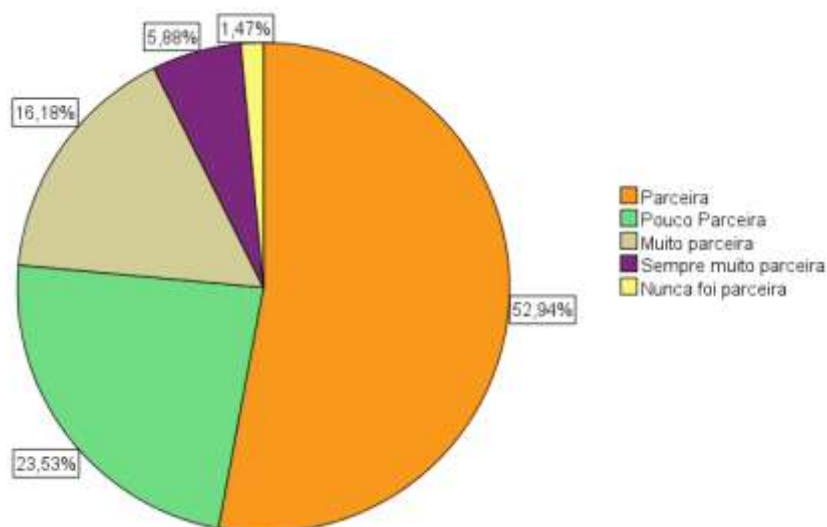
5.6 AS FAMÍLIAS PRODUTORAS DE TABACO E AS RELAÇÕES DE PARCERIAS COM AS ORGANIZAÇÕES E GRUPOS SOCIAIS

O ambiente institucional das famílias produtoras de tabaco se constitui de organizações públicas e privadas, de associações, de agentes e de atores que exercem papéis que implicam na trajetória de transformações na estrutura produtiva destas famílias. As relações de parcerias são um contributo de influência na forma de condução da atividade de produção e modo de viver das famílias. Nesses aspectos várias formas de organizações exercem influência dentre as quais selecionaram-se as mais diretamente ligadas aos agricultores familiares.

5.6.1 Com as Organizações

As famílias produtoras de tabaco salientaram que a indústria fumageira é sua parceira em 52,94% dos casos, que é pouco parceira em 23,53% e muito parceira em 16,18% (gráfico 66). Pode-se perceber uma visão positiva com relação a indústria, pois numa análise geral mais da metade das famílias a considera importante, indicando a necessidade que possuem para sua sobrevivência e um grau de dependência, reduzindo suas incertezas com relação a comercialização da produção, dando uma relativa comodidade por saber que a compra da safra será efetuada.

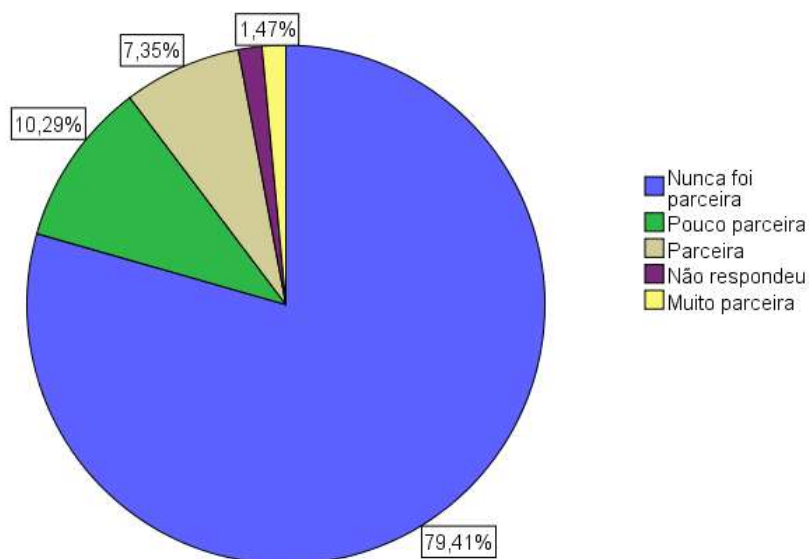
Gráfico 66 - Relação de parceria entre as Famílias Produtoras de Tabaco e a indústria de tabaco



Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

Com referência à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), 79,41% das famílias inquiridas alegaram que nunca foi parceira, 10,29% pouco parceira e 7,35% parceira (gráfico 67). Os dados revelam um desconhecimento das atividades da Embrapa, pois não relacionam a evolução tecnológica e pesquisas científicas na área da agricultura à empresa ou relacionam com as atividades desenvolvidas por elas em suas propriedades.

Gráfico 67 - Relação de parceria entre as Famílias Produtoras de Tabaco e a Embrapa

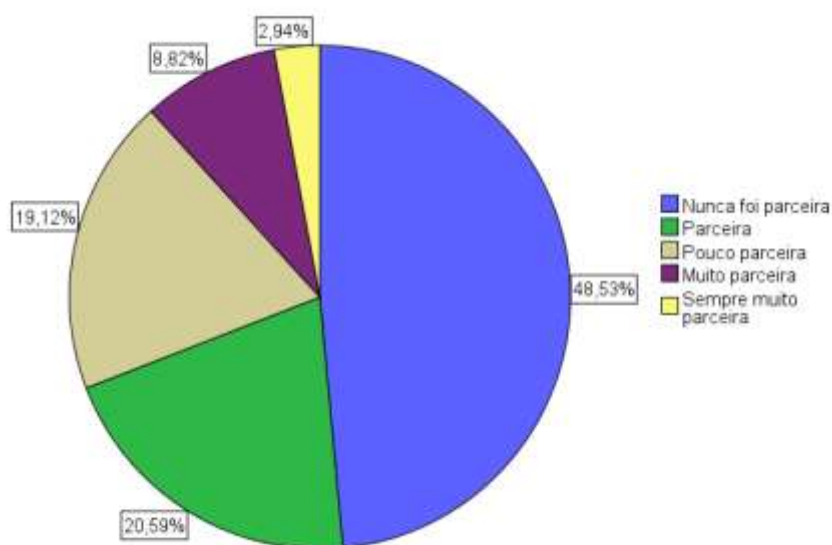


Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

Outra organização diretamente relacionada com a assistência e extensão na agricultura, só que em nível de estados federativos da união, a Empresa de

Assistência Técnica e de Extensão Rural (ASCAR-EMATER/RS), está mais diretamente ligada a setores da agricultura familiar e desenvolvimento rural. Por meio da Emater podem ser implementadas as políticas públicas que visam à melhoria da vida da população do meio rural, à sustentabilidade da produção, à diversificação dos sistemas produtivos, alternativas de substituição do tabaco. Todavia, para 48,53% das famílias produtoras de tabaco a Emater nunca foi parceira, para 20,59% é parceira e 19,12% pouco parceira e para 8,82% muito parceira (gráfico 68). Pode-se inferir que a maioria das famílias não considera a Emater sua parceira, e desconhecem as formas que a organização pode apoiá-las numa possível melhoria na sua propriedade, nos meios de produção e possibilidades de cultivos.

Gráfico 68 - Relação de parceria entre as Famílias Produtoras de Tabaco e a Emater



Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

A Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA) é lembrada como uma organização que fornece o seguro contra granizo e que faz a avaliação das lavouras quando ocorrem perdas devido às intempéries e calcula o valor a ser ressarcido ao produtor para subsidiar a perda da sua produção. Na figura 11 pode-se visualizar os danos que o granizo pode causar nas lavouras de tabaco, quando este encontra-se na fase de crescimento ou na fase de desenvolvimento.

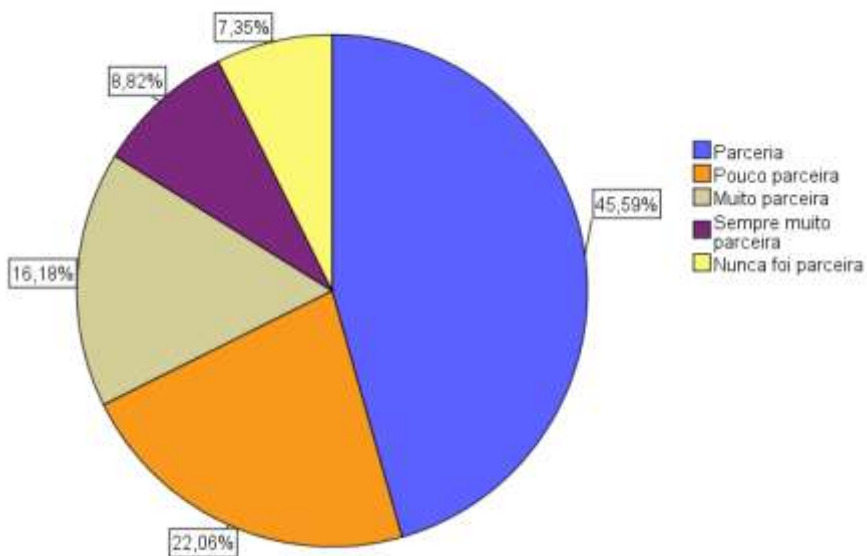
Figura 11 - Lavoura de tabaco após queda de granizo



Fonte: Foto de Juliana Friedrich, 2015

Para tanto, as famílias se referem à Afubra em 45,59% dos casos, como parceira, para 22,06% como pouco parceira, para 16,18% muito parceira e 8,82% sempre muito parceira e 7,35% nunca foi parceira (gráfico 69).

Gráfico 69 - Relação de parceria entre as Famílias Produtoras de Tabaco e a Afubra

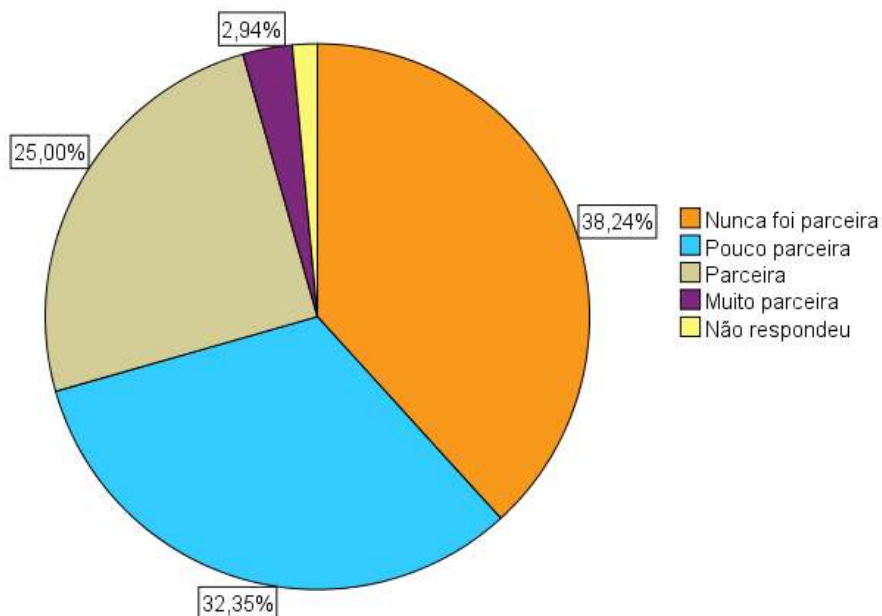


Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) desempenha o papel de defesa dos direitos do trabalhador, encaminha procedimentos tributários e previdenciários, para facilitar a vida do associado. Para as famílias fumicultoras, em 38,24% dos casos o sindicato nunca foi parceiro, para 32,35% pouco parceiro e para 25% é parceiro (gráfico 70). Rapara-se que o sindicato dos trabalhadores rurais não é

parceiro das famílias produtoras de tabaco, e muitas famílias salientaram que deixaram de pagar as anuidades, somente renovando a associação quando há alguma necessidade específica, não percebendo como uma organização atuante.

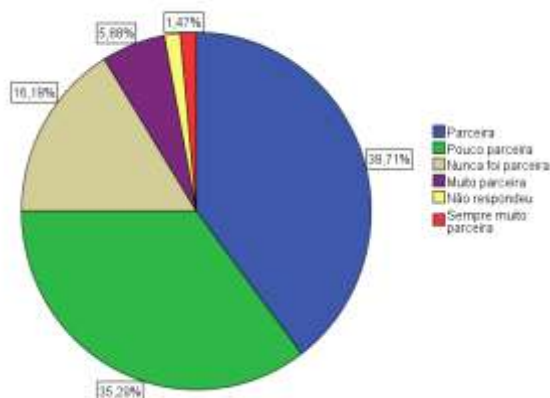
Gráfico 70 - Relação de parceria entre as Famílias Produtoras de Tabaco e o Sindicato do Trabalhadores Rurais



Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

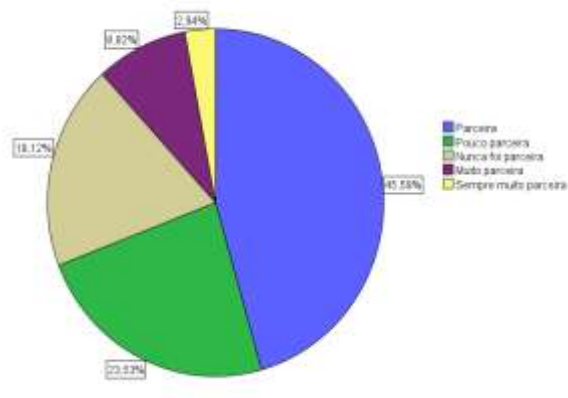
Com respeito à Prefeitura Municipal e à Secretaria Municipal da Agricultura, as famílias fumicultoras investigadas expressaram que há uma relação de parceria para 39,71% e 45,59%, de pouca parceria para 35,29% e 23,53% e nenhuma parceria para 16,18% e 19,21%, respectivamente (gráficos 71 e 72). Salientaram que a secretaria municipal colabora no fornecimento de máquinas para nivelamento de terras e abertura de estradas.

Gráfico 71 - Relação de parceria entre as Famílias Produtoras de Tabaco com a Prefeitura Municipal



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014-2015

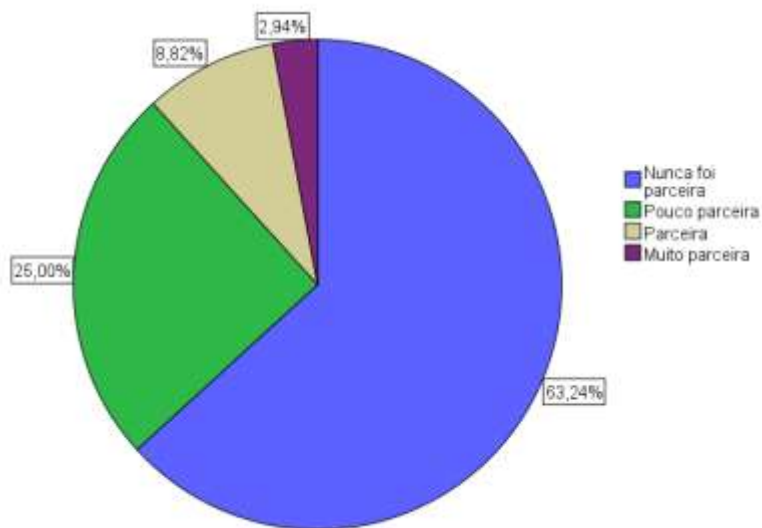
Gráfico 72 - Relação de parceria entre as Famílias Produtoras de Tabaco com a Secretaria Municipal de Agricultura



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014-2015

A visão com relação aos vereadores não é positiva, uma vez que a maioria (63,24%) ressalta que nunca foram parceiros e 25% os consideram pouco parceiros. Os respondentes comentaram que só há uma aproximação em períodos eleitorais e não veem nenhuma ação que beneficie a população que está ligada à atividade fumageira (grafico 78).

Gráfico 73 - Relação de parceria entre as Famílias Produtoras de Tabaco com a Câmara de Vereadores

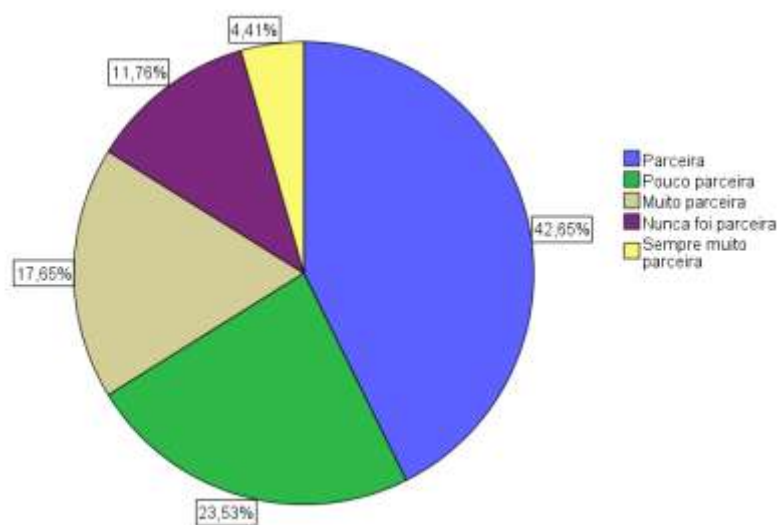


Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

Visto que apenas duas famílias pesquisadas não praticam nenhuma religião, e as demais em sua maioria são da igreja de confissão luterana, identificou-se que

42,65% são da opinião que a igreja é uma organização parceira das famílias, 23,53% a considera pouco parceira, 17,65% muito parceira, 11,76% nunca foi parceira (gráfico 74). Manifestaram-se que há posicionamentos contrários por representantes da igreja com a atividade fumageira, devido às consequências na saúde das pessoas, mas também contaram que as crenças religiosas são um alento para a vida, servem de apoio espiritual e onde buscam força para as atividades.

Gráfico 74 - Relação de parceria entre as Famílias Produtoras de Tabaco com a Igreja

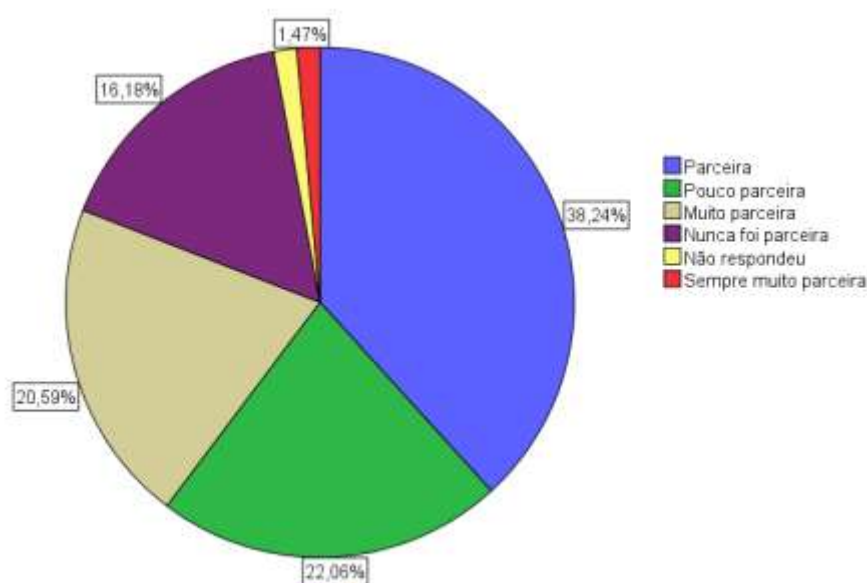


Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

Nos municípios pesquisados, os agrupamentos organizacionais em forma de cooperativa são poucos, embora as tradições étnicas poderiam contribuir para a constituição delas. Quando se fala em cooperativa, no senso popular a maioria se lembra de uma única, e sua estrutura é formada por várias áreas de atuação, em unidade de insumos, de ferragem, de grãos, de supermercado, e de assistência técnica agrícola e veterinária, localizada no município de Agudo, mas que atende também a população de Paraíso do Sul, que dentre alguns dela são associados.

Com relação a cooperativa 38,24% das famílias fumicultoras expressam que é sua parceira, 22,06% pouco parceira, 20,59% muito parceira, 16,18% nunca foi parceira (gráfico 75). Nota-se que há uma maioria de opinião que a cooperativa é importante para os fumicultores, pois comercializa insumos, compra alimentos produzidos pelos fumicultores, como o milho, arroz e outros, mas também observaram que esta organização segue o jogo do mercado, e muitas vezes não percebem os benefícios estabelecidos nos princípios cooperativistas.

Gráfico 75 - Relação de parceria entre as Famílias Produtoras de Tabaco com a Cooperativa

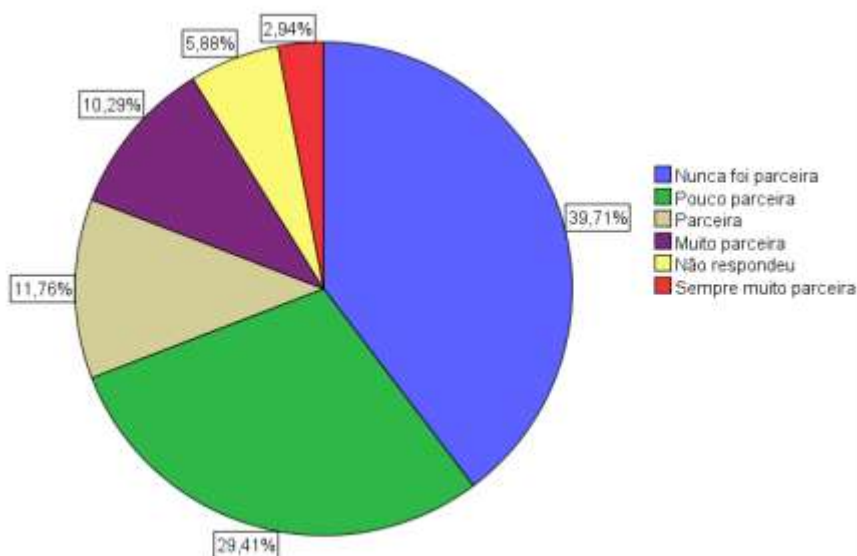


Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA/SAF) tem por competências, dentre outras, promover o desenvolvimento rural sustentável com enfoque na agricultura familiar, estabelecendo também políticas de Estado para as necessidades das questões agrárias e fundiárias. Neste sentido, as questões da produção do tabaco estão inseridas, visto que promove políticas públicas de diversificação da produção em detrimento da fumicultura.

Contudo, para as famílias investigadas, em 39,71% o MDA nunca foi parceiro e para 29,41% pouco parceiro, dados que demonstram uma necessidade de maior aproximação e publicização das políticas, pois a maioria desconhece os acessos a essas políticas ou ainda considera inviável a implementação para atender sua demanda.

Gráfico 76 - Relação de parceria entre as Famílias Produtoras de Tabaco com o MDA/SAF



Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

O crédito sempre foi um importante instrumento para fomentar o crescimento da produção na agricultura, financiando inclusive a “Revolução Verde” no Brasil nas décadas de 1960 e 70, com intuito de aumento a produtividade e expansão das fronteiras agrícolas, para combater a desnutrição, a fome e a pobreza. Os impactos desse investimento foram verificados na década de 1990, com o aumento da produtividade e da exportação de *commodities*, e a expansão do agronegócio pelo País, todavia, quanto às questões da fome, da pobreza rural e de problemas sociais e ambientais não foi eficaz.

No que se refere às instituições financeiras que financiam a agricultura familiar, responsável pela produção maioria dos alimentos consumidos no Brasil, segundo o MDA, o crédito agrícola disponibilizado foi mais específico para esse público alvo com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), na década de 1990. Os créditos concedidos aplicam-se tanto para custeio, investimento e capitalização de cooperativas. A título de uma análise temporal, verifica-se que o PRONAF foi importante instrumento financiador do custeio agrícola da produção de tabaco no Brasil, responsável no ano de 2000, por 113.373 contratos num valor de R\$ 199.611.986,17, no ano de 2006, por 1.325 no valor de R\$ 1.647.994,50 e em 2012 por 409 contratos no valor total financiado de R\$ 1.647.994,50 (tabela 31).

Tabela 31 - Pronaf - Financiamentos Rurais concedidos no Brasil - Custeio Agrícola (2000-2012)

ATIVIDADE	Nº CONTRATOS	TOTAL FINANCIADO R\$	ANO
FUMO	113.373	199.611.986,17	2000
FUMO	1.325	2.710.463,70	2006
FUMO	409	1.647.994,50	2012

Fonte: Adaptado do Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Banco Central do Brasil, 2014.

Embora haja uma restrição formal do Banco Central do Brasil, desde 2002, pela resolução nº 4107 em não financiar o cultivo do tabaco, mas continuar a financiar outros cultivos das famílias produtoras de tabaco, estimulando a sua migração para a diversificação, pode-se identificar que ainda há contratos em vigor relacionados a atividade de tabaco, no estado do Rio Grande do Sul, especificamente. Ou seja, a cadeia produtiva do tabaco ainda continua a contar com financiamento de recursos públicos subsidiados, conforme a tabela 32, mas percebe-se uma redução drástica no número de contratos e valor do total financiado, no ano de 2000 de 55.151, no valor de R\$ 101.814.104,54 para 3 contratos no valor total de R\$ 30.679,33 em 2012. Mas, em termos de país, a atividade fumageira mantém os benefícios de recursos públicos, porém os valores e contratos vêm-se reduzindo.

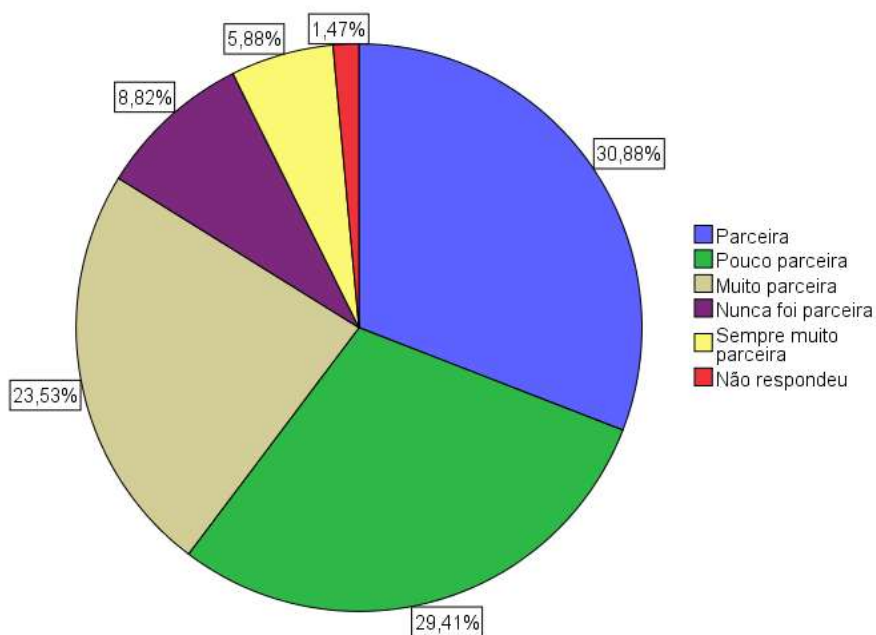
Tabela 32 - Pronaf - Financiamentos Rurais concedidos no País – Unidade Da Federação – Rio Grande Do Sul - Custeio Agrícola

ATIVIDADE	Nº CONTRATOS	TOTAL FINANCIADO R\$	ANO
FUMO	55.151	101.814.104,54	2000
FUMO	0	0,00	2006
FUMO	3	30.679,33	2012

Fonte: Adaptado Do Banco Central Do Brasil, 2014.

Numa visão abrangente, buscou-se verificar a relação de parceria das famílias produtoras de tabaco com as organizações financeiras, de modo que 30,88% opinaram que as consideram parceiras, 29,41% pouco parceiras, 23,53% muito parceiras (gráfico 77). Percebe-se uma avaliação positiva da maioria das famílias fumicultoras a respeito das instituições financeiras, uma vez que por estímulo da integração com a indústria, é um elo importante para a eficiência da cadeia produtiva.

Gráfico 77 - Relação de parceria entre as Famílias Produtoras de Tabaco com as Organizações Financeiras



Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

5.6.2 Com os Grupos Sociais

O desenvolvimento institucional é estreitamente influenciado pelas relações cotidianas da sociedade, por meio de códigos de conduta, normas comportamentais, conhecimentos, valores, crenças que são transmitidas de geração em geração.

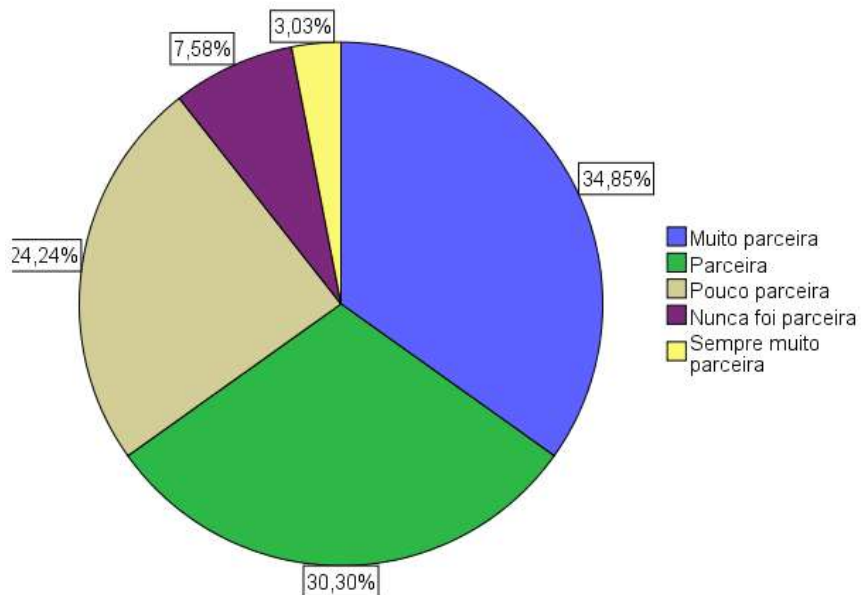
O contexto pesquisado em que a maioria das famílias reside na comunidade há mais de 30 anos, há a interferência desses valores comuns na sua forma de agir. Quanto à relação que estas mantêm com as pessoas em festas na comunidade, verifica-se que 34,85% afirmam que há uma parceria, 30,30% que há parceria, 24,24% pouca parceria e 7,58% nunca há parceria (gráfico 78).

A organização de eventos sociais sempre característica dessas comunidades pesquisadas, no passado, muitas eram realizadas nas casas das próprias famílias, no presente ocorrem mais em salões anexos a igrejas, escolas, sítios específicos para festas, em centro de tradições gaúchas (CTGs). Em determinada época, por volta da década de 1990, faziam-se inclusive bailes alusivos ao tabaco, promovia-se concurso onde se elegia a família produtora que detinha a melhor e maior folha de tabaco.

Porém, as famílias salientaram também que, as relações entre as pessoas nas festas na comunidade mudaram ao longo do tempo, embora haja convivência,

as pessoas são individualistas e demonstram-se invejosas umas em relação às outras, fazendo comparações de bens materiais.

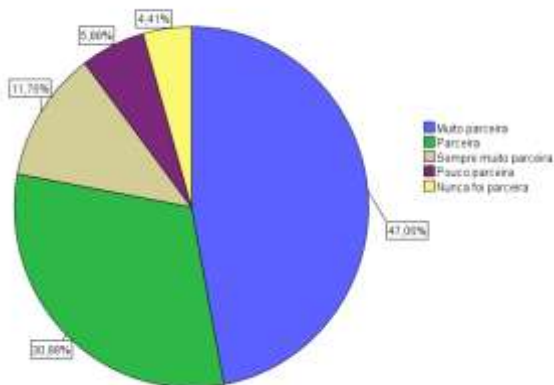
Gráfico 78 - Relação de parceria entre as Famílias Produtoras de Tabaco com as Pessoas em Festas na Comunidade



Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

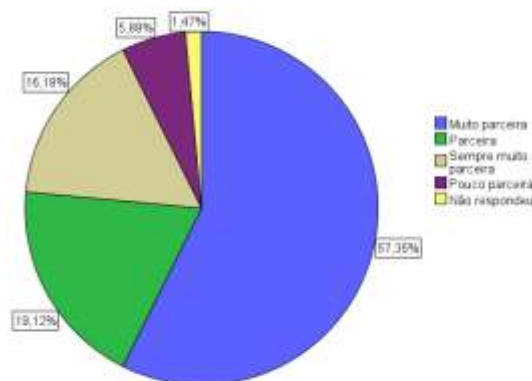
A percepção das famílias produtoras de tabaco das comunidades em Agudo e Paraíso do Sul é bem positiva com relação aos seus vizinhos e grupo de amigos; a maioria expressou que são muito parceiros. Indicam que são as pessoas que podem contar pela amizade e em caso de necessidade, em ajudas em suas atividades, como a permuta de serviço, e como exemplo oferta de produtos produzidos a família vizinha e amigos não possuem ainda ou não cultivam.

Gráfico 79 - Relação de parceria entre as famílias produtoras de Tabaco com os Vizinhos



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014-2015

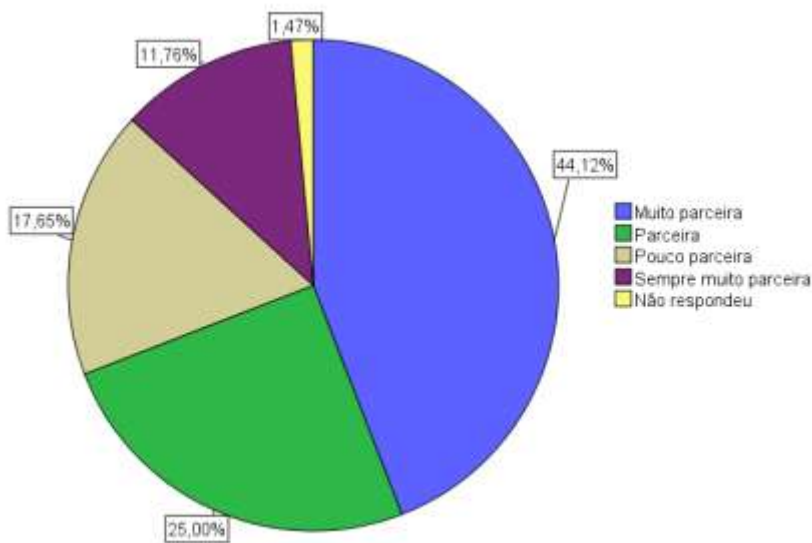
Gráfico 80 - Relação de parceria entre as famílias produtoras de Tabaco com os Amigos



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014-2015

Os parentes, como um grupo social afim pela consanguinidade, são considerados por 44,12% das famílias fumicultoras como muito parceiros, por 25% como parceiros, 17,65% pouco parceiros e 11,76% como sempre muito parceiros. Dentre as famílias pesquisadas a sucessão na propriedade rural ainda está bem presente, há predominância de pelos menos um dos filhos permanecer e dar continuidade ao cultivo da terra.

Gráfico 81 - Relação de parceria entre as Famílias Produtoras de Tabaco com os Parentes



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014-2015

As organizações e grupos sociais pesquisados estão vinculados às vidas das pessoas das comunidades de Agudo e Paraíso do Sul, e representam interesses da população em geral dos municípios, como a prefeitura municipal, a secretaria municipal de agricultura, a câmara de vereadores, os bancos, a cooperativa agrícola, a igreja, as festas, as relações com os vizinhos, amigos, parentes. Todavia, nessa população estão incluídas as famílias produtoras de tabaco, sujeitos da pesquisa de campo, e, além dessas organizações e grupos sociais, há outros que são relacionados mais diretamente a estas e influenciam no seu modo de organização e da produção.

De modo que a relação de parceria pode interferir para melhorar ou não, contribuindo para as transformações produtivas, no sentido de buscar melhorias para as vidas das famílias, e nessa direção estão inclusas as indústrias fumageiras, a Embrapa, a Emater, a Afubra, o STR, e outros organismos que colaboram no seu desenvolvimento.

Neste capítulo, verificam-se os objetivos específicos de verificar as transformações históricas da organização da produção de tabaco no RS, tomando como referência as famílias produtoras de tabaco de Agudo e Paraíso do Sul, analisar a evolução das instituições informais nas famílias e o processo de ocupação da produção de tabaco nesses municípios. Assim, a partir da análise dos dados poder relacionar a mudança institucional com a transformação social, ambiental, política, econômica das famílias produtoras.

6 A PRODUÇÃO, A TERRA, O AMBIENTE, A VIVÊNCIA E O DESENVOLVIMENTO RURAL NA TRAJETÓRIA DAS FAMÍLIAS PRODUTORAS DE TABACO: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DAS INSTITUIÇÕES

A partir desse momento, percebe-se por meio de uma síntese dos principais dados primários coletados nas famílias produtoras de tabaco nos municípios de Agudo e Paraíso do Sul, que sua trajetória de vida é marcada pelo ambiente institucional. Provindo de tempos longínquos de mudanças de espaços e culturas, que permanecem nas memórias e traços sociais das gerações que perpassam pela história das comunidades de colonizadas por um ambiente institucional complexo constituído de direitos e obrigações que influenciam e afetam as vida das pessoas, que interferem nas transformações produtivas e organizacionais das famílias produtoras de tabaco. Determina o comportamento, as opções de culturas, os acessos aos mercados, a formação de especificidades e a inclusão em um mercado integrado globalmente, o mercado do tabaco.

Com intuito de demonstrar a importância das instituições no desenvolvimento econômico e social das famílias produtoras de tabaco, buscou-se a partir da identificação e reprodução destas ligadas a produção do tabaco relacionar com as transformações e mudanças da vida das famílias, levando-se em conta as instituições base para o desenvolvimento: a família, o Estado e o mercado.

6.1 AS MACROINSTITUIÇÕES E AS FAMÍLIAS PRODUTORAS DE TABACO: DEMOCRACIA, BUROCRACIA, JUDICIÁRIO

Numa análise da evolução institucional e sua relação com as transformações produtivas e organizacionais das famílias produtoras de tabaco dos municípios de Agudo e Paraíso do Sul, em suas trajetórias de vidas, pode-se verificar que houve influência de aspectos formais demonstrados no ambiente institucional, ou seja, as regras do jogo, como a política, judiciária, leis de contratos e propriedade (WILLIAMSON, 1998). Pelo desenvolvimento histórico das instituições observa-se a importância destas nas questões da democracia, da burocracia e do judiciário, conforme apresentado a seguir.

A democracia constitui-se num estado de livre pensamento e livre agir das pessoas, na escolha de seus representantes nos governos e suas formas de vida. Dentre a dimensão de democracia, as famílias de fumicultores participam nas eleições, no regime de sufrágio universal reconquistado novamente pelo povo brasileiro, na década de 1980, quando o Brasil saiu de uma ditadura de 25 anos, redemocratizando-se novamente, e quando da promulgação da Constituição Federal de 1988, que garante a soberania do voto direto e secreto com valor igual para todos os brasileiros, ainda que o voto dos analfabetos seja facultativo, e um direito recuperado apenas em 1985, depois de um século, concedendo-lhe o direito de qualquer cidadão. As famílias escolhem seus representantes nos diferentes níveis na estrutura política do País, e ainda (30%) participam ativamente nas decisões relativas à comunidade onde residem, comparecendo em reuniões de partidos políticos, de associações de pais e mestre nas escolas, em assembleias das igrejas e entidades ligadas a extensão rural.

A democracia, segundo Chang (2004), teve um processo de evolução complexa, necessitando de inúmeras reformas para tornar-se menos restrita e mais inclusiva com relação a renda, gênero, raça, ideologia política, ainda que existam restrições informais que carecem de transformações. Todavia no Brasil, a soberania sobre as escolhas ocorrem de forma restritiva, inicialmente pela monarquia e depois pela república, em que as decisões eram delegadas para minorias, que definiam as políticas de governo. De sorte que o desenvolvimento rural também seguia esse caminho, primeiramente baseado na produção de produtos agrícolas determinada pelo colonizador, que determinava as tipologias de agriculturas em suas colônias, e após os republicanos, por sua vez, o que os setores agrícolas dominantes, os complexos rurais, almejavam. Chega-se ao período da intervenção militar, onde se definiu os planos de desenvolvimento agrícola, aderindo à revolução verde, com a entrada da mecanização, indústria química e crédito rural para o desenvolvimento rural, segundo a ideologia da época, e o avanço das fronteiras agrícolas no centro-oeste e norte do Brasil. Implementando, a partir década de 1970, políticas de desenvolvimento dos complexos agroindustriais (Graziano da Silva, 1991).

Neste cenário, as indústrias fumageiras desenvolveram-se, principalmente na região Sul do País, a partir do início do século XX, que apresentava o primeiro elo da cadeia produtiva favorável, qual seja, um contexto característico de agricultores familiares provenientes de imigração, aspecto esse que fortaleceu a produção de

tabaco, que necessitava de mão de obra. Uma vez que na região Nordeste, onde se concentrava o cultivo do tabaco, não contava mais com a mão de obra escrava para o cultivo do tabaco, como ocorria até o século XIX. Mesmo assim, manteve a produção de tabaco escuro, mas representando 13% da produção total de tabaco no Brasil (SILVA *et al.*, 2013). Concentrando-se assim, para a região Sul, a produção de tabaco de estufas, tipo claro,¹ onde havia a concentração de imigrantes e a organização produtiva baseado na agricultura familiar, onde há abundância de mão de obra no meio rural, além da estrutura de minifúndio e pequena propriedade, insumos adequados para a produção de tabaco.

Entre as décadas de 1960 e 1980, o país era dirigido por uma ditadura militar que determinava as prioridades de investimentos e como se daria o desenvolvimento econômico. No que tange o setor da agricultura, segundo Kageyama (1990) vários planos e ferramentas foram implementados, para a modernização da agricultura, baseado no uso de maquinário, produtos químicos, introdução de novas culturas ou a modificação genéticas delas, de forma que a agricultura torna-se um elo das cadeias agroindustriais, dependente principalmente das indústrias de transformação, no caso, as fumageiras e fabricantes de cigarros.

Caminha para a financeirização do sistema produtivo, direcionando-se mais para o valor das ações no mercado financeiro do que propriamente a qualidade do produto produzido e cada vez menos preocupação com a qualidade de vida das pessoas do meio rural. Sobremaneira as políticas públicas nas décadas de 1950 a 1980 eram de fomentar o crescimento do agronegócio brasileiro, para gerar PIB, mesmo causando a concentração de terra em grandes proprietários e forçando os agricultores a abandonar o rural para servir de mão de obra na indústria em plena expansão. Problemas sociais urbanos se intensificaram nesse período, pois as cidades não continham infraestrutura suficiente para abrigar um contingente cada vez maior de pessoas, resultantes do êxodo rural.

Os municípios analisados ainda são caracterizados como rurais, pois a maioria da população encontra-se em áreas rurais, mas há uma progressão gradual de migração para a cidade, conforme dados do ADH (2013). O Brasil democrático restabeleceu-se somente na década de 1980, e configura-se como uma das

¹ A evolução do tabaco no Rio Grande do Sul é abordada em Silva, L. X da. Análise do complexo agroindustrial fumageiro sul-brasileiro sob o enfoque da economia dos custos de transação. Tese de Doutorado em Economia. UFRGS, 2002, p.102.

instituições importantes para o desenvolvimento econômico, conforme Chang (2004).

A partir da década de 1990, percebeu-se que as instituições formalizadas para o desenvolvimento da agricultura foram parciais, proporcionando riqueza concentrada e aumento da pobreza rural por meio da exclusão social. Diante do quadro, as instituições voltam-se para questões agrárias, incluindo-se a agricultura familiar como um segmento a ser atendido, devido muito por pressões de movimentos sociais, quando foi criado em 1994 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e em 2006 a Lei nº 11.326 da Agricultura Familiar, que estabelece em seu artigo nº 1º, “os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais” (MDA, 2006). Questões que beneficiaram inclusive os fumicultores que, por meio de crédito acessível e amparados por uma lei, puderam melhorar a sua infraestrutura, em termos de equipamentos agrícolas e condições de vida em geral, uma vez que foram definidas políticas de diversificação. Contudo, as indústrias fumageiras auferiam benefícios indiretamente, pois os fumicultores tinham acesso a crédito subsidiado pelo governo para financiar a produção de tabaco.

De modo que foi instituída uma restrição formal pela resolução nº4107 do Banco Central do Brasil, em 2002, quanto a não financiar a cultura do tabaco, estimulando sim os demais cultivos. Por outro lado, as instituições podem ser também permissivas e constitutivas (Chang, 1999), de modo que, criou-se no Ministério da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento (MAPA), a Câmara da Cadeia Produtiva do Tabaco, em 2003, que possui a finalidade de apoio a atividade de produção de tabaco, integrando organizações privadas e públicas. E por meio de negociação de movimentos representativos dos trabalhadores rurais, a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF-SUL), buscaram a inclusão dos fumicultores na aquisição de crédito, via Pronaf, no que resultou na aprovação da Resolução Nº 3283/2005, onde constam disposições de acesso e restrições. No entanto, as restrições foram intensificadas, em 2012, por meio da Resolução nº 4107, com exigência de receitas provenientes de outros cultivos, que não do tabaco, para ter acesso ao Pronaf. ²

² Resolução nº3283/2005 que Dispõe sobre alterações no Regulamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em seu artigo único: “Art. 1º Autorizar a concessão

No intuito de promover a diversificação de cultivos e controlar a produção de tabaco (CQCT) o artigo 14, da Resolução Nº 4107, do Banco Central do Brasil, dispõe sobre aquisição de crédito do Pronaf por parte dos fumicultores, o seguinte:

14 - Admite-se a concessão de financiamento de investimento ao amparo do Pronaf a produtores de fumo que desenvolvem a atividade em regime de parceria ou integração com agroindústrias, desde que:

a) os itens financiados não se destinem exclusivamente à cultura do fumo e sejam utilizados para outras atividades que fomentem a diversificação de explorações, culturas e/ou criações pela unidade familiar;

b) a capacidade de pagamento, especificada em projeto técnico, comprove que a receita gerada por outras atividades que não a produção de fumo no total da receita da unidade de produção familiar seja de no mínimo:

I - 25% (vinte e cinco por cento), na safra 2012/2013;

II - 35% (trinta e cinco por cento), na safra 2013/2014;

III - 45% (quarenta e cinco por cento), na safra 2014/2015.

Nos últimos 25 anos percebeu-se que nos municípios pesquisados houve um declínio na produção de alimentos, como feijão, milho, leite, e um crescimento na produção de arroz, tabaco e lenha. Sobremaneira, pode-se afirmar que a renda dos agricultores dos municípios de Agudo e Paraíso do Sul constitui-se do tabaco e do arroz. O preço dos produtos no mercado pode ser uma restrição à diversificação da produção nesses municípios, pois dados do valor da produção do IBGE (2012), confirmam uma diferença com os demais cultivos e a eminência da valorização do tabaco e arroz.

6.2 AS QUESTÕES DA TERRA, A INFRAESTRUTURA E AS FAMÍLIAS PRODUTORAS DE TABACO

A terra, como propriedade privada das famílias produtoras de tabaco, provém do processo de migração de colonos, provindos da Alemanha no século XIX, para ocupar espaço vazio em regiões do Estado, por questões estratégicas de controle do território e para a produção diversificada de alimentos. Tanto que a maioria das famílias pesquisadas provém de descendentes desses colonos, e a terra perpassa

de financiamento de investimento, ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), destinado a produtores de fumo, desde que as receitas esperadas com os novos empreendimentos objeto do financiamento, para efeito de cálculo da capacidade de pagamento, especificadas em projeto técnico, representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) da receita gerada pela unidade de produção financiada.” Resolução nº4107/2012 que Altera as disposições do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), de que trata o Capítulo 10 do Manual de Crédito Rural (MCR), para aplicação a partir da Safra 2012/2013. Disponível em: www3.bcb.gov.br/mcr

gerações. O manejo da terra também acompanha a transformação tecnológica e segue a tendência de aumento de produtividade, por meio de aplicação de fertilizantes, químicos e demais componentes herdados da revolução verde e de técnicas e procedimentos das atuais cadeias produtivas agroindustriais como controladoras do elo de suprimentos. Inseridos numa cadeia produtiva de produção contínua, em que tem-se dificuldade de usar os ativos específicos, conforme definição de Williamson (1998) da fumicultura para outros cultivos, pois o investimento em estufas e alguns implementos são direcionados apenas para a produção do tabaco, bem como o conhecimento gerado por décadas de experiência nesta atividade.

E ter uma estrutura de mercado altamente qualificada, apesar de ser não haver igualdade de empoderamento nas negociações entre os representantes dos produtores de tabaco, dentre os quais estão a Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc), a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (Fetag), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (Fetaesc), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep) e a indústria de tabaco sobre a tabela de preços das classes (folha do tabaco) e a quantidade a ser comprada. Esta desigualdade de poder de negociação fica evidente quando analisa-se o resultado da terceira rodada de negociações para a definição da tabela de preços das classes³ da folha de tabaco entre os representantes dos fumicultores e as indústrias de tabaco, da região Sul do Brasil, tomando-se como exemplo, a reportagem relatada no Portal do Tabaco⁴, segue trecho da reportagem:

Santa Cruz do Sul/RS – As reuniões individuais realizadas nesta quinta-feira entre a comissão representativa dos fumicultores e as empresas fumageiras novamente terminaram sem acordo. Se por um lado as entidades estavam dispostas a reduzir de 17,7% para 12,8% o percentual de reajuste solicitado, por outro nenhuma das empresas alcançou este patamar. Isto inviabilizou um acordo e a assinatura do protocolo. Novamente as empresas mostraram-se insensíveis frente às necessidades dos produtores de tabaco. As entidades entenderam por bem reduzir o percentual solicitado e aplicar somente o custo de produção para garantir uma melhor base de início de

³ A classificação do tabaco em folha curado é definida pelo MAPA, Instrução Normativa MAPA nº.10 DOU 16.04.2007, republicado em 17.04.2007.

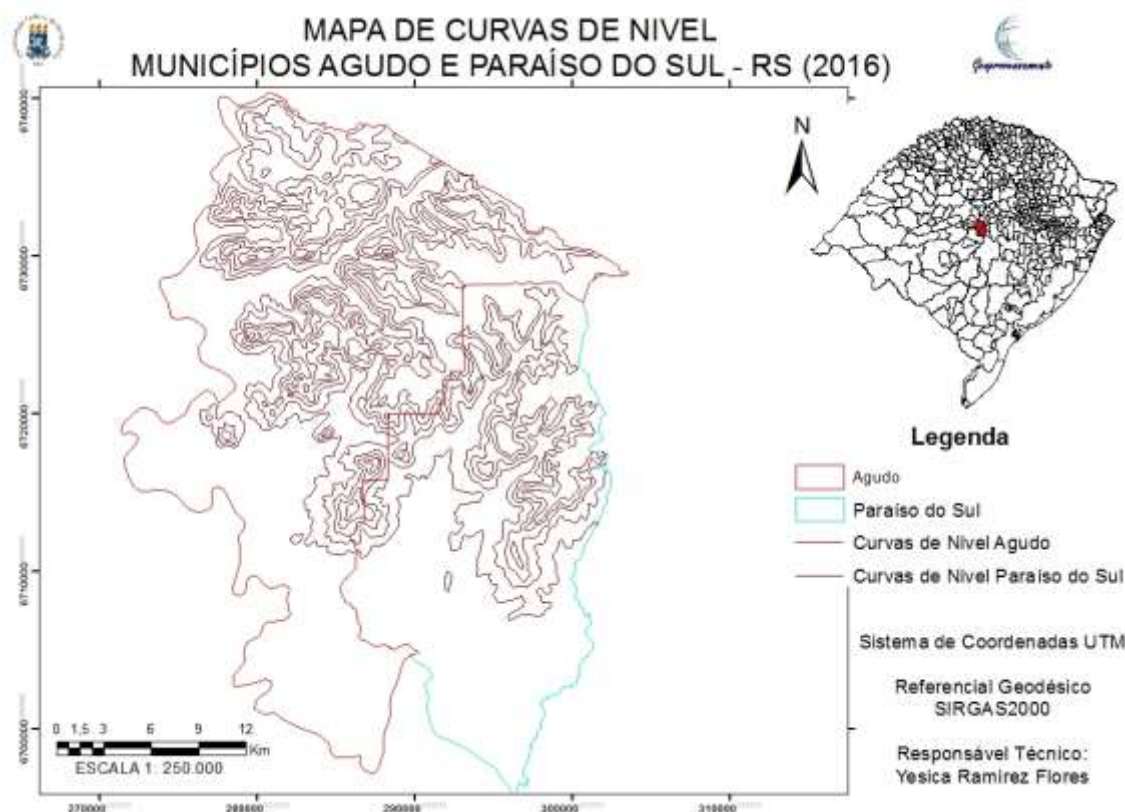
⁴ <http://portaldotabaco.com.br/terceira-rodada-de-negociacoes-termina-sem-acordo/>

negociação para a próxima safra. Até porque, as empresas fumageiras têm custos diferentes umas das outras e já compram a atual safra aplicando bem mais do que o percentual de reajuste oferecido às entidades. O produtor já vem recebendo bem pelo seu produto, o que é positivo, mas sem formalizar estes valores pagos na tabela a negociação da próxima safra já fica prejudicada”, revelam os dirigentes das entidades. Para a Comissão, as tratativas de preço para esta safra estão encerradas. “Até podemos retomar as conversas, desde que as empresas venham com o percentual de, no mínimo, 12,8%”, completaram eles. (Portal do Tabaco, 18 de fevereiro de 2016)

Interpreta-se que há uma limitação com relação à representação dos produtores de tabaco, observando-se certa subordinação das organizações de classes trabalhadoras rurais e do tabaco com relação às grandes corporações multinacionais fumageiras. De modo que há tentativas de negociação, mas prevalecem as políticas de preços das indústrias, e as famílias produtoras veem-se constrangidas em vender seu produto em algum momento da safra, pois necessitam quitar as dívidas que porventura contraíram para compra de insumos e materiais para o plantio do fumo, dentre outros compromissos que assumiram de investimento e necessidade de capital de giro, implicando também na manutenção de sua propriedade e almejando melhorias em sua vida.

Na caracterização agrônômica das propriedades dos produtores de tabaco, identifica-se no mapa de curvas de nível dos municípios de Agudo e Paraíso do Sul, de acordo com a figura 12, que há uma concentração maior de fumicultores em áreas de terras montanhosas, onde predominam solos Neossolos Litólicos e Regolíticos, Cambissolos e Chernossolos, propícios para esse cultivo. Embora predomine o cultivo do tabaco nessas regiões dos municípios, com caracterização de relevo ondulado a forte ondulado, de solos rasos a profundos, de encostas, em geral com pedregosidade e pode ter afloramento de rocha, representando dificuldade para a mecanização em determinadas áreas e com deficiência hídrica, como informaram as famílias produtoras de tabaco que possuem lá a sua propriedade; “tem muita terra dobrada”, que representa uma limitação para usar como lavoura, além de estar coberto por mata nativa, de preservação permanente. E devido à declividade do relevo há necessidade de práticas de controle de erosão para evitar a degradação do solo. A aptidão agrícola destes tipos de solos são para a silvicultura, fruticultura, pastagens, preservação permanente e culturas anuais.

Figura 12 - Mapa das curvas de nível dos municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2016)



Fonte: Laboratório de Geoprocessamento da UFSM, responsável técnica Yesica Ramirez Flores.

Quanto à conduta dos produtores de tabaco com relação ao ambiente, são limitadas por normas de preservação e conservação da mata nativa, estabelecidas pelo Código Florestal do Brasil de 2012, além de legislação específica de trata da Conservação da Biodiversidade, vinculados ao Ministério do Meio Ambiente (Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008; Instrução Normativa ICMBio nº 06 de 01 de dezembro de 2009). A legislação que trata das atividades lesivas ao meio ambiente impõe o impedimento do corte de árvores para uso de insumo, lenha na cura da folha do tabaco em estufas, além da proibição de formação de novas áreas de plantio, com o desmatamento de mata nativa e possíveis queimadas.

A caracterização geoambiental em que se situam principalmente as famílias produtoras de tabaco nos municípios de Agudo e Paraíso do Sul compõem-se de “terras dobradas”, principalmente, ou seja, de regiões de relevos ondulados e fortemente ondulados (cerros) e de vegetação densa. Terras preservadas, mas um capital imobilizado, sem retorno em rendimentos para as famílias, uma vez que há mecanismos, porém complexos para a implementação de pagamento de créditos de

carbono. O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que possui a finalidade de contribuir para o desenvolvimento sustentável dos países em desenvolvimento, é uma das formas de operar no mercado do carbono. O proponente de projetos de MDL podem ser organizações governamentais e não governamentais e há a necessidade de aprovação da Comissão Interministerial de Mudança do Clima no Brasil (MENEQUIN, 2012)⁵. A modalidade desses projetos poderia ser direcionada a evitar o desmatamento e conservação da biodiversidade, por exemplo.

Outra forma de buscar um retorno para as famílias que são compelidas a conservar grande parte de suas terras, pois em 72,06% das propriedades pesquisadas, preservam-se mais de 20% da área total, seria através de pagamentos de serviços ambientais, pelo acesso ao Programa Bolsa Verde⁶, mas demanda também a elaboração de projetos em parceria com organizações públicas e privadas, além de um arranjo institucional de nível municipal, estadual e união. Afora, tem a questão da recolha dos recipientes contentores de defensivos agrícolas usados na produção de tabaco e a devolução aos seus fornecedores, que são lavados em águas da propriedade, deixando os restos de veneno na água, contaminando-a também, além do solo. Estão, portanto delimitados para o uso integral de sua propriedade pelas leis ambientais, sendo responsáveis únicos nessa parte do processo produtivo, assumindo os riscos ambientais.

Está também na tradição destas famílias a produção de alimentos, apesar de que, atualmente, servem essencialmente para consumo próprio, apenas algum excedente é comercializado em empresas locais, dedicando ao cultivo do fumo como principal expoente de rendimentos do domicílio. Apesar do índice Gini, que mede o grau de concentração de renda, ter decrescido de 0,61 em 1991 para 0,52 em 2010, em Agudo, a vulnerabilidade social ainda está presente entre a população do município, onde encontram ainda 21,06% vulneráveis à pobreza (ADH,2013). O mesmo ocorre em Paraíso do Sul, em que o índice Gini diminuiu de 0,57 em 1991 para 0,37, todavia ainda tem 19,64% das pessoas vulneráveis à pobreza (ADH,

⁵ Artigo publicado no site do Instituto Braudel. Disponível em: <http://www.brasil-economia-governo.org.br/2012/08/13/o-que-e-o-mercado-de-carbono-e-como-ele-opera-no-brasil/>

⁶ Lei nº 12.512, de 14 de Outubro de 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental, denominado Programa Bolsa Verde, regido pelo Decreto nº7.572/2011, que será executado por meio da transferência direta de recursos financeiros, sob a responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente. Requisitos para participar do Bolsa Verde: inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), apresentar o perfil de renda definido pelo Bolsa Verde (famílias com renda de até R\$ 77 por pessoa) e receber o Bolsa Família.

2013). Levando-se em consideração o conceito de pobreza multidimensional, onde o acesso à nutrição é fator incluyente, pois trata-se da população ter renda mínima para ter condições de adquirir alimentos para alimentar-se adequadamente, percebe-se que nos dois municípios produtores de tabaco a vulnerabilidade ainda está presente.

O mesmo ocorre em outros países, dentre os quais estão os 10 maiores produtores de tabaco, de acordo com a tabela 33, a China onde o nível de desnutrição da população (entre 2008-2012) chegou a 13,3%, a Índia a 16,8%, a Indonésia a 15,3%, Malawi a 23,1%, Paquistão a 22,1%, Zimbabwe a 35,8%, conforme dados da FAOSTAT (GRAEN, 2014, p. 22). Não dá para apenas relacionar o percentual de desnutrição com a produção de tabaco, mas as mesmas pessoas que estão produzindo tabaco em terras poderiam produzir alimentos. Mas um dado em nível de país é importante ressaltar, o Brasil, segundo maior produtor de tabaco não se encontra mais na lista de países com pessoas desnutridas, levando a crer que políticas sociais também são importantes para minorar o problema da fome no mundo.

Tabela 33 - Índice de desnutrição dos 10 países maiores produtores de tabaco.

País	Média de produção em toneladas	Média de área em hectares	Pessoas que sofrem de desnutrição nesta área	Média percentual de pessoas desnutridas
China	3.054.880	1.401.382	6.306.219	13,3
Brasil	852.887	437.787	-	-
Índia	701.566	433.994	1.952.973	16,8
EUA	335.837	138.184	-	-
Indonésia	184.309	219.195	986.379	15,3
Malawi	173.549	166.594	749.672	23,1
Argentina	139.182	74.187	-	-
Paquistão	106.584	50.836	228.763	22,1
Zimbabwe	100.669	90.421	406.895	35,8
Itália	94.886	29.172	-	-

Fonte: GRAEN, 2014, p. 22.

Os incentivos para a diversificação da produção são contempladas em inúmeras políticas públicas para a agricultura familiar, como o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, que tem como objetivo “apoiar a implementação de projetos de extensão rural, formação e pesquisa para desenvolver estratégias de diversificação produtiva em propriedades de agricultores familiares que produzem fumo e criar novas oportunidades de geração de renda e

qualidade de vida às famílias” (MDA,SAF, 2010, p. 9)⁷. No entanto, não se tem encontrado muita aderência nos municípios de Agudo e Paraíso, onde a fumicultura encontra-se em pleno crescimento.

6.3 O AMBIENTE INSTITUCIONAL E AS FAMÍLIAS PRODUTORAS DE TABACO: O SOCIAL, O FINANCEIRO E A GOVERNANÇA

Por tratar-se de famílias produtoras de tabaco, onde acabam de algum modo envolvendo-se todos na atividade, pode-se verificar que há restrições formais quanto a atuação de crianças e idosos no cultivo do tabaco. A Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego n.º 06 (05 de fevereiro de 2001) proíbe o trabalho do menor de 18 anos no trabalho, beneficiamento ou industrialização do fumo e o Estatuto do idoso (2013) que especifica os direitos e condições de dignidade, saúde-e-bem estar das pessoas igual e acima de sessenta anos. Relativo à influência institucional na vida destas famílias, percebe-se que o acesso à educação formal foi um aspecto importante conquistado pela população brasileira que por meio da Emenda Constitucional de 2009, estabelece a matrícula obrigatória na educação básica para o corte etário de 4 a 17 anos.

A determinação legal é garantida na Lei nº 12.796/2013, em seu Art. 4º inciso I, estabelece que “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade.” Desde 2009 há a obrigação de frequentar a escola até os 17 anos, porém como em épocas anteriores não havia essa exigência legal; muitos filhos de agricultores deixaram a escola mais cedo para se dedicar aos trabalhos na terra, principalmente à produção de tabaco que faz parte da história dessas pessoas que o produzem por várias gerações, desde que foram loteados pelo governo federal na região. E evasão escolar motivou-se porque uns não gostavam mesmo de estudar, outros porque os pais exigiam, pois necessitam de mão de obra para as tarefas na agricultura, bem como para as atividades de casa, da horta, dos pomares e do manejo de animais.

A partir do ano de 2003, o governo federal fornece ajudas por meio de bolsa família, instituído pela Lei 10.836/2004, para famílias em situação de pobreza e

⁷ O detalhamento do Programa está descrito na publicação elaborado pelo MDA, em Ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário para a diversificação da produção e renda em áreas cultivadas com tabaco no Brasil, 2010.

extrema pobreza, sendo que um dos critérios para receber é a garantia de frequência escolar mínima de 85% para crianças e adolescentes de até 15 anos e de 75% para jovens entre 16 e 17 anos.

A necessidade de mão de obra no cultivo do tabaco, nas fases do plantio, da colheita e da classificação é intensa; em muitas famílias os idosos participam das atividades da mesma forma como os demais membros. Além disso, a contratação de mão de obra é um aspecto discutível pela legislação trabalhista, pelas informações que as famílias obtêm dos “instrutores de fumo”, de que teriam a necessidade de formalizar a contratação, por meio de carteira trabalhista e pagamento de encargos sociais, deixando as famílias aflitas pelas indefinições com relação a esta questão. Assim as famílias com número reduzido de membros optam formalmente pela troca de serviços, na colheita, sobretudo onde o trabalho é mais acentuado, por outro lado, acabam se sacrificando mais ainda, pois o período de descanso fica reduzido, fazendo dupla jornada, trabalhando na sua colheita e na do vizinho ou parente. Apesar de ser tradição, a reciprocidade torna-se a única forma legal de realizarem as atividades na fumicultura.

Com as limitações de acesso aos mercados mais diversificados de produtos, pela dificuldade de comercialização e o baixo preço de alguns produtos agrícolas, as famílias pesquisadas optam em permanecer na fumicultura, por tratar-se de um cultivo que lhes permite obter renda e produtividade dentro das especificidades de terras que possuem (montanhosas, pouca água, com pedras, com mata nativa intocável e número de hectares reduzidos). Ademais, contam com o apoio imperioso da indústria fumageira, que, por meio de contrato formal assinado (modelo padronizado fornecido pela indústria), estabelece a relação de negócio entre ambos, no intuito dessa relação contratual basear-se no sistema integrado de produção de tabaco, constituindo-se na cooperação entre o produtor e a empresa visando à obtenção de benefícios mútuos em todo processo produtivo. Através da disponibilização de exemplares de contratos reais estabelecidos entre produtor e empresa (safra 2016-2017) e períodos anteriores, e com a devida autorização de seu uso na investigação, pelas famílias produtoras de tabaco pesquisadas, pode-se verificar que constam, dentre inúmeras cláusulas, os compromissos da empresa, os compromissos do produtor e os compromissos comuns. Dentre alguns compromissos da empresa, estão:

- a) a compra da totalidade da safra em conformidade com instrução normativa nº 10, de abril de 2007 do mapa;
- b) a classificação da totalidade da produção de tabaco na empresa disponibilizada pelo produtor;
- c) a venda e/ou recomendar as sementes, insumos agrícolas e materiais necessários, aprovados, certificados para o mercado nacional e internacional e adequados para o cultivo do tabaco;
- d) ser fiadora no banco do produtor, salvaguardando o direito sobre a produção de tabaco em caso de inadimplência;
- e) disponibilizar a venda de equipamentos de proteção individual (epis);
- f) dispor corpo técnico para consultas sobre melhoras práticas agrícolas, manutenção e armazenamento;
- g) o transporte (conforme lista de transportadoras da empresa) do tabaco para a empresa.

Nos compromissos do produtor, entre outros, consta que:

- a) a venda do tabaco contratado à empresa em caráter irrevogável e irretratável, descontando do valor da venda o numerário referente a débitos junto a empresa;
- b) utilizar na lavoura de tabaco o que foi acordado entre produtor e empresa;
- c) autorizar e entrada em sua propriedade para análise e auditorias no tabaco produzido (lavoura, estufas, depósitos e locais vinculados), compreendendo todas as fases da cultura;
- d) é de responsabilidade exclusiva do produtor qualquer irregularidade no processo produtivo do tabaco, no uso de agrotóxico, custos provenientes de análises do tabaco, possível rejeição do produto contaminado;
- e) manter atualizada e exposta a planilha de controle da colheita;
- f) fornecer o tabaco dentro dos padrões exigidos pela empresa;
- g) disponibilizar o tabaco para a classificação nas instalações da empresa;
- h) comprometer-se a plantar e cultivar árvores exóticas em área mínima equivalente a 10% dos hectares destinados à produção de tabaco;

- i) isentar a empresa de quaisquer responsabilidades decorrentes das atividades por ele realizadas como parte do sistema integrado;
- j) obriga-se a usar lenha legal; realizar a tríplice lavagem das embalagens de defensivos agrícolas e respectiva devolução; não manipular agrotóxicos não autorizados; não permitir a manipulação de agrotóxicos e afins por menores de 18 anos, maiores de 60 anos e gestantes; não manipular agrotóxicos e afins em desacordo com a receita; não reutilizar embalagens vazias de agrotóxicos; não armazenar agrotóxicos e afins a céu aberto; armazenar agrotóxicos de acordo com as normas vigentes; sinalizar áreas recém-tratadas com agrotóxicos e afins; armazenar agrotóxicos e afins em locais resistentes, sem permissão de entrada de animais, sinalizados, diverso da residência e armazenagem de alimentos e fontes de água; manutenção dos equipamentos de aplicação dos agrotóxicos; utilizar epis; atender legislação e normas regulamentadas com relação à proteção da saúde e do meio ambiente; cumprir a legislação do estatuto da criança e do adolescente;
- k) declarar o conhecimento da doença da folha verde (dfv) e de sua única responsabilidade na prevenção;
- l) obedecer às normas fiscais aplicáveis a atividade;
- m) comprometer-se a seguir o programa das boas práticas agrícolas e nas relações de trabalho agrícola.

E dentre os compromisso comuns, tem-se:

- a) a atualização do contrato, com variação de 5% até o final da colheita;
- b) ajustado entre produtor e empresa o preço a ser pago pelo tabaco terá como base o referencial do preço negociado com as entidades representantes dos fumicultores;
- c) caso não haja acordo quanto ao preço entre produtor e empresa ou entidades representativas dos fumicultores, as partes concordam que será praticado o preço com base na tabela referencial praticada pela empresa na safra;
- d) caso haja desacordo na negociação de compra e venda, o produtor deverá ressarcir de imediato todos os compromissos com a empresa.

O contrato de compra e venda de tabaco em folha é realizado por safra, e além dos compromissos citados, existem outras cláusulas citadas, como penalidades, motivadores de rescisão, foro de eleição, cessão, e demais. Percebe-se que os compromissos dos produtores são bem maiores do que os compromissos das empresas fumageiras, terceirizando todos os riscos da produção para as famílias produtoras de tabaco, tanto do cultivo, da relação com o meio ambiente, e da saúde das pessoas, isentando-se de obrigações sobre quaisquer eventualidades negativas, apenas assumindo a compra da safra, mas também de acordo com suas normas.

A indústria do tabaco nas últimas décadas está definitivamente globalizada, em seu cultivo, na transformação e na comercialização, constituída por multinacionais que detêm o poder e o lucro provindo das plantações de fumo. O tabaco em sua maioria produzido em países do hemisfério sul, é importado para países do hemisfério norte, onde se localizam todas as indústrias de transformação da folha do tabaco em cigarro, e novamente exportado para os países do sul para ser consumido em cigarros, “*snus*” e outros produtos do mesmo insumo, mais de 70%, causando 4,8 milhões de mortes por ano (GRAEN, 2015).

Apenas seis empresas dominam o mercado mundial: *China National Tobacco Corporation (CNTC)*, *Philip Morris International (PMI)*, *Japan Tobacco International (JTI)*, *British American Tobacco (BAT)*, *Altria / Philip Morris EUA* e do grupo *Imperial Tobacco (ITG)* têm um total de quota de mercado global de mais de 80%. A CNTC e Altria produzem apenas para a China e os EUA, enquanto as demais são multinacionais. As seis empresas em conjunto representam cerca de 400 bilhões dólares norte-americanos em vendas por ano e cerca de 44 bilhões de dólares americanos de lucro, sendo que a maioria desses fluxos concentram-se nos países do Norte: cerca de 60% dos lucros vão para o EUA, Suíça e Reino Unido, onde a Altria e os quatro multinacionais têm a sua sede. Os outros 40% dos lucros atribuíveis a CNTC vão para o governo chinês. As quatro multinacionais PMI, JTI, BAT e Imperial privam os países do Sul anualmente de mais de 10 bilhões de dólares americanos, por eles alcançados lá em lucros. Para CNTC a quantidade de impostos incluídos nas vendas é desconhecida. As outras cinco empresas que pagam mais de 170 bilhões de dólares em impostos sobre o tabaco. Estas

aparentes altas receitas governamentais se comparadas com os danos econômicos pela dependência do tabaco é muito baixa (GRAEN, 2015, p 6-9).

Conforme os resultados da pesquisa de campo, o tabaco é considerado pela maioria das famílias produtoras de tabaco como produto que gera a maior renda e a razão principal de sua produção nos municípios pesquisados. Sem vislumbrar outra possibilidade de sobrevivência indicam que apenas a aposentadoria ou doenças fariam desistir do seu cultivo. Embora tenham inúmeros outros exemplos das quais poderiam viver com mais qualidade desde que fosse viável econômica e tecnicamente.

Justamente pela penosidade do trabalho da produção do tabaco, a maioria não quer que seus filhos continuem nessa atividade. Pensam e muitas famílias trabalham para que seus filhos prossigam os estudos e tenham acesso a uma profissão que lhes proporcione melhores condições de vida. A maioria dos pais abandonou cedo a escola para se dedicar integralmente à fumicultura, já que nesse período ainda não havia restrições com relação ao trabalho infantil no cultivo de tabaco, de forma que atuavam similarmente em todas as atividades do processo produtivo do tabaco. Apesar da vontade das famílias produtoras de tabaco aspirarem outras possibilidades para si e para seus filhos no futuro, para a maioria a produção vem aumentando na região nos últimos 20 anos, confirmando-se essa opinião com dados secundários fornecidos pelo IBGE (2014).

Anterior à Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (2003), tratado assinado por 172 países, assumindo um compromisso de ratificar, aceitar, ou aderir aos objetivos propostos, no Brasil já tinha-se a preocupação com os efeitos do tabaco na saúde das pessoas, particularmente dos consumidores de cigarro. A legislação compõe-se de ações para a informação da sociedade, sua fiscalização e cumprimento. Desde a década de 1990, mais profundamente, há uma legislação mais severa em restringir a venda, fornecimento e entrega de tabaco a menores de idade e toda forma de publicidade e patrocínio de produtos de origem do tabaco, bem como o seu consumo em locais públicos e privados, conforme a Lei Nº 9.294, de 15 de julho de 1996 (Quadro 3 e 4), determinações que antecedem a CQCT, que entrou em vigor em 2006.

Quadro 3 - Legislação relacionada ao controle do tabaco e do tabagismo - INCA - MS

ANTES DA CQCT
Lei n.º 7.488 (11 de junho de 1986) Cria o Dia Nacional de Combate ao Fumo e determina a realização de comemorações no dia 29 de agosto em todo o território nacional.
Lei n.º 8.069 (13 de julho de 1990) – Estatuto da Criança e do Adolescente. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Proíbe vender, fornecer ou entregar, à criança ou ao adolescente, produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica.
Lei n.º 8.078 (11 de setembro de 1990) – Código de Proteção e Defesa do Consumidor. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Proíbe a publicidade enganosa e abusiva.
Lei n.º 9.294 (15 de julho de 1996) Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal. Proíbe o uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos, ou de qualquer outro produto fumígeno derivado do tabaco, em recinto coletivo privado ou público, tais como, repartições públicas, hospitais, salas de aula, bibliotecas, ambientes de trabalho, teatros e cinemas, entre outros.
Lei n.º 10.167 (27 de dezembro de 2000) Altera a Lei n.º 9.294/96, restringindo a publicidade de produtos derivados do tabaco à afixação de pôsteres, painéis e cartazes na parte interna dos locais de venda, proibindo-a, conseqüentemente, em revistas, jornais, televisão, rádio e outdoors. Proíbe a propaganda por meio eletrônico, inclusive Internet, a propaganda indireta contratada, também denominada merchandising e a propaganda em estádios, pistas, palcos ou locais similares. Proíbe o patrocínio de eventos esportivos nacionais e culturais.
Decreto de 1º de agosto de 2003. Cria a Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e de seus Protocolos. A Comissão Nacional é composta pelos Ministérios da Saúde; das Relações Exteriores; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Fazenda; da Justiça; do Trabalho e Emprego; da Educação; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; do Desenvolvimento Agrário; das Comunicações; do Meio Ambiente; da Casa Civil; da Ciência e Tecnologia; Planejamento e Orçamento; da Secretaria Nacional Antidrogas; e da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres.
Decreto n.º 1.012 (28 de outubro de 2005) Aprova o texto da Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco, assinada pelo Brasil, em 16 de junho de 2003.
Portaria Interministerial n.º 3.257 (22 de setembro de 1988) Recomenda medidas restritivas ao fumo nos ambientes de trabalho.
Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego n.º 06 (05 de fevereiro de 2001) Proíbe o trabalho do menor de 18 anos na colheita, beneficiamento ou industrialização do fumo.
Portaria Interministerial n.º 1.498 (22 de agosto de 2002) Recomenda às instituições de saúde e de ensino a implantarem programas de ambientes livres da exposição tabagística ambiental.
Portaria do Ministério da Saúde n.º 1.035 (31 de maio de 2004) Amplia o acesso à abordagem e tratamento do tabagismo para a rede de atenção básica e de média complexidade do Sistema Único de Saúde.
Portaria da Secretaria de Atenção à Saúde/MS n.º 442 (13 de agosto de 2004) Aprova o Plano para Implantação da Abordagem e Tratamento do Tabagismo no SUS e o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas – Dependência à Nicotina.
Resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária n.º 46 (28 de março de 2001) Estabelece os teores máximos permitidos de alcatrão, nicotina e monóxido de carbono presentes na corrente primária da fumaça dos cigarros comercializados no País, para no máximo 10 mg/cig, 1mg/cig e 10 mg/cig. Proíbe a utilização, em embalagens ou material publicitário, de descritores, tais como, classes, ultra baixos teores, baixos teores, suave, light, soft, leve, teores moderados, altos teores, e outros que possam induzir o consumidor a uma interpretação equivocada quanto aos teores contidos nos cigarros.
Resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária n.º 304 (07 de novembro de 2002) Proíbe a produção, importação, comercialização, propaganda e distribuição de alimentos na forma de cigarros, charutos, cigarrilhas, ou qualquer outro produto derivado do tabaco. Proíbe o uso de embalagens de alimentos que simulem as embalagens de cigarros ou que utilizem nomes de marcas pertencentes a produtos derivados do tabaco.
Resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária n.º 15 (17 de janeiro de 2003) Regulamenta as disposições dadas pela Lei n.º 9.294 de 15 de julho de 1996, proíbe a venda de produtos derivados de tabaco na internet.
Resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária n.º 199 (24 de julho de 2003) Regulamenta a Lei nº 10.702/03 sobre as frases de advertência do Ministério da Saúde exibidas durante a transmissão no país de eventos esportivos e culturais internacionais.
Resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária n.º 335 (21 de novembro de 2003) Revoga as Resoluções da ANVISA n.º 104/01 e 14/03. Dispõe sobre a inserção de novas advertências, acompanhadas de imagens, nas embalagens e no material de

propaganda dos produtos fumígenos derivados do tabaco. Determina a impressão da seguinte frase nas embalagens dos produtos derivados do tabaco: "Venda proibida a menores de 18 anos - Lei 8.069/1990 e Lei 10.702/2003", proibindo o uso de frases como "Somente para adultos" e "Produto para maiores de 18 anos". Altera a Resolução da ANVISA n.º 46/01, determinando a impressão da seguinte informação nas embalagens de cigarros: "Este produto contém mais de 4.700 substâncias tóxicas, e nicotina que causa dependência física ou psíquica. Não existem níveis seguros para consumo destas substâncias".

Fonte: INCA/MS, 2016.

Quadro 4 - Legislação relacionada ao controle do tabaco e do tabagismo - INCA - MS

APOS A CQCT (2006)
Lei n.º 12.546 (14 de dezembro de 2011) Altera os artigos 2º e 3º da Lei no 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal.
Decreto nº 5.658 (02 de janeiro de 2006) Promulga a Convenção-Quadro sobre Controle do Tabaco, adotada pelos países membros da Organização Mundial de Saúde em 21 de maio de 2003 e assinada pelo Brasil em 16 de junho de 2003.
Portaria do Ministério da Saúde n.º 2.439 (08 de dezembro de 2005) Institui a Política Nacional de Atenção Oncológica.
Portaria do Ministério da Saúde n.º 2.608 (28 de dezembro de 2005) Define recursos financeiros do Teto Financeiro de Vigilância em Saúde, para incentivar estruturação de ações de Vigilância e Prevenção de Controle de Doenças e Agravos Não- Transmissíveis, dentre as quais o fomento a ambientes livres do tabaco, por parte das Secretarias Estaduais e Secretarias Municipais de Saúde das capitais.
Portaria do Ministério da Saúde n.º 300 (09 de fevereiro de 2006) Institui o programa "Ministério da Saúde Livre do Tabaco", com a finalidade de elaborar e implementar ações educativas destinadas a conscientizar os funcionários e os visitantes da instituição em relação aos males provocados pelo uso do tabaco. Proíbe fumar em todas as dependências do Ministério da Saúde, tanto as sediadas no Distrito Federal como as sediadas nos estados e nos municípios. Revoga a Portaria nº 2.818/GM de 28/05/98.
Portaria do Ministério da Saúde n.º 399 (22 de fevereiro de 2006) Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto.
Portaria do Ministério da Saúde n.º 1.680 (12 de julho de 2007) Institui comissão para promover a internalização da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco no âmbito do Sistema Único de Saúde.
Portaria GM/MS nº 571 (5 de abril de 2013) Atualiza as diretrizes de atenção à pessoa tabagista no âmbito da Rede de Atenção à Saúde das pessoas com Doenças Crônicas do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências.
Resolução RDC da Agência Nacional de Vigilância Sanitária nº 90 (27 de dezembro de 2007) Revoga a Resolução da ANVISA n.º 346/03. Dispõe sobre o registro de dados cadastrais dos produtos fumígenos derivados do tabaco.
Resolução da Diretoria Colegiada - Agência Nacional de Vigilância Sanitária nº 54 (06 de agosto de 2008) Altera a RDC nº 335, de 21 de novembro de 2003 e introduz novas imagens e frases de advertência nas embalagens e materiais de propaganda dos produtos fumígenos.
Resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária nº 46 (28 de agosto de 2009) Proíbe a comercialização, a importação e a propaganda de quaisquer dispositivos eletrônicos para fumar, conhecidos como cigarro eletrônico.

Fonte: INCA/MS, 2016.

Proíbe também o uso das formas de cigarros para produzir outros produtos e respectiva propaganda, como, por exemplo, tinha-se o chocolate (figura 13). Caiu em desuso também um jogo de adivinhação de palavras, "o *stop*", onde a marca de cigarro fazia parte de lembrança de referência de letra sorteada, jogo esse que consistia em desenhar uma tabela com tópicos em papel para cada jogador, a coluna recebia o nome de uma categoria de palavras (animais, marcas, cores) e a linha representava a rodada do jogo, de acordo com o sorteio da letra do alfabeto.

Figura 13 - Exemplo de propaganda

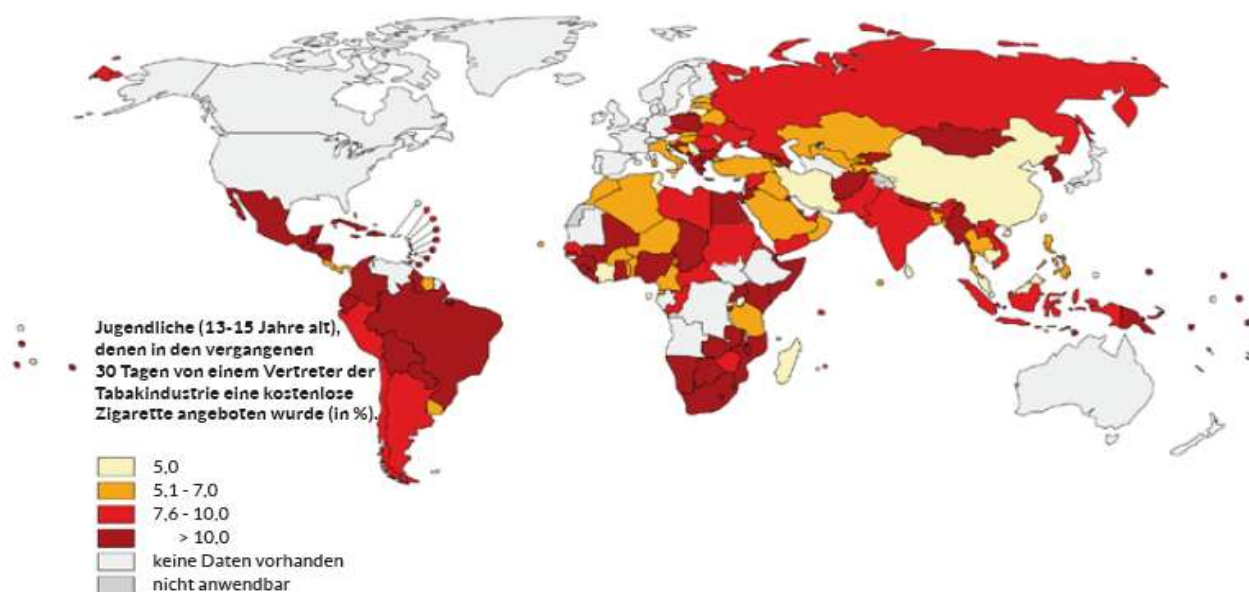
Fonte: Imagem de internet, 2016

Dentre as práticas desleais de comércio das seis Corporações de Tabaco encontram-se: na China se autorregular por ser uma estatal; campanhas dirigidas a jovens; intimidação por meio de processos; publicidade com apelo sexual e sucesso; ações contra a neutralidade dos maços de cigarros; influência em responsabilidade social em organizações e instituições. Sendo problemático também devido a contratos de adesão, trabalho infantil, violações de direitos humanos e insegurança alimentar na produção no Sul, onde 90% do tabaco é cultivado.

A publicidade é dirigida para adultos, segundo as principais corporações do tabaco. As estratégias de marketing públicas e políticas das corporações escondem o maior problema inerente ao negócio do tabaco: como o produto leva à morte de seus consumidores e também os consumidores a parar de fumar, a indústria precisa de um elevado número de fumantes de substituição para continuar a operar o seu negócio lucrativo.

Mais instigante ainda é que paralelamente a esta questão do produto tabaco poder levar à morte ou desistência do consumo há pesquisas que revelam que “a maioria das pessoas que não fumam, aos 18 anos, nunca irão começar (Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos EUA, 2012:3) apud Graen, 2015”. De modo que, o alvo real da publicidade do tabaco são os jovens, investindo bilhões anuais em medidas de publicidade e de patrocínio como pôsteres, videoclipes, concertos, eventos desportivos ou desfiles de moda, as indústrias de tabaco distribuem de forma gratuita cigarros a jovens entre 13 e 15 anos de idade, em países da América Latina, Ásia e África, conforme demonstra a figura 14, onde têm-se acesso a esses dados.

Figura 14 - Oferta de cigarros pela Indústria de tabaco para jovens entre 13 e 15 anos de idade.



Fonte: Graen, 2014, p. 14.

Estas campanhas têm encontrado resistência em alguns países, no Brasil, por exemplo, as empresas de tabaco já sofreram processos por campanhas dirigidas aos jovens, contrariando a legislação.

A influência política das corporações de tabaco é ampla; atuam em projetos e patrocínio de responsabilidade social para transparecer uma imagem pública positiva, mas também fazem um *lobby* agressivo nos governos para impedir e/ou atrasar a implementação de normas restritivas de sua produção que possam comprometer seus lucros. É comum a prática do artifício de lobismo nas instâncias legislativas na maioria dos países, onde as grandes corporações multinacionais agem para obter benefícios para suas empresas, e geralmente utilizando-se do poder e dinheiro conseguem alcançar seus objetivos. Não é diferente nas corporações de tabaco e cigarro, exceto para a *China Tobacco Corporation*, onde o *lobby* é desnecessário, pois sendo ela uma estatal, com sede na China, regula mesma a estrutura administrativa, o mercado e a organização, tendo o monopólio da produção de tabaco no país. Mas, para as cinco demais empresas o uso de influência é necessária, por meio de estratégias de responsabilidade social e sustentabilidade, realizam doações vultosas em projetos filantrópicos, fundações, partidos políticos, com intuito de melhorar sua reputação pública, atrair aliados e poder influenciar na política de saúde e o controle do tabaco (GRAEN, 2015).

Para Eriksen *et al.*, (2015, p.50), o contrabando seria considerado pelas empresas de tabaco como uma ameaça aparente, mas no meio dessa ameaça conseguem alcançar alguns objetivos como conter medidas de controle do tabaco como aumento de impostos, neutralidade das embalagens e a proibição de publicidade. Uma vez que o argumento de que o cigarro não prejudica a saúde foi refutado cientificamente, as indústrias de tabaco, por meio dos lobistas buscam outros pressupostos para impedir, atrasar ou atenuar uma regulação mais severa de controle do tabaco, fundamentando que as medidas de controle alimentarão o aumento do comércio ilegal do tabaco (ERICKSEN *et al.*, 2015, p. 50). Os autores ainda consideram que as indústrias de tabaco são umas das beneficiárias do contrabando de tabaco, uma vez que se isentam de pagamento de impostos ou justificam o não aumento destes. As corporações de tabaco multinacionais são agressivas em manter seus objetivos de produção e lucro e tomam medidas duras para tal como, por exemplo, na Austrália em 2011/12 a JTI, BAT e PMI entraram com processo no Supremo Tribunal Federal contra a imposição de maços de cigarros neutros, mas foram vencidos no tribunal em 2012, sendo que queixas na arbitragem internacional são comuns para manter os direitos de propriedade.

A CQCT estabelece numa série de artigos medidas restritivas ao consumo do tabaco, e possui apenas dois artigos que fazem referência ao controle da produção (BRASIL, 2011), sendo mais flexível nesse ponto, crendo talvez da relação demanda/oferta, ou seja, mais impositiva em regras para limitar a aquisição dos produtos provindos do tabaco. Se bem que, não percebe-se uma mudança nessa relação concretamente. Tanto o consumo e quanto a produção vem ascendendo no mercado mundial (FAOSTAT, 2013), com perspectivas de crescimento ainda maiores, devido o aumento de demanda no continente asiático.

As famílias produtoras de tabaco não acreditam em sua maioria que a CQCT levará a mudanças na produção do tabaco, uma vez que a dependência desse cultivo é imensa, mas pensam que há modificações na região, talvez por haver maiores exigências legais para o seu cultivo. Mas, confirmam que a pressão sobre a diminuição provém essencialmente do governo, e recebem essas informações pela televisão.

Há uma intensificação por meio do Ministério da Saúde em informar sobre os malefícios do consumo do cigarro cada vez maior, formas de prevenir os inúmeros tipos de câncer, problemas respiratórios e demais doenças que o tabaco pode

provocar, que acabam sendo tratadas principalmente pelo sistema de saúde público. Há críticas severas da área de saúde pública com relação ao tabagismo. Mesmo com as limitações das regras, o incentivo para continuar a cultivar o tabaco vem da família (51,47% dos casos), demonstrando uma forte dependência com a tradição de cultivar tabaco, passando a atividade de geração em geração.

Todas as limitações impostas pelo Estado e sociedade, em forma de leis, decretos, resoluções, portarias, convenções e oposição aos consumidores de produtos do tabaco vêm a contraponto do que pensam as famílias produtoras de tabaco que veem nesse cultivo a razão de sua sobrevivência, não percebendo possibilidades reais de substituição, ainda que mencionem alternativas das quais poderiam viver.

6.4 AS INSTITUIÇÕES INFORMAIS E AS FAMÍLIAS PRODUTORAS DE TABACO: CRENÇAS, HÁBITOS, COSTUMES, VALORES COMUNS

As instituições informais, conforme North (1993), constituem-se nas crenças, hábitos, costumes, valores comuns que fundamentam a vivência e a convivência em sociedade. As comunidades pesquisadas onde se localizam as famílias produtoras de tabaco, são em sua maioria baseadas e originadas do período colonial de migrantes europeus alemães, nativos, preservam a religião luterana como a principal, talvez sua história e condições sociais e econômicas das quais provinham, o espírito protestante, poupança, política de ocupação, levaram às condições atuais de aceitar estar integrados a uma cadeia produtiva, dependentes, onde o poder do mercado é da indústria.

Apesar de participar intensamente das decisões na comunidade, identifica-se que são relacionadas mais a questões sociais, e não sobre decisões de vocação produtiva, alternativas econômicas para a região. Toma-se a produção do tabaco como uma questão consolidada em gerações, algumas exceções de exemplos de famílias que buscam a diversificação da produção, numa tentativa de sair da fumicultura, mas o *path dependence* é forte quanto ao que gera a maior parcela da renda da propriedade. A indústria fumageira simboliza a vantagem econômica que os demais mercados ainda não conseguem representar, como por exemplo, os mercados institucionais de alimentos e outras atividades agrícolas.

Ideologicamente, o cônjuge masculino possui filiação partidária, mas como são comunidades pequenas, percebe-se uma tendência conservadora, até porque provém de um período onde a liberdade de manifestação era restrita, e mesmo no ambiente escolar não era estimulada a participação e discussão de ideias. Observa-se no quadro 5 que há uma tendência de reeleição para o executivo ou este mesmo prefeito regressa ao cargo da prefeitura municipal após cumprir prazo legal. Pode haver desse modo, a continuidade dos mesmos pressupostos teóricos e ideias sobre desenvolvimento econômico e social nos dois municípios pesquisados.

Quadro 5 - Quadro político partidário do Municípios de Agudo e Paraíso do Sul

PERÍODO	AGUDO/PARTIDO POLÍTICO	PARAÍSO DO SUL/PARTIDO POLÍTICO
1959 a 1963	Emancipação	####
1964 a 1968	#####	####
1969 a 1972	MDB	####
1973 a 1976	MDB*	####
1977 a 1982	ARENA	####
1983 a 1988	PMDB	Emancipação
1989 a 1992	PDT/PMDB*	PMDB *
1993 a 1996	PMDB/PDS*	PDS
1997 a 2000	PDT/PFL/PSDB	PMDB *
2001 a 2004	PDT/PTB/PFL/PSDB	PPB **
2005 a 2008	PMDB*	PP**
2009 a 2012	PMDB*	PMDB // PT (3 MESES)
2013 a 2016	PMDB	PP**

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do RS, 1959 a 2012.

*Mesmo Prefeito Municipal ** Mesmo Prefeito Municipal

Sendo que as famílias afirmam que atualmente entre os jovens há um grau de liberdade bem maior, sem muitas restrições de temas abordados, a manifestação do pensamento é mais espontânea, até porque os meios de comunicação são acessíveis para a maioria, onde as informações são disponibilizadas, sem muitas limitações, segundo as famílias entrevistadas. O acesso a meios de comunicação variados permite para as famílias fumicultoras uma diversidade de informações, pois a maioria tem antenas parabólicas e/ou internet, os mais jovens têm página em redes sociais, onde também conversam sobre tabaco, tipo, modo de manejos, adubação, trocam ideias sobre firmas e preços das classes de fumo. O que havia décadas atrás não era possível, pois a maioria tinha acesso somente as estações de rádios locais e um canal de televisão, algumas vezes, e sobre tabaco apenas sabiam o que o instrutor repassava.

Do mesmo modo, as decisões são partilhadas nas famílias, as mulheres conquistaram seu espaço, sempre atuavam de maneira equivalente no cultivo do tabaco, mas as decisões eram mais centralizadas no homem. Atualmente, possuem seu nome no bloco de produtor, dando maior agilidade para o encaminhamento de benefícios sociais (aposentadoria por idade como trabalhadora rural, por exemplo), o que em períodos anteriores muitas vezes dependia de necessidade de testemunhas para comprovar seu trabalho na lavoura. As decisões do gasto familiar também são feitas em parceria entre os membros da família, sobre investimentos e mudanças na propriedade.

A solidariedade sempre foi um aspecto fundamental para a convivência em comunidades pequenas e localizadas distantes das zonas urbanas. Mas eram bem mais intensas em suas formas conforme as famílias pesquisadas, e com o tempo se baseiam mais na amizade, e com a modernidade, tornou-se escasso, pois as relações mudaram, tornando as pessoas mais individualistas, preocupadas em produzir, trabalhar para poderem custear os bens materiais adquiridos para facilitar as atividades agrícolas. Por um lado, a modernização dos equipamentos agrícolas e o maior acesso ao crédito tornou a vida dos fumicultores menos penosa, em parte, pois ainda usa-se muita mão de obra nessa atividade, por outro, as famílias precisam trabalhar mais, plantar mais pés de tabaco para poder saldar as dívidas anuais constituídas com as indústrias fumageiras, instituições financeiras e lojas de insumos e equipamentos. Essas mudanças também têm-se refletido nos hábitos de lazer que similarmente tornaram-se menos sociais e mais individuais, as relações em grupos sociais cambiaram para atividade como assistir programas em televisão e aproveitar o tempo para descansar, mormente.

A questão da confiança entre as pessoas na comunidade também alterou-se, segundo a maioria das famílias, há apenas uma confiança parcial, até porque atualmente as zonas rurais estão cada vez mais sendo afetadas por roubos e assaltos, insegurança que eram mais concentradas nas cidades, migraram para áreas rurais. Além do furto de bens materiais e risco de morte das pessoas, o roubo de tabaco vem sendo uma realidade, tanto a folha seca nos galpões como folhas verdes nas lavouras são alvos. Há intensidade maior em anos de escassez dos produtos, em virtude de intempéries, como seca, chuva, granizo, fungos, e outras espécies de danos que acometem o tabaco.

As instituições informais abarcam os valores, costumes, hábitos e condições de vida das pessoas, e dentre estes, para as famílias fumicultoras inquiridas, a honestidade e o respeito são os valores que mais preservam, mesmo em tempos de difusos onde as relações entre as pessoas têm mais mudado, segundo as pessoas entrevistadas, são essas duas características da personalidade humana ainda são considerados essenciais para a convivência em sociedade. Mudanças que têm sido influenciadas principalmente pelos meios de comunicação, televisão e internet, além das indústrias que ativam o maior consumo.

O mercado mundial do tabaco abarca cerca de 1 bilhão de pessoas, que consomem além de cigarros, produtos regionais originados do tabaco, como os *bidis*, *kreteks* (cigarro-de-cravo), *hookah* (cachimbo de água) e outros milhões de pessoas que mascam o tabaco. A diversificação é cada vez maior de produtos, para diversos mercados e rendas, sendo que o tabaco sem fumaça vem com uma prospecção de crescimento. Igualmente perigoso o tabaco sem fumaça, também causa câncer, porém difere no tipo, causando milhões de mortes, 50% a mais, em 2015, do que a HIV/SIDA.

O encargo social e econômico é alto para a sociedade, as despesas públicas e privadas estão ascendendo aos bilhões de dólares por ano. Por outro lado, causada por privações sociais e econômicas em camadas pobres são alvos mais fácil para o vício do tabaco e suscetíveis ao marketing do tabaco de uma promessa de vida de sucesso (GRAEN, 2015). Questionadas sobre a questão de ser um elo dessa cadeia produtiva responsável em produzir a matéria prima que dá origem a esses diversos produtos finais que causam uma série de doenças, alguma letais, a maioria (55,88%), se dizem indiferentes com relação ao produzir um produto que é prejudicial à saúde, pois, segundo as famílias inquiridas, as pessoas são livres para consumir cigarro e suas famílias dependem desse cultivo para viver.

Apesar de produzir um produto que pode causar várias doenças em quem consume, pode também reproduzir enfermidades em quem produz, pois exceto uma família que produz tabaco orgânico, todas as demais lidam com agrotóxicos, desde a semente até a fase da colheita. No entanto, a maioria alega também que aplicam herbicidas, inseticidas, fungicidas em outros cultivos. Argumentou ainda uma família produtora de tabaco, que, em sua opinião, há cultivos que poluem muito mais que o tabaco na aplicação de agrotóxicos, pois usam muitas vezes aviões para esse processo, de forma que abrange áreas bem maiores, bem como vertentes de

água. Entretanto, no uso do agrotóxico no tabaco, ocorre um contato mais direto da pessoa, pois a aplicação é realizada em cada pé de fumo, sendo necessário o uso de EPIs, o que nem sempre é seguido de forma integral, pois há uma resistência comum ao uso, que no entendimento popular consideram o EPI um acessório que pode atrapalhar a execução de serviço, demonstrando que os hábitos podem impedir a aceitação de determinadas normas de proteção. Mesmo assim, a maioria informa-se para usar e aplicar corretamente o agrotóxico por meio da leitura do rótulo da embalagem, indicando que já há uma consciência em se proteger e dos malefícios que podem lhe trazer pela intoxicação. Ainda assim, 32% das famílias pesquisadas informaram já ter havido casos de intoxicação por agrotóxicos, e a maioria destas, necessitando serem hospitalizadas para tratamento.

As enfermidades são evidentes nas famílias produtoras de tabaco, uma vez que todas declararam haver algum tipo de sintoma da Doença da Folha Verde, entre outras doenças na família. Sintomas já conhecidos pela convivência, principalmente no período da colheita, quando ocorre a intoxicação pelo excesso de nicotina no corpo.

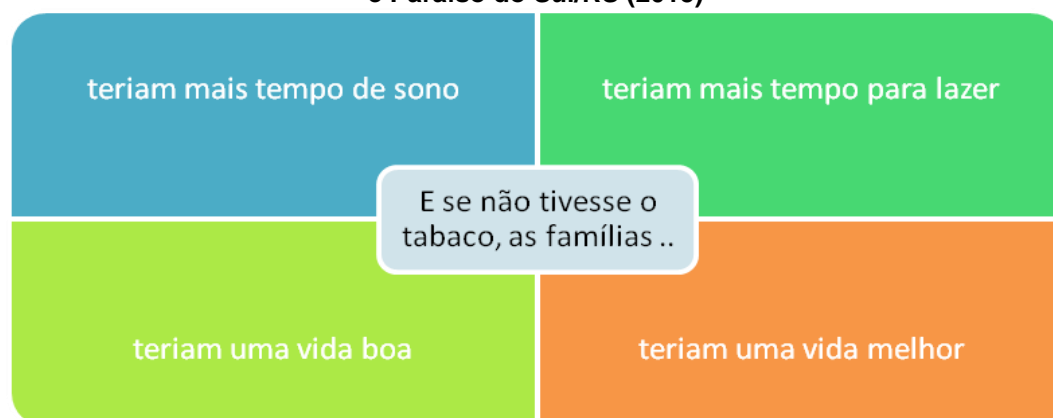
Essa intoxicação se dá pelo contato da folha verde, molhada do orvalho ou água da chuva, com as partes desprotegidas do corpo dos fumicultores. Mesmo se eximindo de qualquer responsabilidade, por encontrar-se claramente expresso no contrato entre produtor de tabaco e empresa fumageira, sobre a contaminação dos fumicultores, esta dispõe para a venda a “vestimenta de colheita” para a proteção, indicando dessa forma, que a obrigação de tomar medidas preventivas é de exclusividade do produtor, tanto para si, como seus funcionários ou terceiros que poderão entrar em contato com as folhas de tabaco verde. No entanto, a totalidade das famílias pesquisadas afirmou que é impossível usar a “vestimenta”, pois trata-se de um material impermeável, que impede a transpiração da pele, causando um mal-estar nos usuários. De toda forma, usam sim roupas de manga cumprida, principalmente, sendo que esta não impede o contato da nicotina com o corpo, mas esta é a opção dos fumicultores pesquisados.

Os sintomas mais frequentes, conforme mencionado no capítulo seis, salientados pelas famílias e confirmados por pesquisas científicas, de Lecours (2011); Mackay e Ericksen (2012); McKnight e Spiller (2005); Riquinho (2013) são dificuldade para dormir, dor de cabeça, vômitos, fraqueza, náuseas, tonturas, dor na barriga, falta de apetite, diarreia, calafrios, dificuldade respiratória, palidez, sudorese

excessiva, flutuações na pressão arterial e frequência cardíaca, câimbras. Os sintomas podem apresentar-se em menos de uma hora (1) após o contato com a folha do tabaco e durarem de doze (12) a quarenta e oito (48) horas, deixando a pessoa debilitada e impedindo que trabalhe no cultivo, prejudicando a produtividade.

Questionadas sobre aspectos da vida cotidiana, se o tabaco não fizesse parte, e sim alguns outros cultivos ou outra atividade da qual pudessem viver, as famílias produtoras de tabaco salientaram que teriam mais tempo para descansar, principalmente no se refere ao período da colheita do fumo, que tem a duração em torno de cinco a seis meses, onde há uma exigência de esforço físico e de exclusividade pela especificidade da atividade. Da mesma forma, teriam mais tempo para lazer se não tivessem envolvidos na colheita do tabaco, pois em outras atividades agrícolas não há uma demanda integral de todas as pessoas da família no processo de produção. Além do que a maioria afirmou que sem o tabaco em sua vida, teriam uma vida boa e melhor, podendo levar à interpretação que as famílias produtoras de tabaco consideram suas vidas ruins com o tabaco, e se tivessem outras opções trocariam para ter mais qualidade de vida. Demonstram assim, que o tabaco não é um cultivo insubstituível e que há uma flexibilidade em aderir a novas propostas, desde que lhes sejam ratificadas a viabilidade econômica (figura 15).

Figura 15 - A vida sem o tabaco nas Famílias Produtoras de Tabaco nos Municípios de Agudo e Paraíso do Sul/RS (2015)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

Mesmo considerando-se a relevância da justiça social, de almejar uma vida mais saudável para a população mundial, sendo o foco dos objetivos do milênio do desenvolvimento sustentável das Nações Unidas, estruturados em seis elementos chaves: a dignidade, pessoas, prosperidade, planeta, da justiça e parceria, quando

relacionado com o tabaco chega-se a conclusões que “tanto a produção como o seu consumo impedem o desenvolvimento sustentável, e que o apoio e a cooperação com a indústria fumageira afeta adversamente esse desenvolvimento” (EICHBORN, ABSHAGEN, 2015, p. 38).

Além do mais, o tabaco é desigual inclusive na relação lucro/prejuízo, pois os lucros das indústrias são remetidos para a Europa, Japão e os EUA e prejuízos, como os custos sociais, econômicos e ambientais são localizados no Sul global principalmente. Além da China, a maior produtora e uma das principais importadoras de tabaco, e sendo também o país de maior consumo de cigarros, a Alemanha, por exemplo, tem também lucrado com a indústria do tabaco, por concentrar fábricas de cigarros, sendo que a maior fábrica do grupo BAT se encontra naquele país e outras instalações e por ser líder na produção de máquinas para a produção de tabaco (GRAEN, 2015). E para conseguir manter aliados, a indústria fumageira se utiliza de estratégias de marketing, como o patrocínio do “Prêmio Liberdade Reemtsma”, na Alemanha, onde o foco principal é a liberdade de escolha das pessoas e a promoção da tolerância. O prêmio anual envolve convidados de diversos segmentos como imprensa internacional, políticos, diplomatas, área jurídica, executiva.

Quanto à relação de parceria com organizações públicas e privadas e grupos sociais (quadro 6 e 7), as famílias inquiridas destacaram a importância da convivência e de troca de serviços e apoio constitucional, algumas direta e/ou indiretamente ligadas a produção de tabaco. Conforme apresentado no quadro resumo das principais opiniões sobre esta relação, percebe-se que a indústria fumageira é considerada parceira pela maioria das famílias, pois dela dependem para escoar a safra de seu principal cultivo, demonstrando a dependência com o sistema integrado produção de tabaco.

Consideram também parceira a AFUBRA, mais lembrada nas entrevistas, como fornecedora de seguro da safra, em caso de estragos causados por vento e granizo na lavoura de tabaco, e eventualmente no auxílio funeral, com a possibilidade de inclusão de dependentes no contrato firmado. Como Entidade representante dos fumicultores dos três estados maiores produtores de tabaco, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e uma das responsáveis em responder pelos interesses dos produtores de tabaco, identifica-se o ínfimo destaque na organização e apoio a estes. Inclusive é umas das principais organizações a envolver-se na negociação da tabela de preço em cada safra e declara-se a

incentivadora a diversificação dos cultivos em regiões produtoras de tabaco. A entidade que surgiu a associação dos plantadores de fumo em folha do Rio Grande do Sul, em 1955, para criar a união entre os fumicultores, focando os seus interesses na comercialização do tabaco. Sendo que na década seguinte a entidade tornou-se a Associação dos Fumicultores do Brasil, integrando mais dois Estados da região Sul. Atualmente, além fornecer o seguro agrícola em casos de tufões, granizo e incêndio em estufas, dá continuidade ao programa agroflorestal (criado na década de 1980) com a finalidade principal de promover o reflorestamento, essencialmente o plantio de eucalipto, nas propriedades dos fumicultores, para produzir lenha, insumo para a cura do tabaco.

Da mesma forma, a prefeitura municipal e a secretaria municipal de agricultura (sma) são consideradas parceiras pela maioria das famílias pesquisadas, revelando que a secretaria disponibiliza maquinário para abertura de estradas no interior das propriedades e para nivelar o solo algumas vezes. Também é por meio deste segmento que encaminham-se projetos de desenvolvimento rural. A igreja também considerada parceira, onde muitas famílias buscam alento para suas dificuldades emocionais e que de algum modo influenciam nas relações familiares e de trabalho. A cooperativa do mesmo modo é parceira, localizada no município de Agudo, é uma das referências de fornecedores de insumos e orientação agrícola para os fumicultores, pois muitos optam por esta organização em vez da compra de materiais e agrotóxicos fornecidos pelas indústrias fumageiras e Afubra. O banco é visto como parceiro, pois é por meio dele que as famílias fumicultoras têm acesso ao crédito para investimento e custeio. O Pronaf acessado pelas famílias produtoras de tabaco para investir em diversificação, como por exemplo, o cultivo de milho e feijão, a juros subsidiados é uma das principais fontes de acesso ao crédito da agricultura familiar.

O fato alarmante é que as organizações que possuem como finalidade a assistência técnica, pesquisa e extensão rural não são visualizadas como parceiras. As atividades da Embrapa são praticamente desconhecidas pelas famílias produtoras de tabaco, pois quase 80% delas consideram que nunca foi parceira. Embora a Empresa seja responsável por pesquisas de base para o desenvolvimento da agricultura e pecuária, de projetos de inovação tecnológica, biológica e agrônômica, criada em 1973, para a difusão do pacote tecnológico, da “Revolução Verde” no país, atualmente é responsável por planejar, supervisionar, coordenar,

controlar as atividades relacionadas à execução de pesquisa agropecuária e à formulação de políticas agrícolas.⁸

A Emater/RS ASCAR, criada em 1955, é uma das principais entidades de extensão rural e assistência técnica para os agricultores familiares, também nunca foi parceira dos fumicultores, segundo as famílias. Sendo esta organização, um dos caminhos para a operacionalização das políticas públicas de diversificação dos cultivos com relação ao tabaco, atendendo uma das premissas da CQCT, indicadas no art. 17, em que o Brasil institucionaliza o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco (MDA, 2010, p.8), englobando o financiamento, acesso à tecnologia, agregação de valor à produção local e garantia de comercialização em áreas de fumicultura.

Ainda sobre nenhuma parceria, justamente o MDA/SAF está nesta categoria, transparecendo que as famílias produtoras de tabaco desconhecem as finalidades deste Ministério e da Secretaria da Agricultura Familiar e de suas políticas, ou não relacionam alguns benefícios que usufruem o Pronaf, por exemplo, como sendo desta área. Bem como, também os entrevistados têm pouca informação sobre o programa de diversificação.

Quadro 6 - Resumo da Relação de Parceria entre Famílias Produtoras de Tabaco e as Organizações

Organização	Relação de parceira com fumicultores	%
Indústria fumageira	Parceira	(52,94)
Embrapa	Nunca foi parceira	(79,41)
Emater	Nunca foi parceira	(48,53)
Afubra	Parceira	(45,59)
Str	Nunca foi parceiro	(32,35)
Prefeitura municipal	Parceira	(39,71)
Sma	Parceira	(45,59)
Câmara de vereadores	Nunca foi parceira	(63,24)
Igreja	Parceira	(42,65)
Cooperativa	Parceira	(38,24)
Mda/saf	Nunca foi parceiro	(39,71)
Banco	Parceiro	(30,88)

Fonte: Pesquisa de campo com as Famílias Produtoras de Tabaco de Agudo e Paraíso do Sul, 2014/2015.

De similar forma, o sindicato dos trabalhadores rurais (STR) dos municípios não é considerado parceiro, sendo que algumas das famílias que declararam que

⁸ Informações retiradas dos sítio da Embrapa. Disponível em: www.embrapa.br

são sócias, mas deixaram de pagar a mensalidade, por não identificarem benefícios para si. O Sindicato, nestes municípios é uma das possibilidades para a emissão da guia do Imposto sobre propriedade territorial rural (ITR) e outros documentos relacionados a propriedade rural. Encaminha-se por meio do STR o acesso aos benefícios da Previdência Social rural, como auxílio-doença, auxílio-acidente, auxílio-reclusão, pensão por morte, salário maternidade e aposentadoria por idade⁹, direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988¹⁰.

Quanto aos grupos sociais nos quais as famílias produtoras de tabaco estão inseridas ou relacionam-se, foram considerados muito parceiros em sua maioria. A convivência com as pessoas em festas da comunidade, com os vizinhos, os amigos e os parentes (quadro 7), são referidas como sendo boas e de grande valia.

As festas em comunidade são oportunidades de troca de informações e fonte de lazer, os vizinhos a relação de reciprocidade ainda é forte, sendo uma das características das instituições informais ainda preservadas pelas gerações de fumicultores, pois ainda realizam a troca de serviços, principalmente no período do cultivo, assim como com os parentes. E uma das instituições mais preservadas são os amigos, pois é a relação de parceria mais evidenciada pela família, revelando a importância e a necessidade desta em suas vidas. Muito embora tem-se revelado a tendência ao crescimento da individualidade e isolamento no decorrer dos tempos, nas respostas dos inquiridos.

Quadro 7 - Resumo da Relação de Parceria entre Famílias Produtoras de Tabaco e os Grupos Sociais

Grupos sociais	Relação de parceria com os fumicultores	%
Pessoas em festas na comunidade	Muito parceiras	(34,85%)
Vizinhos	Muito parceiros	(47,06%)
Amigos	Muito parceiros	(57,35%)

Fonte: Pesquisa de campo com as Famílias Produtoras de Tabaco de Agudo e Paraíso do Sul, 2014/2015.

O conhecimento tradicional da produção de alimentos e da produção de tabaco para o autoconsumo, migrando para o mercado local, e mais tarde para o mercado nacional no passado, deu espaço para a especialização do conhecimento das famílias produtoras de tabaco, optando pelo consumo de alimentos

⁹ BRASIL. Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971.

¹⁰ BRASIL, Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

industrializados e concentrando-se na produção de fumo para corporações transnacionais, numa relação de dependência da cadeia produtiva, onde a indústria que possui um poder hegemônico sobre os demais elos. A ênfase no monocultivo do tabaco para obtenção de renda impõe obstáculos para vislumbrar a diversificação de cultivos, como caminhos de maior autonomia.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações ao longo da história dos municípios de Agudo e Paraíso do sul vêm desde a sua fundação oficial, com a formação da Colônia de Santo Ângelo, pelo processo de ocupação territorial de imigrantes europeus. Essencialmente vindos da Alemanha, nação que também encontrava-se num processo de mudanças estruturais, e continha populações excedentes, carentes de terra e de alimentos, bem como o interesse de alargar suas fronteiras para relações comerciais futuras. A emigração beneficiava assim ambos os lados, o Brasil, no processo de ocupação territorial e produção de alimentos, e a Alemanha, que reduziria problemas sociais e, ainda, promoveria um mercado futuro.

Inicialmente, as famílias eram mais numerosas, característica da agricultura familiar, pois contavam com membros do núcleo familiar para o trabalho no cultivo da terra. Nas famílias produtoras de tabaco pesquisadas dos dois municípios identificou-se que o núcleo familiar é composto por três pessoas, que vivem em propriedades caracterizadas como minifúndios (20 ha), há mais de 40 anos, e a maioria pelo processo sucessório. Identifica-se como requisito na produção de tabaco a necessidade de quantidade de mão de obra pela especificidade do cultivo, principalmente nas etapas do plantio, colheita e classificação.

Nessa conformidade o reduzido número de pessoas constitui-se numa restrição para o cultivo do tabaco, além da limitação do trabalho infantil e do idoso na fumicultura, necessitando assim, de contratação de mão de obra ou a ajuda de vizinhos e parentes para execução das atividades. No caso da contratação de mão de obra, há a limitação da legislação trabalhista em que o produtor fica comprometido em seguir, constituindo com componente a mais no custo da produção. Mas, o sistema de parceria e reciprocidade ainda perpassa pelas gerações das famílias produtoras de tabaco, que mediante “troca de serviços”, na época da colheita do tabaco, ainda está presente. Muito embora as relações sociais modificaram-se no tempo, no passado havia uma convivência maior entre pessoas na comunidade, e no presente há um maior isolamento e individualismo, em decorrência da inovação dos meios de comunicação e das mudanças técnicas na organização produtiva da propriedade. Mas, também aproveita-se o período de intervalo de atividades na lavoura (lazer) para descansar, devido à necessidade de trabalhar cada vez mais para manter o estilo de vida atual, pois o acesso mais fácil a

bens materiais e o investimento em mecanização agrícola exigem o empenho maior no cuidado com os cultivos e a produção em maior quantidade para conseguir quitar as dívidas assumidas. Pode-se identificar que as restrições formais, conforme definições de North (1993), acabam restringindo e modificando as instituições informais, como hábitos, costumes das relações entre as pessoas na comunidade.

A terra, como propriedade privada, que perpassa pelas gerações das famílias produtoras de tabaco, sofreu mudanças no seu processo de manejo, que inicialmente precisou ser desbravada, por meio do desmatamento para torná-la cultivável, por métodos que no período presente são proibidos pela legislação ambiental. Além do corte da mata nativa, o processo das queimadas para “limpar” a terra era usual, inclusive pelas características do relevo ondulado e muito ondulado que permitia somente alguns tipos de manejos, e que no presente não é mais utilizado, tornando-se áreas de preservação permanente. As áreas de preservação permanentes são legisladas pelo Código Florestal e pela Lei Ambiental que impõem sanções penais a atividades lesivas ao meio ambiente, lei esta que abrange também o manuseio dos agrotóxicos e seus recipientes usados na produção do tabaco.

O processo de cultivo do tabaco modificou-se nas etapas de preparo do solo, com uso de máquinas de tração animal para a tração mecânica, a inclusão de novas técnicas de preservação deste, por meio do plantio direto e cultivo mínimo, eliminando a fase de lavrar duas vezes e a gradagem, e o uso de adubo orgânico através do plantio de forrageiras, constituem formas de preservar os nutrientes do solo e de proteção da erosão. As mudanças agronômicas, com introdução de novas técnicas de manejo e proteção do solo, transformaram e mudaram muitos hábitos dos fumicultores em seus cultivos, tornando o processo mais leve e sustentável. Nas etapas da semeadura do tabaco houve mudança no preparo dos canteiros, com a introdução de caixas subdivididas, onde semeia-se cada semente em compartimento individualizado, antes as sementes eram lançadas diretamente no solo do canteiro. Na fase da colheita, já têm-se máquinas para tal fim, mas ainda não são utilizadas entre as famílias pesquisadas. Na fase da costura das folhas do tabaco em varas, no passado essa atividade era manual, com uso de um equipamento de madeira construído pelos próprios produtores, passou-se ao uso de máquinas de costura elétricas, para então as varas serem suspensas nas estufas de cura a lenha. Ou ainda utilização de grampos para prender as folhas do tabaco e serem depositadas em estufas elétricas para a cura.

A mecanização do processo de cultivo de tabaco trouxe consigo uma série de facilidades e tornou algumas etapas menos árduas, além disso, veio ao encontro da necessidade de atender uma carência cada vez maior entre as famílias produtoras de tabaco, a mão de obra, abundante até a década de 1990 no meio rural, e que desde então vem decrescendo, pois as pessoas estão migrando para o setor de serviços nas cidades, e os jovens vão à busca de aprimoramento por meio da educação formal, almejando uma profissão menos penosa.

As famílias produtoras de tabaco são, no presente, as maiores incentivadoras dos seus filhos a investirem em educação, pois a imensa maioria não quer estes deem continuidade desse cultivo, resultante de mudanças institucionais formais e seus efeitos nos valores e hábitos destas famílias. Expectativas de que pela educação formal possam ter alternativas de trabalho tanto na cidade como no meio rural, numa atividade que dê retorno financeiro e que lhes permita trabalhar com um cultivo não seja ele o próprio veneno, que é o caso do tabaco, que provoca a doença da folha verde (DFV), pela intoxicação por excesso de nicotina no corpo em contato direto com a folha molhada. Existe apenas uma forma de prevenção, que é o uso vestimenta comercializada pela indústria fumageira. Porém, a vestimenta que deveria ser utilizada na colheita da folha do tabaco é repelida por todas as famílias entrevistadas, que alegam ser impossível o uso, pelos efeitos negativos que provoca em sua integridade física e também por não ser um costume consolidado a utilização de EPIs.

A democracia, na definição de liberdade de fazer escolhas, na agricultura brasileira é delimitada por políticas agrárias e políticas agrícolas, que desde a década de 1990 vem a ser mais inclusiva no que refere-se a agricultura familiar, responsável mundialmente pela produção da maioria dos alimentos (FAO, 2015), que conquistou um campo de políticas públicas específicas. Apesar das inúmeras formas existentes de acesso a políticas de diversificação de cultivos, a dependência da cadeia produtiva não alimentar das famílias produtoras pesquisadas ainda continuará a ser uma realidade em curto e médio prazo. Por inúmeros fatores, quais sejam, pelo conhecimento especializado de gerações de fumicultores, pelos investimentos realizados em equipamentos e imobiliário de uso exclusivo na fumicultura e respectiva manutenção, não sendo possível a sua troca para outras

atividades, pela quantidade de terra cultivável, respeitando as determinações legais, as restrições de relevo e constituição de solos para aptidão agrícola.

Percebe-se que as instituições são interligadas, e não há uma clara evidência, quem é determinante de qual, ou seja, a constituição das instituições formais advém de mudanças informais, nos costumes, crenças, valores das pessoas, por outro lado, estas são influenciadas por transformações das normas, convenções, leis que delimitam o comportamento humano. O que é concebível é que as instituições formais e instituições informais contribuem para um tipo de desenvolvimento dos municípios pesquisados, as influências e a interdependência do Estado, do mercado e das famílias são componentes na história de desenvolvimento econômico, político, social e ambiental das famílias produtoras de tabaco.

Entende-se que sistema da boa governança dos municípios é ineficiente no que tange as famílias produtoras de tabaco, pois todas as organizações direta ou indiretamente ligadas a elas são consideradas parceiras em percentual reduzido e/ou não parceiras, estabelecendo assim a dúvida, para quem governam os gestores públicos de Agudo e Paraíso do Sul e as entidades e associações que as representam. As empresas privadas são consideradas mais parceiras por promover a renda e o acesso a crédito para as famílias, mesmo a custo de diminuir sua autonomia, acentuando a dependência do oligopólio fumageiro. Mais ainda, corporações que descarregam nas famílias que produzem o tabaco todas as obrigações legais e riscos de mercado, que são estabelecidos formalmente em contratos anuais de compromissos, resguardando-se assim estas corporações transnacionais de problemas que possam ocorrer no que refere-se a questões ambientais, trabalhistas, doenças, safra, dívidas assumidas, intempéries climáticas, qualidade do tabaco, entre outros riscos.

A aderência por parte das famílias produtoras de tabaco ao Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco poderia levar a um maior empoderamento destas, fortalecendo tradições e valores humanos que promovam o desenvolvimento humano e maior qualidade de vida. Para tanto, a assessoria de organizações e grupos sociais é imprescindível, uma vez que as famílias produtoras de tabaco demonstraram carecer de informações e de assistência técnica e administrativa, para aderir a programas mais inclusivos de desenvolvimento social e econômico disponibilizados pelo governo federal, fundamentalmente.

A vontade de informar, esclarecer e integrar é a finalidade das entidades e associações que defendem a agricultura familiar, bem como dos gestores públicos e legisladores de visão ampla, que objetivam e queiram suscitar os direitos de sua comunidade em prol de benefícios sociais, econômicos mais equitativos e justos. Atender o princípio de sua existência, o bem estar público, ou seja, as pessoas que habitam os municípios de Agudo e Paraíso do Sul. As transformações geopolíticas constituem um aspecto importante no delineamento de políticas públicas de diversificação de cultivos, traduzido em mais possibilidades de maior autonomia em áreas rurais.

Todavia, o crescimento do consumo de produtos de tabaco em países da África e Ásia, e também da sua produção, acompanhado do crescimento demográfico concentrado em países destes continentes poderá levar a migração das indústrias fumageiras para estes espaços. Uma vez que encontram receptividade por parte destas nações, com legislação que lhes dê amparo para viabilizar a expansão dos negócios, além da mão de obra e terras disponíveis para o cultivo do tabaco. Este contexto ambiental poderá influenciar a produção de tabaco no Brasil, afetando, essencialmente, milhares de famílias produtoras de tabaco na região Sul, bem como as famílias pesquisadas. Há necessidade de uma projeção de médio e longo prazo para alternativas de produção em substituição ao tabaco, que dê uma segurança de investimento por parte destes produtores, que os leve a transferir os conhecimentos e tecnologias para novos cultivos que tenham demanda.

O desenvolvimento rural, sob um conceito baseado na biodiversidade, de inclusão social e desenvolvimento humano, parece ser mais viável em países desenvolvidos, com instituições robustas que amparam e sustentam as políticas de desenvolvimento da agricultura e pecuária, teoricamente. Pois já detêm séculos de desenvolvimento e ativos específicos necessários para a viabilidade política.

De toda forma, mesmo nesses casos, percebe-se que há desigualdades ainda não superadas nos países que constituem a UE, países desenvolvidos, no tange ao desenvolvimento rural. Abalados, inicialmente pela fome, construíram políticas para o aumento de produtividade na agricultura e de abastecimento, e atualmente com a produção de excedentes em alguns países do mercado comum, ainda não conseguiram almejar o equilíbrio social e ambiental em outros. Há uma população ainda dependente de subsídios do Estado para alimentar-se, sem falar nas outras formas de subsídios existentes nos países desenvolvidos que fomentam as

carências sociais existentes. De forma que chega-se a algumas interpretações que, mesmo em países desenvolvidos, prevalecem formas de pobreza, no seu sentido multidimensional, que pregam o desenvolvimento econômico, mas em suas nações há, mas não é para todos.

No estágio realizado em Portugal detectou-se que o meio rural está esvaindo-se também, com imensa migração de jovens e adultos em idade ativa para o trabalho indo para Alemanha, Reino Unido, Suíça em busca de atividades que lhes remunerem melhor para sustentar familiares no país de origem, ou simplesmente fazer reservas para futuramente retornar e reformar-se. Porém, nas grandes extensões de terras agrícolas, principalmente na região do Alentejo, são ocupadas para o cultivo de cortiça, da árvore do sobreiro associado à outra produção, como porco preto, ovelhas, gado, que se alimentam, de forma biológica, dos frutos das árvores, do sobreiro, da azinheira e do carvalho. Além do cultivo de vinhas e de oliveiras, que estão entre os cultivos de maior destaque nessa região, mas para ter um retorno viável economicamente, há a necessidade de propriedades extensas, de em torno de 200 hectares, denominadas tradicionalmente de herdades.

Paralelamente às grandes herdades, existem as quintas que são propriedades de menor extensão que conciliam atividades agrícolas e criação de pequenos animais com o turismo rural, geralmente a propriedade é estruturada para receber famílias por temporadas, e que podem usufruir dos atrativos que a quinta lhes oferece. E também para atender a demanda turística dos demais países da Europa, da Ásia e também do Brasil.

A produção da cortiça, do vinho, do azeite, é realizada em cooperativas que transformam a matéria-prima em produto final, que é consumido no país, mas também as empresas possuem estratégias de buscar o mercado externo, bastante competitivo, o setor na Europa, principalmente. Contudo, a Política Agrícola Comum (PAC) dispõe de crédito para financiar produções agrícolas determinadas como prioridades para cada país.

As pequenas propriedades sobrevivem basicamente da produção de pequena escala de queijo, diversos tipos de salames, chouriços, linguiças, alheiras, subprodutos vindos da criação de porco preto (autóctone das regiões de Portugal) e de vinhos produzidos artesanalmente. As vendas ocorrem diretamente para os restaurantes típicos, tascas, fruteiras e demais comércios locais, definidas como cadeias curtas agroalimentares. A participação em feiras e festivais são também

formas de divulgar os produtos e comercialização. Na região do Alentejo, como em outras regiões de Portugal, as feiras, festivais e exposições são numerosas, ocorrendo basicamente todos os finais de semana, reunindo música, gastronomia, artesanato e produtos típicos da cada aldeia. E como Portugal é país onde a atividade turística é muito desenvolvida, une-se a ela a atividade rural.

Os jovens são estimulados pela PAC a permanecer e/ou retornar ao meio rural através de políticas específicas, mantendo a tradição familiar na terra, ou inovando com produtos que o mercado busca. Esse regresso ainda é tímido, mas devido às dificuldades de postos de trabalho nas cidades, vem ocorrendo este retorno para o meio rural e dedicação, parcial, a atividade agrícola.

A aptidão agrícola de Portugal teve influência do período de colonização, onde certos cultivos agrícolas eram produzidos nas colônias da América e África, e tradicionalmente não na Corte, que importava os alimentos e outras iguarias, como açúcar, café, tabaco. De modo que esses produtos tradicionalmente não são produzidos em grande escala atualmente e ainda são importados de países produtores. O tabaco é um produto cultivado no continente, do tipo virgínia, mas está em vias de extinção pelos altos custos de produção, sendo que as ajudas para essa plantação estão sendo transferidas para a reconversão de outros cultivos e mais rentáveis, como hortícolas, por exemplo, e na Ilha de São Miguel, nos Açores, cultiva-se em pequena escala o tipo *burley*. A agricultura familiar de pequenas dimensões está caminhando para uma agricultura viável social, ambiental e economicamente, direcionando ajudas da PAC para o desenvolvimento rural, mais biológico, de conservação.

Mesmo em países desenvolvidos a formalização institucional inclusiva dos agricultores familiares, de pequenas propriedades é recente. As políticas agrícolas focaram mais a produtividade e a reserva de sua produção por meio de ajudas diretas para a produção e para o produtor, que beneficiavam mais aqueles que detinham extensões de terras maiores e facilidades burocráticas.

A indústria fumageira é a organização que desenvolve instituições formais, no sistema evoluído de integração dos elos da cadeia produtiva do tabaco, que influenciaram as instituições informais das famílias produtoras de tabaco. Pelo seu poder econômico transnacional, as corporações fumageiras têm autoridade em formular suas próprias regras de mercado de tabaco, institucionalizando-as nos diversos países em que atuam, interferindo em suas políticas e na governança

pública destes. Estrategicamente, buscando preservar o processo produtivo de sua única matéria prima, o tabaco. As instituições formais determinam o funcionamento das organizações, todavia, na especificidade da cadeia produtiva do tabaco, a indústria pode ser considerada um exemplo da própria instituição formalizada.

As políticas públicas do MDA/SAF possuem outro viés de política agrícola com relação a PAC/EU, seus fundamentos teóricos partem de princípios diferentes. Enquanto a PAC busca o desenvolvimento agrícola pelo progresso técnico e institucional, o MDA/SAF intenta a promoção das capacidades dos agricultores, buscando por meio da sustentabilidade ambiental, social e econômico o desenvolvimento rural.

Com referência aos objetivos do milênio, onde está a questão do desenvolvimento sustentável, para os países em desenvolvimento necessitariam de políticas específicas, uma vez para se desenvolverem não precisariam passar por todas as etapas de destruição dos países desenvolvidos hoje, com suas instituições a preservarem o ambiente, o imaterial, a tradição (é o que se pode ver atualmente no dilema dos refugiados das guerras na África, que tentam entrar em países desenvolvidos, seus colonizadores, e são barrados e destratados, vistos como estorvos, que não deveriam estar ali, e sim permanecer nos seus países, por isso estão dispostos a pagar para se eximir do problema criado pelos impérios). O interesse dos países desenvolvidos e das multinacionais é o lucro, então no presente momento tem-se uma recolonização, não mais pelos países e sim por grandes grupos privados que utilizam a mesma estratégia de exploração das pessoas, da terra, da biodiversidade.

Tendo como objetivo geral da tese analisar o papel das instituições na trajetória das transformações produtivas e organizacionais das famílias produtoras de tabaco no Rio Grande do Sul, e como sujeitos da pesquisa as famílias residentes nos municípios de Agudo e Paraíso do Sul, pode-se realizar algumas considerações gerais.

Percebe-se que, embora houvesse uma evolução institucional para a agricultora familiar nas últimas décadas, as organizações que existiam ou aquelas que se formaram não acompanharam esse avanço.

Identifica-se um descompasso entre as regras do jogo e os jogares, ou seja, as regras aperfeiçoaram-se e buscaram o desenvolvimento social e econômico do

meio rural, mas a sua implementação pelas várias instâncias públicas, privadas e demais organizações não obteve eficiência.

Não se criou uma estrutura competente para operacionalizar e institucionalizar as melhorias que poderiam ser absorvidas pela agricultora familiar, os fumicultores, sobretudo, tanto em alternativas de renda, como acesso a benefícios sociais, ficando estes dependentes ao monocultivo do tabaco.

Acordou-se que as instituições relacionadas ao setor privado determinam em parte as formas de vida dos fumicultores, embora tenham demonstrado flexibilidade para possíveis mudanças, mas que sem um apoio formal teriam dificuldades. De modo que as famílias produtoras de tabaco dos municípios pesquisados para ter mais autonomia dependeriam de instituições políticas consistentes.

Nesse momento de encerramento de uma etapa de intensa pesquisa e estudo pode-se deixar alguns apontamentos, como a necessidade de um aprofundamento de análises estatísticas em busca de relações entre as variáveis que compõem o estudo da abordagem institucional. No intuito de responder a questões pontuais de quais são as instituições determinantes de um desenvolvimento para as regiões produtoras de tabaco, e as possibilidades de cultivos que correspondam às expectativas das famílias de agricultores de uma vida melhor no presente e para as gerações futuras, menos penosa e mais saudável, necessita-se de continuidade de investigações para promover a liberdade de escolhas das pessoas ainda dependentes de determinados cultivos.

REFERÊNCIAS

- ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S.; ROBINSON, J. A. Institutions as a fundamental cause of long-run growth. In: AGHION, P.; DURLAUF, S. N. **Handbook of Economic Growth**, 2006. v. 1, 385-472.
- AGUILAR FILHO, H. A.; FONSECA, P. C. D. Instituições e cooperação social em Douglass North e nos intérpretes weberianos do atraso brasileiro. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 41, n. 3, 551-571, jul./set. 2011.
- ALIEVI, R.; WEGNER, D.; MACIEL, A. C. Arranjo produtivo fumageiro do Rio Grande Do Sul: um estudo sobre os novos cenários competitivos. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46, 2008, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco: SOBER, 2008.
- ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2010.
- _____. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2011.
- ASSOCIAÇÃO DE FUMICULTORES BRASILEIROS - AFUBRA. **Tabaco no Brasil**. Santa Cruz do Sul, 2013.
- ATLAS do desenvolvimento humano do Brasil. Rio de Janeiro: PNUD, IPEA, Fundação Pinheiro, 2013.
- AZEVEDO, P. F. Nova economia institucional: referencial geral e aplicações para a agricultura. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 47, n.1, p. 33-52, 2000.
- BAINGO, W. K. Escola histórica alemã e o pensamento listiano protecionista do século XIX: ambiguidade ao laissez-faire inglês ou virtudes nacionais de EUA e Alemanha? In: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, 4., 2010, Criciúma. **Anais...** Criciúma: APEC, 2010.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário Estatístico do Crédito Rural - 2000, 2006, 2012**. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/>>. Acesso em: 04 nov. 2015.
- BARDHAN, P. Understanding Underdevelopment: Challenges for Institutional Economics from the point of view of Poor Countries. **Journal of Institutional and Theoretical Economics**, Califórnia, v. 156, n. 1, p. 216-235, 2000.
- BOAS, F. **A formação da antropologia americana 1883-1911**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. da UFRJ, 2004.
- BOEIRA, S. L.; GUIVANT, J. S. Indústria de tabaco, tabagismo e Meio ambiente: as redes ante os riscos. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 20, n. 1, p. 45-78, jan./abr. 2003.

BOEIRA, S. L. **Indústria de Tabaco está acima da Lei?** 2010. Disponível em: <<http://www.actbr.org.br/> 2009>. Acesso em: 05 ago. 2013.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. **Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar**. Brasília, 2012.

BRASIL. **Estatuto do idoso**. 3. ed. Brasília: Edições Câmara, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Básica**. Brasília: MEC, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Caderno de Legislações: Programa de Aquisição de Alimentos**. Brasília: MDA, Maio, 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Balança comercial brasileira: dados consolidados**. Brasília: MDIC, 2013.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento. **Câmara da cadeia produtiva do tabaco**. Brasília: MAPA, 2003.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento. **Estatísticas de comércio exterior do agronegócio brasileiro**. 2000-2015. Disponível em: <<http://agrostat2.agricultura.gov.br/index.htm>>. Acesso: 11abr. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer. **Convenção - quadro para o controle do tabaco**. Rio de Janeiro: INCA, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Lei n. 11.326 de 24 de julho de 2006**. Lei da Agricultura Familiar. 2006. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portalmda/lei-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 05 ago. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário para a diversificação da produção e renda em áreas cultivadas com tabaco no Brasil**. Brasília: MDA, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. A força da agricultura familiar. 2015. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

CALVALCANTE, C. M. Economia Institucional: as três dimensões das instituições. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 4., 2012, São Paulo; ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA, 6., 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEAUSP, 2012.

Cavaliere, M. A. R. **Um lugar, um tempo e um sistema de economia: ensaio interpretativo sobre o surgimento do institucionalismo norte-americano de Thorstein Veblen**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

CHARMAZ, K. **A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

CHANG, H-J. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento e a perspectiva histórica. São Paulo: Ed. da UNESP, 2004.

_____. **Institutional Change and Economic Development**. Cambridge: Faculty of Economics, University of Cambridge, 2006.

CHANG, H-J.; EVENS, P. **The Role of Institutions in Economic Change**. Paper prepared for the meeting of the “Other Canon” group Venice, Italy, January 13-14, 2000 (1999).

COASE, R. The nature of the firm. **Economica**, New Series, London, v. 4, n. 16, p. 386-405, Nov. 1937.

_____. The New Institutional Economics. **The American Economic Review**, Nashville, v. 88, n. 2, p. 72-74, May. 1998.

COMMONS, J. Institutional economics. **The American Economic Review**, Pittsburgh, v. 21, p. 648-657, 1931.

CRUZ, J. C. *et al.* **Sistema de Plantio Direto de milho**. 2014. Disponível em: <<http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/milho/arvore>>. Acesso em: 02 Nov. 2015.

CUNHA, J. L. **Os colonos alemães de Santa Cruz e a fumicultura**: Santa Cruz do Sul/Rio Grande do Sul (1849-1881). 1988. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1988.

DALMOLIN, R. S. D. *et al.* **Levantamento semidetalhado de solos da microbacia do Arroio Lino**: município de Agudo (RS). Santa Maria: Departamento de Solos da UFSM, 2003 (Relatório técnico).

EICHBORN, S., ABSHAGEN, M.L. **Tobacco**: Antisocial, Unfair, Harmful to the Environment Tobacco Production and Consumption as an Example of the Complexity of Sustainable Development Goals (SDGs). Berlin: Bread for the World, 2015.

ENGERMAN, S. L.; SOKOLOFF, K. L. Debating the Role of Institutions in Political and Economic Development: Theory, History, and Findings. **Annual Review Political Science**, v. 11, p. 119-135, 2008.

ERIKSEN, H. R. *et al.* **The Tobacco Atlas**. 5th ed. Georgia: American Cancer Society, 2015. Disponível em <www.cancer.org>. Acesso em: 15 Jan, 2016.

FERNANDES, S. **Da diversificação à especialização**: origem e evolução dos sistemas produtivos de tabaco em Sobradinho/RS. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

FLORES, H. A. H. **História da imigração alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 2004.

FONSECA, P. C. D. O pensamento econômico alemão no século 19. In: HELFER, I. (Org.). **Os pensadores alemães dos séculos XIX e XX**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

FONTANELLA, B.; RICAS, J.; TURATO, E. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 17-27, jan. 2008.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. **FAOSTAT**. 2011. Disponível em: <<http://faostat.fao.org>>. Acesso em: 11 jul. 2013.

_____. **Statistical databases**. 2012. Disponível em: <<http://faostat.fao.org/>>. Acesso em: 16 ago. 2013.

_____. **Tobacco**. 2013. Disponível em: <http://faostat3.fao.org/download/Q/QC/E>. Acesso em: 15 jan. 2014.

_____. **Tobacco**. 2015. Disponível em: <http://faostat3.fao.org/download/Q/QC/E>. Acesso em: 15 set. 2015.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE. **FEE dados**: banco de dados. Porto Alegre, 2010. <http://www.fee.rs.gov.br/feedados>. Acesso em 2013/14/15.

GALA, P. A teoria institucional de Douglass North. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.23, n.2, p. 89-105, abr./jun. 2003.

GALBRAITH, J. K. **Anatomia do Poder**. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1986.

GEIST, H. J. Global assessment of deforestation related to tobacco farming. **Tobacco Control**, London, v. 8, p. 18-28, 1999.

GEIST, H. J. et al. Tobacco growers at the crossroads: Towards a comparison of diversification and ecosystem impacts. **Land use Policy**, Amsterdam, v. 26, n. 4, p. 1066-1079, 2009.

GEIST, H. J.; SHULZE, A. Global tobacco and the regulation of demand over the substance. **Journal of Health & Development**, Delhi, v. 57, jan./jul. 2007.

GEIST, H.; OTAÑEZ, M.; KAPITO, J. The Tobacco industry in malawi: a globalized driver of local land change. In: JEPSON, W.; MILLINGTON, A. (Org.). **Land change modifications in the developing world**. Berlin: Springer, 2008.

GRAEN, L. **Doppelte Last**: Tabak im Globalen Süden. Berlin: Unfairtobacco, 2014.

_____. **Strategien der Tabakindustrie**: Werbekampagnen, Klagen, politische Einflussnahme. Berlin: Unfairtobacco, 2015.

GRAZIANO DA SILVA, J. Complexos agroindustriais e outros complexos. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 21, n. 3, p. 5-34, 1991.

GREIF, A. Historical and comparative institutional analysis. **The American Economic Review**, Pittsburgh, v. 88, n. 2, p. 80-84, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – **Produção Agrícola Municipal**. 2012. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2010/default_zip_temp.shtm. Acesso em: 25 mai. 2014.

_____. Indicadores Sociais. 2013. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40. Acesso em: 17 ago 2015

_____. Lavouras Temporárias. 2014. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2012/default_zip_temp.shtm. Acesso em: 07 dez 2014.

_____. Produção Agrícola Municipal. 2014. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=430010&idtema=123&search=rio-grande-do-sul|agudo|producao-agricola-municipal-lavoura-temporaria-2014>. Acesso em: abr. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (Brasil). **Programa Nacional de Controle do tabagismo**. 2006-2015. Disponível em: <http://www2.inca.gov.br/2006/2012>. Acesso em: out 2014 e set 2015.

JAMESON, Kenneth. Has Institutionalism Won the Development Debate? **Journal of Economic Issues**, v. 11, n. 2, jun. 2006.

KAGEYAMA, A. et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. da C. et al. (Org.). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1990.

LECOURS, N. **Consolidation of evidence in the field of alternatives livelihoods to tobacco farming in LMICs**. Ottawa: The Fellowships and Awards (F&A) Program and the Research for International Tobacco Control (RITC): Program of the International Development Research Centre (IDRC), 2011.

LIMA, R. G. Por que os Projetos Alternativos à Fumicultura não vêm se Tornando Prioridade entre os Agricultores do Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul? **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 10, n. 19, p. 156-175, jan./abr. 2012.

MACKAY, J; ERIKSEN, H. R. **The tobacco atlas**. 4th ed. Georgia, American Cancer Society, 2012. Disponível em <www.cancer.org>. Acesso em: 15 jul. 2013.

MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARCONI, M de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

McKINGHT, R.; SPILLER, H. A. Green Tobacco Sickness in Children and Adolescents. **Health Reports**, Washington, v. 120, p. 602-606, Nov./Dec. 2005.

MENEGUIN, F. **O que é o mercado de carbono e como ele opera no Brasil**. São Paulo: Instituto Braudel, 2012. Disponível em: <<http://www.brasil-economia-governo.org.br/2012/08/13/o-que-e-o-mercado-de-carbono-e-como-ele-opera-no-brasil>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

MORAIS, P. R. de. Método estatístico. *In*: Hegenberg, I.; Araújo JR, A. H.; Hegenberg, F. E. N. (Orgs). **Métodos de pesquisa: de Sócrates a Marx e Popper**. São Paulo: Atlas, 2012.

MOREIRA, I. **O Espaço Rio-Grandense**. São Paulo: Ática, 2007.

NORTH, D C. Teoria da localização e crescimento econômico regional *In*: SCHWARTZMANN, J. (Org.). **Economia regional e urbana: textos escolhidos**. Belo Horizonte: UFMG, 1977. p. 333-343,

_____. **Instituições, Institucional Change and Economic Performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. Institutions. **The Journal of Economic Perspectives**, Nashville, v. 5, n. 1, p. 97-112, Winter 1991.

_____. **Instituciones, cambio institucional y desempeño económico**. México: FCE, 1993.

_____. Economic performance through time. **The American Economic Review**, Pittsburgh, v. 84, n. 3, p. 359-368, jun. 1994.

_____. Needed: A Theory of Change. *In*: Gerald M. Meier, Joseph E. Stiglitz. **Frontiers of development economics: the future in perspective**. Washington: World Bank Group, 2001.

_____. Entendendo o processo de mudança econômica. Clássicos Liberais. **Revista Banco de Ideias**, Cinelândia, n. 46, 1-19, 2009.

PAULA, J. A. Afinidades eletivas e pensamento econômico: 1870-1914. **Kriterion**, v. 46, n. 111, p. 70-90, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2005000100006. Acesso em: 20 out. 2013.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

PESSALI, H.; DALTO, F. A mesoeconomia do desenvolvimento econômico: o papel das instituições. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p.11-37, jan./abr. 2010.

Terceira rodada de negociações termina sem acordo. **Portal do Tabaco**, Santa Cruz do Sul, 18 fev. 2016. Disponível em: <<http://portaldotabaco.com.br/terceira-rodada-de-negociacoes-termina-sem-acordo>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal Regional Eleitoral. **Eleições Municipais**. 1059-2012. Disponível em: <<http://www.tre-rs.jus.br>>. Acesso: 24 mar. 2016.

RIQUINHO, D. L. **A propaganda deles é boa, e é enganosa**: vida, saúde e trabalho de famílias agricultoras do fumo no sul do Brasil. 2013. Tese (Doutorado em Ciências na área de Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2013.

RUDNICKI, C. P. S. **As relações de confiança no sistema integrado de produção de tabaco (SIPT) no Rio Grande do Sul, Brasil**. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SANTOS, F. **Práticas agrícolas, paisagem e terror**: um estudo na área fumicultora do município de Camaquã-RS. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SHEIBLER, J. **A emergência de fóruns reguladores globais**: relações e conflitos entre atores locais no processo de regulação do tabaco. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SILVA, L. X. da. A cadeia agroindustrial de fumos claros do sul do Brasil e a “Convenção-Quadro para o controle do Tabaco”: estratégias e perspectivas. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco, AC: SOBER, 2008.

_____. **Análise do Complexo Agroindustrial Fumageiro Sul-brasileiro sob enfoque da economia dos custos de transação**. 2002. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

SILVA, L. X. da; BORGES, R. L. A. Interpretações e análise das relações contratuais e da interdependência na cadeia agroindustrial do Tabaco sul-brasileiro. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 5, Porto Alegre, 2010. **Anais...** Porto Alegre: EEG, 2010.

SILVA, L. X. da; LIBARDONI, P.; FARIAS, G. S. **Descrição e análise do perfil socioeconômico das áreas e dos produtores de fumo em folha no sul e no nordeste do Brasil**: um estudo baseado nos resultados do censo agropecuário 2006. Brasília: IPEA, 2013. (Relatório de Pesquisa)

SILVA, L. X. da. et al. Caracterização dos estabelecimentos agropecuários produtores de tabaco no Brasil: uma análise de acordo com os dados do censo agropecuário. *In*: Organizadores: Sergio Schneider, Brancolina Ferreira, Fabio Alves. **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006**. Brasília: IPEA, 2014.

SINDICATO INTERESTADUAL DA INDÚSTRIA DO TABACO - SINDITABACO. **Perfil do Produtor**. 2013. Disponível em: <<http://sinditabaco.com.br>>. Acesso: 05 ago. 2013.

TOYOSHIMA, S. H. Instituições e desenvolvimento econômico – uma análise crítica das ideias de Douglas North. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 29, n. 1, p.95-112, jan./mar. 1999.

TURCI, S. R. **Perfil de morbi-mortalidade de residentes em municípios fumicultores brasileiros**: resultados da pesquisa em Paraíso do Sul/RS. Rio de Janeiro: Conprev/INCA, Maio, 2009.

VARGAS, M. A., OLIVEIRA, B. F. de. Estratégias de Diversificação em Áreas de Cultivo de Tabaco no Vale do Rio Pardo: uma análise comparativa. **RESR**, Piracicaba, v. 50, n. 1, p. 175-192, jan./mar. 2012.

VEBLEN, T. **A teoria da classe ociosa**: um estudo econômico das instituições. São Paulo: Pioneira, 1965.

VOGT, O. P. **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul/RS: 1849-1993**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

WERLANG, W. **Colônia de Santo Ângelo (1857-1890)**. Santa Maria: Pallotti, 1991.

_____. **História da Colônia de Santo Ângelo**. Santa Maria: Pallotti, 1995.

WILLIAMSON, O. E. The Institutions of Governance. **The American Economic Review**, v. 88, n. 2, p. 75-79, 1998.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALMEIDA, G. E. G. de. Diversification Strategies for Tobacco Farmers: Lessons from Brazil. In **Tobacco control and tobacco farming: separating myth from reality**. Wardie Leppan, Natacha Lecours, and Daniel Buckles. International Development Research Centre. London: Anthem Press, 2014.

AVILLEZ, F. **A Agricultura Portuguesa: as últimas décadas e perspectivas para o futuro**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2015.

BAPTISTA, F. O. Perspectivas sobre o desenvolvimento rural. In: MOSCA, J. (Coord.). **Contributos para o debate da agricultura e do desenvolvimento rural**. Maputo, Moçambique: Escolar, 2012.

BONATO, A.; ZOTTI, C. F.; ANGELIS, T. **Tabaco da produção ao consumo: uma cadeia de dependência**. Rio de Janeiro: Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER), 2010.

BRADFORD, S. **Soberania Alimentar: resgatando o sistema alimentar global**. London: War on Want, 2011.

BUAINAIN, A. M. **Agricultura familiar, agroecologica e desenvolvimento sustentável: questões para debate**. Brasília: IICA, 2006.

DELGADO, N. G. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, S. (Org.). **Políticas públicas e a agricultura no Brasil**. 2 ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

Departamento de Economia Rural do Paraná - DERAL. Secretaria de Agricultura e do Abastecimento – SEAB. **Fumo: análise da conjuntura agropecuária**. 2010. Disponível em: <<http://www.agricultura.pr.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2012.

DIEHL, A. A. **Do método histórico**. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

ELLIS, F.; BIGGS, S. Evolving Themes in Rural Development 1950s-2000s. **Development Policy Review**, Hoboken, v. 19, n. 4, p. 437-448, 2001.

FRIEDMANN, H. From colonialism to green capitalism: social movements and emergence of food regimes. **Research in Rural Sociology and Development**, Bingley, v. 11, p. 227-264, 2005.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

Maria José Zakia, Luis Fernando Guedes Pinto. **Guia para aplicação da nova lei em propriedades rurais**. Piracicaba, SP: Imaflora, 2013.

HEGENBERG, L.; ARAÚJO JR, A. H.; HEGENBERG, F. E. N. **Métodos de pesquisa: de Sócrates a Marx e Popper**. São Paulo: Atlas, 2012.

HOBSBAWM, E. **O Novo Século**: entrevista a Antonio Polito. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da Agricultura Familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 245-272, 2009.

_____. **Desenvolvimento Rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

LANDAU, E. C. et al. **Variação geográfica do tamanho dos módulos fiscais no Brasil**. Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2012.

LESSARD-HÉBERT, M.; GOYETTE, G.; BOUTIN, G. **Investigação qualitativa: fundamentos e práticas**. 5. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2012.

MARTINS, J. S. **O Poder do Atraso**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

MORENO, J. A. **Clima do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Secretaria da Agricultura, Diretoria de Terras e Colonização, 1961. (Secção de Geografia)

NORTH, D.C. **The new institutional economics and development**. St. Louis: Washington University, 1993.

_____. **Necessária: uma teoria da mudança**. In: MEIER, G.; STIGLITZ, J. (Org.). **Em fronteiras da economia do desenvolvimento: o futuro em perspectiva**. New York: Oxford University Press, 2000.

_____. **Five Propositions about institutional change**. 2003. In: Disponível em: <http://129.3.20.41/eps/eh/papers/9309/9309001>. Acesso em: 29 out. 2013.

_____. **Entendendo o processo de mudança económica**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2005.

OSTERVEER, P.; SONNENFELD, D. A. **Food, Globalization and Sustainability**. London: Earthscan, 2012.

PINHEIRO, A.C.A., CARVALHO, M.L.S. **Economia e Política Agrícolas**. Lisboa: Sílabo, 2003.

PLEIN, C.; FILIPPI, E. E. Os Mercados e a teoria econômica das instituições. **Estud. Soc. e Agric.** Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 317-350, 2010.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e Impérios Alimentares**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

PRIEB, R. I. P. **Situação atual e perspectivas da pequena produção fumageira do vale do Rio Pardo-RS**. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) –

Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, SP, 2004.

ROSENTAL, C.; FRÉMONTIER-MURPHY, C. **Introdução aos métodos quantitativos em ciências humanas e sociais**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

SILVEIRA, D. et al. **Anuário brasileiro do tabaco 2010**. Santa Cruz do Sul: Gazeta Santa Cruz, 2010.

SILVEIRA, R. L. L. **Tabaco, sociedade e território: relações e contradições no Sul do Brasil**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

SILVESTRE, J. M. **Campo de forças: fragmentos de economia política**. Canoas: Ed. ULBRA, 2004.

APÊNDICE A – Questionário aplicado às famílias produtoras de tabaco

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

ACADÊMICA: SIRLEI GLASENAPP
ORIENTADOR: PROF. DR. LEONARDO XAVIER DA SILVA

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

AS INSTITUIÇÕES NA TRAJETÓRIA DAS TRANSFORMAÇÕES PRODUTIVAS E ORGANIZACIONAIS DAS FAMÍLIAS PRODUTORAS DE TABACO NO RIO GRANDE DO SUL (RS)

O objetivo geral da pesquisa é: analisar o papel das instituições na trajetória das transformações produtivas e organizacionais das famílias produtoras de tabaco na Região Central do Rio Grande do Sul (RS).

Especificamente a pesquisa busca: a) Verificar as transformações históricas da organização da produção de tabaco no RS; b) Realizar uma análise institucional do processo de ocupação da produção de tabaco no Rio Grande do Sul; c) Analisar a evolução das instituições informais nas famílias produtoras de tabaco; d) Relacionar a mudança institucional com transformação social, ambiental, política, econômica das famílias produtoras de tabaco no RS.

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM AS FAMÍLIAS PRODUTORES DE TABACO

Para alcançar o êxito esperado, precisa-se de sua valiosa colaboração no sentido de responder as questões a seguir, sem ser identificado de forma alguma e suas identidades não serão reveladas.

PERFIL DA FAMÍLIA PRODUTORA DE TABACO

1) Município: _____ Linha: _____

2) Nº de pessoas residentes no domicílio: _____

3) Características da residência:

- () alvenaria () madeira () mista
() água encanada () rede esgoto () banheiro
() TV () telefone celular () internet
() acesso a estradas () energia elétrica () parabólica
() acesso a hospital () acesso a educação () forno elétrico
() carro () moto () máquina de lavar roupas

4) Identificação do Núcleo Familiar

G P*	Idade	Esc.*	Oc.*	T. Agr.*

***Grau de Parentesco:** 1. Cônjuge H; 2. Cônjuge M; 3. Filhos; 4. Netos; 5. Pais; 6. Avós; 7. Irmãos; 8. Agregados; 9. Outros

***Escolaridade:** 1. Analfabeto; 2. 1º Grau Incomp.; 3. 1º Grau Comp.; 4. Seg. Grau Incomp.; 5. Seg. Grau Compl.; 6. Superior; 7. Sabe ler e escrever

* **Ocupação:** 1. Agricultor; 2. Assalariado Rural Permanente; 3. Assalariado Rural Temporário; 4. Assalariado Urbano; 5. Do lar; 6. Comerciante; 7. Estudante; 8. Aposentado; 9. Outros

***Tempo dedicado p/ agricultura:** 1. Integral; 2. Metade do Tempo; 3. Eventual; 4. Nenhum

5) Descendências étnicas:

() alemã () africana () portuguesa () italiana
() outra: _____

6) Desde quando mora na comunidade:

() há 20 anos () há 30 anos () há 40 anos () há 50 anos () há mais de 50 anos

7) Por que você optou por morar na comunidade:

() sucessão () compra () herança () banco da terra
() Outra: _____

SOBRE A PRODUÇÃO DE TABACO

8) Quantas pessoas da família trabalham no cultivo do tabaco:

a) As crianças da família trabalham no cultivo do fumo?

() sim () não () algumas vezes

9) Há quanto tempo cultivam fumo?

() de 50 anos () 40 a 49 anos () 30 a 39 anos () há mais de 20 anos

10) Terras que compõem a Propriedade Rural

Área (ha) TOTAL (1+2+3+4)	1- Própria, 2-Arendada 3-Sociedade/meeiro	Área de Mata Nativa, Capoeira, Reflorestada (1)	Área de Potreiro (2)	Área de produção de Tabaco (3)	Área para produção de outros cultivos (4)	Período
						Até 1990
						Após 1990

11) Renda e Destinação da produção

Fontes de Renda da Propriedade	% da Renda para na propriedade	Destinação da Produção (consumo próprio; PAA; PNAE; local; indústria)	Há quanto tempo cultiva	Financiamento	Período (década)
Fumo					
Arroz					
Milho					

Feijão					
Leite					
Hortifrutigranjeiros					
Aposentadoria (INSS)					
	100%				

12) Usa mão de obra Contratada

Quantidade	Função na Propriedade	Tempo Dedicado*	Salário (R\$/Dia)

*Permanente; temporário(quantidade de horas ou dias)

13) A percepção sobre o relacionamento/parceria as seguintes organizações/grupo de pessoas

Organização/grupo de pessoas	Sempre muita parceria	Muito parceira	Parceira	Pouca parceira	Nunca foi parceira	Período (em que década) 80/ 90/00/10
Indústria Fumageira (TA)						
Embrapa						
Emater						
Afubra						
STRurais						
Prefeitura Municipal						
Secretaria Municipal da Agricultura						
Vereadores						
Igreja						
Das festas						
Vizinhos						
Parentes						
Amigos						
Banco						
Cooperativa						
MDA/SAF						

14) Qual a razão principal para continuar nesta atividade (fumo)?

() renda () tradição () conhecimento técnico () falta de opção
 () venda certa () financiamento () outra: _____

15) Qual o motivo principal que o faria desistir dessa atividade (fumo)?

() falta de MO () aposentadoria () dureza do trabalho
 () doença () renda () endividamento () Outra: _____

16) O que seus avós e/ou pais cultivavam? Qual o destino desses produtos? Algo mudou daqueles tempos para cá?

Produtos cultivados na Propriedade	Destinação da Produção (consumo próprio/ venda)	Tempo cultivado (anos)	Mudanças (identificar períodos)
Fumo			

Arroz			
Milho			
Feijão			
Leite			
Hortifrutigranjeiros			
Carne			
Banha			
Amendoim			
Outro			

17) Gostaria que seu/sua filho (a) continuasse plantando fumo?

a) Não. Qual a razão principal?

falta de MO aposentadoria penosidade do trabalho doença
 renda endividamento outra: _____

b) Sim. Qual a razão principal?

renda tradição conhecimento técnico falta de opção
 venda certa financiamento outra: _____

18) Cite outras possibilidades de produção se não fosse o fumo?

Arroz Soja Milho Feijão Leite Frutas
 Verduras e Legumes Carne Peixe produtos orgânicos
 outro: _____

19) Por que não muda para esse cultivo citado acima?

falta de terra falta de recursos financeiros falta de apoio técnico
 dificuldade de comercialização pouca qualificação de MO
 falta de cooperação na comunidade

20) A produção de fumo, em comparação há 20 anos atrás, é:

maior menor igual

21) A frequência escolar é reduzida nos períodos de mais trabalho com o fumo, como na colheita, por exemplo?

sim não algumas vezes

22) Quais as ações da escola neste sentido?

incentiva inibe libera não se envolve não sabe

23) As regras da CQCT (2006) que estão procurando controlar a produção de tabaco afetaram a região?

sim não em parte desconhece

24) A indústria que orienta a quantidade a ser produzida?

sim não em parte desconhece

25) Já ouviu falar numa legislação, a CQCT, que quer reduzir/ extinguir a produção de fumo?

a) sim não b) Se sim:

pelo instrutor de fumo MDA pela afubra
 pelo rádio TV jornal
 pela emater pela secretaria municipal
 sindicato dos trabalhadores rurais comissão Nacional Implementação CQ)

26) Acredita nisso? sim não Por quê? _____

27) Quem incentiva mais para a continuidade do cultivo do fumo?

família indústria banco políticos governo outro: _____

28) Quem critica mais a produção de fumo na sua opinião?

() saúde pública () vizinhos que não plantam () governo () CONICQ
() CQCT () INCA () universidade () sociedade civil

29) Se um acordo entre órgãos nacionais e internacionais terminasse com a produção de fumo, que alternativa de sustento da sua família seria viável?

30) Formas de cura/SECAR do fumo?

Cura do fumo	Período	Origem do insumo	Por que mudou?
galpão			
lenha			
energia elétrica			

SOBRE A TERRA

31) Quais mudanças ocorrem na forma de cultivar a terra (ferramentas, instrumentos, manejo), período que ocorreu, quem incentivou?

Período (década)	Utilização de que tipos de ferramentas/instrumentos manejo/preparo da terra	Incentivo

32) Existem áreas de reflorestamento em sua propriedade?

() sim () não

Quais os tipos de árvores?

() nativas () exóticas (eucalipto/acácia..) () frutíferas

33) Desde quando elas existem?

() 5 anos () 10 anos () 20 anos () mais de 20 anos

34) Por que foram criadas essas áreas de reflorestamento?

() extinção das matas nativas

() legislação proibindo o corte da mata nativa

() fiscalização do IBAMA

() conscientização sobre a importância

() outro: _____

35) Há preocupação/conservação com o meio ambiente? Por que é feito?

MEIO AMBIENTE	SIM	NÃO	Por que é feito? (orientação técnica; fiscalização; conscientização)
Ar			
Água			
Terra			
Mata nativa			
Animais silvestres			
Sementes crioulas			

SOBRE AS CRENÇAS

36) Tem alguma religião que pratica? () sim () não Se sim qual?

() luterana () católica () espírita () não pratica () outra: _____

37) Tem filiação partidária? () sim desde: _____ () não

37a) Participação nas decisões e processo político da sua comunidade?
 pouco intensamente só nas eleições não participa

38) Que tipo de conhecimento preserva de seus antepassados?

Com relação ao	Preserva	Mudou	Período
Trabalho			
Família			
Vida			
Dinheiro			
Filhos			

39) O que era indecente falar antigamente e agora pode falar?

Pq: _____
 homens/mulheres opção sexual outro: _____

40) O que era proibido falar antigamente e agora pode?

Pq: _____
 política religião sexo outro: _____

SOBRE O GÊNERO

41) Quem toma as principais decisões na família? _____

42) Quem participa de reuniões na comunidade? _____

43) Quem decide em como gastar o orçamento familiar? _____

SOBRE OS VALORES COMUNS

44) Que exemplos de solidariedade (*zusammenhalten*) têm entre os membros da comunidade?
 empréstimos trabalho amizades outro: _____

45) com o passar do tempo mudou a forma de solidariedade na comunidade? Por quê?

sim não
 falta de tempo egoísmo desconhecidos outro:

46) Você confia nas pessoas da comunidade?

muito pouco em parte não confia

47) Há troca de serviços entre uma família vizinha e outra? Em que tipo de atividade?

sim não

47a) colheita limpeza abate animais outro: _____

SOBRE COSTUMES

48) Quais eram os principais hábitos de lazer antigamente?

festas jogos _____ bailes reuniões em casa de vizinhos

48a) E atualmente?

festas jogos bailes reuniões em casa de vizinhos

ver TV navegar na internet descansar

49) Quais eram os hábitos de alimentação?

mais naturais (orgânicos) industrializados

baseado em carnes e farinha baseado em vegetais

49a) E atualmente?

mais naturais (orgânicos) industrializados

baseado em carnes e farinha baseado em vegetais

50) Quais os valores que a família mais preserva?

() solidariedade () cordialidade () religião () honestidade () respeito

51) O que mais mudou com o tempo?

() hábitos de lazer () hábitos de alimentação () valores () tipo de cultivos () relações com as pessoas

52) Quem mais influenciou mudanças:

() Tv () internet () escola () igreja () indústria () sindicato
() prefeitura () emater

SOBRE QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE

53) Como se sente em trabalhar com um produto sabidamente prejudicial à saúde?

() muito preocupado () preocupado () pouco preocupado () indiferente

54) Lida com agrotóxico na lavoura de fumo? () Não () Sim Quais?

() canteiro () brocas/piolhos () antibrotante () ervas daninhas

55) Lida com agrotóxico em outros tipos de cultivo? () Não () Sim Quais?

() secante () pesticidas ()

56) Recebe instrução ou orientação para lidar com o agrotóxico? () sim () não
Por quem?

() TV () rádio () EMATER () instrutor de fumo () rótulo da embalagem
() revendedor

57) Como se protege no cultivo do fumo?

a) roupa de manga longa e chapéu/boné

b) roupa de manga curta e chapéu/boné

c) protetor solar () sempre () as vezes () nunca

d) usa os EPI comprados da fumageiras

d) não se protege

E por que usa? () prevenção () saúde () obrigado pelo instrutor

Não usa? () atrapalha () não é importante () não pode comprar (Caro)

() desconfortáveis () inadequadas () não há para uso nos fornos

58) Já teve intoxicação por uso de agrotóxico? () Não () Sim

Como tratou? () hospitalizado () remédio caseiro ()

59) Na sua família alguém que trabalha no **fumo** teve algum dos sintomas no último ano?

Sintoma	Sim	Quem/idade	Período (lavoura, rocessamento, comercialização)
Coceira ou irritação na pele			
Dor de cabeça			
Diarreia			
Dor na barriga			
Falta de apetite			
Dormência			
Enjoo			
Fraqueza			
Falta de ar			
Palpitação			
Tremores			
Dificuldade para dormir			

Tonteira/zonzeira			
Vômito			
Calafrios			
Depressão			
Tristeza			
Cansaço Exagerado			
Manchas vermelhas e persistentes na pele			
Feridas abertas por semanas			
Aumento de tamanho de verrugas			
Nódulos na pele exposta ao sol			

60) Já houve algum tipo de acidente ligado à produção de fumo? () sim () não

Qual período?

- a) da sementeira,
b) da muda para a terra,
c) dos cuidados com a planta até chegar na fase de colheita
d) da colheita
e) do armazenamento f) da cura g) da comercialização

61) Quantas horas você dorme por dia em período da colheita e cura do fumo?

() até 6 horas () 6 -8 horas () mais de 8 horas

62) E nos demais períodos?

() até 6 horas () 6 -8 horas () mais de 8 horas

63) Quanto tempo do seu dia dedica ao lazer no período do cultivo do fumo?

() até 1 horas () 2- 4 horas () mais de 5 horas () nenhum

64) E nos demais períodos?

() até 1 horas () 2- 4 horas () mais de 5 horas () nenhum

65) E se fosse outro cultivo (não fumo)?

() até 1 horas () 2- 4 horas () mais de 5 horas () nenhum

() talvez

66) Como seria a vida da sua família se não cultivassem fumo:

a) () péssima () regular () igual () boa () ótima () não sabe

b) () muito pior () pior () igual () melhor () muito melhor

() não sabe

OBS: